FACULDADE DE ARQUITETURA
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

O TECIDO COMUM

A Rede Industrial de Mira de Aire como Catalisadora de uma Permanência Descentralizada.

João António Carvalho Chareca

Dissertação de natureza científica para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, na Área de Especialização em Arquitetura Integrada

Orientação Científica:
Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus

Júri:
Presidente Doutor José Luís Mourato Crespo
Vogal Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus
Vogal Doutora Raffaella Maddaluno

Documento Definitivo

Lisboa, FA.ULisboa, dezembro de 2024

O TECIDO COMUM

A Rede Industrial de Mira de Aire como Catalisadora de uma Permanência Descentralizada

João António Carvalho Chareca

Dissertação de natureza científica para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, na Área de Especialização em Arquitetura Integrada

Orientação Científica:
Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus

Júri:
Presidente Doutor José Luís Mourato Crespo
Vogal Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus
Vogal Doutora Raffaella Maddaluno

Documento Definitivo

Lisboa, FA.ULisboa, dezembro de 2024

RESUMO

As regiões de baixa densidade em Portugal, afastadas dos grandes centros urbanos, sofrem com a centralização económica, gerando problemas como o despovoamento, a perda de serviços, e a decadência infraestrutural. Esta dissertação foca-se na vila de Mira de Aire, cuja história industrial e subsequente declínio espelham o impacto da globalização e da obsolescência industrial nas comunidades rurais. Com o encerramento das suas fábricas têxteis, Mira de Aire passou de um centro produtivo para uma vila em declínio.

Este trabalho examina as razões e consequências do seu abandono, propondo métodos de revitalização que promovam uma revalorização dos espaços e infraestruturas abandonadas. Além disso, propõe soluções de descentralização e resiliência que poderiam beneficiar tanto Mira de Aire como outros territórios rurais. A estrutura da dissertação segue uma linha cronológica, abordando a evolução, auge, crise e possíveis caminhos para o futuro de Mira de Aire.

Palavras-chave

Indústria; Ruralidade; Operariado; Obsolescência; Resiliência Territorial.

ABSTRACT

Low-density regions in Portugal, far from major urban centers, suffer from economic centralization, generating problems such as depopulation, loss of services and infrastructural decay. This dissertation focuses on the town of Mira de Aire, whose industrial history and subsequent decline mirror the impact of globalization and industrial obsolescence on rural communities. With the closure of its textile factories, Mira de Aire went from a productive center to a declining village.

This work examines the reasons and consequences of its abandonment, proposing revitalization methods that promote a revaluation of the abandoned spaces and infrastructures. In addition, it proposes decentralization and resilience solutions that could benefit both Mira de Aire and other rural territories. The structure of the dissertation follows a chronological line, addressing Mira de Aire's evolution, heyday, crisis and possible paths for the future.

Keywords

Industry; Rurality; Workforce; Obsolescence; Territorial Resilience.

AGRADECIMENTOS

Termino feliz. Está neste documento uma parte de todas as pessoas que me acompanharam neste percurso.

Aos meus pais, pelo exemplo, apoio, amor incondicional e, principalmente, paciência.

À minha irmã, pela sua força e amizade todos estes anos.

Às minhas avós, fonte de inspiração, pelo exemplo de luta e determinação. Aos meus avôs, que levo sempre comigo.

A toda a minha família e amigos, pelo apoio incondicional e por acreditarem em mim.

A todos os professores que me ensinaram a olhar além. Ao meu orientador, pelo acompanhamento, partilha de conhecimentos, e amizade.

À Margarida, pela amizade, talento e pela imortalização da minha terra em fotografias.

À Bárbara, por tornar os meus dias mais brilhantes, desde o início ao fim.

À Marta, Vasco, Lena, Íris e Pedro pela amizade incalculável, experiências e companhia. À Bruna, Inês, Chiara, Rui André e João Tiago, parceiros de luta neste último ano.

Ao Tiago, pelo amor, pelo companheirismo e por me tornar quem sou.

A todos aqueles que levam Mira de Aire no coração.

Um eterno obrigado.

ÍNDICE

V **RESUMO**

VII **ABSTRACT**

IX **AGRADECIMENTOS**

X **ÍNDICE**

XIV **ÍNDICE DE FIGURAS**

1 **INTRODUÇÃO**

15 **01. O CAMPO E A FÁBRICA**

19 **1.1. O campo antes da fábrica**

19 1.1.1. A vida camponesa

27 1.1.2. Do artesanal ao mecânico

34 1.1.3. A saída dos campos

41 **1.2. A fábrica no campo**

41 1.2.1. A industrialização no espaço periurbano

46 1.2.2. A rede fabril de Mira de Aire

61 **1.3. A transformação de recursos**

61 1.3.1. Os recursos hídricos

65 1.3.2. A energia combustível

69 1.3.3. O sistema paisagístico de Mira de Aire

79 **02. TRABALHO NA FÁBRICA**

83 **2.1. O sistema fabril**

89 **2.2. A luta pelo trabalho**

89 2.2.1. As greves têxteis

98 2.2.2. Os bairros operários

102 2.2.3. Movimentos operários em Mira de Aire

109 **2.3 Redes de apoio local**

109 2.3.1. A solidariedade social

114 2.3.2. A educação

118 2.3.3. O associativismo

127 **2.4. O mercado interno**

127 2.4.1. História do desenvolvimento industrial em Portugal

132 2.4.2. A industrialização no Estado Novo

141 **03. DEPOIS DA FÁBRICA**

145 **3.1. A indústria na economia global**

145 3.1.1. A adesão de Portugal à EFTA e à CEE

151 3.1.2. A desindustrialização e terciarização do mercado

159 **3.2. O património fabril**

159 3.2.1. A falência das fábricas em Mira de Aire

164 3.2.2. A arqueologia industrial

173 **3.3. Desemprego fabril**

183 **3.4. Abandono e enraizamento**

183 3.4.1. A emigração em Mira de Aire

188 3.4.2. A nova imigração

197 **3.5. A fábrica na contemporaneidade**

197 3.5.1. A mobilização de uma classe fragmentada

203 3.5.2. Uma nova cultura de trabalho

211 **04. CASOS DE ESTUDO**

215 **4.1. Campo Maior e o café**

215 4.1.1. Do contrabando à indústria

219 4.1.2. Rui Nabeiro, Comendador

221 4.1.3. Campo Maior e Mira de Aire

225 **4.2. São Domingos e o ferro**

225 4.2.1. A exploração mineira

228 4.2.2. Os impactos ambientais

232 4.2.3. São Domingos e Mira de Aire

239 **4.3. Covilhã e a lã**

239 4.3.1. Indústria: geradora de urbanidade

242 4.3.2. A cidade pós-industrial

245 4.3.3. Covilhã e Mira de Aire

249 **05. UM FUTURO COMUM**

253 **5.1. Resiliência e escala**

253 5.1.1. Métodos para a resiliência territorial

258 5.1.2. A importância da escala

262 5.1.3. A descentralização

273 **5.2. Agricultura e as paisagens**

273 5.2.1. A segunda ruralidade

279 5.2.2. O Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros

285 5.2.3. Uma agricultura comum

295 **5.3. O que fazer com o património?**

295 5.3.1. A fábrica flexível

301 5.3.2. Viver na fábrica

309 5.3.3. O papel das entidades locais

317 **5.4. O futuro de Mira de Aire**

331 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

336 **BIBLIOGRAFIA**

341 **ANEXOS**

ÍNDICE DE FIGURAS

Capa **[Capa] O tecido comum, elaborado pelo autor.**

XXVIII **002. A ruína e a paisagem, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

XXX **003.O campo e a fábrica, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

2 **004. Allegoria del Buon Governo, Siena, Ambrogio Lorenetti, 1339.**
Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ambrogio_Lorenzetti_Allegory_of_Good_Govt.jpg [Consultado em setembro de 2024]

4 **005. Mapa de densidade populacional por freguesia, elaborado pelo autor.**
Fonte: INE

8 **006. Mapa de localização de Mira de Aire, elaborado pelo autor.**

10 **007. Paisagem de Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950.**
Fonte: Olhar Mira de Aire, 2007

14 **008. Gravura de fiadora, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Luciano Justo Ramos, Mira de Aire: Subsídios para uma monografia, 1964

18 **009. Vista do Polje Mira-Minde e da Costa, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

20 **010. Camponeses da Beira-Baixa, Raquel Gameiro, 1939.**
Fonte: Raquel Gameiro, Camponeses da Beira-Baixa, aguarela sobre papel, 1939. Disponível em: http://tribop.pt/TPd/11/07/Camponeses%20da%20Beira [Consultado em novembro de 2024]

22 **011. Apanha da azeitona, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930.**
Fonte: Luciano Justo Ramos, Mira de Aire: Subsídios para uma monografia, 1964

23 **012. Pastor mirense, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1940.**
Fonte: Olhar Mira de Aire, 2007

25 **013. Planta diagramática de cercamentos ingleses, William R. Shepherd, 1923.**
Disponível em: https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:Plan_mediaeval_manor.jpg [Consultado a setembro de 2024]

28 **014. Fiandeira, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

29 **015. Cardadeira, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

30 **016. Gravura da máquina Jenny, autor desconhecido, século XIX.**
Disponível em: https://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/engraving-depicting-james-hargreaves-spinning-fotografia-de-not%C%ADcias/997586186?adppopup=true [Consultado em outubro de 2024]

31 **017. Trabalhadoras da Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

33 **018. Tear de Mantas, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930.**
Fonte: Luciano Justo Ramos, Mira de Aire: Subsídios para uma monografia, 1964

34 **019. Regiões vinícolas de Portugal / Junta Nacional do Vinho, Porto, Mário Costa, 1958.**
Disponível em: https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/records/item/15992-regioes-vinicolas-de-portugal?offset=6 [Consultado em novembro de 2024]

36 **020. Agricultoras alentejanas, Alentejo, Artur Pastor, ca. 1940-50.**
Fonte: Artur Pastor, Série "Portugal Rural". Alentejo, décadas de 1940-50. Disponível em: https://arturpastor.tumblr.com/post/167667779566/s%C3%A9rie-portugal-rural-alentejo-d%C3%A9cadas-de [Consultado em novembro de 2024]

37 **021. Barracas de agricultores assalariados, Espanha, Joan Colom, 1936.**
Fonte: Joan Colom, sem título, Série "El Born", 1936. Disponível em: https://www.fundacionmapfre.org/arte-y-cultura/colecciones/joan-colom/el-born-1936/sin-titulo-01/ [Consultado em novembro de 2024]

40 **022. Fábrica de têxteis Newplaids, Lda., Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024**

42 **023. A fábrica na paisagem, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930.**
Fonte: Luciano Justo Ramos, Mira de Aire: 1933-1958, 1958

44 **024. The Valley Section, Shelmark Coll, Edinburgo, Patrick Geddes, 1925.**
Fonte: Patrick Geddes, Edinburgh University Library Centre for Research Collections: Patrick Geddes Collection, Volume I, A1.13. Disponível em: https://library.ed.ac.uk/heritage-collections/collections-and-search/research-resources/architecture-planning/patrick-geddes [Consultado em novembro de 2024]

46 **025. A lavagem da lã - Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1940.**
Fonte: Arquivo do MIAT - Museu Industrial e Artesanal do Têxtil

47 **026. Transporte de fardos de lã de Mira de Aire para Torres Novas, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

49 **027. Primeiras instalações da Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930.**
Fonte: Olhar Mira de Aire, 2007

50 **028. Localização das principais fábricas da rede fabril de Mira de Aire, elaborado pelo autor.**

53 **029. Vista aérea da Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1940.**
Fonte: Olhar Mira de Aire, 2007

54 **030. Rua Presidente Carmona, Mira de Aire. Autor desconhecido, ca. 1950.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

55 **031. Sociedade Industrial de Mira de Aire, Mira de Aire. Autor desconhecido, ca. 1940.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

56 **032. Trabalhadores da Fábrica de Malhas Mirense, Mira de Aire, autor desconhecido, ca, 1950.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

57 **033. Trabalhadoras a sair da Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

59 **034. Produção de tapedes nodados - Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1970.**
Fonte: Arquivo do MIAT - Museu Industrial e Artesanal do Têxtil

60 **035. Interior da Fábrica de Malhas Mirex, Mira de Aire, Margarida Alexandre 2024.**

62 **036. Looking east into Radcliff, Inglaterra, autor desconhecido, 1902.**
Fonte: Looking east into Radcliffe, 1902. Autor desconhecido. Coronation Souvenir of Radcliffe Whitefield and Prestwich, publicado por T.H. Hayhurst (impressão). Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=5242028 [Consultado em novembro de 2024]

63 **037. A indústria e a energia hídrica, Maia, Álvaro Domingues, s/d.**
Disponível em: https://www.evasoes.pt/ar-livre/uma-nova-forma-de-conhecer-a-maia/143681/ [Consultado em novembro de 2024]

64 **038. Fábrica do Rio Vizela, Santo Tirso, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://www.cm-stirso.pt/noticia/visitas-guiadas-a-fabrica-do-rio-vizela [Consultado em novembro de 2024]

66 **039. Trabalhador da Mina dos Pejões, Castelo de Paiva, Adriano Miranda, 1992.**
Fonte: Adriano Mina, Carvão de Aço, 2017. Disponível em: https://www.publico.pt/2017/04/30/sociedade/noticia/negro-como-a-mina-1770094 [Consultado em novembro de 2024]

67 **040. Antigas instalações da Mina de Pejões, Castelo de Paiva, Adriano Miranda, 1992.**
Fonte: Adriano Mina, Carvão de Aço, 2017. Disponível em: https://www.publico.pt/2017/04/30/sociedade/noticia/negro-como-a-mina-1770094 [Consultado em novembro de 2024]

68 **041. Planta de extração da Mina dos Pejões, Castelo de Paiva, Adriano Miranda.**
Fonte: Adriano Mina, Carvão de Aço, 2017. Disponível em: https://www.publico.pt/2017/04/30/sociedade/noticia/negro-como-a-mina-1770094 [Consultado em novembro de 2024]

70 **042. Mapa dos recursos hídricos de Mira de Aire, elaborado pelo autor.**
Fonte: Sistemas de Informação Geográfica, Município de Porto de Mós

72 **043. Moinho da Nascente da Pena, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

73 **044. Moinho da Nascente da Pena em épocas de cheias, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

74 **045. Nascente da Pena, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Luciano Justo Ramos, Mira de Aire: Subsídios para uma monografia, 1964

75 **046. Passeio de barco no Polje Mira-Minde em época de cheias, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

78 **047. Gravura de tecedeira, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Luciano Justo Ramos, Mira de Aire: 1933-1958, 1958

82 **048. Urdideira - Fábrica de Tapetes Vitória, Margarida Alexandre, 2024.**

84 **049. Trabalhadoras de fábrica de latas, Seattle, autor desconhecido, 1909.**
Fonte: Can factory workers stamping out end discs, 1909. Material usado na Exposição Alaska-Yukon-Pacific de 1909, Seattle. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Can_factory_workers_stamping_out_end_discs,_published_1909.jpg [Consultado em novembro de 2024]

85 **050. Trabalhadoras a marcar o ponto, no fim de uma jornada de trabalho, Philadelphia, autor desconhecido, 1942.**
Fonte: Clocking In To Work, 1942. Library of Congress/Interim Archives/Getty Images. Disponível em: https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%ADstica/women-workers-punch-their-cards-at-a-time-clock-as-foto-jornal%C3%ADstica/1422811417?adppopup=true [Consultado em novembro de 2024]

86 **051. Trabalho infantil na fábrica, Carolina, Lewis Hine, 1908.**
Fonte: Lewis Hine, Cotton Mill Girl, cópia de gelatina de prata, 1908. Coleção Lewis Hine, Biblioteca do Congresso, Washington, EUA. Disponível em: https://artrianon.com/2020/11/10/obra-de-arte-da-semana-garota-da-fabrica-de-algodao-de-lewis-hine/ [Consultado em novembro de 2024]

87 **052. "O futuro pertence a quem tem trabalhadores que acordam cedo", França, Coluche, s/d.**
Disponível em: https://librinfo74.fr/le-dicton-du-jour/ [Consultado em outubro de 2024]

88 **053. Exterior da Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

90 **054. Biblioteca de Propaganda Social nº6, Lisboa, Empresa Editora Popular, s/d**
(Discurso na integra, pronunciado por Aristide Briand no Congresso Geral do Partido Socialista Francês em 1899). Disponível em: https://arepublicano.blogspot.com/2010/11/ [Consultado em novembro de 2024]

92 **055. A greve dos operários no Porto, Lisboa, Jornal de Notícias, 1903.**
Disponível em: https://etcetaljornal.pt/j/2023/08/junho-de-1903-a-greve-dos-teceloes-que-conquistou-a-cidade-do-porto/ [Consultado em novembro de 2024]

95 **056. Luditas a destruir máquinas, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://www.worldhistory.org/image/17132/luddites-smashing-textile-machines/ [Consultado em novembro de 2024]

96 **057. O líder dos luditas, Inglaterra, autor desconhecido, 1812.**
Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1990-1109-86 [Consultado em novembro de 2024]

98 **058. Ferguson Pailin Electrical Engineering, Manchester, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://modernmooch.com/2020/11/15/fairfield-road-edge-lane/ [Consultado em novembro de 2024]

99 **059. Vila Dias, Lisboa, Alberto Carlos, ca. 1910.**
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Fotográfico. Disponível em: https://jornalissimo.com/historia/vilas-operarias-na-lisboa-do-final-do-seculo-xix/ [Consultado em novembro de 2024]

100 **060. Pátio em Alfama, Lisboa, Joshua Benoliel, ca. 1910.**
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Fotográfico. Disponível em: https://jornalissimo.com/historia/vilas-operarias-na-lisboa-do-final-do-seculo-xix/ [Consultado em novembro de 2024]

103 **061. Inauguração do busto de Manuel Dias Justo, Mira de Aire, autor desconhecido, 1948.**
Fonte: jornal Voz de Mira de Aire, abril de 1948

104 **062. Operário, lembra-te:, Mira de Aire, jornal Voz de Mira de Aire, 1964.**
Fonte: jornal Voz de Mira de Aire, dezembro 1964

108 **063. Loja de vestuário e sapataria António Garoto, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

110 **064. Casa Abrigo de S. José, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950.**
Fonte: Olhar Mira de Aire, 2007

111 **065. Idosos recolhidos na Casa Abrigo de S. José, Mira de Aire, autor desconhecido, ca.1950.**
Fonte: Mira de Aire: 1958-1983, 1983

112 **066. Património dos Pobres, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1960.**
Fonte: Luciano Justo Ramos, Mira de Aire: 1933-1958, 1958

113 **067. Cozinheira da cantina social da Fábrica de Tapetes Vitória, autor desconhecido, ca. 1960.**
Fonte: Arquivo do MIAT - Museu Industrial e Artesanal do Têxtil

114 **068. Primeira Escola Primária de Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1940.**
Fonte: Joaquim Ribeiro et al, Mira de Aire - 75.º Aniversário de Elevação a Vila, 2009

115 **069. Alunos da Escola Primária, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1940.**
Fonte: Olhar Mira de Aire, 2007

116 **070. Escola Secundária de Mira de Aire, antigo Externato, autor desconhecido, ca. 1970.**
Fonte: Mira de Aire: 1958-1983, 1983

118 **071. Público no Cine-Teatro, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

119 **072. Procissão religiosa com a Sociedade Filarmónica Mirense, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

120 **073. Grupo Cénico na peça de teatro Recompensa, Mira de Aire, autor desconhecido, 1956.**
Fonte: Olhar Mira de Aire, 2007

121 **074. Equipa de futebol da União Recreativa Mirense, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Olhar Mira de Aire, 2007

123 **075. Acender da fogueira no Natal, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

124 **076. Doações dos habitantes para o decorrer da Festa de Nº. Sra. da Boa Morte, Mira de Aire, jornal Voz de Mira de Aire, 1967.**
Fonte: jornal Voz de Mira de Aire, janeiro de 1967

126 **077. Descarga de produtos na Fábrica de Tapetes de Mira de Aire, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

128 **078. Retrato de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1º Marquês de Pombal, Louis-Michel van Loo & Claude Joseph Vernet, 1766.**
Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Louis-Michel_van_Loo_003.jpg#filehistory [Consultado em novembro de 2024]

131 **079. Real Fábrica de Panos, atual Museu de Lanifícios, Covilhã, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://citaliarestauro.com/patrimonio-industrial-importancia/ [Consultado em novembro de 2024]

133 **080. Operários!, Portugal, Secretariado da Propaganda Nacional, ca. 1940.**
Disponível em: https://purl.pt/22030 [Consultado em novembro de 2024]

135 **081. Cartaz alusivo aos Planos de Fomento Industrial - Exposição da Indústria Portuguesa, Lisboa, 1957.**
Disponível em: https://restosdecoleccao.blogspot.com/2013/06/exposicao-da-industria-portuguesa.html [Consultado em novembro de 2024]

136 **082. António de Olivera Salazar sentado na sua mesa de trabalho, Lisboa, Bernard Hoffman, 1940.**
Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Antonio_de_Olivera_Salazar_sitting_at_his_desk_(by_Bernard_Hoffman,_1940)_%E2%80%93_Google_Art_Project.png [Consultado em novembro de 2024]

140 **083. Gravura de cardadora, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Luciano Justo Ramos, Mira de Aire: Subsídios para uma monografia, 1964

144 **084. Armazém da Fábrica Newplaids, Lda., Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

146 **085. Revista Vida Mundial, nº 1608, EFTA-Mercado comum: Integração, 1970.**
Disponível em: https://tabeliao.pt/loja/revistas/vida-mundial/vida-mundial-no-1608-efta/ [Consultado em novembro de 2024]

147 **086. O Secretário de Estado do Comércio, Dr. Correia de Oliveira, assinando a Convenção da Associação Europeia de Comércio Livre, Lisboa, Jornal "O Século", 1959.**
Fonte: Centro Português de Fotografia - Serviço de Arquivo de Lisboa, Edifício da Torre do Tombo. Disponível em: https://www.cvce.eu/en/obj/signing_of_the_efta_convention_lisbon_30_december_1959-en-48ea2e43-4f53-480a-a94c-4ee085d9d3a2.html [Consultado em novembro de 2024]

149 **087. O Primeiro-Ministro Mário Soares assina o Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), Lisboa, Alfredo Cunha, 1985.**
Fonte: Fundo Isabel Soares – Fundação Mário Soares e Maria Barroso. Disponível em: http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10182.018 [Consultado em novembro de 2024]

158 **088. Fábrica de Malhas Mirex, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

160 **089. A Fiandeira Mirense, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

162 **090. A Sociedade Industrial de Mira de Aire, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

165 **091. Museu dos Lanifícios da Covilhã, Covilhã, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://andarilho.pt/2021/02/22/museu-e-a-heranca-judaica-nos-lanificios-da-covilha/ [Consultado em novembro de 2024]

166 **092. Museu de Portimão, Portimão, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://www.barlavento.pt/museu-de-portimao-tambem-vai-a-descoberta-do-turismo-industrial/ [Consultado em novembro de 2024]

169 **093. Museu da Eletricidade, Lisboa, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://lisboasecreta.co/visita-virtual-museu-eletricidade-lisboa/ [Consultado em novembro de 2024]

172 **094. Trabalhadora da Fábrica Newplaids, Lda., Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

174 **095. Manifestação de trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira contra salários em atraso, Lisboa, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco. Disponível em: https://wikitejo.mediotejo.pt/index.php/sociedade/538-o-sindicato-dos-metalurgicos-e-a-metalurgica-duarte-ferreira-relatos-e-memorias [Consultado em novembro de 2024]

176 **096. Manifestantes, Tramagal, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco. Disponível em: https://wikitejo.mediotejo.pt/index.php/sociedade/538-o-sindicato-dos-metalurgicos-e-a-metalurgica-duarte-ferreira-relatos-e-memorias [Consultado em novembro de 2024]

179 **097. Manifestação de trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira contra salários em atraso, Tramagal, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco. Disponível em: https://wikitejo.mediotejo.pt/index.php/sociedade/538-o-sindicato-dos-metalurgicos-e-a-metalurgica-duarte-ferreira-relatos-e-memorias [Consultado em novembro de 2024]

182 **098. Rua General Humberto Delgado (N243), Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

184 **099. Mapa de taxa de repulsão de emprego por concelho, elaborado pelo autor.**
Fonte: INE

185 **100. Emigrantes portugueses, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://comunidades.madeira.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2025:o-que-mudou-na-emigracao-portuguesa&catid=11 [Consultado em novembro de 2024]

186 **101. Emigrantes mirenses, Mira de Aire, Voz de Mira de Aire, 1958.**
Fonte: Voz de Mira de Aire, abril de 1958.

188 **102. Emigrantes portugueses em bairro-de-lata, França, Gérald Bloncourt, 1964.**
Disponível em: https://bomdia.uk/o-fotografo-dos-bidonvilles-portugueses-em-franca-expoe-no-fundao-e-em-lisboa/ [Consultado em novembro de 2024]

190 **103. Trabalhador imigrante, Odemira, Marcos Borga (Revista Visão), 2021.**
Disponível em: https://visao.pt/atualidade/sociedade/2021-05-06-odemira-viagem-ao-mundo-dos-emigrantes-explorados-e-invisiveis/ [Consultado em novembro de 2024]

193 **104. Habitação dos trabalhadores imigrantes, Odemira, Marcos Borga (Revista Visão), 2021.**
Disponível em: https://visao.pt/atualidade/sociedade/2021-05-06-odemira-viagem-ao-mundo-dos-emigrantes-explorados-e-invisiveis/ [Consultado em novembro de 2024]

196 **105. Fábrica da Portlã, antiga Fiandeira Mirense, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

198 **106. Operários, São Paulo, Tarsila do Amaral, 1933.**
Fonte: Tarsila do Amaral, Operários, óleo sobre tela, 1933, Acervo do Governo do Estado de São Paulo. Disponível: https://www.culturagenial.com/quadro-operarios-de-tarsila-do-amaral/ [Consultado em novembro de 2024]

201 **107. Excerto da série Tempo dos Operários (A History of the European Working Class), Stan Neumann, 2020.**
Fonte: Stan Neumann, A History of the European Working Class, 2020, Produção Arte France, Les Films d'Ici. Disponível em: https://www.rtp.pt/programa/tv/p40616 [Consultado em novembro de 2024]

204 **108. Almoço sobre um arranha-céus, Nova Iorque, Charles Clyde Ebbets, 1932.**
Fonte: Lunch atop a Skyscraper, publicado no jornal New York Herald-Tribune, 2 de outubro de 1932, Charles Clyde Ebbets, Tom Kelley, ou William Leftwich. Disponível em: https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:Lunch_atop_a_Skyscraper.jpg [Consultado em novembro de 2024]

207 **109. O enfileiramento do escritório, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Shutterstock/ By Everett Collection. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/958337/mulher-e-arquiteta-as-pedras-em-um-caminho-dominado-pelos-homens/6048e038f91c81138000018b-mulher-e-arquiteta-as-pedras-em-um-caminho-dominado-pelos-homens-imagem?next_project=no [Consultado em novembro de 2024]

210 **110. Gravura de camponesa e seu burro, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Luciano Justo Ramos, Mira de Aire: Subsídios para uma monografia, 1964

214 **111. Bobines de fio, Fábrica Newplaids, Lda, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

216 **112. "Mochileiros" com a sua carga de café a atravessar a fronteira, Espanha, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://www.hoy.es/extremadura/cronica-negra/muertos-cruzar-frontera-cafe-20240420081145-nt.html [Consultado em novembro de 2024]

217 **113. "Rota dos Contrabandistas", percurso organizado pela GEDA – Grupo de Ecologia e Desportos de Aventura, Campo Maior.**
Disponível em: https://dddelta.com/na-rota-do-contrabando/ [Consultado em novembro de 2024]

220 **114. Rui Nabeiro, com a carrinha de distribuição de café da Delta, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://dddelta.com/o-perfil-de-empresario/ [Consultado em novembro de 2024]

221 **115. Contrabandistas, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://autonomosdefrontera.com/la-humanizacion-de-la-raya/ [Consultado em novembro de 2024]

222 **116. Trabalhadoras em Máquinas de fiação, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.**
Fonte: Arquivo Municipal de Porto de Mós

224 **117. Armazéns da Sociedade Industrial de Mira de Aire, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

226 **118. Exterior das oficinas das Minas de S. Domingos, São Domingos, António Vargas, 1924.**
Disponível em: https://www.cemsd.pt/lfotos [Consultado em novembro de 2024]

227 **119. Mineiros dentro de uma galeria da mina, aguardando a mudança de turno, São Domingos, GAMSD, ca. 1960.**
Disponível em: https://www.cemsd.pt/node/618 [Consultado em novembro de 2024]

229 **120. Vista do fundo e vertente norte, São Domingos, GAMSD, 1908.**
Disponível em: https://www.cemsd.pt/node/2214 [Consultado em novembro de 2024]

230 **121. Águas Poluídas da Mina de São Domingos, São Domingos, Luís FBP, 2016.**
Disponível em: https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g2542568-d1533229-Reviews-Minas_de_Sao_Domingos-Minas_de_Sao_Domingos_Beja_District_Alentejo.html#/media/1533229/?albumid=-160&type=ALL_INCLUDING_RESTRICTED&category=-160 [Consultado em novembro de 2024]

231 **122. Pormenor da Fábrica da Achada do Gamo, São Domingos, John Higgins, 1955.**
Disponível em: https://www.cemsd.pt/node/1318 [Consultado em novembro de 2024]

233 **123. Instalações devolutas da Achada do Gamo, São Domingos, autor desconhecido, 2022.**
Disponível em: https://andarilho.pt/2022/06/22/a-deslumbrante-achada-do-gamo-nas-minas-de-s-domingos/ [Consultado em novembro de 2024]

234 **124. Armazém devoluto da Sociedade Industiral de Mira de Aire, Mira de Aire,** Margarida Alexandre, 2024.

236 **125. Instalações devolutas da Mina de São Domingos, São Domingos, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://www.visitmertola.pt/experiencias/cultura-em-mertola/mina-de-s-domingos-patrimonio-mineiro/ [Consultado em novembro de 2024]

238 **126. Produtos têxteis da Fábrica Newplaids, Lda., Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

240 **127. As fábricas de lanifícios da Covilha, Covilhã, autor desconhecido, s/d.**
Disponível em: https://pj1966.wixsite.com/cidadedacovilha/fbricas-antigas [Consultado em novembro de 2024]

241 **128. Interior da Fábrica Transformadora de lã, Lda., Covilhã, distribuição por Drogaria Pedroso, ca. 1930.**
Disponível em: https://memoriasdacovilha.blogs.sapo.pt/a-covilha-industrial-2650 [Consultado em novembro de 2024]

242 **129. Pólo principal da Universidade da Beira Interior, Covilhã, autor desconhecido, 2007.**
Disponível em: https://www.cm-covilha.pt/?cix=1027&tab=792&lang=1 [Consultado em novembro de 2024]

243 **130. Universidade da Beira Interior, Covilhã, autor desconhecido, 2009.**
Disponível em: https://www.cm-covilha.pt/?cix=1027&tab=792&lang=1 [Consultado em novembro de 2024]

245 **131. Compra das Peles, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930.**
Fonte: Luciano Justo Ramos, Mira de Aire: Subsídios para uma monografia, 1964

246 **132. Atividades Mirenses na Covilhã, Mira de Aire, Jornal de Mira de Aire, 1958.**
Fonte: jornal Voz de Mira de Aire, abril de 1958

248 **133. Gravura de Mercadora de Tecidos, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d**
Fonte: Luciano Justo Ramos, Mira de Aire: Subsídios para uma monografia, 1964

252 **134. Sede da associação Mata Jovem, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

254 **135. Água inunda as casa em Ninth Ward, Nova Orleans, Smiley N.Pool, 2005.**
Fonte: Water surrounds homes in the devastated Ninth Ward in this aerial view of damage from Hurricane Katrina in New Orleans. (Photo by Smiley N. Pool/Houston Chronicle via Getty Images). Disponível em: https://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/b-aug-30-2005-b-water-surrounds-homes-in-fotografia-de-not%C3%ADcias/1258755377?adppopup=true [Consultado em novembro de 2024]

257 **136. Estação Cooperativa de Casa Branca, Casa Branca, autor desconhecido, 2022.**
Disponível em: https://estacaocooperativa.cargo.site/ [Consultado em novembro de 2024]

260 **137. Busto de Manuel Dias Justo, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

264 **138. Mapa do contexto territorial de Mira de Aire, elaborado pelo autor.**
Fonte: Sistemas de Informação Geográfica, Município de Porto de Mós

266 **139. Limpeza do percurso MM1 pela associação Movimento Mira-Minde, Mira de Aire, autor desconhecido, 2019.**
Fonte: Movimento Mira-Minde. Disponível em: https://www.instagram.com/mira_minde/ [Consultado em novembro de 2024]

269 **140. Mapa do percurso MM1, Mira de Aire, Movimento Mira-Minde, 2019.**
Fonte: Movimento Mira-Minde. Disponível em: https://mira-minde.pt/resgate-caminho-historico-mira-minde/ [Consultado em novembro de 2024]

272 **141. Vista da Costa, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

274 **142. Dicotomia indústria-ambiente ao longo do tempo, elaborado pelo autor.**

276 **143. A presença do rural, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

280 **144. Mapa do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1980.**
Fonte: Mira de Aire: 1958-1983, 1983

282 **145. Polje Mira-Minde em época de cheias, Mira de Aire, Rui Miguel Pedrosa, s/d.**
Fonte: Rui Miguel Pereira. Disponível em: https://ruimiguelpedrosa.com/experiencias-e-destinos [Consultado em novembro de 2024]

283 **146. Fotografia aérea do polje Mira-Minde em época de cheias, Mira de Aire, Rui Miguel Pedrosa, s/d.**
Fonte: Rui Miguel Pereira. Disponível em: https://ruimiguelpedrosa.com/experiencias-e-destinos [Consultado em novembro de 2024]

284 **147. Grutas: a um quilómetro, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

286 **148. Mapa de uso de solos agrícolas, elaborado pelo autor.**
Fonte: Sistemas de Informação Geográfica, Município de Porto de Mós

188 **149. Campo de píxeis, Viena, OMA Rem Koolhaas, 2020.**
Fonte: Rem Koolhaas et al, Countryside, a report, 2020. Disponível em: https://www.rdnt.uk/projects/vienna-fields [Consultado em novembro de 2024]

291 **150: Agricultura de píxeis, Viena, Atelier Radiant, 2022.**
Disponível em: https://www.rdnt.uk/projects/vienna-fields [Consultado em novembro de 2024]

294 **151. Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

296 **152. Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

298 **153. Fiandeira Mirense, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

302 **154. Sociedade Industrial de Mira de Aire, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

306 **155. Fiandeira Mirense, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

310 **156. Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

314 **157. Lavandaria da Fábrica Newplaids, Lda., Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

316 **158. Igreja-Matriz de Mira de Aire, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**

318 **159. Diagrama de processo de falência e recondicionamento da rede fabril de Mira de Aire, elaborado pelo autor.**

320 **160. Matriz de ação, elaborado pelo autor**

322 **161. Possíveis estruturas nas instalações devolutas da rede fabril de Mira de Aire,elaborado pelo autor.**

324 **162. Fotomontagem da Cooperativa da Fábrica, nas instalações da antiga Lanifícia do Outeiro, elaborado pelo autor..**

326 **163. Fotomontagem da Faculdade de Geologia, Agronomia e Design, nas instalações da antiga Fábrica de Tapetes Vitória elaborado pelo autor.**

327 **164. Fotomontagem do Centro Associativo e jardim público, nas instalações da antiga Fábrica de Malhas Mirex, elaborado pelo autor.**

328 **165. Fotomontagem de habitações temporárias, nas instalações da antiga Sociedade Industrial de Mira de Aire, elaborado pelo autor.**

330 **166. Instalações da Fábrica Newplaids, Lda., Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.**



002. A ruína e a paisagem, Margarida Alexandre, 2024

ao meu avô.



003. O campo e a fábrica, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

INTRODUÇÃO

Atualmente, as povoações, aldeamentos e áreas de baixa densidade afastadas dos centros urbanos sofrem com os efeitos de dinâmicas nocivas ao seu desenvolvimento socioeconómico: quebra demográfica, perda de serviços básicos, instabilidade económica, desemprego, envelhecimento e degradação infraestrutural. Esta tendência, fruto da centralização e globalização da economia, que concentra nos centros urbanos as oportunidades de trabalho, os serviços e as estruturas de tomada de decisão, resulta na densificação das cidades, por um lado – que perdem a capacidade de resposta às necessidades da sua sempre crescente população – e deixam as localidades periurbanas e interiores tendencialmente mais vazias, por outro, muitas vezes reduzidas à condição de lugares fantasma, condenadas a problematizar os fragmentos de uma cultura que se cristalizou no tempo.

A centralização da economia nas metrópoles globais, que no caso de Portugal correspondem a Lisboa e Porto – e a inerente urbanização expansiva das suas periferias pela pressão demográfica exercida nas suas estruturas – polariza o território, gera desigualdades e tensões sociais e apaga culturas locais específicas, essenciais para a manutenção sustentável do território. Enquanto um pode dizer que a densificação das cidades corresponde a um modelo de crescimento mais ecológico e económico, contrariando as tendências de periferização e *urban sprawl*, comum dos subúrbios americanos, o crescimento patológico de cidades como Lisboa e Porto tornou-as economicamente inviáveis para o cidadão comum, quer pela incapacidade de assegurar habitação acessível - fruto da capitalização do parque habitacional e da especulação imobiliária inerente à densificação urbana – quer pela condenação da melhor alternativa a afastá-lo cada vez mais do seu lugar de trabalho, gerando movimentos pendulares exponencialmente maiores, e resultando na construção das urbanizações periféricas que se

habitam como complexos bairros-dormitório.

Estas periferias, desprovidas de cultura contextual prévia pela sua recente formação, expandem-se sobre o território rural, sensível às pressões económicas dos grandes centros, perdendo neste processo invasivo a sua cultura e economia originais, dando muitas vezes lugar a construções anónimas, dependentes de uma relação com centralidades que se objetiva a escalas regionais. A dicotomia cidade-campo, fortemente presente durante a história da humanidade pré-industrial, sofre uma mutação homogeneizante, tornando intersticial o território adjacente às cidades e formando dicotomias associadas à urbanidade, como centro-periferia, urbano-suburbano, metrópole-cidade média. O advento da indústria e a implementação de uma economia produtiva, baseada na concentração de capital, deixou marcas no território rural, cuja produtividade deixou então de estar associada à exploração agrícola e pecuária, mantida por populações intrinsecamente ligadas à sua atividade, e passar ao invés a servir de hospedeira à implantação de indústrias, que alteraram marcadamente as culturas locais. Atualmente, presenciamos um processo duplo de industrialização e urbanização (Lefebvre, 2012), em que o território serve de palco para lutas socioeconómicas inseridas

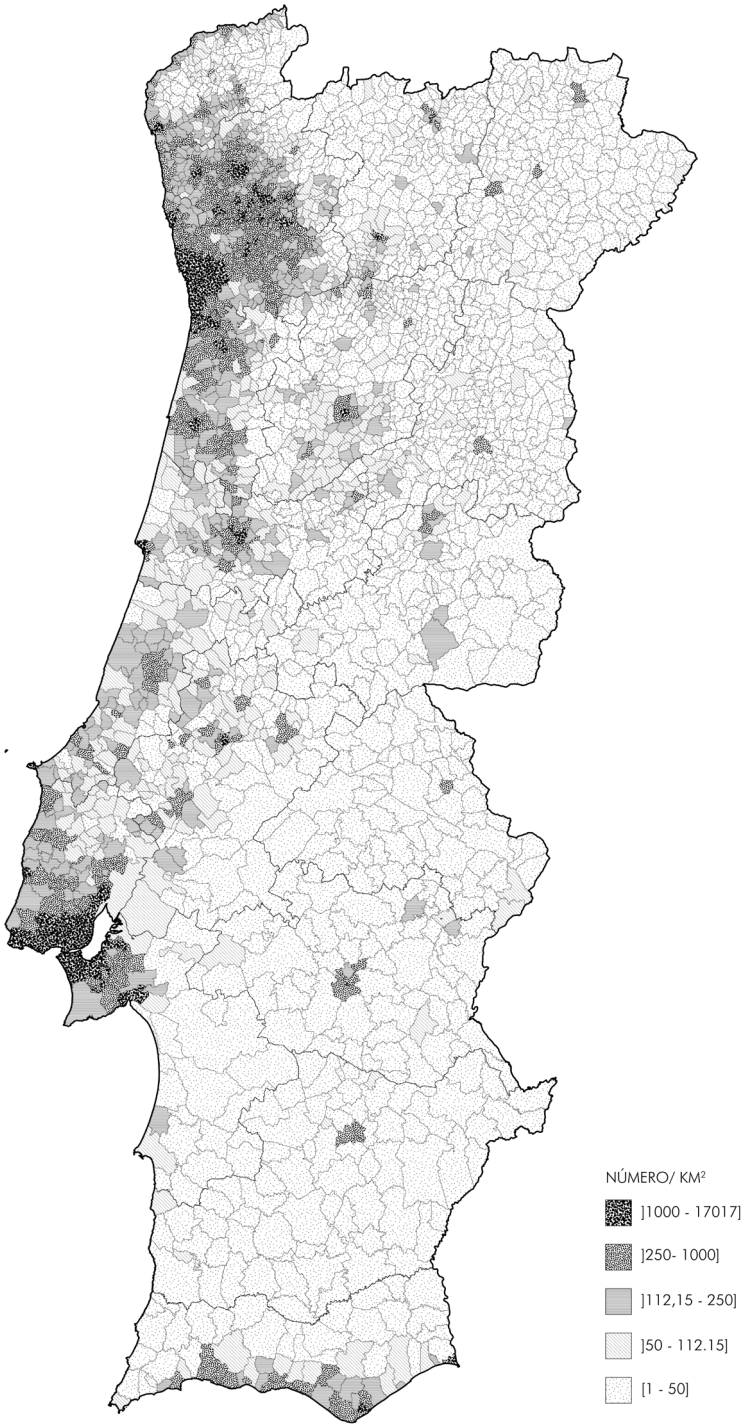


004. *Allegoria del Buon Governo*, Siena, Ambrogio Lorenetti, 1339

num mercado global extremamente competitivo, onde o culto da tecnologia e do progresso sem freio define o destino das sociedades, que se vêm subjugadas por desígnios abstratos que não se compatibilizam convenientemente com as aspirações locais. O campo, outrora isolado e com cultura própria, modifica-se em torno de um interesse nacional e global abstrato, e o seu valor torna-se dependente do seu potencial de reprodução de capital. Se um lugar perde o seu valor como agente ativo na economia, este deixa então de "existir".

Enquanto as cidades se expandem em extensão, e num processo oposto, se contraem na incapacidade de manutenção das suas infraestruturas, o campo, isolado e interior, transforma-se muitas vezes numa entidade sem vislumbre de futuro, desprovido das ferramentas que permitem a sua resiliência. As tendências de urbanização do campo, alimentadas pela industrialização da sua economia, são as mesmas que levam à sua desindustrialização, e subsequente desterritorialização. As localidades afetadas pela implantação das indústrias, principalmente aquelas cujo desenvolvimento está intrinsecamente associado à economia que gravita em torno das empresas industriais, são as mesmas que, com a obsolescência destas estruturas produtivas, sofrem as piores consequências. Perdendo a fonte de riqueza,





005. Mapa de densidade populacional por freguesia

decorrente do labor fabril, ressente-se a reprodução social e a construção cultural. A hipótese de trabalho que se desenvolve passa pelo reconhecimento da importância na reativação destes lugares, e da tentativa de sustentar a tese de que esta imaginação torna-se fundamental para a sobrevivência de modos de vida extraurbanos, cuja ligação com o contexto geológico e com a história intrínseca à sua implantação se tornaram, a seu tempo, no principal modulador de cultura.

A resolução dos problemas associados à cidade e à urbanidade, tendem ao desenho de estratégias e projetos cujo principal foco é o próprio espaço urbano. Na verdade, com a intensa urbanização do território, o conceito de urbanidade deixa de estar afeto apenas aos centros urbanos e às metrópoles, expandindo-se para todo o território dependente da cidade, quer seja de histórico rural, periurbano, ou resulte da conjugação de ambos. Se as estratégias de resolução de problemas urbanos se cingirem às cidades, e se derem por perdidas partes do território cujos processos de urbanização ocorrem em menor escala, não será possível desenhar métodos e modelos de resposta às pressões exercidas sobre os territórios centralizados. A resposta aos problemas associados à pressão urbana deve expandir-se para os territórios associados – muitas vezes forçosamente - a esta, utilizando as localidades rurais e urbanizadas espalhadas pelo litoral e pelo interior, entendendo a possibilidade como agente de mudança, capaz de mitigar as tendências nocivas que afetam todas as expressões territoriais, da maior cidade, à mais pequena aldeia.

A presente dissertação pretende explorar os diversos processos sociais, tecno-materiais, económicos e territoriais, associados às localidades urbanizadas e industrializadas, servindo-se do caso de Mira de Aire, antiga vila fabril pertencente a Porto de Mós, Leiria, como exemplo de processos comuns a variadas

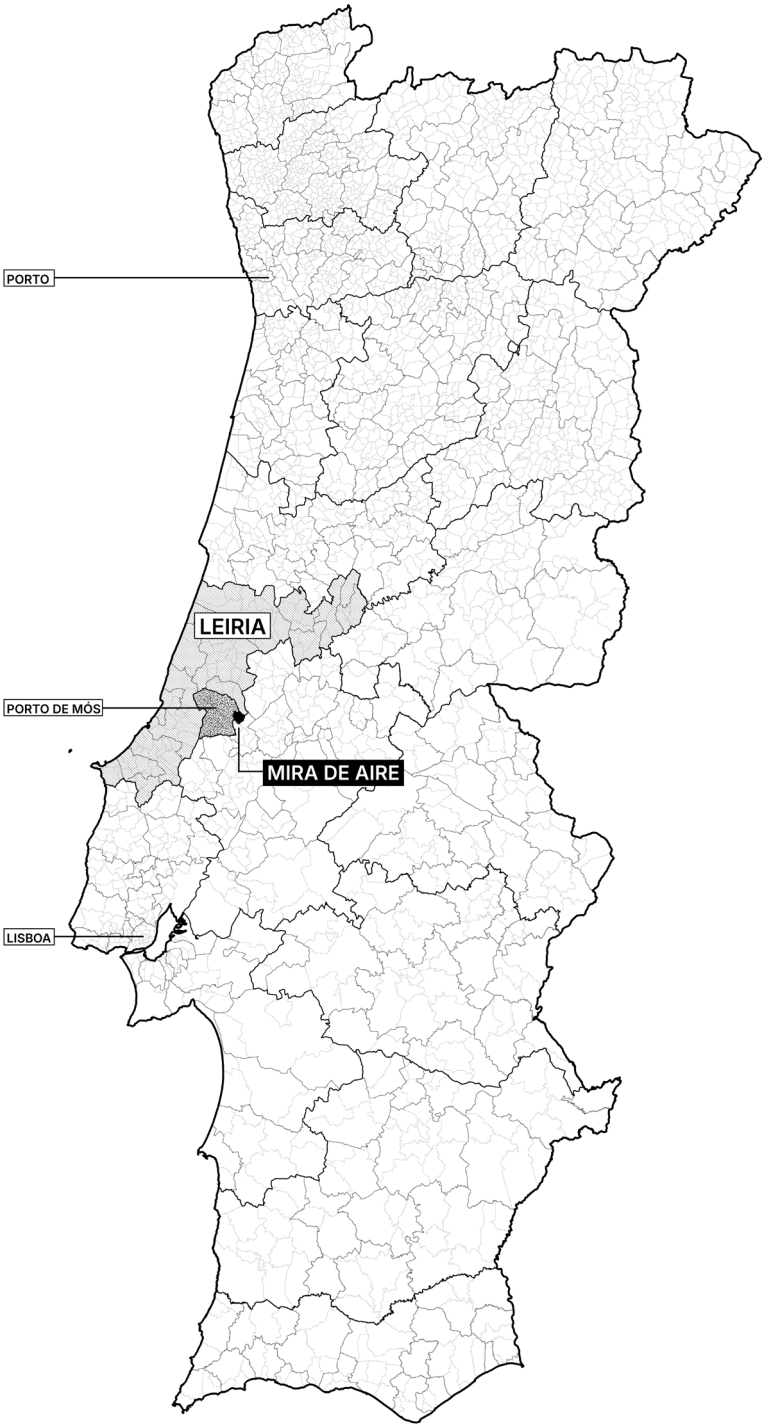
localidades do país. A pertinência desta investigação reflete-se na análise crítica de um território semirrural, cujas transformações impulsionadas pelo desenvolvimento industrial são reproduzidas, em diferentes escalas e com diversas consequências, em inúmeros territórios industrializados de Portugal Continental. O retrato industrial de Mira de Aire, desenvolvido e analisado nos próximos capítulos, disseca as diferentes mudanças sociais e estruturais causadas pelo desenvolvimento da prática industrial em meios rurais, e como a sua implantação e consequente falência transforma o território, empobrecendo o tecido urbano local, alterando as relações interpessoais dos habitantes e culminando nas consequências visíveis no desenvolvimento económico da região.

Mira de Aire, inserida na região do litoral centro associado ao Maciço Calcário Estremenho (região de grande interesse natural e geológico pela sua natureza maioritariamente cársica), implanta-se na encosta da depressão entre a Serra de Aire, a este, e a Serra de São de Candeeiros, a oeste. A sua história e desenvolvimento está associada às dificuldades de dominação da paisagem onde se insere, nomeadamente na dificuldade de exploração agrícola, associada à complexidade topográfica, difícil rendibilidade dos solos e incerteza sazonal. A diminuta prática da agricultura, apesar de se materializar fortemente no território, levou ao desenvolvimento de uma atividade artesanal têxtil de grande expressão no tecido socioeconómico da vila, com os seus habitantes a desenvolver uma atividade associada à tecelagem e à fiação da lã, atividade que remonta ao século XIV. A presença de uma indústria artesanal incipiente, concretizada maioritariamente no seio doméstico, não se mostrava suficiente para garantir a segurança económica, resultando em até aí em insipiente desenvolvimento da terra. Muitos dos seus habitantes migravam, tanto para outras regiões do país, como para o estrangeiro, à procura de emprego e oportunidades de mercado

que melhorassem a sua condição. Com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII, a economia transforma-se, e Portugal, apesar de aderir tardiamente à tendência europeia industrial, inicia o seu processo de industrialização da economia, associada à concentração de capital, à produção e à criação de mercados.

Mira de Aire, com a sua história de artesanato têxtil, testemunha um processo de industrialização em meados do século XIX, inicialmente manual e de baixa produção, mais tarde mecânico e de grande potencial produtivo. A implantação de pequenas indústrias têxteis leva ao rápido crescimento da vila, resultando na chegada de um grande número de trabalhadores vindos de todos os cantos do Portugal rural, aumentando a pegada urbana da vila, o seu potencial económico e a sua cultura. O progresso visível em Mira de Aire dura relativamente pouco. Na década de 1960, com a expansão do mercado nacional para uma escala global, com a constante atualização das tecnologias e com a crescente centralização da economia, as fábricas têxteis que permitiram o crescimento da vila acabariam por fechar, deixando atrás um rasto de abandono com expressão estrutural na vila. A perda do emprego, a incerteza económica e a pressão laboral nos poucos trabalhos da região, são testemunhos desse abandono.

Atualmente, Mira de Aire é uma vila fantasma. As pequenas empresas, ainda implantadas na terra, empregam poucos trabalhadores. Os diminutos serviços ainda em atividade na vila são apenas os necessários ao suporte de uma economia empobrecida, da qual faz parte uma residual fração de mirenses. As casas que outrora recebiam famílias inteiras de operários, permanecem vazias, fechadas com as suas memórias, em rápido processo de degradação. As fábricas que outrora troavam pelas ruas, com o ronco dos teares, não passam hoje senão de lembranças de um tempo antigo, refletindo o abandono territorial



006. Mapa de localização de Mira de Aire

e infraestrutural. Mira de Aire, outrora a maior contribuinte da região, é hoje a povoação que apresenta maiores sinais de abandono. A memória coletiva dos habitantes de Mira de Aire é apenas refletida nos vidros partidos dos luminosos envidraçados das fábricas abandonadas.

É neste contexto que esta Dissertação pretende intervir. Investigando diferentes fatores que modelam o tecido socioeconómico dos territórios rurais industrializados, procura-se entender os fenómenos que afetam estes locais, cujo abandono representa a falência de uma política económica e territorial insuficiente, incapaz de proteger as partes do seu território mais sensíveis e vulneráveis, e de delinear estratégias para a sua revitalização e crescimento. Tendo em conta a possibilidade de reabilitação da memória coletiva de Mira de Aire, pretende-se questionar os processos que levaram ao abandono deste território, sugerindo-se métodos de resiliência territorial que permitam o desenvolvimento sustentável e participativo em espaços semirrurais. Aproveitando as estruturas devolutas da localidade, procura-se delinear estratégias de revalorização de tais espaços, respondendo simultaneamente a problemas associados ao contexto de Mira de Aire e ao contexto territorial que afeta espaços urbanos similares no país. Descentralização. Revitalização. Permanência. Crescimento. Palavras de ação que definem a narrativa deste documento: guiam um seu propósito, alicerçam o diagnóstico de patologias e ensaiam uma delineação de futuros.

A elaboração deste documento parte de uma análise extensa de bibliografia, a convocar várias problemáticas em sucessivas escalas, associadas ao tema da Dissertação. Recorreu-se a variadas descrições históricas evocativas do trabalho na fábrica, a vários ensaios e estudos sobre a condição laboral, a relatórios focados nos processos económicos e produtivos associados

à industrialização, para além de documentos disponíveis de índole municipal, política e regional. Além disso, a descrição da vila de Mira de Aire parte de inúmeras visitas ao local e à análise da bibliografia disponível sobre a mesma, que se divide entre monografias, artigos de jornal e entrevistas publicadas. A narrativa da vila de Mira de Aire é inserida, assim, num contexto generalista e global, associando os processos ocorridos na vila a fenómenos mundiais e de maior escala de ação, contextualizando o desenvolvimento da vila numa conjuntura global - e complexa.

Quanto à estrutura do documento, este encontra-se dividido em cinco capítulos, organizados segundo uma narrativa histórica e cronológica, tendo como princípio a delineação das diferentes fases de desenvolvimento do território em questão: partindo da incipiência da atividade industrial em Mira de Aire, passando pelos seus anos áureos de produção, chegando à sua rutura e abandono, e finalizando com uma sugestão de um possível futuro.

O capítulo **01: O CAMPO E A FÁBRICA** contextualiza as dinâmicas territoriais associadas à industrialização do meio rural. A dicotomia campo-fábrica é analisada de uma forma temporal, realizando-se uma contextualização dos processos de industrialização em meios rurais, complementado por uma descrição da vida rural em Mira de Aire, antes da implantação industrial. Analisa-se a



007. Paisagem de Mira de Aire, autor desconhecido, 1950

transição da produção manual e artesanal para a produção mecanizada e em massa, descrevendo as suas consequências para os tecidos sociais afetos ao processo de mecanização. Segue-se uma análise do processo de industrialização do vale das Serras de Aire e Candeeiros, a análise dos processos urbanos que afetam as áreas semirrurais industrializadas, situando ambos os temas num contexto histórico da industrialização global, que impulsionou o desenvolvimento industrial em Portugal. A conclusão foca-se na modulação dos recursos naturais por parte das indústrias, descrevendo igualmente os recursos disponíveis em Mira de Aire.

No capítulo **02: TRABALHO NA FÁBRICA**, é abordada a sociologia do trabalho industrial, como a hierarquização social dentro da fábrica, a divisão do trabalho e a valorização do trabalho laboral. Segue-se uma descrição dos movimentos têxteis em Portugal, delineando-se a importância da organização laboral na defesa de melhores condições de trabalho, e descrevendo-se o papel da organização laboral em Mira de Aire. São também discutidas questões de organização espacial e social, incluindo a reprodução de laços comunitários e de vizinhança, as redes locais de apoio (solidariedade, cultura, educação e associativismo). O subcapítulo final analisa os processos políticos e económicos de fomentação da indústria, analisando-se a importância da indústria no mercado interno de Portugal

O capítulo **03: DEPOIS DA FÁBRICA** contextualiza os processos de obsolescência industrial decorrentes da falência das fábricas. Analisam-se as causas económicas que levaram ao encerramento de indústrias têxteis em Portugal e as suas consequências, tanto na economia nacional quanto no contexto global. De seguida, descreve-se o processo de falência das principais estruturas fabris de Mira de Aire, o estado atual do edificado e o seu impacto presente no tecido social e urbano da vila. Discute-se o impacto

do desemprego na comunidade de Mira de Aire e as implicações sociais e urbanas da falência industrial. Além disso, explora-se a migração associada à crise industrial e o consequente abandono patrimonial e cultural. O capítulo encerra com uma análise dos modelos industriais contemporâneos, a terciarização da economia, e as novas culturas de trabalho.

No capítulo **04: CASOS DE ESTUDO**, analisam-se três territórios rurais que sofreram impacto significativo com a presença industrial. A análise abrange o período que se distende desde a instalação das fábricas, até ao seu encerramento, explorando as correspondentes consequências territoriais desse processo. Serão apresentados exemplos de desenvolvimento positivo, onde a presença industrial impulsionou o crescimento local; de desenvolvimento negativo, onde a indústria trouxe retrocessos; e de resiliência territorial, cujo sucesso parte da revitalização das estruturas fabris abandonadas. Estes casos de estudo sustentarão as hipóteses apresentadas no capítulo seguinte, onde se sugere um futuro para Mira de Aire, com base no potencial industrial devoluto.

O capítulo final **05: UM FUTURO COMUM** explora propostas e intervenções para revitalizar Mira de Aire. São sugeridas novas formas de organização cívica e política que promovam o espírito comunitário, questionando políticas de centralização e regionalismo. Reflete-se sobre o futuro das estruturas fabris abandonadas, considerando o seu valor cultural e o seu potencial para o desenvolvimento de Mira de Aire, tal como o seu papel na resolução de crises contemporâneas. Indaga-se sobre o papel da paisagem e das infraestruturas ecológicas no futuro económico local, e a promoção de uma gestão territorial em harmonia com a natureza, convocada a comunidade como protagonista gestora de bens comuns. No final do capítulo, demonstra-se uma potencial transformação da vila de Mira de Aire, delineando-se pressupostos futuros imagináveis.

A dissertação termina com uma reflexão crítica e pessoal sobre os processos descritos ao longo do documento.

008. Gravura de fiadora, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d.



01. O CAMPO E A FÁBRICA

As profundas mudanças ocorridas nos territórios rurais, impulsionados pelo processo de industrialização, são o reflexo da dicotomia campo-fábrica. Este conceito aborda a transformação de economias predominantemente agrícolas para uma estrutura fabril, impactando tanto as práticas tradicionais de produção, como a organização social das comunidades. Em particular, a transição da produção manual e artesanal para a mecanizada é entendida como ponto central de uma decisiva metamorfose, visto que a mecanização alterou os modos de trabalho, introduzindo novas rotinas e uma nova dependência das indústrias locais

O processo da urbanização informal em áreas semirrurais, como Mira de Aire, caracteriza-se pela introdução de elementos urbanos e industriais em espaços rurais, criando uma configuração híbrida que desafia a divisão convencional entre cidade e campo. Este histórico denuncia o impacto das fábricas na estrutura do território, onde o crescimento urbano ocorre de maneira fragmentada e muitas vezes desordenada, sem podermos reconhecer a ordem do planeamento urbano típico das grandes cidades. Este fenómeno acarreta desafios para a infraestrutura e afeta as relações dos habitantes com o seu ambiente.

A forma como as indústrias ajustam e transformam os recursos naturais para sustentar as suas operações corresponde a um importante processo na implantação das indústrias. O papel da modulação dos recursos naturais é importante para entender os processos que ocorrem em Mira de Aire, e a maneira como a indústria se apropria da paisagem, alterando-a de forma perene. As mudanças geradas pela industrialização refletem um processo global de transformação, onde os recursos naturais são frequentemente extraídos e subordinados à procura industrial, influenciando diretamente a configuração e o desenvolvimento socioeconómico do território.



009. Vista do Polje Mira-Minde e da Costa, Margarida Alexandre, 2024

1.1. O CAMPO ANTES DA FÁBRICA

1.1.1. A vida camponesa

Sobre o campo objetivam-se uma série de processos históricos que causam a sua metamorfose, com diferentes consequências na paisagem, na cultura e nas gentes. A paisagem regista as mudanças de uma sociedade em constante desenvolvimento, e é através da sua caracterização, ao longo dos tempos, que se define as melhorias ou mazelas resultantes de uma sociedade em constante crescimento económico, tecnológico, infraestrutural, cultural e social.

A exploração agrícola em Portugal, no século XVIII, era dominada pela plantação de cereais, como o trigo, centeio e milho, sendo esta a cultura principal em praticamente todas as regiões do país. A plantação de cereais desempenhava um papel tão importante, que definia não só a economia agrícola local, como também a disposição e organização dos campos. Segundo a classificação de Orlando Ribeiro, os campos agrícolas em Portugal podiam ser divididos em três principais categorias: abertos, fechados e intercalados. Os intercalados, mais frequentes na Estremadura Atlântica e no Algarve, caracterizavam-se pelo cultivo de cerais nos espaços entre árvores de fruto, oliveiras ou vinhas (Freire & Lains, 2017).

Nos campos fechados, era comum o uso de uma barreira física para proteção das plantações e definição dos limites de propriedade, que podiam ser de muros de pedra seca, valas, canas, arbustos, ou até filas de árvores, impedindo a entrada de animais e pessoas, garantindo a proteção das culturas e preservação dos direitos de cultivo. Estes campos consistiam em pequenas parcelas irregulares, muitas vezes organizadas em socalcos, para facilitar o cultivo em terrenos íngremes. Durante o verão, cultivavam- se intensamente uma maior variedade de culturas irrigadas, como o milho, feijão e vegetais verdes. No inverno, os terrenos eram deixados para a produção de centeio,

ou para pastagem. Outro modelo de campos fechados eram as quintas, que representavam uma tipologia fundiária distinta no país. Estas propriedades muradas adquiriram relevância a partir do século XVI, combinavam a função agrícola com o simbolismo associado a uma cultura do lazer e de fruição do campo, sendo compostas, em geral, por uma casa de campo, de certa distinção, rodeada por áreas cultivadas, com produtos de alto valor comercial (vinhas, pomares, oliveiras e hortas). A sua importância económica e social resultava, geralmente, na implantação nas regiões urbanas ou em zonas de maior produção agrícola, como o Vale do Douro (Freire & Lains, 2017).

Por outro lado, os campos abertos, que se destacavam pela ausência de cercas ou barreiras, predominavam em vastas áreas do país. Na região interior norte, como em Trás-os-Montes e na Beira Alta, a prática agrícola era frequentemente coletiva, com um sistema de rotação bienal, alternando-se a plantação de cereais, com períodos de pousio para pastagem. Estes



010. *Camponeses da Beira-Baixa*, Raquel Gameiro, 1939

campos sem árvores também estavam associados a práticas comunitárias, onde os direitos coletivos complementavam a estrutura individualista das propriedades irrigadas, presentes ao redor das aldeias, onde se cultivavam jardins, pomares e áreas húmidas. A sul, nas regiões da Beira Baixa e do Alentejo, a configuração dos campos adaptava-se ao clima, coexistindo com sobreiros, azinheiras e oliveiras, e variando de acordo com a fertilidade do solo. Nas áreas mais férteis, prevalecia um sistema de rotação trienal de culturas, permitindo uma produção mais constante. Nas áreas de menor fertilidade do solo, como o Baixo Alentejo, os períodos de pousio eram mais longos, interrompendo as rotações trienais e forçando a introdução de árvores esparsas nas terras agrícolas, visto que o cultivo de trigo seco era a prática mais comum (Freire & Lains, 2017).

A pecuária desempenhava, igualmente, um papel fundamental no setor primário da economia portuguesa, complementando a agricultura. No norte e noroeste do país, a criação de gado bovino era predominantemente familiar e de pequena escala, enquanto a criação de ovelhas e cabras era mais expressiva nas áreas montanhosas do certo e do norte do país. No Alentejo, na Beira Baixa e no Interior, a pecuária extensiva atingia o seu ponto mais alto, com grandes rebanhos de porcos e ovelhas (Freire & Lains, 2017).

No Alentejo oitocentista, a pecuária ganhou uma importância maior, marcando a transição de uso dos solos agrícolas, onde terrenos previamente destinados ao cultivo de cereais passaram a ser dedicados à exploração pecuária. O crescimento da pecuária acabou por alterar o equilíbrio entre as atividades primárias, adquirindo maior importância do que a agricultura arável, e tornando-se um setor central para a economia rural portuguesa (Freire & Lains, 2017).

A principal fonte de rendimento dos habitantes de Mira (como

então a povoação se chamava) advinha da produção do azeite, a partir da plantação das oliveiras espalhadas pela região, inclusive nas encostas mais pedregosas. As oliveiras eram plantadas em socalcos, sustentados por muros de pedra solta, conhecidos localmente como “caneiros”. Não há certeza se estas práticas já existiam em épocas anteriores, mas a importância do azeite era evidente na paisagem rural da região. De acordo com a Memória Paroquial de Minde, a povoação-mãe de Mira, o cultivo de vinho e do trigo era igualmente comum, correspondendo às plantações mais comuns em Portugal no século XVIII (Ribeiro et al., 2009), embora em quantidades modestas, especialmente no lado oeste da serra, entre a Costa (nome dado à elevação oposta à vila, pela sua elevação) e o Polje (depressão entre a Costa e a encosta onde Mira se implantava). Na área oposta da Costa surgiam pequenas propriedades onde a exploração agrícola ocorria anexada às habitações, caracterizada pelos minifúndios para autossubsistência.

A região, rica em calcário, implicava um solo que não era o mais favorável para a plantação, pela característica permeabilidade dessa rocha. A serra encontrava-se coberta por mato rasteiro



011. Apanha da azeitona, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930

e árvores, como o alecrim, a aroeira e espinheiros. A Mata era outrora coberta por uma floresta densa de carvalhos, e nos invernos rigorosos, com uma maior concentração de chuva, os rios subterrâneos gerados ao longo do território irrompiam, enchendo o vale de água, onde se acumulava numa lagoa que podia durar vários meses. Com a descida do nível da água, o solo enchia-se da chamada "terra rossa", que fertilizava os campos e permitia aumentar a rendibilidade dos solos (Ribeiro et al., 2009).

Os campos agrícolas de maior dimensão em Mira de Aire (excluindo aqueles de autossubsistência junto às habitações), são extremamente parcelados e de pequena dimensão, não atingido geralmente um hectare de extensão. Devido à pequena dimensão das terras propícias às atividades agrícolas, estas encontravam-se muito repartidas pelo elevado número de habitantes interessados na sua exploração. A incerteza na resultante da produção agrícola, pouco excedentária para além da autossubsistência, levaram ao desenvolvimento de atividades artesanais direcionadas à transformação têxtil, gerando uma economia e cultura associadas ao processo de fiação e tecelagem da lã. A economia incipiente da tecelagem



012. Pastor mirense, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1040

serviu como motor impulsionador da transformação da vila de Mira de Aire, tornando-se catalisadora para a futura implantação de complexos industriais têxteis no vale.

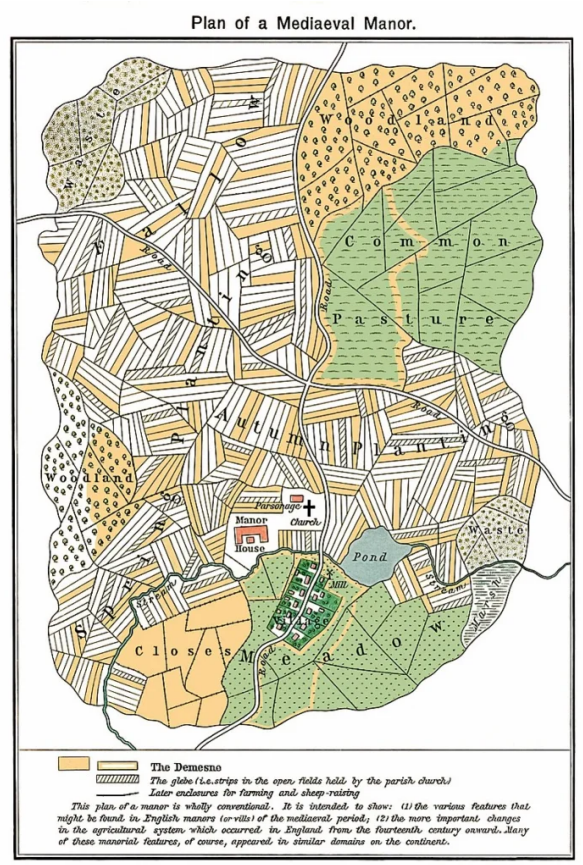
A transição do estilo de vida campesino, baseado na autossubsistência e na produção familiar, para uma cultura cada vez mais centrada no trabalho assalariado, e na perda de controlo sobre a produção, pode ser caracterizada pelo processo que ocorreu com maior expressão na Inglaterra medieval e pré-industrial, com a chamada Lei dos Cercamentos.

Segundo leis baseadas no feudalismo, os camponeses ingleses tinham direito à livre exploração agrícola de uma terra comum (*common*), campo agrícola que tanto pode pertencer a diferentes plebeus (*commoners*), como a um indivíduo, geralmente a um senhor (*landlord*), que teria a propriedade por direitos feudais, e arrendaria os seus terrenos aos plebeus que o explorariam. Este sistema de terras comuns seria gerido pelo grupo de plebeus, baseado na rotatividade dos terrenos entre plantações sazonais e terras de pastagem. O surgimento do movimento de cercamentos surgiu pela reduzida produtividade associada às terras comuns, que poderiam ser bem ou mal geridas pelos camponeses muitas vezes resultando em terras cujos solos se tornavam inférteis e improdutivos (*waste*) (Melo Andrade, 2018).

O cercamento (*enclosure*) expropriava as terras dos camponeses, através do parcelamento das terras comuns, delimitando-as com barreiras físicas como muros, fendas ou linhas de árvores. Os cercamentos poderiam ocorrer tanto pela compra dos terrenos por um senhor ou agricultor, ou então resultavam de cercamentos parlamentares, em que áreas de terras comuns eram cercadas por determinação de lei, e distribuídas a quem aumentasse a sua produtividade. Os cercamentos parlamentares geralmente levavam ao pagamento de indemnizações aos plebeus, porém, estas eram quase sempre insuficientes ou limitadas, sendo por

vezes recebida tal compensação com relativa resistência por parte da população (Melo Andrade, 2018).

Com o cercamento dos campos comuns e o aumento da produtividade associada às produções agrícolas, a mão de obra necessária para o trabalho no campo diminuiu, levando a um grande movimento migratório de camponeses para as cidades, para trabalhar como operários na indústria emergente, ou ainda para mais longe, para trabalhar nas colónias inglesas. Sem outro meio de autossubsistência, os desterrados viam-se obrigados a vender a sua força de trabalho como meio para assegurar a sobrevivência, trabalhando para os donos das fábricas ou para os grandes patrões fundiários – e perdendo, no processo, o controlo do modo e daquilo que antes produziam. Os cercamentos, gravemente criticados pela população e pela Igreja, não deixaram



013. Planta diagramática de cercamentos ingleses, William R. Shepherd, 1923

de aumentar grandemente a produção agrícola, seguindo um processo que culmina na Lei Geral dos Cercamentos de 1801, a permitir o cercamento de todo o território de uma vila ou aldeia, desde que 3⁄4 dos seus proprietários fundiários concordasse. O processo de cercamento dos campos comuns é entendido, por muitos intelectuais, como condição propiciatória à emergência do sistema capitalista, com os marxistas a defender que tal processo está na base daquilo que se designa por "acumulação primitiva", estruturalmente necessária para a fundação de uma economia política capitalista (Melo Andrade, 2018).

Apesar do aumento da produtividade agrícola, sendo considerado como um dos grandes catalisadores da Revolução Agrária Britânica – e um dos principais facilitadores da Revolução Industrial – do processo de cercamento da terra comum resultou o aumento das diferenças sociais: os pequenos proprietários, incapazes de competir com os donos dos grandes terrenos, acabavam por vender as suas terras aos mesmos, resultando na cada vez maior proletarização das classes sociais mais baixas, e na cada vez maior acumulação de capital das classes mais altas (Melo Andrade, 2018).

A expropriação das terras camponesas pelos proprietários fundiários levou a um grande aumento da propriedade burguesa, principalmente no florescimento da manufatura da lã, que se tratava de um material rentável, o que levou a uma transformação da terra arável em grandes áreas dedicadas à pastagem para ovelhas. O florescimento da indústria têxtil na Inglaterra oitocentista, que deu início à Revolução Industrial e exponenciou uma revolução tecnológica irreprimível, correspondeu a um processo de transformação territorial e social de grande impacto para a classe trabalhadora. A perda da sua propriedade e do seu meio de produção levou ao camponês-agora-operário a vender a única mais-valia que tinha para oferecer, a sua força de trabalho,

vendo-se subjugado aos ritmos de produção que o afastam cada vez mais daquilo que produz – algo que definirá a sua condição de explorado durante os seguintes dois séculos.

1.1.2. Do artesanal ao mecânico

A história da industrialização como a conhecemos remete à sua génese na Inglaterra oitocentista, onde a chamada Revolução Industrial é originada. Recorreremos às descrições de Friedrich Engels, no seu livro *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*, redigido em 1892, onde o autor faz um relato detalhado sobre a realidade da classe de operários industriais inglesa, e sobre a sua génese, intrinsecamente ligada ao surgimento da Indústria.

As descrições de Engels, e a detalhada contextualização do processo de industrialização da Inglaterra, é relevante para esta dissertação pela sua pertinência na descrição das rápidas mudanças alimentadas pelo ritmo acelerado da industrialização. Inglaterra passou, desde a segunda metade do século XVIII, por uma vertiginosa sucessão de mudanças, tanto técnicas como económicas, que resultaram na criação de novas classes sociais, novas políticas, novas redes comerciais e novas formas de produzir arquitetura e urbanismo. As tendências industriais iniciadas na Inglaterra expandiram-se para todos os cantos do mundo ocidental, cimentando um novo tipo de economia, mais intensa e global, onde a competição rege o progresso, e a produção (e acumulação) de capital é o sumo objetivo (Engels, 2022).

A aplicação da tecnologia de maquinaria mecânica patenteada pelos engenheiros e industriais ingleses foi generalizada nos países em industrialização, incluindo Portugal. Apesar de a escala de produção industrial em Portugal ser marcadamente diferente da escala de Inglaterra, Alemanha ou França (e muito

menos, da escala dos EUA), as condições e consequências da industrialização no tecido social da sociedade portuguesa é equiparável, e reproduz, à escala do nosso território, as mudanças observadas por Engels nas classes proletária e burguesa na Inglaterra (Engels, 2022).

Antes do aparecimento das primeiras máquinas usadas na produção em massa, a fiação e a tecelagem das matérias-primas – como o algodão, o linho e a lã – ocorriam no seio doméstico privado do trabalhador: a sua casa. Toda a família participava deste processo, com a mulher e os filhos a fiar o fio, e com o pai a tecê-lo. Quando o pai não o tecia, esse fio era vendido. Estes agregados familiares implantavam-se nos campos periféricos às cidades, assegurando a sua sobrevivência com o que ganhavam, graças principalmente ao mercado interno de compra e venda de produtos (que era quase o único), e que se mostrava decisivo na demanda de tecidos. O "poder esmagador" (Engels, 2022: 45) da concorrência, que se desenvolveu mais tarde com a conquista de mercados externos, ainda não afetava este mercado.

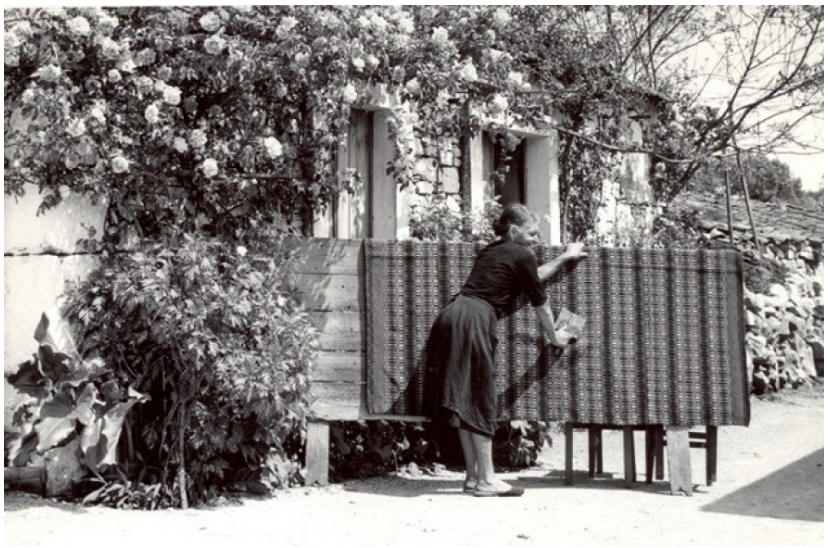
Um mercado interno com demanda em constante crescimento, aliado a um diminuto crescimento demográfico, garantia a ocupação plena de todos os trabalhadores, para além de uma



014. Fiandeira, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950

insipiente competição entre saberes e práticas, fruto da sua posição isolada do campo. Era corrente o tecelão encontrar-se em condições de economizar e arrendar um pequeno pedaço de terra, onde cultivava nas horas livres, "escolhidas segundo a sua vontade, posto que ele mesmo determinava o tempo e a duração do seu trabalho" (Engels, 2022: 46). O trabalhador sobrevivia suportavelmente, levando uma vida honesta, tranquila, modesta nos seus costumes e tradições. Não trabalhava para além dos seus limites físicos, regulava a intensidade e produtividade do seu labor e tinha o suficiente para cobrir as suas necessidades, sobrando tempo para trabalhar no seu minifúndio, atividade que considerava como descanso. Fomentava a vida em comunidade e gerava relações interpessoais com os seus vizinhos (Engels, 2022).

Muito excecionalmente iria para a cidade vender os seus fios, ou pagaria a um agente itinerante para revender longe os seus produtos. Os trabalhadores artesanais e agrícolas ingleses viviam alheios à vida política, raramente sabiam ler, muito menos escrever, iam à igreja, apreciavam atividades físicas, e mantinham boas relações com as classes sociais mais altas da sociedade (Engels, 2022). Apesar de tudo isto, não eram

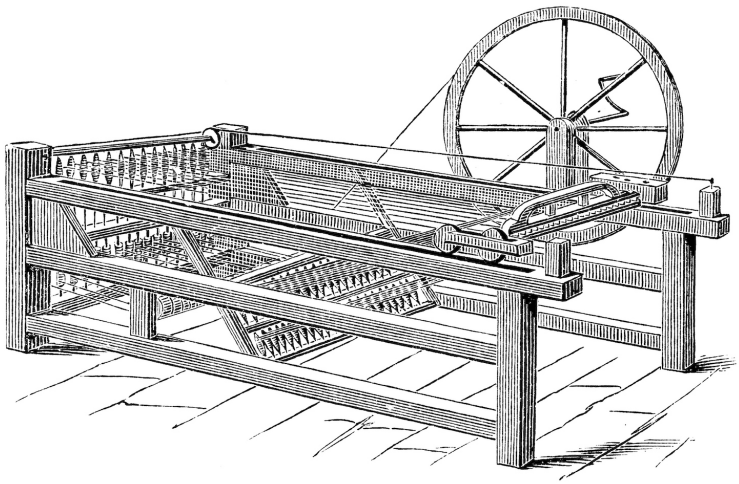


015. Cardadeira, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950

proletários, possuíam uma habitação e situavam-se um escalão acima do operário inglês.

As formas de artesanato familiar correspondiam a uma forma de independência profissional, em que cada unidade familiar funcionava como uma microempresa, que na sua escala e extensão, inseria no seu labor todas as diferentes fases do trabalho. A mesma família retinha na sua escala doméstica todas as fases de produção, transformação e mercantilização: o filho cuidava do rebanho, o avô tosquiava as ovelhas, a avó fiava a lã, a mãe e a irmã teciam os panos e as mantas, e o pai e o irmão mais velho carregavam os produtos, para venda noutras terras ou cidades. Os três setores – primário, secundário e terciário – chegavam a concentrar-se numa mesma casa (Silva, 2012).

A situação dos trabalhadores ingleses transformou-se drasticamente com a invenção da *spinning jenny*, máquina manual que, em vez de um só fuso, como na máquina de fiar encontrada nas casas de todos os tecelões, tinha dezasseis a dezoito fusos, operados por um só operário, que transformava muito mais fio. Com esta nova máquina, o preço da produção do fio diminuiu, aumentando a demanda do tecido, o que requeria mais tecelões e aumentando os seus salários (Engels, 2022).



016. Gravura da máquina *Jenny*, autor desconhecido, século XIX

Ao aumentar a rentabilidade do seu produto, o tecelão perdia a necessidade de explorar o seu terreno agrícola, podendo dedicar-se, na sua totalidade, à tecelagem. A classe de tecelões-agricultores diminuiu de tamanho. Deixando de explorar a agricultura, o tecelão perdeu a propriedade, e assim nasce o proletariado (*working men*). A *jenny* alterou igualmente a divisão de trabalho no seio familiar. Tratando-se de uma máquina maior, que necessitava de um manejo mais robusto, os homens tornaram-se os principais elementos da família a trabalhar com o fio, tornando-se o principal (se não o único) provedor de salário no seio familiar (Engels, 2022).

Também o proletariado agrícola mudou, com a introdução de novas tecnologias de produção. O terreno agrícola na Inglaterra, dividido em pequenas porções, era arrendado a um *sire*, e passado de geração em geração. Os tecelões, agora operários industriais, deixavam livres os seus terrenos, que passavam a ser arrendados pelos grandes arrendatários. Estes acumulavam um maior número de terrenos para exploração agrícola em maior escala, aplicando novos métodos e aumentando a produtividade da terra. A maior capacidade de produção refletia-se no preço, que sendo mais baixo, gerava maior competitividade no mercado interno, aumentando a pressão económica aos pequenos



017. Trabalhadoras da Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950

arrendatários. Estes, incapazes de competir, viam-se obrigados a vender as suas terras, acabando por ou adquirir uma *jenny* ou empregar-se como proletário agrícola, trabalhando nos terrenos dos grandes arrendatários (Engels, 2022).

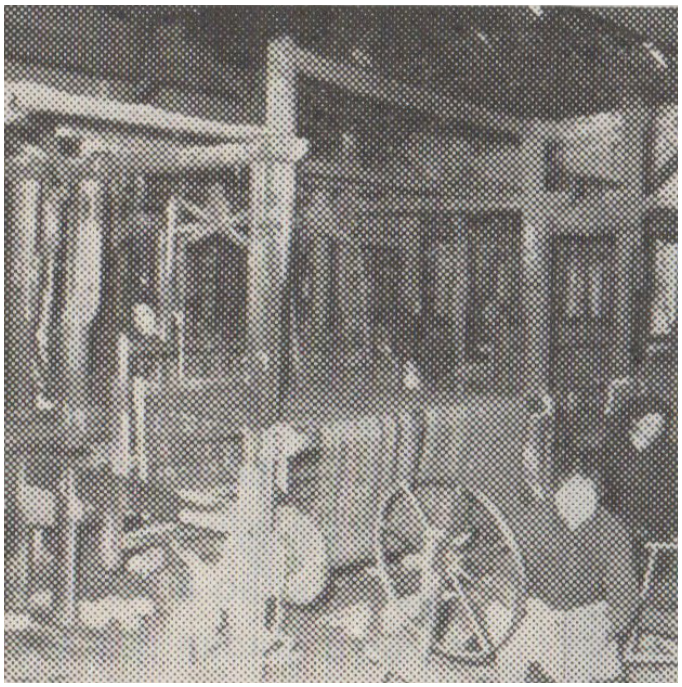
Enquanto isso, na cidade, empresários industriais – pequenos burgueses que investem na produção em massa -, investem na força hidráulica, e instalam *jennies* em grandes prédios. Isto permite não só empregar menos tecelões para operar nestas máquinas, como permite baixar os preços dos seus produtos, mais acessíveis e competitivos (Engels, 2022).

A invenção da *jenny* é rapidamente atualizada, e o ritmo de inovação na invenção das máquinas de fiação e de tear resulta numa rápida desatualização das mesmas, sendo progressivamente atualizadas ou substituídas. Este ritmo acelerado de obsolescência e substituição não permite ao tecelão caseiro acompanhar de forma competitiva o industrial capitalista. A invenção de novas máquinas (*spinning throstle, spinning mule* e tear mecânico) transformou os principais setores mecânicos em soberanos na produção de produtos, marcando assim a "vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual" (Engels, 2022: 50).

A mecanização do trabalho resulta no rápido florescimento do comércio e da indústria, que conquista quase todos os mercados estrangeiros não protegidos (incluindo o português), aumentando o crescimento dos capitais e da riqueza nacional. Em contrapartida, a competição feroz e o crescimento económico e comercial aumenta a pressão existencial sobre as famílias de tecelões-camponeses, que se vê subjugada e condenada a tornar-se proletária para conseguir sobreviver, perdendo no processo toda a sua propriedade e segurança de trabalho. A invenção da *jenny* causa tremendas quebras nos tecidos sociais das classes mais baixas, e a contínua atualização e aperfeiçoamento do

sistema mecânico nas fábricas causa roturas exponencialmente maiores nas relações sociais do país (Engels, 2022).

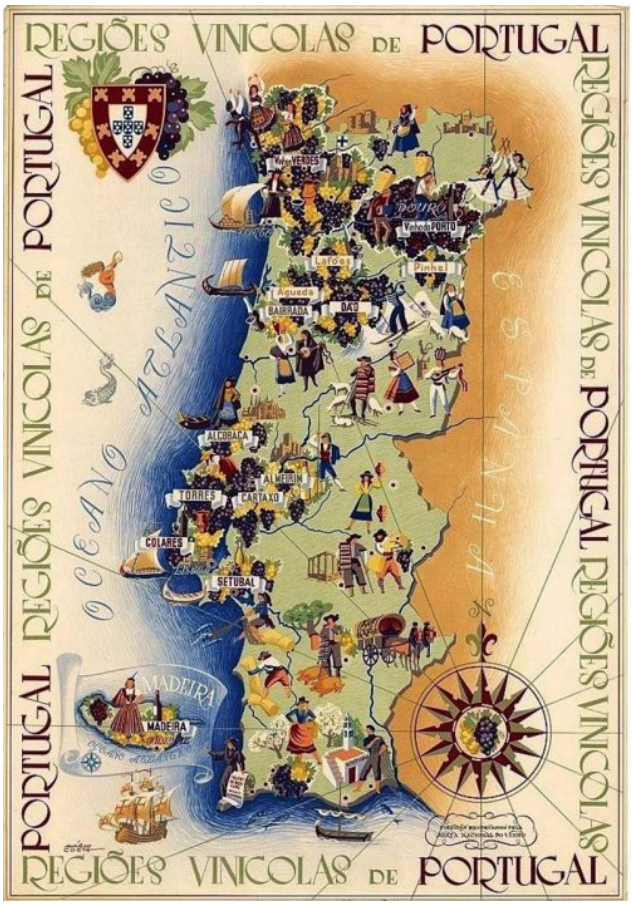
A mecanização transformou fundamentalmente a sociedade, ao estabelecer as bases para um novo sistema de produção, pautado por reconfiguradas relações de poder e de trabalho. A substituição do trabalho manual pelo mecânico modificou tanto as dinâmicas produtivas como as estruturas sociais, com a intensificação da divisão de classes e a criação do proletariado, retirando a autonomia aos trabalhadores-agricultores, forçando economicamente o seu trabalho a inscrever-se num sistema competitivo de produção em massa, cujo principal objetivo é a acumulação de capital por parte do detentor dos meios de produção. O indivíduo na fábrica torna-se dependente da máquina que opera, da sua capacidade de a continuar a operar, e da rentabilidade do seu labor, definindo a sua condição como mão de obra descartável, vulnerável e explorada, no futuro desenvolvimento socioeconómico da história contemporânea.



018. Tear de Mantas, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930

1.1.3. A saída dos campos

Os movimentos migratórios internos ao longo da história de Portugal ocorreram, principalmente, pela falta de trabalho e instabilidade económica em certas regiões. Esta deslocação, que poderia ser tanto temporária como permanente, forçava as populações a deslocarem-se para outras áreas do país mais desenvolvidas, com maior oferta de trabalho e melhores capacidades infraestruturais, procurando assim a melhoria da sua condição vivencial. Estes movimentos, geralmente, estavam associados ao trabalho na agricultura, à plantação e/ou às colheitas que ocorriam sazonalmente, resultando daqui, por exemplo, a deslocação de milhares de trabalhadores rurais para as regiões do Douro, Alentejo e Beira-Baixa, para trabalharem



019. *Regióes vinícolas de Portugal / Junta Nacional do Vinho*, Porto, Mário Costa, 1958

na colheita das azeitona, na ceifa, ou nas vindimas. Estas migrações geraram profundas mudanças sociais nas regiões afetadas, como a Beira Interior, que padecia de uma migração populacional sazonal para estas regiões (De Oliveira, 2009).

A partir da década de 1960, o fenómeno migratório começou a diminuir significativamente, com mudanças demográficas profundas que se estenderiam até ao final do século XX. Os movimentos migratórios em Portugal passaram a direcionar-se principalmente para zonas urbanas com forte presença industrial, concentrando-se as populações deslocadas nos subúrbios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. As áreas mistas, onde à ruralidade se associava alguma embrionária industrialização, como a Marinha Grande e a Covilhã, deixaram também de ser polos atraentes para as populações e a situação profissional dos migrantes alterou-se significativamente: se anteriormente o camponês migrava para exercer a sua prática agrícola noutras regiões, a ida para a cidade implicava uma mudança de profissão ou setor de atividade, levando à perda, ao longo dos tempos, dos conhecimentos apreendidos na região de origem (De Oliveira, 2009).

O Alentejo corresponde a uma das principais regiões de origem dos fluxos migratórios internos, nomeadamente durante a década de 1970, especialmente para a área metropolitana industrializada na margem sul do Tejo. Porém, essas áreas passaram por uma reorganização interna, com o crescimento dos subúrbios e o declínio populacional dos centros urbanos, especialmente nos anos 1980, quando os subúrbios começaram a ganhar mais autonomia; estes começaram a crescer em dimensão, expandindo-se para as zonas rurais adjacentes e gerando grandes áreas urbanizadas na orla das metrópoles. Simultaneamente, no litoral algarvio, ocorreu um *boom* imobiliário, na década de 1960, com a forte implementação do turismo, levando ao estabelecimento local de muitos migrantes, como

seriam caso muitos dos retornados das ex-colónias e alguns profissionais liberais, atraindo igualmente muita população idosa e reformada estrangeira. Nos anos 1980, o saldo migratório do Algarve atingia níveis comparáveis com os da região de Lisboa e Vale do Tejo, consolidando-se como destino importante para migrações internas e internacionais (De Oliveira, 2009).

As pequenas e médias cidades fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto começaram também, na década de 1980, a atrair migrantes, devido à revitalização económica em curso, à descentralização administrativa e à criação de universidades, entre outros fatores de atratividade. Estes movimentos implicaram, porém, que as áreas rurais em redor destas cidades passassem por períodos de declínio demográfico, perdendo populações rurais para os centros urbanos. A industrialização das áreas rurais atraiu igualmente uma massa de trabalhadores que migravam para territórios como a região Oeste (particularmente o eixo Leiria-Caldas da Rainha), e áreas próximas a Porto, Aveiro, Braga e Viana do Castelo, em busca de trabalho neste setor. Os movimentos migratórios associados a este processo, porém, eram predominantemente intrarregionais, comprovando a tendência de que as migrações se têm vindo a encurtar (em



020. Agricultoras alentejanas, Alentejo, Artur Pastor, ca. 1940-50.

distância) e tornando-se menos frequentes entre diferentes regiões do país. Os movimentos migratórios no país tornaram-se cada vez mais dispersos ao longo do tempo, concentrando-se principalmente no litoral e ao longo da costa, mas deixando de estar cingidos às grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. O desenvolvimento das vias de comunicação e dos transportes intensificou os movimentos pendulares diários, entre as áreas de residência e os locais de trabalho (De Oliveira, 2009).

Na década de 1960 e 1970, época de maior crescimento económico em Mira de Aire, o crescimento demográfico não aumentou proporcionalmente a esta tendência, principalmente pelo facto de nesta época ter ocorrido a maior migração em massa para o norte da Europa, a considerar em simultâneo com a perda de um grande número de homens recrutados para a guerra no ultramar (De Oliveira, 2009). A migração tem tido, desde sempre, um grande impacto na involução do tecido social na vila de Mira de Aire. A falta de equilíbrio entre o número de habitantes e as condições de vida da região, a impossibilidade de construção de poupanças, a insegurança quanto ao futuro e, sobretudo, os testemunhos dos habitantes que decidiram emigrar, resultou numa grande movimentação de mirenses para



021. Barracas de agricultores assalariados, Espanha, Joan Colom, 1936

outros locais com melhores condições de vida, tanto dentro do próprio país, como para o estrangeiro.

A migração em Mira de Aire não se baseava sempre na mudança permanente de residência. Desde a sua génese, os habitantes da povoação – então chamada simplesmente como Mira – movimentaram-se para trabalhar nos campos agrícolas de Torres Vedras, Cadaval e Bombarral, tratando-se de movimentos sazonais associados à procura de trabalho pelos proprietários dos latifúndios. Também o trabalho nas obras públicas em Lisboa e no Porto reclamavam grandes massas de habitantes, principalmente homens, a corresponder à movimentação para as cidades para apoiar o trabalho na construção civil. Também a prática profissional associada à cardação levava ao movimento dos habitantes, que se deslocavam para as áreas do Vale do Tejo para a cardação da lã. A atividade mercantil associada à produção caseira dos tecidos, ainda manual e em pequena escala, levava os mirenses a percorrer terras alentejanas e algarvias para venda dos produtos têxteis.

A saída dos homens do vale, que correspondiam, em meados do século XIX, à camada trabalhadora associada à providência económica familiar, foi a principal razão para o desenvolvimento da atividade têxtil no local. Ao saírem os homens, ficavam as mulheres, crianças e idosos no local, que por dificuldade na exploração agrícola, desenvolveram o artesanato da tecelagem, prática principalmente garantida pela camada feminina da população. Esta indústria caseira começou a melhorar, progressivamente, a capacidade financeira da população, e eventualmente levou à implantação das primeiras fábricas na vila. Estas são o resultado do investimento de mirenses que, no início do século XX, após uma migração para a Covilhã (onde o principal polo industrial têxtil do país se desenvolvia), formaram na cidade as suas próprias empresas, que mais tarde deslocaram para Mira de Aire (Ribeiro et al., 2009).



022. Fábrica de têxteis Newplaids, Lda., Margarida Alexandre, 2024

1.2 A FÁBRICA NO CAMPO

1.2.1. A industrialização no espaço periurbano

A cidade, como organização espacial, é pré-existente à indústria. A cidade pré-industrial, com a queda do feudalismo, concentra em si a riqueza, associada à centralização das trocas comerciais de artesanato, tornando-a um polo de desenvolvimento económico e um lugar atrativo para a população, maioritariamente camponesa. Esta cidade (medieval) materializa-se como contraste à vida rural, onde a acumulação de riqueza num espaço limitado e distinto do campo, gera centros de vida social e política, traduzindo-se numa concentração de capital, conhecimentos, técnicas e obras (Lefebvre, 2012).

Esta nova economia baseada na troca de produtos artesanais leva à perda de poder da produção agrícola, e as terras de cultivo, outrora domínio de senhores feudais, passam para controlo de empresários, capitalistas e urbanos, enriquecidos pelo investimento nas trocas comerciais. Neste processo de substituição hierárquica, a sociedade (organizada como o conjunto da cidade, do campo, e das instituições que os governam) tende a desenvolver-se como uma rede comercial de centros económicos, onde o trabalho é estratificado, ligados por vias de comunicação (mar, rios, estradas) e por relações financeiras e comerciais. À medida que o Estado, como entidade reguladora destas dinâmicas territoriais, centraliza o seu poder, a cidade assume maior importância económica como capital (Lefebvre, 2012).

A urbanidade torna-se assim poder maior na organização do território, subjugando a envolvente não urbanizada às suas necessidades.

A indústria emergente tende a implantar-se fora dos centros urbanos, inicialmente de forma dispersa e pontual, dependente de múltiplos fatores: junto das fontes de energia (rios, florestas,

e mais tarde, o carvão), de meios de transportes (rios e canais, depois caminhos de ferro), de matérias-primas (minérios) e de reservas de mão de obra (artesãos-camponeses, tecelões e ferreiros já se constituíam como força de trabalho qualificada) (Lefebvre, 2012). Isto resulta numa implantação pelo território de empresas de pequena e média escala, inseridas num contexto territorial específico, longe dos centros de decisão de concentração de capital.

A cidade, como local de concentração de mercados, fonte e gestão de capital, agregado de residências de dirigentes políticos e económicos e de reserva de mão de obra, torna a implantação na periferia mais atrativa para os empresários. Além disso, a cidade concentra em si os meios de produção, ferramentas, matérias-primas e mão de obra, funcionando como uma oficina à escala urbana (Lefebvre, 2012). Os empresários, insatisfeitos com a implantação em territórios afastados dos centros urbanos, voltam-se para a cidade, ela própria em processo de expansão, em paralelo com uma cada vez maior concentração de capital.

A indústria, na verdade, pode funcionar como uma entidade separada da urbanidade, muitas vezes sendo ela própria a



023. A fábrica na paisagem, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930

impulsionadora do crescimento urbano (caso de Manchester, em Inglaterra, cuja dimensão urbana é resultado da concentração de indústrias têxteis e de massa de trabalhadores, formando um centro económico e social promotor do crescimento espacial da cidade). No entanto, a indústria apropria-se de redes das cidades antigas (Lefebvre, 2012), manipulando-a ao sabor das suas necessidades, concentrando sucessivos fenómenos associados à concentração demográfica: a chegada de camponeses em massa para trabalhar nas fábricas, a criação de aglomerados produtivos nas orlas da cidade e a consequente implantação de bairros operários, a servir a captação duradoura de uma força de trabalho.

Lefebvre caracteriza este fenómeno territorial como um processo duplo, onde ocorrem em simultâneo, e de forma interdependente, processos de "industrialização e urbanização, de crescimento e desenvolvimento, de produção económica e de vida social" (Lefebvre, 2012: 22).

Com a ubiquidade da energia e com a maior mobilidade de acesso e disponibilização de informação, altera-se muito marcadamente a relação das empresas com o fator força de trabalho. Esta nova mobilidade de implantação oferece às empresas uma maior possibilidade de escolha, no sentido em que podem ir ao encontro da força de trabalho adequada à especialização da sua produção, potenciando a criação de novas redes comerciais e de polos económicos. A mobilidade de implantação permite igualmente uma maior capacidade de produção, nomeadamente na transformação de produtos que requerem uma forte proximidade a fontes de recursos, ou a transformação de matérias-primas poluente. A força empresarial, ao sair da cidade para o campo, detém-se com uma diferente relação na regularização do trabalho, com maior variedade contratual, e um maior acesso a mão de obra mais barata (Gama, 1987).

Do mesmo modo, as empresas tornam-se alheias à responsabilidade da reprodução social, devido principalmente à natureza local da força de trabalho. Os problemas sociais associados ao acesso espacial de trabalhadores, são ou não resolvidos pelas dinâmicas locais pré-existentes, mas deixam de ser responsabilidade das fábricas (Gama, 1987).

A implantação da fábrica no tecido rural implica que é a comunidade campesina que muda de setor de trabalho, não alterando assim a residência, mas transformando, como consequência, a sua relação com a atividade profissional, que se torna pluriactiva. O trabalho é assim dividido em principal e complementar, com o trabalho na fábrica e no setor terciário a ganhar maior peso na economia familiar dos habitantes, refletindo-se na perda de poder e relevância da exploração agrícola como atividade primária (Gama, 1987).

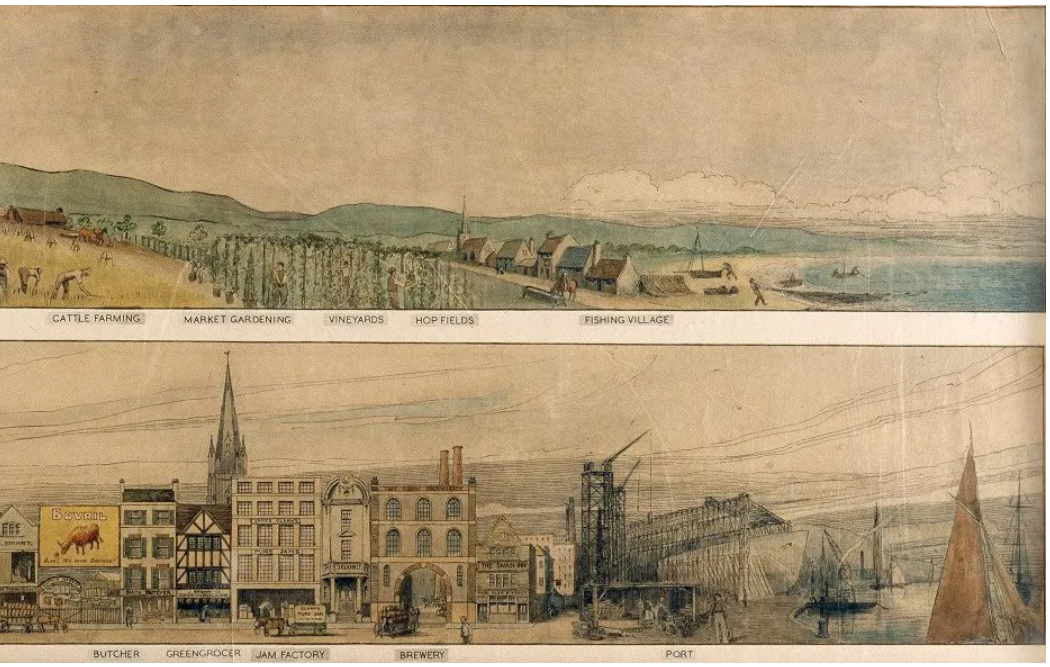
A transferência do capital industrial para o exterior das cidades implica uma mudança do paradigma social e estrutural das áreas rurais. A implantação dispersa das fábricas no tecido rural, não



024. *The Valley Section*, Shelmark Coll, Edinburgo, Patrick Geddes, 1925

só altera a função dada aos solos, que se tornam plurifuncionais, como transforma a relação social dos habitantes locais, que se tornam, como os solos, pluriativos. Com o salário da fábrica, as famílias camponesas vêm assegurada uma (esquálida) segurança económica que historicamente estava dependente da produção agrícola minifundiária, o que refletia o caráter empobrecido da população rural em Portugal (Gama, 1987).

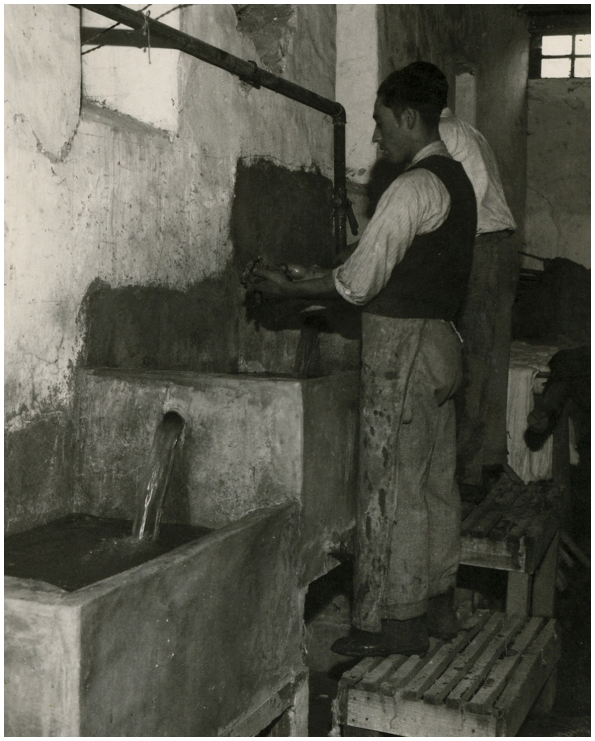
Em Mira de Aire, o processo de fixação das indústrias é facilmente associado aos processos de apropriação da cultura artesanal da zona, permitindo a captação de uma mão de obra barata, já qualificada na produção têxtil, associada à sua história de tecelagem. A instalação da rede elétrica, impulsionada pelos empresários industriais de Mira de Aire, a proximidade a vários polos industriais já assimilados (como as fábricas de toalhas de Torres Novas) e a posição entre estradas, historicamente associadas a rotas comerciais, impulsionou a implantação de fábricas têxteis.



1.2.2. A rede fabril de Mira de Aire

A indústria têxtil de Mira de Aire configura-se assim como principal característica identitária da vila, à vista das mudanças drásticas impulsionadas pela presença das fábricas no tecido urbano da povoação. Como foi anteriormente enumerado, as dificuldades sentidas pela população na exploração agrícola, dificultada pela permeabilidade dos solos e pelos fenómenos sazonais que impediam a produção lucrativa das culturas agrícolas, gerou uma indústria artesanal têxtil maioritariamente doméstica. A procura por emprego, e a necessidade de melhorar as suas condições de vida, levaram os mirenses a migrar para regiões mais produtivas.

A presença da atividade têxtil na região remonta ao início do século XIV, com um incentivo dado pelo rei D. Pedro I que permitia as populações do Polje Mira-Minde vender livremente o seu gado a Porto de Mós, que terá sido "estendido aos caseiros



025. A lavagem da lã - Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1940

feitos com a lã de carneiros e ovelhas" (Ramos, 1964: 52). Em meados do século XVII, aparecem as inquirições ordenadas pela Santa Inquisição, onde se investiga a genealogia dos inquiridos sobre associações geracionais consideradas indignas pelos cânones da Igreja católica. Num destes processos, datado de 1653, encontram-se testemunhos de parte de cinco habitantes de Minde, a localidade vizinha e originária de Mira de Aire, havendo um lavrador, um paneiro (denominação dada a vendedores ambulantes de tecidos), outro tecelão (que trabalha nos teares na elaboração de panos), um sapateiro e um tratante (outro nome para comerciante ou negociante). Outras inquirições feitas entre 1650 e 1725, mostram que a maior parte dos inquiridos pertence a atividades de exploração agrícola, mercantil ou artesanal, com grande expressão na produção de tecidos (Ribeiro et al., 2009).

No final do século XVIII, é aberta em Minde uma fábrica de teares fundada em Pernes, que com auxílio pombalino, assegurou, até à sua destruição nas Invasões Francesas, o fornecimento



026. Transporte de fardos de lã de Mira de Aire para Torres Novas, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930

de teares e ferramentas para a indústria dos lanifícios. Outros manuscritos falam que em Mira igualmente se produziam panos grossos e buréis, associadas à produção industrial têxtil incipiente em Minde (Ribeiro et al., 2009). Vários documentos e levantamentos feitos ao longo dos séculos XVIII e XIX relatam a presença do fabrico de tecidos de lã nas regiões de Mira e Minde, comprovando a importância da atividade tanto na economia local como no desenvolvimento estrutural das localidades. Na sua monografia, Luciano Justo Ramos escreve que "em 1904, já Mira aparece dotada com seis fábricas de tecidos de lã, [...]. Desta data em diante, o ininterrupto desenvolvimento industrial conduz a um notável acréscimo da população [...]" (Ramos, 1958: 13).

Esta longa tradição de cardação e fiação de lãs leva alguns artesãos, em meados do século XIX, a continuar a prática em localidades onde a produção têxtil, e as trocas comerciais associadas ao têxtil, fosse mais presente. Na época, a Covilhã era considerada a "Manchester portuguesa", facto que a tornava no centro mercantil têxtil de maior intensidade, resultando na migração de muitos mirenses para a cidade. Estes perseguiam a sua prática tradicional, ainda em modelos de produção manuais e caseiros, tratando e vendendo a sua lã e tecidos na região. Com o passar do tempo, os pequenos cardadores, cuja produção baseava-se na indústria caseira, desenvolveram os seus negócios, tornando-se negociantes de lã com maiores recursos e capacidades (Ribeiro et al., 2009)

O maior poder económico destes mercadores, que saíam da sua condição artesã através da concentração de capital, resulta no investimento industrial dos mesmos, com a abertura de várias fábricas na cidade. Os primeiros mirenses associados ao impulso industrial na Covilhã são Sebastião do Rosário Pimpão, Joaquim Dias Justo e João Dias Carreira. Os seus descendentes constituem os pioneiros da indústria têxtil em Mira de Aire, tendo

movimentado as suas produções fabris da cidade para a vila-mãe: José dos Santos Moleiros, que abre a primeira fábrica em Mira de Aire, a Sociedade Industrial de Mira de Aire, Manuel Dias Justo, que abre a Fábrica Fiandeira Mirense e António Dias Baptista, que abre a Fábrica de Tapetes Vitória (Ribeiro et al., 2009).

Os seus investimentos na vila associam a conveniência ao amor pela terra, demonstrando um bairrismo caracterizante do povo de Mira de Aire. A mão de obra mais barata, a maior qualificação da força de trabalho, fruto de séculos de tecelagem e de cardação de lã, e uma extensa e disponível área para a implantação de fábricas, constituem algumas das razões para a migração das empresas da cidade para a vila. O desenvolvimento da Covilhã, e



027. Primeiras instalações da Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930.


FÁBRICA TÊXTEIS
MOINHOS VELHOS
ZONA INDUSTRIAL
DE MIRA DE AIRE
SOCIEDADE INDUSTRIAL
DE MIRA DE AIRE
FÁBRICA DE MALHAS MIREX
FIANDEIRA MIRENSE

028. Localização das principais fábricas da rede fabril de Mira de Aire, elaborado pelo autor

a grande implantação de diferentes empresas especializadas no setor têxtil, faziam da cidade um local de grande competitividade. Não obstante, decorrente de uma posição geográfica afastada dos centros económicos do país, a cidade tornava-se menos atrativa do ponto de vista lucrativo. Já a vila de Mira de Aire, associada a rotas comerciais antigas e implantada numa localização mais próxima da capital, mostrava-se como um local com maior capacidade lucrativa, nomeadamente na criação de novos mercados regionais.

Com a chegada de trabalhadores de regiões vizinhas a Mira de Aire, senão dos quatro cantos de Portugal, a vila cresce substancialmente, desenvolvendo-se urbanisticamente em torno das fábricas implantadas pela vila. A transferência de fábricas originárias da Covilhã leva à chegada de muitos trabalhadores da própria cidade, que se instalam com as suas famílias. A população mirense diversifica-se, e no recenseamento de 1979 constata-se que os 3087 eleitores inscritos na freguesia (acima dos 18 anos) são naturais de 157 concelhos e 417 freguesias diferentes.[1]

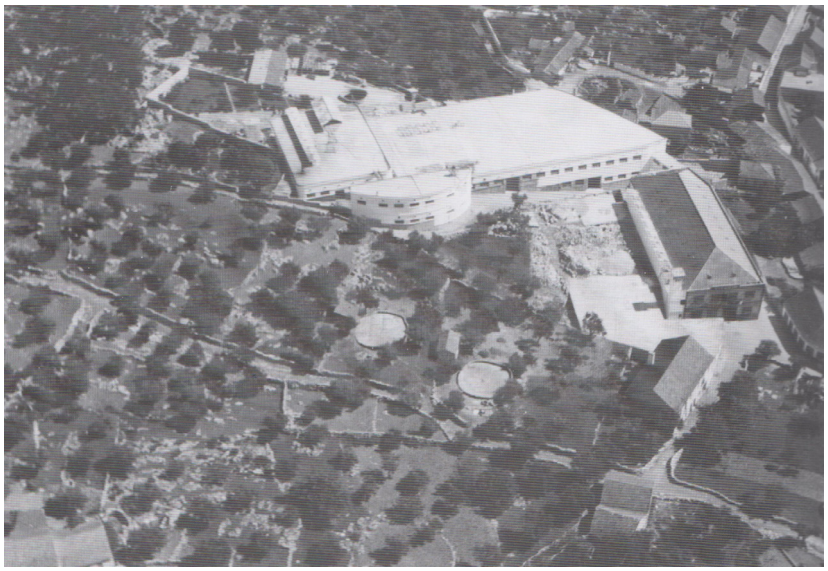
São várias as indústrias que abriram, ao longo dos tempos, em Mira de Aire, muitas delas falindo com a flutuação do mercado, para em seu lugar crescerem novos empreendimentos. As fábricas de maior expressão na vila, pela construção dos grandes edifícios fabris associados à produção em maior escala, são as mesmas cuja infraestrutura devoluta ainda se impõe atualmente no território mirense. Neste trabalho, escolhem-se seis fábricas para destacar a descrição da rede fabril têxtil em Mira de Aire, não só pelo seu papel no desenvolvimento socioeconómico local, mas também pelo seu potencial atual de transformação, a explorar no último capítulo deste documento: a Sociedade Industrial de Mira de Aire, a Fábrica Fiandeira Mirense, a Fábrica de Tapetes Vitória, a Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas, a Fábrica de Malhas Mirex, e a Lanifícia do Outeiro.[2]

1. *Mira de Aire: 1958-1983*, 1983

2. Neste capítulo, a bibliografia não é constante na descrição da produção das fábricas. Apesar de algumas fábricas como a Fiandeira Mirense, a Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas, e a Lanifícia do Outeiro terem uma descrição mais detalhada da sua produção, as restantes fábricas carecem de representação nos jornais, monografias e entrevistas consultadas. Porém, a sua presença no tecido socioeconómico e urbano da vila é extremamente importante, sendo referidas no seguinte texto.

Fundada em 1924, a Fábrica de Tapetes Vitória, anteriormente chamada Fábrica de Tapetes D. Fuas, especializava-se na produção de tapetes. Fundada por José Dias Baptista, era considerada uma das mais bem-sucedidas empresas da vila. A sua produção de tapetes nodados (feitos de nó a nó, seguindo intricados padrões desenhados em grelha), resultava em produtos de extremo trabalho e elevado valor acrescentado, pela sua complexidade de produção. A Fábrica estava munida de uma forte estrutura de apoio social para os seus trabalhadores, com a construção de cantinas, refeitórios, dormitórios para operários, com capacidade para oitenta camas, uma creche a tempo inteiro, para cuidado dos filhos dos mesmos, e assistência médica. A estrutura da fábrica estava munida de escritórios, *ateliers* (onde se desenhavam os padrões dos tapetes), espaços para as máquinas, tinturarias e armazéns, tendo sofrido variadas alterações de ampliação ao longo da sua atividade.

A Fiandeira Mirense, fundada em 1933, sob a denominação social de Justo, Ramos e Ca., é aberta por Manuel Dias Justo e José Lavado Ramos. Os seus fundadores exerciam, até essa data, o comércio de lãs e fios na Covilhã, onde mandavam transformar as suas matérias-primas nas fiações existentes. Esses serviços



029. Vista aérea da Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1940

acabavam por ser demorados e de alto custo, dificultando os negócios comerciais, e estes, originários de Mira de Aire, decidem abrir na sua terra de origem a fábrica, que apesar de inicialmente pequena, permitia resolver as suas necessidades empresariais. Apesar das dificuldades associadas ao local, como a falta de água, a insuficiente rede de comunicação e a falta de conhecimento técnico no trabalho das máquinas mecânicas, os empresários decidem implantar a indústria na terra. O primeiro edifício retangular inicia, em julho de 1934, e após um período experimental, a produção de fio para o mercado consumidor, albergando no seu espaço pouco mais de 1.700 fusos.[3]

A falta de pessoal com conhecimento técnico no setor, que era na altura raro, levou à contratação de pessoal técnico qualificado, permitindo a expansão do negócio que tinha já uma significativa presença no mercado nacional. A fábrica continuou a sua expansão, melhorando as condições das instalações existentes com aparelhagem própria, tanto de aquecimento, como de humidificação e precisão. O rápido desenvolvimento das técnicas de produção têxtil implicou o investimento em novas máquinas, captadas por trabalhadores especializados da empresa em mercados estrangeiros. Em 1950, a Fiandeira dotava-se já de 5.000 fusos. A fábrica tinha, nas suas instalações,



030. Rua Presidente Carmona, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950

3. Jornal *Voz de Mira de Aire,* abril 1958

todas as variadas fases do processo de produção do fio, desde a penteação, preparação de lã penteada, tinturaria e acabamentos de fios para tecidos e malhas. Na década de 60, empregava cerca de 500 empregados.

A Sociedade Industrial de Mira de Aire, fundada em 1945 por José dos Santos Moleiro, integrando mais tarde como sócio o industrial Manuel Dias Justo, especializava-se no fabrico de lanifícios em penteado, tal como na fiação, tecelagem e cardação.

A Fábrica de Malhas Mirex, fundada por Alexandrino Casimiro em 1946, e mais tarde passada a Neutel Lauriano Casimiro, produzia peças de vestuário de lã e algodão, como camisolas, cachecóis, camisas interiores e também mantas. Detinha uma grande força de trabalho, maioritariamente feminina, e passou por diversos processos de expansão.

As instalações da Lanifícia do Outeiro foram construídas de raiz em 1956, anexadas às instalações da Fiandeira, constituindo uma das principais fábricas da rede industrial têxtil de Mira de Aire. A firma, constituída em 1920, funcionou como fábrica de lanifícios no lugar da localidade do Outeiro, pertencente a Vila Nova de Famalicão, tendo-se transferido a sua produção totalmente para Mira de Aire no final de 1960. Os principais sócios da empresa são



031. Sociedade Industrial de Mira de Aire, Mira de Aire. Autor desconhecido, ca. 1940

Luciano Justo Ramos (cujo busto foi erguido no centro da vila), João da Conceição Carreira, Francisco Ferreira do Nascimento e Olívio Carreira Caetano, entre outros. A decisão de mudança da empresa do Outeiro para Mira de Aire está associada ao bairrismo dos seus proprietários, originários da vila, que após modernização do material de produção têxtil da fábrica instalada no Outeiro, decidem ampliar a sua produção e transferem-se para mais modernas instalações, na povoação mirense. As suas instalações organizavam no seu espaço variadas secções, como a cardação e a fiação, a tecelagem (com 32 teares mecânicos à data de 1962), as tinturarias e os acabamentos.

As máquinas presentes na fábrica correspondiam, na altura, à mais atualizada gama disponível, levando à frequente visita de técnicos nacionais e estrangeiros. Vários industriais de zonas como a Covilhã, Lisboa, Castanheira de Pêra, e outras localizações, faziam visitas regulares à fábrica, para o exame das máquinas e para o entendimento da sua capacidade produtiva. A Lanifícia foi a primeira fábrica em Portugal com a instalação das máquinas da empresa suíça Sulzer. Na década de 1960, detinha a mais moderna secção de ultimação de tecelagem do país, sendo a escolha de variadas empresas estrangeiras, principalmente norte-americanas, para a produção de produtos têxteis. A fábrica produzia uma variada gama de produtos, principalmente



032. Trabalhadores da Fábrica de Malhas Mirense, Mira de Aire, autor desconhecido, ca, 1950

lanifícios para ambos os géneros, e cobertores de variadas qualidades e tamanhos. Os seus clientes eram maioritariamente estrangeiros, nomeadamente com importantes empresas norte-americanas, que importavam tecidos portugueses para revenda no país. Esta fábrica estava igualmente dotada de variados serviços sociais, como uma creche, refeitórios e cantinas, para usufruto dos operários e para cuidado dos seus filhos.[4]

A Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas foi aberta em 1960, em instalações construídas em raiz, e com uma linguagem arquitetónica moderna. Localizada na zona atrás da Fábrica Fiandeira Mirense, foi fundada por Adriano Justo da Conceição, e a sua atividade terá sido iniciada em outubro de 1960, com variadas cardas automatizadas. Mais tarde montou-se uma secção de preparação de fios para tricot e malhas, com máquinas



033. Trabalhadoras a sair da Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950

4. Jornal *Voz de Mira de Aire*, junho de 1962

tanto de origem nacional como alemãs. Variadas ampliações foram feitas, estendendo-se a sua produção à tecelagem de tecidos, abrindo-se secções de tinturaria e de ultimação, entre outras. As instalações albergavam mais de uma centena de trabalhadores, apesar de não ser dotada de instalações sociais de apoio aos mesmos.

As fábricas especializadas na indústria têxtil correspondiam aos empreendimentos produtivos com maior expressão na vila de Mira de Aire. À sua implantação no território correspondia o emprego de uma grande força de trabalho proveniente das povoações vizinhas, constituindo-se como principal empregadora de toda a região. Mira de Aire foi, em grande parte do século XX, a principal fonte de contribuição económica para o concelho, ultrapassando a própria sede de concelho. Apesar da força da indústria têxtil, que pode levar a considerar a atividade industrial em Mira de Aire como mono produtiva, estavam em atividade simultaneamente uma grande variedade de outras indústrias transformadoras, tal como uma grande variedade de empresas terciárias e de serviços. Em 1983, além do ramo têxtil, estavam em atividade diferentes ramos de indústria:

- 4 empresas de construção civil;
- 4 empresas de metalomecânica;
- 4 empresas de serração e carpintaria;
- 5 empresas de panificação, pastelaria e confeitaria;
- 3 empresas agropecuárias:
- 2 empresas de tipografia e artes gráficas:
- 2 empresas de frio (conservação):
- 2 empresas de ceras e parafinas:
- 1 empresa de recauchutagem:
- 1 empresa de transporte de carga.[5]

5. *Mira de Aire: 1958-1983*, 1983

A forte presença de uma rede industrial impulsiona a necessidade de setores secundários e terciários complementares, levando à abertura de imensos serviços de restauração, papelarias, farmácias, correios, oficinas e serviços de hospedaria. A economia mirense, no auge da produção industrial, correspondia à época de maior crescimento urbanístico e infraestrutural, resultado da migração de força de trabalho para a vila, que se instalava em Mira de Aire com as suas famílias: uma população heterogénea, diferente na sua génese e história, ali construía as modestas casas, e ali partilhava uma condição comum, decorrente da atividade profissional.



034. Produção de tapedes nodados - Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1970



035. Interior da Fábrica de Malhas Mirex, Mira de Aire, Margarida Alexandre 2024.

1.3. A TRANSFORMAÇÃO DE RECURSOS

1.3.1. Os recursos hídricos

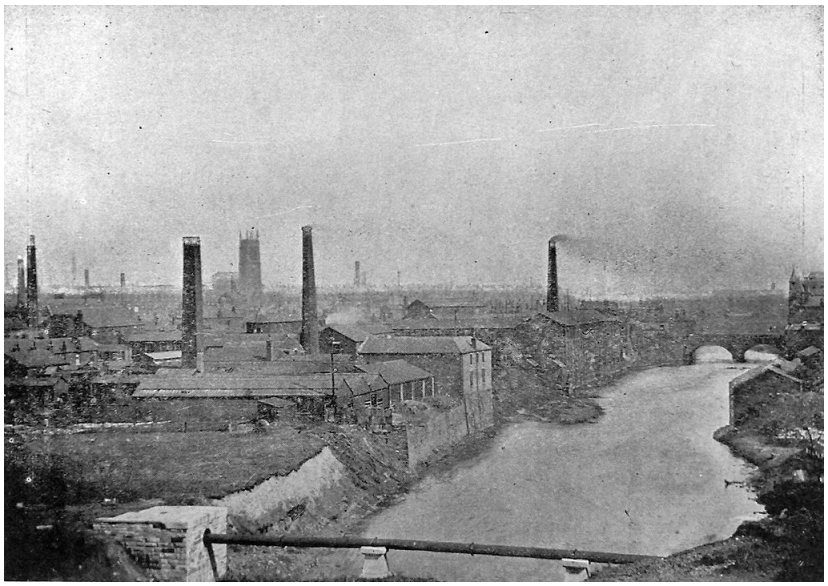
Até à implantação generalizada da máquina a vapor, os recursos hídricos foram um elemento determinante na implantação e distribuição espacial das fábricas. A água, além de recurso essencial ao decorrer dos processos de produção, principalmente no caso das indústrias dos lanifícios, curtumes ou papeleiras, constituía importante fonte de energia motora. A energia hidráulica desempenhava um importante papel nos países com escassos recursos energéticos, nomeadamente naqueles cuja indústria de extração de carvão não se mostrava satisfatória (de Matos, 2002).

A utilização industrial da energia hidráulica era, no entanto, condicionada pelas condições geomorfológicas do local, e a sua presença e capacidade de utilização era determinante na escolha dos locais de implantação das estruturas fabris. Esta condicionante implicava que muitas regiões estavam em desvantagem no desenvolvimento da indústria, pelo desfavorável acesso a este recurso. Isto, aliado à dificuldade de comunicação de alguns locais, resultava muitas vezes na deficiente utilização de outros recursos energéticos e matérias-primas, em regiões mais afastadas dos centros de consumo. A produtividade das fábricas, cuja principal fonte de energia motora se obtinha a partir da corrente dos rios, era condicionada, porém, pelo caudal dos mesmos, cuja irregularidade ao longo do ano inviabilizava o funcionamento das rodas hidráulicas, e, consequentemente, condicionavam a produção. Esta circunstância levaria ao desenvolvimento de infraestruturas que permitissem controlar e regular o caudal dos rios, como seria o caso de represas e barragens, expandindo a pegada da fábrica a escalas territoriais maiores (de Matos, 2002).

Apesar do controlo dos caudais do rio – facto que não era generalizado em toda a extensão do território português –

algumas empresas passaram a funcionar num sistema produtivo misto, com algumas máquinas movidas a força hidráulica, e outras movidas a vapor. Se as primeiras implicavam um menor investimento de capital, e permitiam a independência dos combustíveis fósseis, nem sempre disponíveis, as segundas libertavam a produção das condicionantes naturais (de Matos, 2002).

No século XIX, Portugal não tinha acesso generalizado a fontes de carvão. A riqueza topográfica e natural das suas paisagens oferecia a possibilidade de uso dos cursos naturais de água, que se melhorados através da implantação de infraestrutura de controlo do caudal dos rios, permitiria o uso generalizado da água em muitas regiões do país. Porém, uma incipiente rede de vias de comunicação condicionava a sustentabilidade de algumas empresas, levando à concentração territorial de grandes polos industriais nas cidades, onde a mão de obra era mais cara. Num país com insuficiente combustível, a água corrente fluvial apresentava-se como importante catalisador dos avanços industriais, reclamando assim por conhecimentos de hidrografia para a construção de infraestrutura. A forte dependência dos cursos de água por parte das indústrias levou ao desenvolvimento



036. Looking east into Radcliff, Inglaterra, autor desconhecido, 1902

de novas máquinas, aliando conhecimentos de hidrologia e mecânica, afirmando ainda mais o papel da engenharia como área profissional essencial para o desenvolvimento económico (de Matos, 2002).

O aproveitamento industrial dos cursos de água era, não obstante, dificultado pela multiplicidade das indústrias que os usavam. Frequentemente, a simultânea utilização das águas dos rios para fins industriais, para rega de terrenos agrícolas e para consumo humano desencadeava conflitos entre os industriais, os agricultores e as populações, uma vez que o redireccionamento da água para as indústrias implicava a diminuição do caudal para a irrigação agrícola. Do mesmo modo, as obras de canalização de várias ribeiras para o abastecimento de água a vários centros urbanos, exigência do aumento de consumo urbano, trouxeram, por vezes, consequências nefastas pela utilização industrial dessas águas. No final do século XIX, os recursos hídricos permitiam, em vários países da Europa, a transformação da força hidráulica em energia elétrica, tendo sido construídas, desde a década de 1890, inúmeras instalações hidroelétricas, como a Central Hidroelétrica do rio Cávado, que assegurou, a partir de 1895, o fornecimento de eletricidade à cidade de Braga



037. A indústria e a energia hídrica, Maia, Álvaro Domingues, s/d

(de Matos, 2002).

A utilização dos rios, não só na produção de energia, mas também nas fases de processo e descarga de resíduos da produção industrial, levou à constante poluição dos cursos de água. No início do século XX, o Inquérito de Salubridade demonstrou que alguns rios e ribeiras que passavam pelas povoações continuavam a ser poluídos pelas indústrias que os utilizavam, como era o caso da Covilhã, em que os constantes despejos das tinturarias tornavam o rio impróprio para consumo, e para o uso na irrigação agrícola. Assim, a valência dos cursos de água como esteio da atividade industrial não deixava de contribuir para a degradação ambiental dos ecossistemas e para a proliferação de doenças. A exploração mineira e os métodos de transformação de minérios são outro exemplo de uma indústria que contribuía para a poluição dos cursos de água, como acontecia no caso das Minas de São Domingos, em Mértola, onde a descarga das águas sulfatadas resultantes da lavagem dos minérios no rio Guadiana, não só esterilizavam a água adjacente à mina, como também matavam os peixes do sistema hídrico do rio, com consequências sentidas em todo o afluente do rio, sentidas especialmente pelos



038. Fábrica do Rio Vizela, Santo Tirso, autor desconhecido, s/d

pescadores de Vila Real de Santo António (de Matos, 2002).

O crescimento urbano, e a maior concentração industrial nas cidades, contribuiu para a poluição cada vez maior dos rios, facto traduzido na preocupação com este tipo de poluição. Na cidade, o escoamento dos resíduos industriais urbanos funcionava, frequentemente, em articulação com o sistema de esgotos domésticos e pluviais. Na segunda metade do século XIX, propostas de criação de uma rede de escoamento de resíduos líquidos associados à produção industrial foram delineadas, apesar de a maior parte desses sistemas desembocarem nos rios.

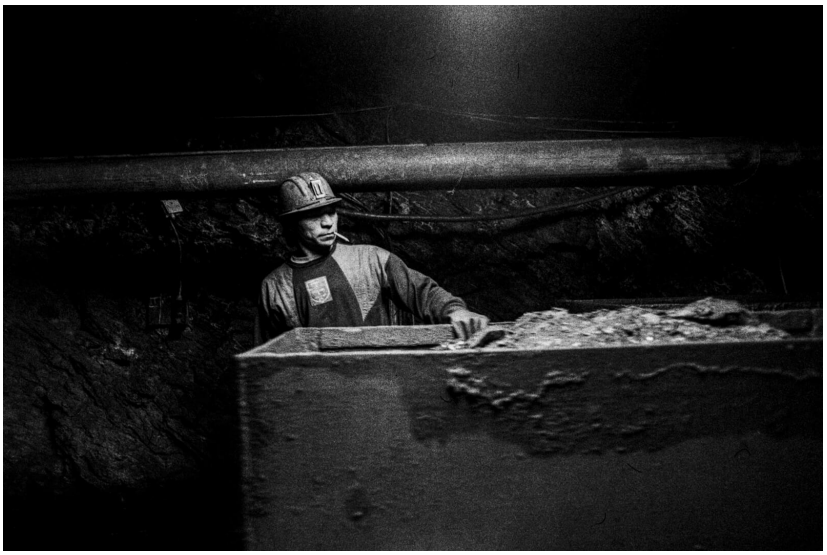
Em Mira de Aire, a permeabilidade dos solos, a topografia acidentada e um sistema hidrográfico maioritariamente subterrâneo, inviabilizaram durante muitas décadas a implantação de fábricas mecânicas no local. Apenas na primeira metade do século XX, com o maior acesso a redes de eletricidade, foi possível a mecanização da indústria têxtil, antes manual e de menor produção. O acesso a recursos hídricos, para uso nas fases de produção na indústria, só foi possível devido ao interesse e capacidade económica dos empresários industriais, levando à abertura de poços e furos de acesso a lençóis de água, cuja afluente era distribuída pela rede industrial local (Ribeiro et al., 2009).

1.3.2. A energia combustível

O aumento do consumo de carvão nos usos domésticos e industriais, no século XIX, levou a um grave problema de escassez desse combustível no país. Apesar da presença no subsolo destes recursos, os elevados encargos financeiros associados à sua mineração, aliado à falta de técnicos especializados, limitava a exploração, por parte do governo, destes materiais. A elevada carga financeira associada à extração do carvão e de outros

minérios, era, por isso, um negócio delegado em companhias privadas, geralmente francesas ou inglesas, cujo direito de extração era concessionado pelo governo. Apesar do esforço de variadas companhias na extração do carvão existente, no final da década de 1840 esta continuava insuficiente face à demanda, nomeadamente pela instalação de um maior número de máquinas a vapor, que aumentava a procura. A dificuldade de extração de carvão nacional resultou no uso generalizado de carvão importado, onerado pelos elevados custos do seu transporte. O escasso conhecimento geológico do país, a falta de técnicos especializados no conhecimento mineiro, a ausência de levantamentos geológicos e a ineficácia da administração das minas, contribuíram para a dificuldade na extração de minérios, o que atrasava o desenvolvimento industrial no país (de Matos, 2002).

O insatisfatório acesso ao carvão, essencial para o funcionamento das máquinas a vapor, e o elevado custo da importação do mineral viria a aumentar a pressão sobre as florestas, cuja madeira se apresentava como corrente fonte combustível, quer para o desenvolvimento industrial, quer para o usufruto doméstico. A industrialização de algumas regiões no país contribuiu para



039. Trabalhador da Mina dos Pejões, Castelo de Paiva, Adriano Miranda, 1992

o abate de grande parte das florestas, cuja desflorestação causava danos na aptidão agrícola dos solos. Apesar das florestas ocuparem uma grande parte do território português, a disponibilidade de madeira não supria as necessidades de consumo da altura, cada vez mais acelerado pela implantação de máquinas a vapor nas indústrias incipientes. O intensivo corte de áreas arborizadas não era geralmente acompanhado por iniciativas de reflorestação, causando, entre outras mazelas, a diminuição de caudais de rios e cursos de água, essenciais para a manutenção da paisagem e para as populações que de cujo equilíbrio desta dependia. A transição tecnológica das maquinarias industriais, em que se substituíam as máquinas hidráulicas por máquinas a vapor, a colmatar a dificuldade de acesso a recursos hídricos, aumentava a desarborização, agudizando um círculo vicioso em que a implantação da máquina a vapor para complementar a escassez de água a tornava insuficiente.

A maior procura por matérias-primas industriais, tanto para o abastecimento das máquinas como para os processos de produção, e a maior necessidade de madeira para a construção civil, refletiu-se na transfiguração do revestimento arbóreo



040. Antigas instalações da Mina de Pejões, Castelo de Paiva, Adriano Miranda, 1992

tradicional de várias regiões. No final do século XIX, o pinheiro manso, anteriormente muito presente nos vales do Tejo e do Sado, encontrava-se em regressão após o grande abate associado à construção naval e à expansão dos caminhos de ferro. A sua reflorestação, porém, foi diminuída em prejuízo do pinheiro marítimo, cuja plantação era mais vantajosa – pelo crescimento mais rápido. No mesmo período, a introdução do eucalipto no país, e a sua generalização nas décadas seguintes, pelo seu rápido crescimento, permitia um maior reembolso dos investimentos de capital, apoiada na sua capacidade de secar solos húmidos. O crescimento da indústria papeleira, no século XX, levou a uma plantação cada vez maior desta espécie, que substituiu as culturas tradicionais, com graves consequências para os ecossistemas (de Matos, 2002).

As necessidades energéticas, por parte das indústrias que recorriam a máquinas a vapor, contribuíram para o corte intensivo de árvores. Enquanto as explorações industriais se tornavam num grande fator de desarborização, muitas vezes caberia às mesmas empresas a responsabilidade pelas campanhas de reflorestação. E em muitos casos, tal reflorestação foi realizada com o prejuízo da alteração das características das culturas arbóreas. As fábricas dependentes das máquinas a vapor



041. Planta de extração da Mina dos Pejões, Castelo de Paiva, Adriano Miranda

selecionavam as espécies de mais eficiente combustibilidade, a garantir em simultâneo maior teor energético e menor custo. Isto levou à alteração das massas arbóreas tradicionais e à transfiguração dos ecossistemas, com significativa repercussão nas atividades humanas a estes associadas. Por outo lado, o surgimento de instalações fabris nas proximidades de florestas que não eram alvo de exploração, permitiam uma rentabilidade maior deste recurso natural (de Matos, 2002).

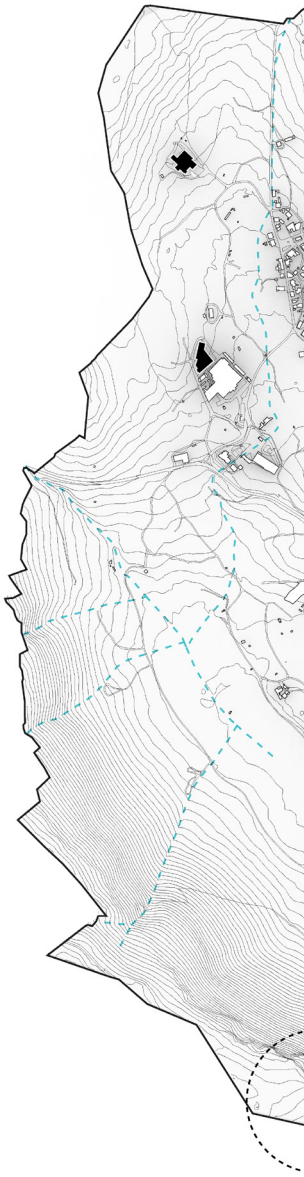
1.3.3. O sistema paisagístico de Mira de Aire

Mira de Aire faz parte da região do país de maior concentração calcária. O Maciço Calcário Estremenho (MCE) é parte integrante do setor central da Bacia Lusitânia, localizada no bordo oeste da microplaca ibérica, cuja origem está associada à abertura do Oceano Atlântico durante o Mesozoico. Corresponde a uma fossa tectónica alongada segundo o eixo N-S, onde se depositaram sedimentos com espessura total de aproximadamente 5km. A arquitetura geológica do MCE resulta de movimentos tectónicos, que aliados a uma formação rochosa calcária e uma rede de drenagem superficial praticamente inexistente, comporta características geológicas únicas no país: a permeabilidade do solo associada à concentração de calcário gera diferentes morfologias, como depressões fechadas (dolinas e uvalas), poljes, vales secos e campos de lapiás. A partir do Cretácio Superior (há 100 milhões de anos), como resultado da colisão da microplaca ibérica com as placas africanas e euroasiáticas, a Bacia Lusitânia passou a estar sujeita a um regime tectónico compressivo, que se mantem até à atualidade. Este regime compressivo conduziu à inversão e soerguimentos das suas estruturas, justificando a exposição em altura do conjunto de rochas calcárias jurássicas (Martins et al., 2016).

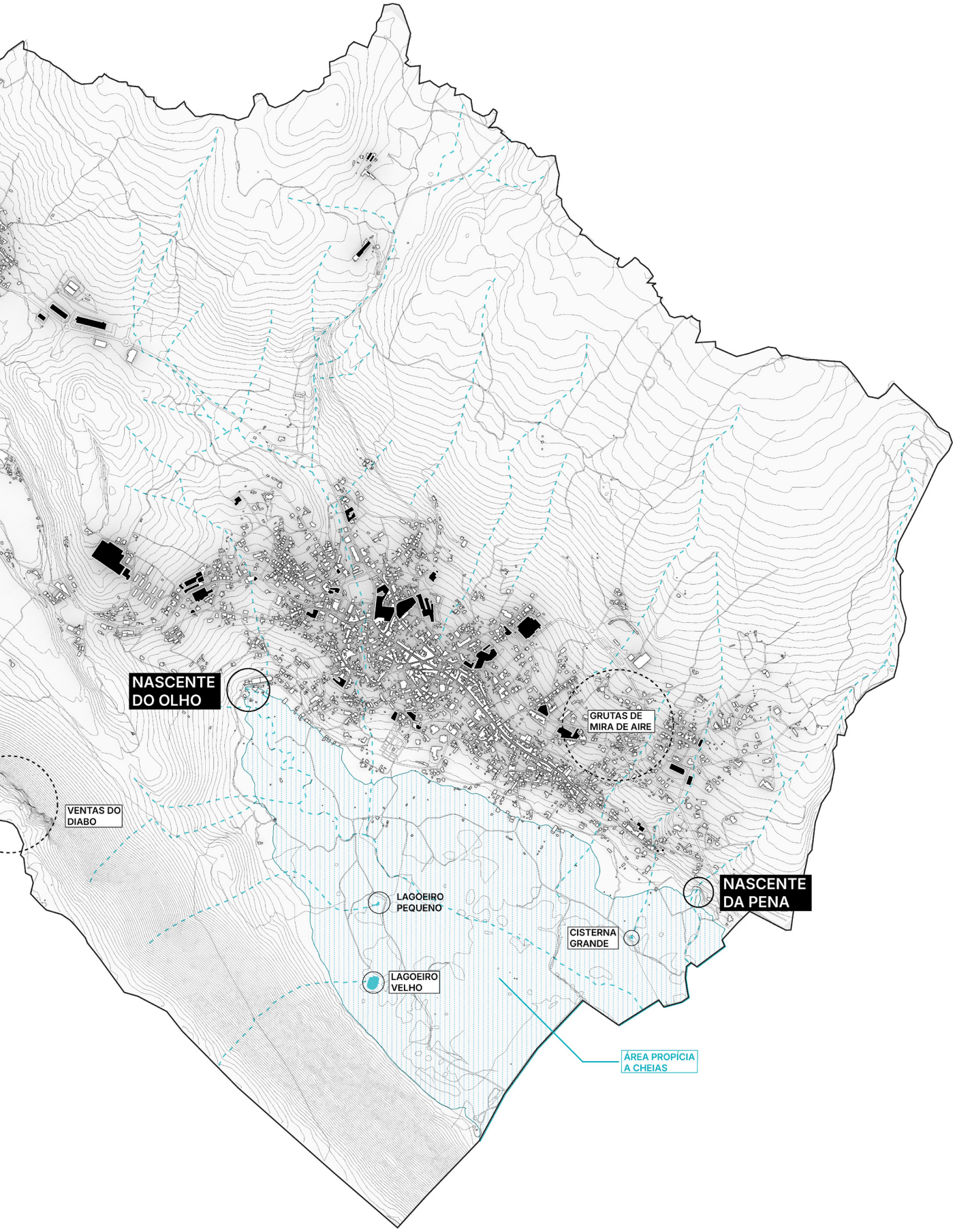
O MCE é constituído por 3 unidades morfoestruturais elevadas: A Serra de Candeeiros, o Planalto de Santo António e o Planalto

de São Mamede, separados pelos sulcos tectónicos de Rio Maior-Porto de Mós e de Porto de Mós-Moitas Vendas, com as depressões da Mendiga no primeiro, e de Alvados e Mira-Minde no segundo. É entre a Serra de Aire, que atinge os 678m de altitude, e a Serra de São Mamede, que se encontra o Polje Mira-Minde. As naturezas sedimentares das rochas calcárias argilosas deste vale, juntamente com a erosão natural da água e uma intensa infiltração subterrânea, criam depressões com inclinados declives de rocha calcária e sopés de detritos argilosos. O Polje Mira-Minde tem 4km de comprimento e 1.5km de largura, com o fundo à cota de 195m. É definido a ocidente pela escarpa da Costa de Mira-Minde (denominação local dada à elevação que separa o Polje do resto do MCE), a nordeste pelo Planalto de São Mamede, e a sudeste pelas vertentes da Serra de Aire (Martins et al., 2016).

As formações rochosas associadas à Serra de Aire constituem-se fundamentalmente por calcários, com algumas propriedades argilosas. Quanto ao Polje Mira-Minde, este é constituído maioritariamente por sedimentos argilosos, provenientes do desgaste dos calcários da Serra. Este solo argiloso, concentrado no fundo do Polje, surge principalmente devido à infiltração subterrânea no solo, especialmente após períodos de cheias. A presença do calcário gerou uma indústria de extração da rocha, sendo igualmente utilizada pelas populações na delimitação dos seus terrenos e propriedades: utilizam a pedra nos topos das serras para a construção dos chousos - muros de pedra solta empilhada -, sem o emprego de ligantes. Nos sopés das serras a situação é diferente: os escoamentos dos sedimentos cársicos, juntamente com melhores condições climatéricas, permitem a concentração de solos argilosos que propiciam a exploração agrícola. Nas depressões, onde se recolhe e acumula a água que se infiltra nos solos permeáveis, verificam-se processos que se assemelham a uma dinâmica fluvial, que enriquece de sedimentos os leitos de cheia: após o período de acumulação



042. Mapa dos recursos hídricos de Mira de Aire, elaborado pelo autor


NASCENTE
DO OLHO
GRUTAS DE
MIRA DE AIRE
VENTAS DO
DIABO
NASCENTE
DA PENA
LAGOEIRO
PEQUENO
CISTERNA
GRANDE
LAGOEIRO
VELHO
ÁREA PROPÍCIA
A CHEIAS

de água nos poljes, dá-se o escoamento que torna a planície fértil da chamada "terra rossa", a caucionar a plantação de milho, batatas, vinha e o cultivo hortícola (Martins et al., 2016).

Nos invernos mais rigorosos, a acumulação de água nos sistemas hídricos subterrâneos existentes no vale – onde se inscreve Mira de Aire – brota das nascentes do Olho, a noroeste, e da Pena, a sudeste, cujos caudais, sem grande expressão no resto do ano, aumentam drasticamente, enchendo o vale de água e formando uma lagoa, localmente denominada por Mar de Minde. A água saída em grande quantidade destas nascentes enche o vale, chegando aos 200 m de cota (5 metros de altura em relação com o fundo), altura em que a massa hídrica alcança a cota das nascentes (Martins et al., 2016). A criação sazonal desta lagoa condiciona fortemente a implantação das duas vilas dependentes deste sistema paisagístico. A saída das águas das exsurgências do Olho e da Pena, nos períodos do inverno, surge como uma das principais razões para a implantação de habitantes nas imediações, que aproveitavam a força motriz da água para o movimento de moinhos e lagares, permitindo a atividade da moagem, típica da região, e a criação de cabras e ovelhas, gado resistente às características serranas (Ribeiro et al., 2009).



043. Moinho da Nascente da Pena, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d

Os rios provenientes das nascentes do Olho e da Pena são, nas restantes estações do ano, de curso menor, não sendo navegáveis, e correndo de norte para sul. O rio da nascente do Olho é o mais extenso, com 2.5 a 3km de extensão, enquanto o da Pena corre com uma extensão de cerca de 1.5km. Não estão munidos de peixe, apenas algumas espécies de enguias, que são apanhadas pelos habitantes aquando das cheias. Este sistema hídrico é de extrema importância para os habitantes. Apesar desta dinâmica inviabilizar a agricultura durante o inverno, o que a torna difícil de rentabilizar, o escoamento das águas não deixa de fertilizar os solos, permitindo uma exploração mais sustentável. Além disso, a água que enche o vale é historicamente utilizada na exploração do gado, nas lavagens e outras atividades, sendo, no entanto, imprópria para consumo (Ribeiro et al., 2009).

O acesso a água para consumo é apenas possível através da concentração da mesma em cisternas, havendo igualmente água doce no interior das grutas que conectam ao Olho. A morfologia da gruta da Pena, por onde brota a água, corresponde a uma concavidade aberta, que desce pelo chão de forma inclinada pouco abrupta, coroada por uma espécie de abóbada natural. A altura do túnel por onde sai a água é de cerca de "um homem



044. Moinho da Nascente da Pena em épocas de cheias, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d

em pé" (Ribeiro et al, 2009: 35), permitindo a entrada da população no sistema subterrâneo. A certa altura do túnel abre-se uma galeria com grande concentração de água doce, que os moradores utilizam para o consumo nas casas, sendo igualmente aproveitada pelas populações das povoações vizinhas (Ribeiro et al., 2009).

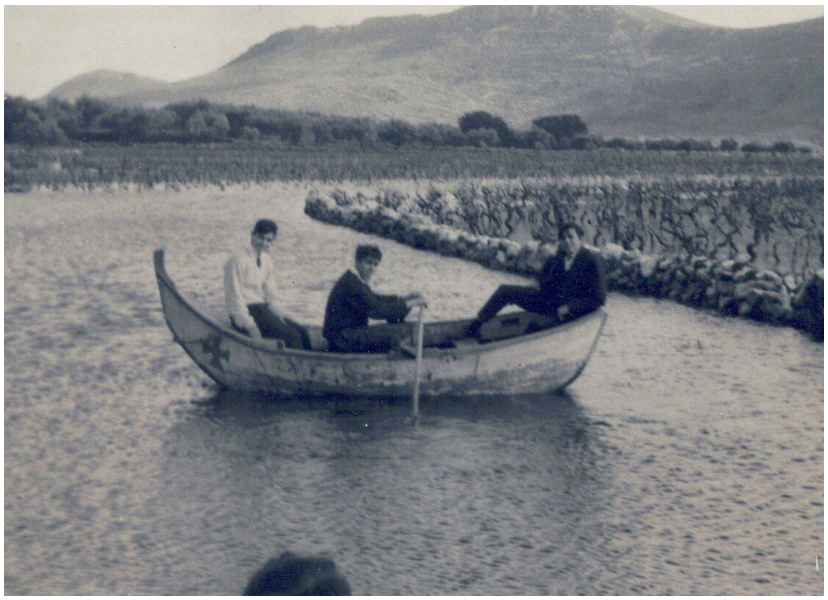
Apesar da presença da água na região, os recursos hídricos não permitiam o aproveitamento dos mesmos como energia hidráulica para mover as máquinas. O terreno acidentado e a localização dos cursos de água no vale, que se inundava com perigo de cheia, não viabilizavam a implantação de fábricas mecanizadas nesta região. Os moinhos existentes perto das nascentes, recorrentemente se inundavam e danificavam, não permitindo a instalação das máquinas em contacto com os rios. Durante muitas décadas, as pequenas indústrias novecentistas que se implantavam na povoação baseavam-se na produção através dos teares manuais, não permitindo a inserção da indústria incipiente num mercado nacional competitivo e tecnologicamente mais avançado.



045. Nascente da Pena, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d

As estruturas de armazenamento de água na vila baseavam-se nas cisternas e nos poços caseiros, que captavam a água das chuvas para uso industrial e caseiro. Porém, o funcionamento de várias indústrias de fiação e cardação, que necessitavam de acesso a água para o funcionamento das tinturarias, levou ao investimento num sistema de captação de águas subterrâneas, de iniciativa privada de José Dias Baptista, proprietário da Fábrica de Tapetes Vitória, através de sistemas de mangueiras conectadas à nascente do Olho, distribuindo água a toda a vila. Apenas com a instalação da eletricidade na vila, igualmente de iniciativa dos industriais residentes, foi possível o crescimento acelerado da indústria local.[6]

A história dos habitantes da povoação de Mira de Aire está intrinsecamente ligada à sua relação com o sistema paisagístico que a alberga. A grande dificuldade de exploração dos seus recursos gerou a necessidade de procura de alternativas viáveis à sobrevivência da população, que ao longo dos últimos três séculos conseguiu, não sem destreza e engenho, transformar radicalmente a sua condição. A isto se deve o grande desenvolvimento da indústria, esteio de uma economia



046. Passeio de Barco no Polje Mira-Minde em época de cheias, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950

6. Jornal *Voz de Mira de Aire*, abril de 1958

com forte impacto na região. A dicotomia rural-industrial é, portanto, fortemente vivenciada em Mira de Aire, através da interdependência descrita entre a economia local e a paisagem.

047. Gravura de tecedeira, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d



02. TRABALHO NA FÁBRICA

A fábrica gera diferentes níveis de hierarquização social, inerente à divisão do trabalho, que influencia a valorização e desvalorização do trabalho operário. A sociologia do trabalho industrial abrange as dinâmicas sociais internas à fábrica, onde a segmentação de funções gera distinções entre trabalhadores, moldando relações de poder e de dependência. A organização hierárquica e as condições específicas de trabalho dos operários revelam-se aspetos fundamentais para entender as tensões e os desafios enfrentados pelos trabalhadores na conquista e defesa de direitos laborais.

A organização laboral surge como uma ferramenta de luta pela melhoria das condições de trabalho, e pela proteção dos direitos dos operários. Esta organização não se restringe a questões económicas, mas envolve também o fortalecimento das redes de apoio e de reforço da solidariedade entre os trabalhadores, sendo a base para movimentos de resistência e reivindicação que moldaram a história da classe operária em Portugal.

A fábrica gera a reprodução de laços comunitários e determina uma organização socio-espacial, onde as redes locais de apoio e o associativismo acabam por refletir redes de solidariedade entre trabalhadores. Além de englobar aspetos de apoio social, educacional e cultural, essas redes fortalecem o sentido de comunidade e influenciam a dinâmica social dentro e fora das fábricas. A continuidade de laços comunitários reflete-se na resiliência das comunidades industriais, e no impacto económico e politico da indústria no mercado interno português, consolidado a sua relevância no desenvolvimento socioeconómico nacional.



048. Urdideira - Fábrica de Tapetes Vitória, Margarida Alexandre, 2024

2.1. O SISTEMA FABRIL

A transição de uma produção caseira de produtos, onde um artesão especializado produzia um produto do princípio ao fim, para um sistema de produção em massa e baseada na divisão de trabalho, corresponde a uma mudança drástica na organização social da sociedade, com consequências sociais e económicas ainda sentidas atualmente. A manufatura de produtos através do emprego de maquinaria, a permitir a produção em massa, resulta num sistema de organização fabril onde cada segundo da produção pode ser contabilizado. A contabilização do tempo define o modelo de produção da indústria, e difere do modelo de organização do tempo comum da produção artesanal. Nas suas casas, os camponeses-artesãos organizavam o seu labor conforme a sua vontade, produzindo e descansando segundo as suas necessidades. Isto era possível porque o artesão, como dono do seu labor, controlava a velocidade e intensidade da sua produção. O valor do artesão estava diretamente associado ao objeto que produzia, reflexo do seu engenho e da sua capacidade produtiva (Engels, 2022).

Num sistema fabril, o trabalho – aqui referido como processo que envolve a transformação de uma matéria-prima em produto, em todas as suas fases – é divido entre vários trabalhadores. Isto altera fundamentalmente a condição social e identitária do trabalhador.

Se antigamente a sua presença no processo de manufatura das peças artesanais era quase total, controlando todas as fases de transformação dos materiais, na fábrica essa condição já não se aplica: a manufatura de um produto é dividida em várias fases, que são divididas por várias máquinas, quebrando-se em várias partes o processo de produção, outrora artesanal e total; além disso, o artesão como força de trabalho, é reduzido a mero operador de máquinas, onde a sua função se subalterniza à manutenção das mesmas. A extensiva divisão de trabalhos,

dentro da fábrica, retira a responsabilidade produtiva ao operário e reduz o seu grau de especialização. Ao longo do tempo, isto resulta na perda de técnicas e saberes específicos e retira-lhe a possibilidade de controlar a sua produção, contribuindo para a desvalorização da sua condição social. Diminuído à condição de operador de máquinas, o seu valor é reduzido à força de trabalho, expressa em destreza, rudeza, resistência física ao calor e ao frio, velocidade de trabalho, etc. (Engels, 2022).

A produção da fábrica, esquartelada em numerosa força de trabalho, implica a gestão da entrada de materiais e correspondente saída de produtos, para a manutenção de um fluxo contínuo de produção. Esta gestão baseia-se fundamentalmente no controlo do tempo. Os relógios das fábricas estão acertados com as rotações das máquinas, e ambos estão sobre o controlo omnipresente dos patrões. Em algumas fábricas inglesas, no início do século XVIII, é proibido o uso de relógios por parte dos operários, mantendo a gestão do tempo inteiramente nas mãos



049. Trabalhadoras de fábrica de latas,Seattle, autor desconhecido, 1909

das entidades patronais, assim livres de o subverter em seu benefício. O tempo livre e as pausas no trabalho são vistos pelos empresários como um roubo dirigido à sua liberdade comercial, tal como o tempo livre potencialmente usado pelo proletariado para conspirar contra esse sistema de dominação (Engels, 2022).

A cimentação do operariado enquanto classe poderia ser definida a partir desta relação com o uso do tempo. A falta de tempo é uma restrição simultaneamente simbólica e material: não existe pensamento a longo prazo, nem a possibilidade de pensar para além das necessidades materiais. O operário é refém da sua condição, e a possibilidade de melhoria da sua condição social é-lhe roubada em nome do progresso – e da "liberdade de negociar".

O sistema fabril tem como característica uma opressiva absorção de mão de obra. Os baixos salários fabris implicam que, para a família camponesa sobreviver, todos os elementos do seu



050. Trabalhadoras a marcar o ponto, no fim de uma jornada de trabalho, Philadelphia, autor desconhecido, 1942

agregado familiar precisam de trabalhar, muitas vezes na mesma fábrica. Adicionalmente, a divisão de trabalho e as características técnicas das máquinas significam que também as mulheres e as crianças podem trabalhar, aprisionando-se assim toda a prévia família camponesa na mesma condição social.

A fábrica tomava a responsabilidade de enfileiramento dos indivíduos no seu processo produtivo, onde o ensino da prática profissional era visto como uma dívida que o operário jamais conseguiria pagar. Esta aprendizagem não teria um instrutor responsável, tratando-se de um processo em que apenas o indivíduo conseguiria adquirir mestria, através da repetição do trabalho. A aprendizagem do labor fabril consistia na imitação e na consequente repetição intensiva, cujo exercício moldava o corpo, na direção da rotina que permitia aperfeiçoamento do gesto repetitivo. Esta aprendizagem só se considerava realizada quando um superior declarasse que estava autónomo na tarefa, processo que começava muito cedo, e podia durar muitos anos. O operário só era considerado um trabalhador de experiência quando este estivesse alinhado com os interesses da empresa, e correspondesse às necessidades produtivas que lhe eram requeridas (Silva, 2012).



051. Trabalho infantil na fábrica, Carolina, Lewis Hine, 1908

Este processo de aprendizagem oferecia uma dupla vantagem ao empregador: sabendo este que o operário poderia demorar todo o tempo disponível para aprender a ocupação, e que se mantivesse o seu estado como aprendiz, não teria de lhe pagar um salário mais especializado. Para os operários, a aprendizagem pela prática limitava-os a uma operação, tornando-os em (espécie de) escravos que "não sabiam, nem sequer imaginavam poder mudar de tarefa" (Silva, 2012: 46).

As principais características do sistema fabril baseiam-se, em resumo, na economia de escala, na centralização das fábricas e na uniformização da produção. O sistema fabril corresponde, portanto, ao principal promotor de crescimento do sistema económico e ideológico em desenvolvimento na Revolução Industrial, exterminando a classe camponesa (reinventada como proletariado), permitindo a abertura dos mercados globais (cada vez mais competitivos), levando à infraestruturação do território (alimentada pela distribuição cada vez mais extensa de produtos), à exploração de recursos naturais (para alimentar as necessidades energéticas das fábricas), e à mudança fundamental do paradigma económico global (agora comandado pelo imperativo de reprodução do capital).



052. *"O futuro pertence a quem tem trabalhadores que acordam cedo"*, França, Coluche, s/d



053. Exterior da Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

2.2. A LUTA PELO TRABALHO

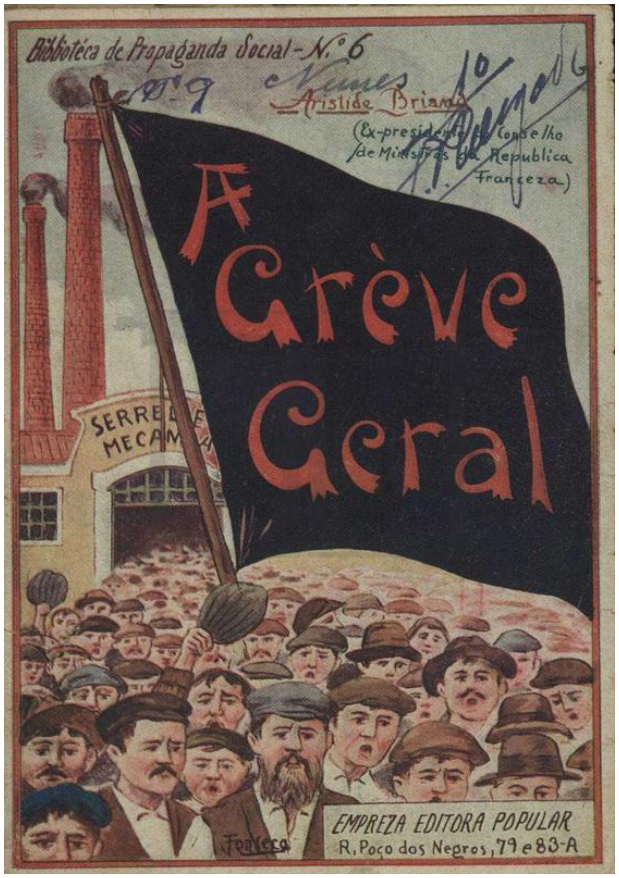
2.2.1. As greves têxteis

As dificuldades associadas às condições de trabalho industrial, como os baixos salários, as longas jornadas de trabalho, a insalubridade das fábricas, o perigo associado ao trabalho com máquinas e as baixas condições de higiene, potenciam a organização dos trabalhadores, que se associam para exigirem melhores condições de trabalho. Surgem as primeiras associações, que dão origem a sindicatos, que defendem os interesses dos operários. Estas associações, inicialmente ilegais, baseavam a sua demanda na organização de protestos e greves, a condicionar uma maior ou menor capacidade de exigência face às condições laborais (e pós-laborais) fixadas pelas entidades patronais. As reivindicações dos sindicatos permitiram muitas vezes a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, como são exemplo a definição de horários de trabalho, a garantia de descanso semanal obrigatório, o direito à greve, o direito a férias pagas, a instituição de regulamentação para pautar o trabalho infantil e o trabalho feminino, a proteção em caso de doença, e a existência de seguro para acidentes de trabalho.

A condição de vida dos trabalhadores passou, com o tempo, a tratar-se de um problemática de forte interesse e disputa política, radicando em ideologias políticas que reclamavam direitos para os trabalhadores, como são exemplo o socialismo e o comunismo. Com a tomada de consciência da importância da sua força de trabalho para o desenvolvimento económico, a classe operária foi afinando as suas pautas de intervenção política, exigindo representação nos sistemas de tomada de decisão, e assegurando – eventualmente – o direito ao voto. Os operários formavam um grupo importante dentro da sociedade, pelo que partidos socialistas e trabalhistas, cujas origens eram associadas a organizações sindicais, baseavam as suas propostas políticas na garantia de justiça social. Estes partidos

assumiam-se de esquerda e progressistas, representantes da classe trabalhadora e produtora, e defendiam a redistribuição da riqueza concentrada, por todos os indivíduos trabalhadores. Em contraste, os patrões, associados à economia liberal e capitalista, viam-se sobretudo representados nos partidos de direita e conservadores, explicitando-se assim a disputa existencial entre estes e os seus trabalhadores. A fábrica servia como palco a uma intensa luta de classes, cujo conflito residia latente no quotidiano do trabalho industrial.

Em Portugal, quando Salazar chega ao poder, a 28 de maio de 1926, a taxa de analfabetismo era de 61.8% (Silva, 2012), questão que deixaria de se tornar um problema, quando uma escolaridade elementar passou a ser compreendida como ferramenta ideológica para a construção e manutenção do regime autoritário



054. Biblioteca de Propaganda Social nº6, Lisboa, Empresa Editora Popular, s/d (Discurso na integra, pronunciado por Aristide Briand no Congresso Geral do Partido Socialista Francês em 1899)

do Estado Novo. Os seus políticos e dirigentes defendiam que seria preferível manter a população (o povo) em condição de ignorância funcional escolarizada, compaginável com a ordem hierárquica prevalecente, a refletir-se em comportamentos mais dóceis, onde modéstia, paciência e resignação seriam o estandarte de um povo feliz, correto, cristão e obediente (Silva, 2012). O pouco tempo de escolaridade obrigatória foi reduzido ao mínimo, e ocorreu uma transformação dos estabelecimentos de ensino complementar e superior, tornando-os em agências de doutrinação moral e política, instrumentalizando-se a educação a favor de um controlo social.

O período pós II Guerra Mundial testemunhou um grande salto no desenvolvimento industrial e na atualização de equipamentos, nomeadamente na substituição de teares manuais por teares mecânicos. Esta evolução técnica implicava uma mão de obra fabril mais especializada, que levou a um investimento no processo de alfabetização desta força de trabalho (Silva, 2012). Estes incentivos, apesar de aparentarem um aumento do nível sociocultural da sociedade, resultam numa "diminuição estrutural fruto da instrumentalização" (Silva, 2012: 69), que, aliados a baixos salários, e à consolidação da hierarquização social alimentada pela fábrica, promoveram a conformidade dos indivíduos, diabolizando o conflito, e desencorajando as iniciativas de luta pela consolidação de direitos do trabalho (Silva, 2012).

A conformidade alimentada pela doutrinação posta em prática pelo sistema opressivo do Estado Novo, é retratada, em contraste, na forma como se organizaram os operários têxteis no Porto, na greve proletária de 1903. Considerada a "maior e mais importante greve proletária têxtil ocorrida em Portugal" (Silva, 2012: 70), corresponde a um precursor das várias lutas pelo direito de trabalho ocorridas durante o governo do regime de Salazar. Com efeito, em maio de 1903 ocorreu no Porto uma

greve de trabalhadores operários têxteis em grande escala, onde participavam inicialmente cerca de 30.000 operários, provocando um sobressalto nas camadas sociais de maior poder. As reivindicações partem dos tecelões locais, que se organizam para exigir um aumento dos salários. A greve demonstrava um grande nível de organização, com a elaboração e distribuição de um manifesto à população, explicando os motivos da sua luta, o que chamou para a mesma a adesão de praticamente todas as oficinas e de todos os operários têxteis, "com exceção dos tintureiros" (Silva, 2012: 71). Persuadem os locais a não concordarem com as promessas feitas pelas entidades patronais e impedem assim os fura-greves. Estagnam o fornecimento de matérias-primas, impedem as tecedeiras rurais de entrar no Porto e param o trabalho dos tecelões de produção caseira, paralisando toda a produção têxtil da região (Silva, 2012).

Para além das reivindicações de melhores salários, exigem aos patrões a criação de diplomas, que impediriam o recrutamento de trabalhadores desqualificados, o fornecimento de acessórios


A GRÈVE DOS OPERARIOS NO PORTO

Um aspecto da Cosinha Economica durante o banquete offerecido pelo «Jornal de Noticias» aos grevistas

055. A greve dos operários no Porto, Lisboa, Jornal de Notícias, 1903

pelos patrões e o cumprimento da legislação laboral. A greve no Porto é mantida pelos trabalhadores, e dura mais do que antecipavam os patrões, que ao recorrerem a 'amarelos'[7] , culmina em violência.

Com o aprisionamento de 200 tecelões pela polícia, juntam-se à luta as fiandeiras. Em junho desse mesmo ano, a greve já contava com 40.000 trabalhadores, de diferentes setores de produção industrial, desde sapateiros, chapeleiros, metalúrgicos, entre outros. Após negociações entre as entidades patronais e o operariado, a 24 de junho, é assinado um acordo que melhora os horários de trabalho e aumenta em 10% os salários. Não se avança com a criação de diplomas, devido a acordo entre os patrões das diferentes oficinas, que se recusam na sua totalidade a assinar a criação de diplomas profissionais.

A luta que durara 3 meses representava um marco, com consequências positivas e negativas. Por um lado, os operários do Porto demonstravam o quão longe era possível levar a luta pelos direitos do trabalho, fortalecendo a força operária e enfraquecendo o poder das entidades patronais. Por outro, a escala de organização da greve levou a uma desconfiança por parte dos patrões sobre a implantação das fábricas nas cidades, onde a concentração de trabalhadores facilitava a sua organização. Esta desconfiança refletiu-se na transferência de capital dos centros urbanos para as regiões rurais circundantes, nomeadamente para o Vale do Ave (Silva, 2012).

Em contraste com a organização operária presenciada no Porto, em 1903, sete anos depois, cinco mil operários entram em greve na região do Vale do Ave. Os trabalhadores da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, em Santo Tirso, juntamente com profissionais de outras unidades, organizam-se na reivindicação de salários e horários iguais aos operários portuenses, para reclamar o saneamento pelos chefes, para exigir a abolição de

7. Sindicatos constituídos no século XIX na França e na Alemanha. Normalmente formados ou financiados pelos patrões com o objetivo de, pela divisão os trabalhadores, defender seus próprios interesses e não os da classe trabalhadora. São contrários à greve e adotam posição conciliadora.

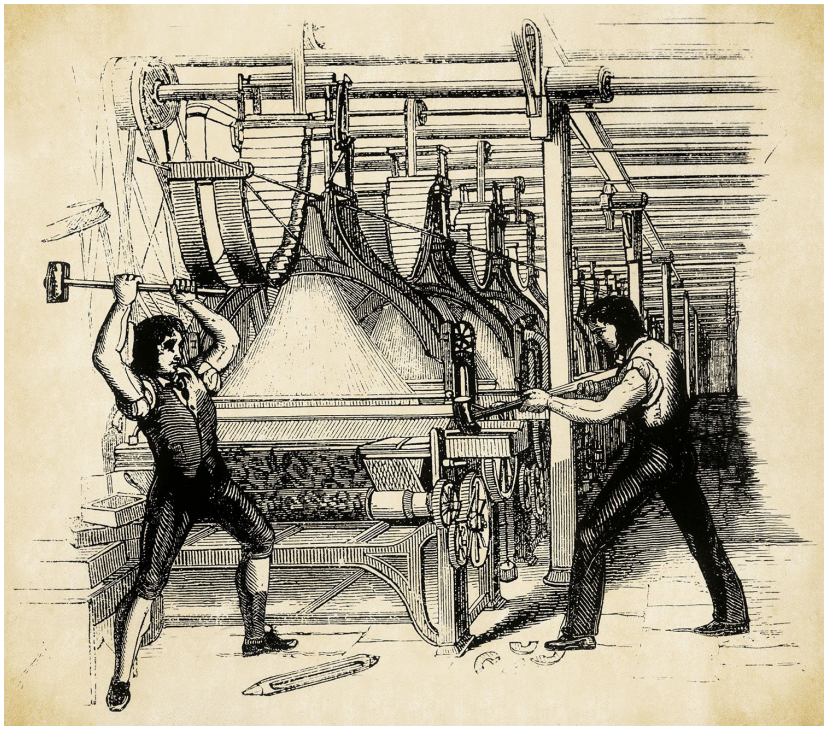
castigos corporais e garantir que o patrão não os obrigasse a ir votar. Com a recusa de negociações por parte da entidade patronal, os trabalhadores dividem-se, e reúnem-se num campo de milho para discutir as ações seguintes, revelando o amadorismo da sua organização. Os representantes sindicais do Porto partem do Vale do Ave desiludidos com a desorganização dos colegas, e os trabalhadores, sem ação organizada, dividem-se em quem quer continuar a trabalhar, e quem não permite que o façam, entrando em conflito entre eles (Silva, 2012).

Do mesmo modo, um grupo de homens, mulheres e crianças partem em direção a Pevidém, anunciando-se hostilmente aos patrões, sendo-lhes barrado o caminho. O conflito deflagra, e os operários cortam as correias de transmissão das fábricas, aderindo à greve. Este movimento leva a uma greve por parte das quatro fábricas de Pevidém, que se juntam à luta. Desta vez, os patrões cedem às exigências dos operários no que diz respeito aos horários, recusando-se, porém, a aumentar os salários, o que os operários acabam por aceitar. Esta tentativa de greve malsucedida do Vale do Ave comprovou que a força da incipiente indústria têxtil estava do lado dos industriais, e que eram estes os elementos fortes das relações de trabalho fabril, como detentores do capital. Apesar dos operários constituírem o elemento mais importante para a fixação da indústria têxtil no Vale do Ave, dado a sua capacidade e destreza no trabalho com o linho, não conseguiam ver reconhecido o seu valor (Silva, 2012).

O método de greve descrito anteriormente, em que os trabalhadores utilizavam estratégias de reivindicação inspiradas em princípios bravios campesinos, desadequadas às diversas lutas organizadas pelo proletariado, caraterizou as primeiras tentativas de luta contra a instauração do sistema fabril, e a mecanização do artesanato: o ludismo. O movimento ludista surge no início do século XIX, nos primórdios da Revolução

Industrial, na Inglaterra, tratando-se de um movimento de trabalhadores ingleses, maioritariamente tecelões, cuja forma de protesto contra a maquinação do processo de produção têxtil baseava-se na destruição física das máquinas de produção. Estes invadiam fábricas e destruíam máquinas, que – afirmavam – eram utilizadas de forma desonesta, a contornar as práticas laborais pré-estabelecidas, impondo longas jornadas de trabalho e gerando maior competitividade. Este movimento é frequentemente utilizado para localizar tendências anarco-primitivistas, ou seja, a manifestação de indivíduos e grupos de indivíduos contra qualquer tipo de avanço tecnológico. Porém, esta é uma leitura que vem sendo refutada por variados historiadores.

O contexto em que surge o ludismo corresponde a uma época específica na história inglesa, marcada pela extrema pobreza e incerteza económica, fruto da longa guerra contra a França napoleónica. Os tecelões reivindicavam que a introdução



056. Luditas a destruir máquinas, autor desconhecido, s/d

de máquinas, que simplificavam uma produção laboral tradicionalmente complexa, obtida através de anos de prática e mestria, iria contra o contrato social prévio, gerando grande incerteza no setor. Os ataques contra as máquinas incorpora uma importante dimensão simbólica, que transcende a recusa das novas tecnologias, mas que se manifesta como forma de pressionar os empresários promotores da competitividade mercantil, através da sabotagem da produção. O movimento ludista representa, assim, a tentativa de mitigação da condição de trabalhador, impondo-se contra o produtivismo dos empresários capitalistas, assegurando a continuação da autonomia da profissão que os libertava do trabalho exploratório das fábricas.

No caso da Covilhã, região caracterizada pelo trabalho lanifício, a intensidade da tradição de luta operária é bastante significativa. A Covilhã é o primeiro centro têxtil de Portugal que congrega os diversos ofícios do trabalho do têxtil numa única Associação de



057. *O líder dos luditas*, Inglaterra, autor desconhecido, 1812

Classe, fundada em 1907, agregando na mesma organização de trabalhadores os diferentes ofícios relacionados com o trabalho da lã (ao contrário do que ocorria nas cidades de Lisboa e Porto, onde o movimento sindical estava dividido pelas categorias profissionais). Esta organização permite uma maior mobilização laboral, com greves de maior impacto na produção.

As greves desempenharam, e continuam a desempenhar, um papel fundamental na luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores, especialmente no contexto do trabalho operário e produtivo. A capacidade paralisante das greves exerce pressão sobre os empregadores e os governantes, manifestando as dificuldades dos trabalhadores e a urgência na obtenção incremental de direitos laborais, através da paragem da produção. As históricas greves operárias, associadas aos períodos da Revolução Industrial, informam sobre a capacidade disruptiva das massas, nomeadamente a sua aptidão de alterar a sua condição, e obter melhores condições de trabalho. A greve mobiliza um grupo, que na partilha das suas dificuldades e na luta por uma vida melhor, geram consciência de classe, que lhes afere força e união, fortalecendo os laços solidários e interpessoais entre colegas, solidificando o sentido de justiça social e a importância da interajuda.

A greve não se trata apenas de uma luta por melhores direitos laborais, contra os baixos salários, as jornadas extenuantes, as más condições de trabalho, ou mesmo da oposição a políticas empresariais que atentem contra os direitos laborais. A luta laboral transcende as questões associadas à qualidade de trabalho e de vida, refletindo igualmente a contestação pelo direito à palavra, pela assimilação da sua essência e a luta contra a abstração (ou alienação) do trabalho. Os operários lutam contra a despersonalização do seu trabalho, pela dignidade e pela autonomia no seu local de trabalho, e não menos importante, pela participação ativa nos processos produtivos e decisórios.

2.2.2. Os bairros operários

A concentração da produção industrial nos centros urbanos e a consequente chegada de um grande volume de mão de obra, levou a um crescimento acelerado do tecido urbano das cidades. A fixação dos novos trabalhadores na indústria, os operários, dependia do seu alojamento, e a capacidade edificada das cidades pré-industriais não se mostrava suficiente para garantir a permanência desta força de trabalho. Esta massa de camponeses-operários, que por gerações sobreviviam com base na exploração agrícola da terra, correspondia a uma classe social empobrecida, sem capacidade aquisitiva ou sem recursos para a construção de novas casas. Este processo leva ao surgimento de bairros inteiros de barracas, com escassas condições de habitabilidade, onde as expressões campesinas ainda eram fortes.

A industrialização e a urbanização foram, na Europa, processos que decorreram em paralelo. Sendo que o trabalho assalariado surge num período anterior à industrialização, com maior expressão nos campos (correspondente ao trabalho na exploração agrícola), as cidades exercem um grande poder de atração, induzindo o



058. Ferguson Pailin Electrical Engineering, Manchester, autor desconhecido, s/d

crescimento nas áreas semirrurais circundantes. A formação das áreas industriais está inerentemente conectada à interação entre as cidades e as suas periferias, gerando os aglomerados hoje denominados de áreas metropolitanas. A revolução agrária implicou uma profunda transformação das estruturas sociais do meio rural, levando a um empobrecimento das populações rurais, alimentando as grandes deslocações de trabalhadores em função das diferentes campanhas de trabalho sazonais que as grandes explorações agrárias exigiam. O movimento das massas de trabalhadores agrícolas para as cidades, colocando-se ao serviço das fábricas implantadas nas periferias, pressionava fortemente o tecido urbano, que necessitava de acomodar esta massa de trabalhadores.

A construção de habitações em regime de mercado de arrendamento era, maioritariamente, de iniciativa privada, e os elevados custos de arrendamentos excluíam as famílias de classe sociais mais pobres. Vindas de áreas rurais em busca de emprego e melhores condições de vida, as famílias operárias recém-chegadas viviam em situação de sobreocupação, em habitações deficientes e insalubres. As áreas de residência desenvolveram-se nas proximidades das áreas de produção, pela



059. Vila Dias, Lisboa, Alberto Carlos, ca. 1910

dificuldade de mobilização, pela inexistência de infraestrutura de transportes públicos metropolitanos. As habitações operárias autoconstruídas ocupam os espaços residuais entre as unidades de produção, ou se implantam nas traseiras de habitações preexistentes, em casario sem planeamento urbano, com insuficiente qualidade construtiva e manifesta insalubridade. A ausência de água canalizada e de saneamento, as deficientes exposição solar e ventilação estavam na base da eclosão de graves patologias construtivas.

Face às insuficientes condições de habitabilidade destes espaços, e aos riscos para a saúde pública da sua expansão descontrolada, o governo é forçado, na década de 1880, a reconhecer as graves carências habitacionais na cidade de Lisboa, desenvolvendo medidas de mitigação destas condições, através da promoção de incentivos para o investimento privado



060. Pátio em Alfama, Lisboa, Joshua Benoliel, ca. 1910

na construção de habitações a baixos custos. Estas medidas levam ao surgimento dos primeiros bairros de habitação de baixo custo, destinado a agregados familiares com poucos recursos económicos, a coberto da iniciativa de entidades industriais ou fiadas na (relativa) filantropia de investidores privados. A iniciativa privada dos industriais contextualiza-se numa época de forte discurso higienista, além da crença por parte dos empresários de que, ao melhorar as condições de habitabilidade dos seus trabalhadores, a produtividade iria aumentar e as possíveis tensões ou reivindicações associadas às insuficientes condições laborais e sociais seriam amenizadas. Os pátios autoconstruídos são então transformados em vilas operárias, com tipologias baseadas na estrutura modular, que, através do desenho de divisões com áreas mínimas, permite o maior número de fogos: ao aumento da densidade correspondia o aumento da rentabilidade. Os materiais utilizados na construção destas vilas também tinham em conta o custo, recorrendo-se a materiais acessíveis e baratos. Estes bairros implantavam-se maioritariamente em torno de um espaço comum, um pátio ou uma rua, de classificação privada, mas de acessibilidade pública.

Apesar da construção de bairros operários refletir uma melhoria das condições de habitabilidade dos operários e das suas famílias, estes eram geograficamente implantados nas proximidades das fábricas, que, por sua vez, privilegiavam a sua implantação nas periferias do centro da cidade. O afastamento dos operários dos centros urbanos e a presença permanente na circunscrição da fábrica, em contexto privado e doméstico, geravam problemas sociais de outra ordem, com a massificação e desterramento da mão de obra, onde as relações interpessoais associadas ao emprego se sobrepunham ao sentido de comunidade e vizinhança. Esta organização espacial e social criava modos culturais, associados à massificação, que se refletiam numa forte presença do conflito associado a causas laborais, o

que, consequentemente, viria a adquirir depois matéria de reivindicações e pretexto para greves laborais (Gama, 1987).

2.2.3. Movimentos de operários em Mira de Aire

Não existem registos de greves operárias na vila de Mira de Aire. A sua presença na história industrial da vila é diminuta, não se refletindo nem no meio social, nem nos moldes produtivos das fábricas. A sua posição no território, inserida num vale morfologicamente circunscrito, separa fisicamente os operários mirenses dos movimentos proletários ocorridos nos centros urbanos, onde a concentração da força de trabalho permite uma organização mais forte e contaminante, para a luta por direitos laborais.

Adicionalmente, os progressos tecnológicos implementados na vila, como a energia elétrica, a distribuição de água por canalização, a melhoria das estradas, etc., decorreram em grande parte por iniciativa dos industriais, que por necessitarem de eletricidade e força hidráulica para ativarem as máquinas de produção, pressionaram os municípios para a sua implementação. Esta ação reflete-se na relação entre os operários e os seus patrões, a quem sentem dever o progresso que tornou o seu quotidiano mais humano e confortável. Os empresários industriais da vila são celebrados como heróis, filhos da terra que prosseguiram uma educação formal e desenvolveram um "espírito empreendedor", e como tal, que investiram na sua terra-mãe, impulsionando a economia local, colocando Mira de Aire no mapa.

O jornal *Voz de Mira de Aire*, número mensal compilado por iniciativa paroquial, cuja primeira tiragem remonta a janeiro de 1956, organiza em abril de 1958 um número especial, dedicado aos 25 anos de elevação de Mira de Aire a vila. Nas suas páginas, relata-se o processo de desenvolvimento do município,

descrevendo-se os inúmeros feitos dos Mirenses na construção e no crescimento do local. "Senti sempre grande prazer em falar e escrever sobre a terra onde nasci e sobre a luta heroica, sustentada pelos seus filhos, para fazer erguer a sua aldeia à dignidade de vila"[8] , escreve o Sr. Padre Caetano, num segmento intitulado *Da Mira Velha até a Mira de Aire*. Neste relato, o autor descreve o processo de crescimento da vila, desde as suas pobres origens até ao desenvolvimento económico resultante da implantação de variadas indústrias, especialmente na área têxtil.

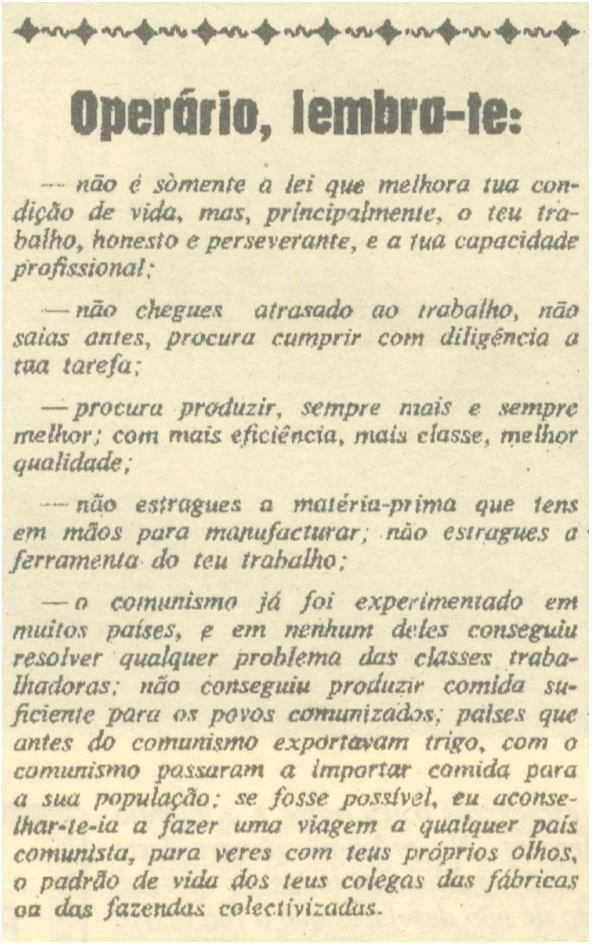
O mesmo começa por descrever a abertura do primeiro estabelecimento de ensino, particular e católico, associando-o ao progresso local, visto que dos seus alunos iniciais se distingue o primeiro empresário fabril da vila, ao qual está associada a primeira iniciativa de desenvolvimento industrial, que décadas mais tarde, ocorre em Mira de Aire. O busto de Manuel Dias Justo, no centro da vila, comprova o papel relevante dos industriais na próspera economia de Mira de Aire, e traduz a relação que os habitantes têm para com os industriais da vila. Esta relação acaba por deteriorar as possíveis organizações de trabalhadores em sindicatos, ou desvalorizar as ações reivindicativas, principalmente porque a condição de trabalho original é percebida a crédito dos investimentos privados dos



061. Inauguração do busto de Manuel Dias Justo, Mira de Aire, autor desconhecido, 1948
8. Artigo *Da Mira Velha a Mira de Aire*, jornal *Voz de Mira de Aire*, abril 1958

industriais: apesar de continuamente precária e vulnerável, parece preferível à pobreza que grassava na região antes da instalação da indústria.

O processo de "abstração da força de trabalho" (Marx, 2013), não é visível na vila de Mira de Aire, resultado da participação ativa dos trabalhadores no processo produtivo da fábrica. A proximidade social entre a classe dos industriais e a classe operária acentua o desejo mútuo pelo desenvolvimento económico e social da vila. Além disso, o não envolvimento político característico das localidades campesinas, afastadas geograficamente dos centros de decisão e vida política, impedem a criação de movimentos laborais fortes. A organização laboral é incipiente,



Operário, lembra-te:

— não é sòmente a lei que melhora tua condição de vida, mas, principalmente, o teu trabalho, honesto e perseverante, e a tua capacidade profissional;

— não chegues atrasado ao trabalho, não saias antes, procura cumprir com diligência a tua tarefa;

— procura produzir, sempre mais e sempre melhor; com mais eficiência, mais classe, melhor qualidade;

— não estragues a matéria-prima que tens em mãos para manufacturar; não estragues a ferramenta do teu trabalho;

— o comunismo já foi experimentado em muitos países, e em nenhum deles conseguiu resolver qualquer problema das classes trabalhadoras; não conseguiu produzir comida suficiente para os povos comunizados; países que antes do comunismo exportavam trigo, com o comunismo passaram a importar comida para a sua população; se fosse possível, eu aconselhar-te-ia a fazer uma viagem a qualquer país comunista, para veres com teus próprios olhos, o padrão de vida dos teus colegas das fábricas ou das fazendas colectivizadas.

062. *Operário, lembra-te:*, Mira de Aire, jornal Voz de Mira de Aire, 1964

pela inexistência de uma entidade patronal antagonizada, a quem se deva exigir melhores salários e condições de trabalho.

Segundo o testemunho de Orlando Chareca, que no 25 de abril era trabalhador na indústria têxtil, e que nos anos de 1970 se torna membro-fundador da fábrica têxtil Moinhos Velhos Lda., atual Newplaids, não ocorreram distúrbios significativos nem sequer nos tempos após a queda do regime de Salazar: "Em Mira de Aire, nós não tivemos". Na mesma entrevista, o então técnico e empresário da indústria têxtil João Baptista, descreve o pouco interesse da população de Mira de Aire pela vida política, descrevendo um "excesso de bairrismo", fruto do interesse geral pelo desenvolvimento da terra, "seja por que via for" (Sousa, 2021: 161). Apesar de não existirem registos de conflitos consideráveis por parte da população mirense, reflexo de uma vida comunitária circunscrita, isto não impedia a organização laboral dos seus trabalhadores. A abertura da sede do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios, demonstra a organização dos operários das várias indústrias em Mira de Aire, que apesar da ligação interpessoal com os seus patrões, detinham a representatividade sindical da sua atividade na vila. Segundo um testemunho de Avelino Vitória Gomes sobre a atividade industrial na região, "verificaram-se mais tendências de greve, do que greves propriamente ditas, em Mira de Aire" (Sousa, 2021: 161). O desenvolvimento da vila de Mira de Aire ocorreu em contexto de isolamento geográfico, onde toda a população partilhava as mesmas rotinas e atividades, sem distinção social e económica de grande expressão.

Na entrevista, João Batista descreve a pouca diferença social entre os habitantes: "Antes do 25 de abril nós íamos a um café [Central] e disputava-se no café o Poker (...), e era bonito ver jogar patrões com operários, a jogarem Poker para ver qual é que ia pagar o café". A escala limitada de Mira de Aire, com

uma população reduzida e unida, que via o desenvolvimento económico como responsabilidade mútua, reflete-se na pacificação entre as diferentes classes sociais da vila, explicando as reduzidas ocorrências de movimentos grevistas. “O patrão era o patrão, o empregado era o empregado, jogavam à bola juntos”, descreve Orlando Chareca (Sousa, 2021: 161).

A forte presença da classe operária e uma grande dependência económica regional, pela economia industrial implantada em Mira de Aire, implicava que grande parte dos trabalhadores da região trabalhava como operador das máquinas têxteis da vila. A presença de trabalhadores de várias localidades vizinhas, além do pessoal de outras regiões do país, foi uma das principais razões pelo qual, em abril de 1975, o Partido Comunista Português (PCP) decide marcar comícios com os trabalhadores. Mira de Aire tratava-se, na verdade, de “território fértil para os movimentos desta área política” (Sousa, 2021: 79), chegando a haver, antes das eleições constituintes, uma sede instalada pelo Movimento Democrático Português / Centro Democrático Eleitoral (MDP/CDE), principal rival eleitoral do Partido Popular Democrático (PPD) no concelho (Sousa, 2021).

Os variados movimentos políticos que surgiram com a queda do Regime de Salazar tiveram uma receção mista pelos habitantes da região de Porto de Mós, principalmente pelo distanciamento sentido entre as localidades do concelho e os centros de decisão metropolitanos. Apesar da forte presença da indústria, e da expressiva força de trabalho operária, a mobilização política destas massas foi recebida com grande resistência, principalmente pela ainda vivida associação entre as empresas que se instalaram em Mira de Aire e as benesses que surgiram da sua implantação. A relação próxima entre os trabalhadores e os patrões impedia os movimentos de reivindicação de melhores condições salariais. As iniciativas privadas dos empresários

industriais na construção de equipamentos culturais, solidários, cívicos e religiosos, na vila, aprofundava ainda mais o apreço que lhe seria devido pelos habitantes, e a relação próxima entre os trabalhadores e os patrões amortecia os movimentos de reivindicação por melhores condições salariais.



063. Loja de vestuário e sapataria António Garoto, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024.

2.3 REDES DE APOIO LOCAL

2.3.1. A solidariedade social

O bairrismo associado à população de Mira de Aire é o reflexo da sua história e desenvolvimento. A génese da vila decorre de um contexto geográfico de grande isolamento, potencial intensificador das relações sociais entre habitantes. A conexão entre vizinhos é a base para a construção de uma rede de apoio local, baseada na entreajuda, numa vivência partilhada de dificuldades e desafios, e na partilha de uma cultura comum, ela própria em constante crescimento e cimentação. Estas redes de apoio eram essenciais para a sobrevivência da população, cujo isolamento, tanto geográfico como social, implicava a criação de uma rede de entreajuda forte, onde as trocas tanto comerciais como de serviços fundamentavam a confiança entre vizinhos, que se ajudavam em torno de um desejo e de uma responsabilidade comuns: a melhoria da sua condição vivencial.

Antes da industrialização, as relações sociais ocorriam ao nível da casa – com a concentração de mão de obra na produção das mantas e tapetes nos teares caseiros –, e ao nível da rua – ajudando-se na agricultura, no transporte dos produtos e na execução de serviços. A forte presença da religião alimentava igualmente estas relações, na prática religiosa a nível doméstico, partilhada por todos os habitantes da vila, era nutrida nas missas e nos rituais religiosos, que agregavam os vizinhos na organização dos rituais e desempenhavam um papel significativo na reprodução social.

Com a chegada da indústria a Mira de Aire, a vertente espacial onde eram criadas as relações tomou diferentes escalas. Anteriormente desenvolvidas na rua e nos domicílios domésticos, seria a fábrica a impulsionar – ao tornar-se o palco onde as relações sociais maioritariamente ocorriam, reflexo do contacto diário e da partilha de quotidianos e das dificuldades percebidas no mesmo local de trabalho – o espírito solidário entre os

operários, característica associada à consciencialização da sua condição como classe.

A forte presença da Igreja no quotidiano da população, toma, em grande parte, a responsabilidade pela assistência social na vila. Organizando, em si, as iniciativas de ajuda social assentes nos valores católicos que difunde, serve como recetáculo das doações dos habitantes efluentes, funcionando como agente conetor entre o desejo solidário dos mirenses e as ações de assistência social que promove.

Caso ilustrativo dessas ações é a abertura de uma casa de assistência, o Abrigo de Caridade – Casa de S. José. Esta realização parte da iniciativa de uma comissão constituída para o efeito, que no Natal de 1943, lança a ideia da abertura de um edifício de âmbito social, para proteção da população menos protegida. Muito rapidamente concentra doações, e em três meses dá-se início aos serviços de assistência à camada da população mais carenciada. Inicialmente, os serviços funcionavam num edifício oferecido pela família Baptista, associada à indústria têxtil. Em 1951, inaugura-se a Casa Abrigo num edifício próprio, obra completa graças a fundos angariados pela população e comparticipada pelo Ministério das Obras Públicas. Esta era assegurada por "três religiosas Concepcionistas" (Ribeiro et



064. Casa Abrigo de S. José, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1950

al., 2009: 70), que garantiam um serviço de alimentação para 30 indivíduos inscritos, maioritariamente crianças, assegurando igualmente apoio a indivíduos em situações de pobreza itinerante, totalizando a capacidade para mais de 150 refeições diárias (Ribeiro et al., 2009), contando igualmente com uma enfermaria.

Em 1954, a Casa Abrigo consegue a aprovação dos estatutos de instituição assistencial, continuando a dedicar-se ao apoio a idosos, doentes e necessitados, alguns residentes, e outros beneficiários dos serviços de refeição. O edifício sofre uma ampliação e adaptação, em 1962, para a implantação de um jardim de infância. Vinte anos depois dá-se uma nova ampliação do edifício, desta vez para a abertura de um Lar de Terceira Idade e um Centro de Dia, obra concluída em 1990, graças aos donativos da população, incluindo a população emigrada, juntamente com alguns subsídios estatais. Esta instituição ainda se encontra em funcionamento, servindo de apoio a muitos indivíduos carenciados, mitigando as penas de idosos e crianças necessitados de apoio (Ribeiro et al., 2009).

Na área da habitação, destaca-se a iniciativa de um bairro social, o Património dos Pobres, em 1963, para receção a famílias sem posses. De iniciativa paroquial, as doze moradias, com capacidade para doze famílias, "na sua maioria constituída



065. Idosos recolhidos na Casa Abrigo de S. José, Mira de Aire, autor desconhecido, ca.1950

por crianças, cuja saúde, física e moral, perigava nos tugúrios a que chamavam a sua casa"[9], reflete o espírito solidário dos habitantes, que contribuíram para a sua construção (Ribeiro et al., 2009).

Do ponto de vista dos direitos do trabalho, abriu-se uma sede do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios, que na altura constituía uma novidade em termos de prestações familiares, até então desacostumadas a subsídios sociais associados ao seu labor. Mediante uma quotização que incidia sobre o seu ordenado fabril, a Caixa do Sindicato assegurava uma série de subsídios, como o subsídio de casamento, nascimento, aleitação, abono de família para descendentes e abono para ascendentes, pensões de invalidez, subsídios por morte, funerais, etc. Estas medidas melhoravam consideravelmente a condição económica dos trabalhadores, assegurando um apoio complementar à sua contingente remuneração profissional (Ribeiro et al., 2009).

A título de ação social complementar, a Fábrica Vitória, de José Dias Batista, cria num dos edifícios complementares à fábrica, uma cantina, em regime de internato, direcionada para as suas operárias. A realidade destas trabalhadoras, que muito frequentemente saíam das suas terras de origem para trabalhar na fábrica, implicava a permanência semanal na vila. Por essa razão, a cantina impulsionada pelo patrão da fábrica tinha a capacidade



066. Património dos Pobres, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1960

9. Artigo *Mira de Aire no campo de Assistência*, jornal *Voz de Mira de Aire*, abril de 1958

de 60 camas, complementar à alimentação assegurada, mediante o pagamento de uma importância simbólica. Este edifício, equipado com uma creche, assegurava igualmente cuidado para os filhos das operárias durante o horário laboral (Ribeiro et al., 2009). Com a lenta falência e o consequente encerramento da fábrica, seria votado ao abandono.

Mais tarde, restaurado e remodelado, serve como edifício do Museu Industrial e Artesanal do Têxtil – MIAT, focado na difusão dos processos técnicos associados à produção dos teares têxteis, e na divulgação da história laboral de Mira de Aire, permitindo a conservação de variados exemplares de maquinaria têxtil, maioritariamente recuperada das fábricas em abandono.

Associada às regiões de grande isolamento geográfico, onde as dificuldades partilhadas pelas populações convocam ligações interpessoais fortes, a solidariedade expressa-se na organização socioeconómica das populações. A condição



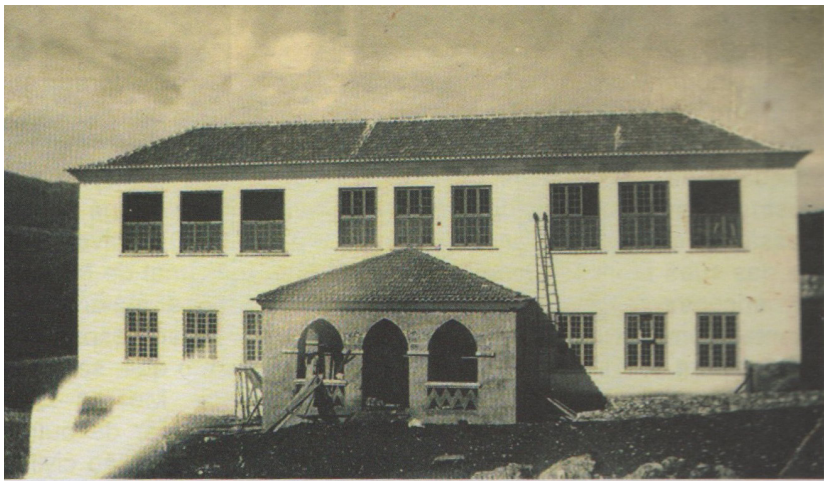
067. Cozinheira da cantina social da Fábrica de Tapetes Vitória, autor desconhecido, ca. 1960

laboral dos operários em Mira de Aire, comum à maior massa de habitantes, serviu de catalisador para cimentar relações de entreajuda, clamou por apoios monetários e materiais e promoveu a organização de associações de cariz social e religioso, cuja atividade se baseia no melhoramento da condição social e económica dos habitantes: bairrismo, partilha comum das dificuldades, amor pela terra e solidariedade, tornam-se assim constituintes de uma identidade local duradoura.

2.3.2. A educação

O crescimento demográfico em Mira de Aire, associado aos movimentos migratórios da classe trabalhadora, ao serviço das indústrias implantadas na vila, levou a um crescimento das famílias e convocou a necessidade de educar os filhos e filhas dos operários. A povoação de Mira foi a última do concelho de Porto de Mós a estar dotada de uma escola oficial, ficando a educação geralmente a cargo das igrejas da região, com alguns dos mirenses que estudaram para padres a fazer a educação primária na escola da Serra de Santo António, em funcionamento desde 1875, na povoação vizinha (Ribeiro et al., 2009).

Os níveis de analfabetismo na povoação de Mira eram elevados, estando a possibilidade de ensinar a população na dependência da paróquia local. A primeira escola da localidade, baseada nas



068. Primeira Escola Primária de Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1940

aulas particulares ministradas pelo então pároco Padre João do Rosário e Silva, permitiu a instrução de algumas das destacadas personalidades mirenses, aquelas que mais tarde impulsionaram a implantação da indústria: entre eles, José dos Santos Amado, José Baptista Dias, João dos Santos Moleiro e Nicolau Dias. Porém, o desejo de abertura de uma escola na povoação em Mira, que ironicamente parte da iniciativa do próprio pároco, inspira-se no projeto para a escola da Serra de Santo António, cujas dimensões são adaptadas a uma população maior e conduz à construção e inauguração em 1896, graças ao contributo dos industriais e habitantes. Nicolau Dias, antigo aluno da escola particular do Padre João do Rosário e Silva, torna-se o primeiro professor oficial da terra, onde lecionaria durante 27 anos. Três anos depois da inauguração, fazem-se os primeiros exames de instrução primária, e o ensino na povoação é então oficializado (Ribeiro et al., 2009).

À época em que Mira é elevada a vila, em 1933, mudando o seu nome para Mira de Aire, a escola primária da vila teria já cerca de 250 crianças e 6 professores. Na mesma instalação decorria igualmente a formação escolar para adultos, em regime pós-laboral, estando a infraestrutura munida igualmente de uma biblioteca. Com o aumento da população, esta escola tornava-se



069. Alunos da Escola Primária, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1940

insuficiente para o número de crianças, mesmo com o trabalho repartido em regime duplo, com alunos a frequentar as aulas no período da manhã, e outros no período da tarde. Com o passar dos anos, a escola primária original é desativada, levando à construção de uma escola de maior dimensão, a Escola Primária Nº1, próxima das instalações das fábricas da Lanifícia do Outeiro e da Fiandeira Mirense, dotada de uma cantina anexa, ao abrigo dos serviços de solidariedade social da terra.[10]

Em 1962, Mira de Aire é dotada do seu primeiro colégio (privado), o Externato de Mira de Aire: a instalação inicial do estabelecimento baseou-se no recondicionamento da antiga fábrica de refrigerantes Joaquim Jorge & Filhos, sem objetar à existência de projetos para a construção de um novo edifício. O Externato começou a sua atividade com 24 alunos na instrução primária, "11 no 1º ano liceal, 7 no 1º ano técnico, 2 no 2º ano liceal, 17 no 1º ciclo, em aulas noturnas e, ainda em 4 explicações com vista aos 2º e 3º ciclos, liceais"[11], diversificando os moldes de ensino administrado na vila, tanto para crianças e jovens em percurso de ensino convencional (no período diurno), como no ensino de adultos em idade ativa (no período noturno). Surgem igualmente cursos livres de língua francesa e inglesa. Em 1966, o número de alunos subiu para 66, em 1969 para 109 e em 1971 o número chegou aos 175 alunos, comprovando o rápido ritmo de ingressão escolar na vila, cujos constituintes se tornavam mais instruídos.

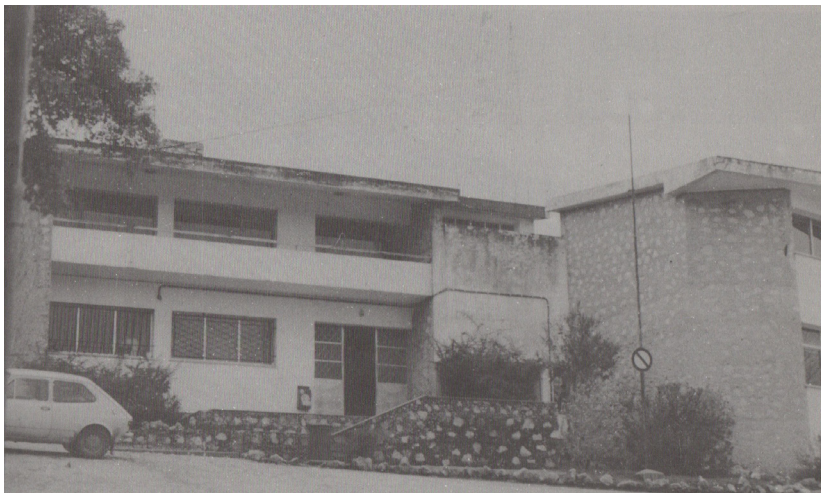
Em 1973, à vista da necessidade de alargamento do ensino disponível, pelo número em expansão dos alunos e pela vontade de generalizar o acesso ao ensino básico, negociações levaram à agregação da estrutura do Externato ao domínio público e à abertura de uma secção da Escola Preparatória de Porto de Mós, tal como à inauguração de uma secção de liceu e do Curso Geral do Comércio. Este espaço, durante as seguintes décadas, tornar-

10. *Mira de Aire: 1958-1983* (1983)
11. *Mira de Aire: 1958-1983* (1983), p.33

se-ia novamente insuficiente para a quantidade de alunos que servia, levando à criação de uma Escola Secundária, localizada nas proximidades do vale, entre a Casa Abrigo e o cemitério, com melhores instalações de acolhimento[12].

Em 1984, inauguram-se, assim, em espaços contíguos, a escola primária Nº2 e a escola Secundária de Mira de Aire, permitindo distender a capacidade de ensino por maior número, com maior duração.

A implantação de mais instalações de ensino, em Mira de Aire, alterou fundamentalmente a relação dos habitantes para com o seu futuro. Com um lastro de difíceis condições de vida, inibição de acesso ao conhecimento, comprováveis pela alta taxa de analfabetismo, a implementação de um suporte educacional alargado possibilita a melhoria da condição socioeconómica das famílias, cujos filhos e filhas conseguem aceder a melhores oportunidades laborais, resultantes do acesso a um ensino formal. O ensino em Mira de Aire torna-se "luz ao fundo do túnel", oferecendo ao operário e à respetiva prole uma oportunidade de melhorar a sua condição. Atualmente, o número de alunos em Mira de Aire desceu drasticamente. A Escola Preparatória de Mira de Aire, antigo Externato, foi encerrada, sendo as instalações utilizadas presentemente pela GNR. Os alunos, em



070. Escola Secundária de Mira de Aire, antigo Externato, autor desconhecido, ca. 1970
12. *Mira de Aire 1958-1983* (1983), p.34

número cada vez menor, são direcionados para as duas escolas primárias ativas na vila, ou para a Escola Secundária, ainda em atividade, mas diminuída na frequência.

2.3.3. O associativismo

A organização social na vila de Mira de Aire, pela forte expressão das redes de solidariedade, constituídas a partir das relações laborais e do relativo isolamento territorial, resulta numa forte presença do associativismo. Desde a génese do povoado que a população mirense se organiza em torno de projetos coletivos, formando coletividades, clubes, grémios, grupos e agrupamentos, equipas e comissões, formados em prol das aspirações comuns da população.

Grande parte das associações criadas – e ainda persistentes – em Mira de Aire, focam-se nas atividades recreativas e lúdicas, tal como na promoção de atividades religiosas e solidárias. A presença da indústria e o labor operário facilita as relações sociais entre trabalhadores, que se coletivizam na organização do seu tempo livre. O tempo fora do horário laboral, cujas longas jornadas e trabalho intenso impediam, geralmente, o aproveitamento lúdico e cultural das horas livres, reflete-se na



071. Público no Cine-Teatro, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d

necessidade por parte da comunidade de formar associações que permitam a organização deste mesmo tempo, melhorando a sua condição – e fortalecendo os laços pessoais entre colegas. A grande parte das associações formadas na génese da vila ainda existem hoje, em moldes mais reduzidos, fruto do encerramento das fábricas e da consequente migração de mirenses, à procura de melhores condições de vida. A perda do fator comum agregador do trabalho, hoje, dificulta a reorganização em associações, conduzindo à desconexão interpessoal entre os mirenses. Não obstante, a manutenção de muitas das associações originais confirma que, apesar da perda demográfica, o bairrismo permanece vivo, fruto da sedimentação de sucessivas gerações de relações interpessoais e interdependência, mantendo-se ativa a rede local de apoio e o potencial de regeneração do tecido social da povoação.

Neste capítulo, cabe enumerar as variadas associações formadas em Mira de Aire, formando-se um retrato diversificado da população através da sua capacidade de organização. A atividade decorrente das diferentes organizações demonstra os extensos interesses partilhados pela vila, fruto da construção de uma história – e memória – comum, fortalecida pela partilha de



072. Procissão religiosa com a Sociedade Filarmónica Mirense, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d

vivências e dificuldades, e, principalmente, um grande amor pela terra.

Das mais antigas associações da vila, a Sociedade Filarmónica Mirense, fundada em 1913, surge como uma organização cultural formada maioritariamente por operários, que prescindem de parte do seu tempo livre para o estudo e prática amadora da música. Manteve a sua atividade até 1921, sendo mais tarde reativada em 1933, por um mirense amador.

O interesse pela cultura dos mirenses é refletido na criação e atividade do chamado Grupo Cénico, formado por habitantes voluntários que se focam no teatro amador. As peças de teatro e as revistas escritas, ensaiadas e encenadas no antigo Cineteatro de Mira de Aire, baseavam-se muitas vezes no quotidiano da vila, com a recriação do dia-a-dia dos trabalhadores, a criação e vida na fábrica e a celebração do espírito empreendedor da população mirense. A construção do Cineteatro em Mira de Aire permitiu a disseminação de cultura na terra, albergando variadas atividades, como a produção de peças de teatro, organização de concertos e a passagem de filmes, servindo igualmente de suporte à organização de comissões, conversas e outros eventos. Em 2001, é fechado o Cineteatro, após grave



073. Grupo Cénico na peça de teatro Recompensa, Mira de Aire, autor desconhecido, 1956

incêndio que inviabiliza a sua utilização. Apenas em 2009, com a inauguração da Casa da Cultura, voltará a vila a ter acesso a uma infraestrutura para albergar semelhante atividade, com maior e melhor capacidade.

Em 1939, é fundado o Clube União Recreativa Mirense, para a organização de eventos de índole desportiva e recreativa. A presença do futebol na vila, que congregava todas as classes sociais, servia para promover a vila, através da participação em vários campeonatos distritais. Em 1988, a associação viu construído um relvado, juntamente com estrutura de bancadas e balneários, permitindo uma melhor promoção da sua atividade. A partir da década de 1990, a crise industrial de Mira de Aire leva à perda de habitantes, e o Clube foi, progressivamente, perdendo os seus atletas. Continua, porém, em funcionamento, concentrando várias equipas de futebol e de outras práticas desportivas, promovendo igualmente atividades culturais e recreativas.

Nessa mesma época, em 1942, criou-se o Clube União Mirense, apelidado mais tarde como *Clube dos Ricos*, por ser frequentado sobretudo pelo estrato social mais abastado da vila. Segundo os seus estatutos, esta organização tinha o fim de promover



074. Equipa de futebol da União Recreativa Mirense, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d

atividades de recreio, a distração e a instrução dos sócios, organizando jogos, conferencias, reuniões e festas de convívio, atividades de desenvolvimento cultural, em defesa dos recursos naturais e turísticos da região. Na atualidade, a sua atividade, apesar de menos sistemática, é aberta a todas as classes sociais residentes em Mira de Aire, ao contrário da sua constituição inicial, cujos sócios representavam sobretudo os empresários e os industriais locais. Em contraste, o Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios viria a abrir, em espaço anexo às suas instalações, local de convívio essencialmente operário, que compreendia sala de jogos e biblioteca.

O Círculo Cultural Mirense, que remonta ao início da década de 1930, começa a adquirir particular importância partir da década de 1960, reunindo um grupo de teatro amador, um grupo coral (que se torna mais tarde independente como Coral *Gaudia Vitae*), uma banda filarmónica e uma orquestra típica. Já no século XXI, engloba atividades artísticas como aulas de pintura e vitral, aulas de ginástica e escolas de dança e de música.

Os festejos em honra de Nossa Senhora do Amparo remontam há séculos, congregando pelo Natal toda a população Mirense, tanto habitante, como emigrante. A tradição implicava o voluntarismo de um juiz, que com a ajuda dos seus familiares e amigos, se responsabilizava pela organização da festa. O aumento da população de Mira de Aire e a crescente escala adquirida pela Festa, associadas à crise socioeconómica sentida nos anos 1970-80 e à evolução secular das mentalidades, tornariam mais difícil de contar com o voluntarismo dos mirenses. Por isso, em 1982, um grupo de habitantes nascidos em 1942 propôs a organização das festas de acordo com um novo formato, associando os festejos religiosos à situação conjuntural da terra. Donde, em 1993, é formalizada a comissão que se passa a denominar de Quarentões, e que junta os habitantes que concluam, nesse ano,

quarenta anos, para que organize, ao longo do ano, um naipe de atividades recreativas e religiosas. A atual organização deste grupo fortalece o espírito comunitário dos mirenses, organizando eventos que promovem o convívio da população e formalizando uma tradição que permite a continuação do espírito bairrista.

Caberá destacar outras associações, como a Associação Rancho Folclórico de Mira de Aire, que promove as atividades de caráter cultural, etnográfico e recreativo; a Associação Recreativa e Cultural da Fraga, que junta os habitantes do lugar para a celebração das Festas de S. João, S. Pedro e Santo António; o grupo *Os Velhadas*-Caminheiros de Mira de Aire, cujo objeto se centra na promoção de atividades desportivas e lúdicas para a população mais idosa da vila, organizando igualmente passeios, eventos gastronómicos e atividades recreativas; a Comissão de



075. Acender da fogueira no Natal, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d

Festa de Nossa Senhora da Boa Morte

Ao apresentarmos as contas das Festas em honra de Nossa Senhora da Boa Morte, realizadas no passado mês de Julho em 2, 3 e 4, queremos recordar o brilho, a dignidade e boa ordem com que tudo decorreu e o espírito de dedicação revelado por aqueles qte mais de perto colaboraram com o juiz que, como todos sabem, foi o Sr. Manuel Capaz Lopes.

Aos nossos queridos ausentes que mais uma vez marcaram a sua presença tão significativa nos festejos, pela correspondência ao apelo que lhes fora feito, queremos manifestar a nossa sincera gratidão.

Ao Sr. Manuel Capaz felicitamos pelo modo como se desempenhou das suas funções de juiz.

À Comissão Regional de Turismo agradecemos igualmente o seu contributo para os festejos, mercê do qual foi possível ir mais longe do que habitualmente.

Outras promessas já feitas, e que venham a ser entregues posteriormente, a seu tempo daremos conhecimento público através do jornal.

Para conhecimento de todos publicamos o resumo das contas e a relação das ofertas enviadas pelos mordomos ausentes.

RECEITA

Bufete	16.742$00
Mordomos	7.050$00
Distintivos vendidos	472$70
Peditório na Vila	955$70
Peditório para os bolos	1.590$70
Peditório na Missa de domingo	586$70
Peditório na Missa dos Ausentes	1.325$10
Venda de bolos	10.075$70
Mordomos ausentes	16.845$50
Espectáculos de variedades	26.545$00
Leilão de ofertas	3.170$00
Comissão Regional de Turismo	2.500$00
	87.859$10

DESPESA

Electro Mirense	1.433$05
Bufete	9.890$10
Despesas diversas	344$50
Jornas ao pessoal	3.876$90
Espectáculo de variedades	13.500$00
Filarmónica de Minde	6.500$00
Gaiteiros	1.243$80
Tipografia Capaz	815$00
Ernesto Dias Morais	638$10
José Maria Mendes & Filhos	1.085$00
Guarda Nacional Republicana	280$00
Serviço Religioso	835$00
Energia Eléctrica	651$10
Fogo e serviços burocráticos	4.018$30
Auto Rádio Mirense	1.500$00
Companhia de Seguros Império	595$80
	47.206$65

PATRIMÓNIO DA CAPELA

Comprou-se o seguinte material que fica fazendo parte do património da Capela:

Material eléctrico	9.438$00
Cadeiras	2.200$00
Copos	1.068$60
Espelhos	175$00
Esticadores de ferro e tubos	5.544$20
Vedação do arraial	5.221$00
Canalização para a casa de arrumação	516$50
Ornamentação do arraial	385$00
	24.548$30

RESUMO

Receita	87.859$10
Despesa	47.206$65
Saldo	40.652$45

N O T A :

Como o material que ficará a fazer parte do património da capela importou em 24.548$30, conforme discriminação feita, resta um saldo líquido de 16.104$10.

— Informamos com muito gosto que já estão assegurados os juízes para 1967 e 1968 que são respectivamente os Srs. Dr. Jorge Clemente e Luís Teles que se encontra na América do Norte.

Lista dos mordomos ausentes

AMÉRICA

António Marques Dias e Esposa	4 dls.
Adelino Dias Teles e Esposa	3 »
Luís Dias Teles e Esposa	2 »
Virgolino Dias	2 »
Manuel Amado e Esposa	2 »
Alexandrino Amado e Esposa	2 »
Leocádia e Domenico Musco	2 »
Manuel Henriques e Esposa	2 »
José Henriques	1 »
Carminda Pereira	1 »
Lúcio Pereira e Esposa	2 »
António Pereira e Esposa	100$00
Inolfo Capaz Lopes	10 dls.
José Lauriano	10 »
Isidro Ferreira	10 »
Agostinho J. Anado	6 »
Manuel F. Ferreira	5 »
Eugénia do Antonico	5 »
Adelino Querido	5 »
Joaquim Querido	5 »
Joaquim Fiel	5 »
Miguel Gaspar	5 »
João Lauriano	5 »
Arménio Catarino	5 »
Agostinho Ramos	5 »
Agostinho Isabel	5 »
João Ramos	5 »
Adelino Pantaleão	5 »
Adriano Jardineiro	5 »
António Querido	5 »
Ernesto Querido	5 »
Diquel Amado Lopes	5 »
Manuel Marto	5 »
Silvino Rosa	5 »
Silvino Lavado	3 »
Manuel Mendes	3 »
Manuel Querido	3 »
Américo Pascoal	3 »
Anacleto Lopes	2 »
Ermelinda Ferreira	2 »
Afonso Almeida	2 »
Custódio Querido	2 »
Eusébio Querido	2 »
Vítor Lavado	2 »
Joaquim Lopes	2 »
António P. Carvalho	2 »
Adelino Justo	2 »
Maria Gaspar Santos	2 »
Eleutério Jardineiro	2 »
Joaquim L. Santos	2 »
João Ferreira	2 »
Delfino Moço	2 »
Maria L. Ferreira	2 »
Custódio Lavado	2 »
Carlos Lavado	2 »
Manuel Lavado	2 »
Maria Anjos Dias	1 »
João Querido Júnior	1 »
Quitéria Marto	1 »
Américo F. Lavado	3 »
Manuel Lavado Fiel	2 »
João Lavado	3 »
Maria Lopes	2 »
Ivete Carvalho	2 »
Genevieve Martorelli	2 »
Manuel L. Carvalho	3 »
Abel Estevães	2 »
Manuel S. Lavado	2 »
Luís Lavado Carvalho	2 »
João Lavado Duque	2 »
Elisa Lavado	2 »
Aníbal Lavado	2 »
Silvério Martins	1 »
Deolinda D. Rosa	5 »
G. S. Conceição, Esposa e Filha	5 »
Alfredo Castanheira e Família	5 »
Manuel Noivo e Família	5 »
José Branco e Esposa	5 »
K. Chamberlain e Esposa Adolfina	5 »
Lourenço Valinho	2 »
José Inho dos Santos	2 »
José Ramos Noiva e Família	10 »
Rosa Noiva Dias	2 »
Noémia Inácia dos Santos	2 »
Manuel Gomes Botas	2 »
Isequiel Conceição	5 »
João Lavado Moço	50$00

FRANÇA

José Vieira Jorge (Missa Ausentes)	50 Frs.
António Pereira dos Santos	40$00
Manuel Dias Clemente	100$00
João Pedro Carreira	50$00
Medina	50$00
Manuel Mendes da Silva	60$00
José Mira Rodrigues	50$00

(Continua na 7.ª pág.)

076. Doações dos habitantes para o decorrer da Festa de Nº. Sra. da Boa Morte, Mira de Aire, jornal Voz de Mira de Aire, 1967

Festas de São Silvestre, cujo objeto se depreende.

A merecer destaque, pelo seu papel na promoção da permanência da camada mais jovem na vila, a Mata Jovem – Associação juvenil em Meio Natural: fundada em 1996, tem por objetivos a organização de atividades de foro social cultural e desportivo, intimamente relacionadas com o meio ambiente, tema sensível à população de Mira de Aire. A sua direção, constituída por jovens, é conhecida pela organização da *Mata D'Aire*, um evento que ocorre de dois em dois anos, geralmente em julho – e durante três dias – num terreno no Polje Mira-Minde, onde se organizam concertos, palestras, *workshops*, atividades desportivas e lúdicas.

Das associações mais recentes na região, consta a Associação Movimento Mira-Minde, constituída tanto por habitantes de Mira de Aire como de Minde, a sua terra vizinha, que partilham o mesmo sistema paisagístico e a gestão do vale em que se inserem. Formalizada em 2021, a associação pretende "promover a transição ecológica, sustentável e digital, no território natural e urbano de Minde e Mira de Aire, através da cooperação entre as duas populações, com vista à valorização e ao desenvolvimento social, cultural, económico e ambiental da região"[13] . A associação promove a organização de habitantes à volta do interesse comum de gestão sustentável do Polje Mira-Minde, tal como o melhoramento das infraestruturas urbanas e naturais da região. O Movimento Mira-Minde representa uma organização que data às origens de ambas as localidades do vale, sendo interligadas pelo paralelo povoamento da região (com Mira de Aire a surgir a partir da povoação de Minde), pela partilha do contexto natural, da história comercial e industrial, e enfim, pelo mútuo interesse na gestão dos recursos partilhados.

13. Estatutos da associação Movimento Mira-Minde. Disponível em: https://mira-minde.pt/associacao-movimento-mira-minde/ [Consultado em setembro de 2024]



077. Descarga de produtos na Fábrica de Tapetes de Mira de Aire, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

2.4. O MERCADO INTERNO

2.4.1. História do desenvolvimento industrial em Portugal

Desde tempos remotos, encontram-se indícios de intervenções de monarcas portugueses, como D. Sancho I e D. Afonso II, na produção de tecidos de lã e linho, na Covilhã. Estas iniciativas tinham um caráter mais providencial que governativo, sendo por isso de impacto limitado, visto que a produção artesanal dos tecidos se direcionava mais para a autossuficiência das comunidades locais e para o provimento de mercados restritos. Há, no entanto, alguns registos de que alguns tecidos nacionais atingiam outros centros urbanos no exterior, embora em menor escala do que aqueles importados pelo país (Lourenço, 2010).

A organização da indústria têxtil começou a reclamar maior atenção de monarcas posteriores, como D. Manuel I, que procurou garantir à produção têxtil local um caráter mais sistemático. Promoveu uma organização produtiva mais uniforme, tentando consolidar a indústria têxtil local, o que representaria um avanço comparativamente às intervenções pontuais de reinados anteriores. Esta intervenção, porém, não representou um impulso em termos de industrialização (Lourenço, 2010).

Em 1573, D. Sebastião emitiu o primeiro regimento dedicado à indústria, que marcou um momento significativo na regulamentação da produção artesanal. Posteriormente, em 1690, o conde da Ericeira ampliou e reorganizou este regimento, introduzindo medidas que pretendiam fortalecer a indústria têxtil portuguesa, inserindo o país numa fase industrial, porém incipiente (Lourenço, 2010).

Durante o reinado de D. Pedro II, outras iniciativas em prol da indústria forma adotadas, como a fundação das primeiras fábricas de chapéus, e a contratação de mestres estrangeiros para melhorar o conhecimento técnico dessa indústria. Além disso, o monarca impôs em paralelo leis protecionistas, limitando a entrada de tecidos estrangeiros (Lourenço, 2010).

Em 1703, é assinado o Tratado de Methuen, acordo controverso entre Portugal e a Inglaterra, que favorecia a exportação de vinhos portugueses em troca da entrada de lanifícios ingleses no país. Este tratado é considerado por alguns autores como um fator decisivo para o enfraquecimento da indústria têxtil portuguesa, embora esta posição não seja unânime entre autores. A competitividade dos tecidos ingleses, para muitos autores, fez com que as manufaturas locais, de qualidade inferior, não conseguissem competir nos mercados interno e externo (Lourenço, 2010).

Outros historiadores argumentam que o problema da indústria têxtil portuguesa não decorria diretamente dos termos do Tratado, mas lastimam a falta de uma classe capitalista e mercantil, disposta a investir no desenvolvimento industrial. Apesar das dificuldades, a produção têxtil interna continuou a atender aos mercados locais e às necessidades militares, embora com base em tecidos considerados de baixa qualidade: a transição do capitalismo mercantil para o industrial seria penosa, em Portugal (Lourenço, 2010).

Em meados do século XVIII, a indústria portuguesa apresentava um panorama pouco promissor. À época, o país produzia uma quantidade limitada de artigos manufaturados, incluindo linho, chapéus de lã e alguns tecidos, como sedas em Lisboa e panos em Bragança. A maior parte dos produtos industriais, tanto para



078. *Retrato de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1º Marquês de Pombal,* Louis-Michel van Loo & Claude Joseph Vernet,1766

o consumo interno como para os territórios ultramarinos, eram importados, refletindo o baixo desenvolvimento industrial do reino (Lourenço, 2010).

À vista da situação crítica, o Marquês de Pombal decidiu implementar medidas de estímulo à produção interna, cuja ação ecoava às medidas decididas um século antes por figuras como o Conde da Ericeira, com o intuito de corrigir os desequilíbrios comerciais e a dependência de importações. Estas medidas foram importantes, num tempo em que a queda de remessas de ouro das colónias agravava a liquidez disponível, forçando o governo a desenvolver métodos e medidas de contenção ao aumento do endividamento externo. A escassez de recursos internacionais e a incapacidade de redução da importação de alimentos essenciais tornaram imperativa a diminuição das compras de outros produtos estrangeiros. O Marquês de Pombal orienta as suas ações, assim, para a criação de fábricas capazes de suprir as necessidades internas (Lourenço, 2010).

Entre as indústrias fomentadas pelo Marquês, destacavam-se as fábricas de sedas, chitas, vidros, além de produtos destinados ao setor naval e militar, como a cordoaria, a produção de ferragens e de fardamentos. No entanto, apesar dos esforços, o desenvolvimento industrial português foi limitado. A adoção de doutrinas baseadas em monopólios e privilégios, desenvolvidas pelo ministro francês Colbert, não eram adequadas para o contexto português. Ademais, os incentivos oferecidos pelo governo não refletiram um florescimento das indústrias, resultando em recuperação temporária e efémera (Lourenço, 2010).

Com a ascensão de D. Maria I ao trono, houve mais tentativas de reformar a indústria, incluindo a extinção da emblemática fábrica de sedas e a criação da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Estas medidas, porém,

não foram suficientes para o desenvolvimento positivo das indústrias portuguesas, que continuavam a apresentar fraquezas estruturais (Lourenço, 2010).

O século XIX começou com grandes dificuldades industriais para Portugal. A Guerra das Laranjas, em 1801, que culmina com a derrota de Portugal perante as forças espanholas, aliadas de França, trouxe graves consequências políticas e materiais, além de perturbar os fluxos comerciais entre os países. O Tratado de Amiens, que encerrou temporariamente as hostilidades, evitaria que Portugal fosse forçado a aceitar tarifas baixas para os produtos franceses, o que teria sido desastroso para a balança comercial do país. Porém, o Tratado de 1810, assinado pelo príncipe regente D. João, trouxe ainda mais prejuízos. O tratado cedia aos interesses britânicos, permitindo que mercadorias estrangeiras competissem livremente em Portugal e nas suas colónias. Este cenário debilitou ainda mais as indústrias portuguesas, que já enfrentavam sérias dificuldades após as invasões napoleónicas, à vista da destruição causada pela ocupação do território.

O Inquérito Industrial de 1814, realizado pela Real Junta do Comércio, revelou a extensão dos danos: das 511 fábricas existentes no país, apenas 134 estavam em condições operacionais, enquanto o restante se encontrava em estado decadente, ou fechado. Isto demonstra o impacto que as invasões tiveram sobre o frágil setor industrial português.

A Revolução Liberal do Porto, em 1820, inaugurou uma drástica mudança no paradigma económico português: apesar da libertação da terra, com a extinção dos forais e das dízimas (organização administrativa regional da altura, equivalente a concelhos e freguesias), que resultou em melhorias de eficiência na exploração agrícola, a indústria continuava atrasada em relação a esta. A vitória do liberalismo abalou as estruturas

feudais, tornando-se urgente a promoção do desenvolvimento industrial, criando-se um modelo industrialista, baseado no protecionismo económico. O protecionismo foi formalmente adotado como política económica, e legislações como a pauta aduaneira de 1837 e a criação dos Conservatórios de Artes e Ofícios tornaram-se medidas centrais na proteção e no fomento da indústria doméstica, associadas à implantação do ensino profissional no país (Lourenço, 2010).

Um marco importante deste período foi a introdução da máquina a vapor em Portugal, embora a sua disseminação ocorresse de forma lenta. A primeira instalação ocorreu em 1822, mas o uso limitado pela falta de carvão mineral no país, obrigaria à utilização de lenha como combustível, o que tornava o processo mais caro e ineficiente. A falta de carvão e as dificuldades energéticas não eram novidades em Portugal. Desde o século XVIII, fábricas como a Real Fábrica de Vidro de Coina, acabaram por se deslocar para regiões com melhor acesso a recursos, como foi o caso da Marinha Grande, devido à desflorestação nas áreas da primeira implantação.

Não obstante, o protecionismo liberal nacionalista incentivou o espírito empreendedor: investidores nacionais, mas também



079. Real Fábrica de Panos, atual Museu de Lanifícios, Covilhã, autor desconhecido, s/d

estrangeiros, começaram a erguer fábricas, fenómeno diretamente relacionado com a pauta aduaneira de 1837. Apesar das incertezas políticas associadas à mudança de governo, na primeira metade do século XIX, o espírito empreendedor resultaria na criação de mais fábricas, especialmente após a estabilização da ordem política e a ascensão da direita ao poder. Nesta altura, Portugal apresentava uma economia fragmentada, baseada em mercados locais e dependente de pequenos comerciantes. Este panorama foi enfrentado pelo movimento da Regeneração, liderado por Fonseca Pereira de Melo, que promoveu a modernização das infraestruturas nacionais, construindo estradas e caminhos de ferro (Lourenço, 2010).

O protecionismo teve um impacto significativo no investimento industrial, resultando a partir da década de 1870 num processo de reanimação que continuou até aos anos da Primeira República e da Primeira Guerra Mundial.

2.4.2. A industrialização no Estado Novo

A Grande Depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, desempenharam um papel crucial para o desenvolvimento industrial de Portugal. Fernando Rosas sugere que esses períodos de retração do comércio internacional proporcionaram oportunidades para as economias periféricas, como a portuguesa, adotarem medidas de industrialização, focando-se na substituição de importações, e na exploração dos recursos nacionais e coloniais. As restrições impostas pelos fatores externos das crises económicas no início do Estado Novo serviram de pretexto para um desenvolvimento industrial autossustentado (Rosas, 1994).

A crise de 1929 gerou uma resposta significativa no pensamento económico português, com a organização de congressos de natureza económica e comercial, como o I Congresso

dos Engenheiros de 1931, e a Grande Exposição da Indústria Portuguesa de 1932. Estes eventos marcaram o primeiro grande esforço de teorização moderna sobre a industrialização de Portugal.

Esta estratégia de desenvolvimento industrial foi sustentada em três pilares principais: o uso da hidroeletricidade como base energética, a proteção das indústrias voltadas para o mercado interno (por meio de políticas protecionistas), e a promoção da exploração de matérias-primas nacionais e das colónias. O objetivo era reduzir a dependência de importações, e fomentar a industrialização, particularmente nas indústrias básicas.

Ferreira Dias, um dos mais influentes defensores do "fomento industrial" (Rosas, 1994: 871), foi decisivo neste contexto, com as suas ideias refletivas em políticas concretas, com leis que previam a eletrificação nacional (1944) e de fomento e reorganização



080. *Operários!*, Portugal, Secretariado da Propaganda Nacional, ca. 1940

industrial (1945), ambas as medidas consolidadas durante a Segunda Guerra Mundial. Estas políticas de desenvolvimento industrial e económico eram vistas como fundamentais para a criação de novos rumos para a economia portuguesa, focando-se na industrialização como resposta à decadência económica que o país havia vivido.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a escassez de bens importados agravou as dificuldades económicas de Portugal, forçando o governo de Salazar a desenvolver políticas de fomento à produção interna. A pressão da crise levou à nomeação de Ferreira Dias como subsecretário de Estado da Indústria, liderando assim o processo de industrialização. Ferreira Dias não entendia o processo de industrialização como mera resposta conjuntural às dificuldades geradas pela guerra, mas como uma oportunidade de transformação estrutural, verdadeira "reação heroica" (Rosas, 1994: 872) para a revitalização da economia portuguesa. Apesar da forte oposição dos setores agrícolas conservadores, implantaram-se nesse período variadas políticas industriais.

Nos períodos de 1930-40, a literatura económica reflete a consciência que os líderes industriais tinham sobre as oportunidades criadas por essas crises internacionais. Os defensores da industrialização viram nas dificuldades impostas pela depressão de 1929 e pela guerra mundial uma oportunidade de comprovar que o "exclusivismo agrícola" era um erro, e que a indústria deveria ser o motor da modernização económica de Portugal (Rosas, 1994).

Ferreira Dias, em particular, via a Segunda Guerra Mundial como uma aliada na sua campanha para mostrar ao país a importância da indústria. Conseguiu então aprovar as primeiras leis de industrialização formais sob o Estado Novo, baseadas nas ideias que vinha desenvolvendo desde a década de 1930.

Assim, durante a guerra – e no imediato pós-guerra – a burguesia industrial portuguesa conseguiu ocupar o espaço deixado em aberto pela menor concorrência estrangeira (Rosas, 1994).

Com o final do conflito da Segunda Guerra Mundial, surgiram indústrias de modelo mais modernizado, como as empresas químicas da CUF e outras metalúrgicas, impulsionadas pelas conjunturas internacionais favoráveis no período pós-guerra. Entre 1939 e 1945, a produção industrial teve um crescimento médio anual de cerca de 5%, refletindo uma recuperação após a depressão de 1929. Este período é caracterizado pela criação de novas indústrias, com um aumento da solicitação das empresas, o que indicava uma reanimação da iniciativa empresarial. Neste período foram concedidas cerca de 5.000 licenças para novas fábricas, crescimento alimentado pelo favorecimento autárquico



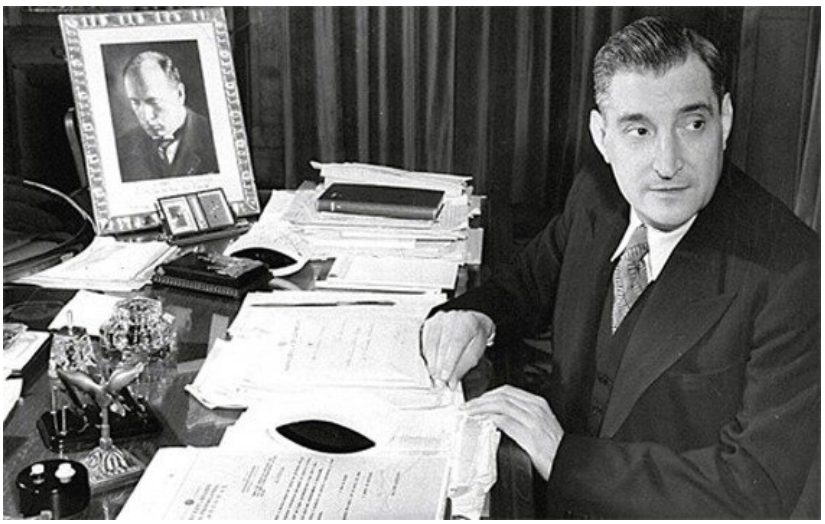
081. Cartaz alusivo aos Planos de Fomento Industrial - Exposição da Indústria Portuguesa, Lisboa, 1957

da indústria (Rosas, 1994).

Porém, os indicadores revelam que a indústria não atingiu um nível transformador nas estruturas económicas e sociais portuguesas. A população ativa em 1950 era de apenas 28%, e a contribuição da indústria, transportes e energia para o PIB ainda não ultrapassava os 40%. Só nas décadas de 1940 e 1950 é que se começaria a desenvolver a infraestrutura industrial básica, com os grandes projetos hidroelétricos e as indústrias transformadoras essenciais. As indústrias emergentes eram, na maioria dos casos, pontuais, não representando uma modernização generalizada do aparato produtivo (Rosas, 1994).

Apesar do crescimento e diversificação industrial nas décadas de 1930 e no pós-guerra, não ocorreu uma modernização sustentada da indústria portuguesa. A falta de investimento em modernização técnica e económica contribuiu para a discrepância entre o crescimento económico e a modernização industrial. Do mesmo modo, a limitação de acesso a combustível e a máquinas durante a guerra atrasou o desenvolvimento e a modernização das indústrias em Portugal (Rosas, 1994).

A intervenção constante do Estado no financiamento e na proteção económica das empresas, nas décadas de 1950 e 1960,



082. António de Olivera Salazar sentado na sua mesa de trabalho, Lisboa, Bernard Hoffman, 1940

mostrara-se como a forma mais eficiente de desenvolvimento da industrialização. As políticas de estímulo industrial implementado pelo Estado na década de 1930, e a facilitação no acesso a capital por parte das classes sociais superiores não se refletia, porém, na quantidade desejável de investimentos privados, impedindo maior salto no crescimento. As dificuldades do desenvolvimento industrial parecem assim, estar ligadas à relação desconfiada entre a nova produção industrial e a atividade agrícola previamente dominante.

Na primeira metade do século XX, a ideologia política de "pobreza natural" perpetuada pelo regime de Salazar, serviu como justificação para a resistência à modernização da agricultura e à alteração da estrutura fundiária. Apenas na década de 1940, sob a liderança de Ferreira Dias, é que se iniciaram estudos sobre o aproveitamento de recursos naturais, como os rios (para energia hidroelétrica) e a exploração mineira (para combustível usado para as máquinas industriais). Apesar da pressão exercida pelo subsecretário do Estado da Indústria para a exploração de recursos, como medida de impulsionamento industrial, o atraso a convocar as potencialidades naturais do país fizeram de Portugal um *late comer* no processo de industrialização. O conservadorismo político e económico do Estado Novo, que privilegiava uma exploração agrícola tradicional, impediu a criação de condições necessárias para o desenvolvimento industrial e urbano (Rosas, 1994).

Adicionalmente, questões como a falta de capital humano e a insipiente formação educativa e técnica, aliadas a um mercado interno muito limitado, contribuíram para o insucesso da industrialização – o que se vinha juntar à ausência de uma necessária reforma agrária, como fator explicativo para o crónico atraso do país. A perpetuação da estrutura fundiária defendida pelo Estado Novo, não só limitou o processo de industrialização

em Portugal, como atrasou a integração nos mercados europeus desenvolvidos, limitando o crescimento económico e social, e perpetuando a vulnerabilidade da economia portuguesa na conjuntura económica europeia e global (Rosas, 1994).

Apesar das proteções aduaneiras e incentivos económicos do Estado, as indústrias portuguesas mostravam-se incapazes de competir com o mercado exterior, devido à falta de modernização tecnológica, baixos níveis de produtividade, e uma oferta limitada de produtos. A forte interdependência das indústrias em relação ao Estado, e ao seu aparelho repressivo, caucionava uma sobre-exploração da força de trabalho, maioritariamente composta por camponeses, mulheres e crianças, perpetuando os salários baixos e as jornadas extenuantes (Rosas, 1994).

Além disso, também a burguesia industrial se mostrava pouco progressista, cultivando a subserviência e dependência em relação ao poder central. A falta de investimento, de modernização e inovação, bem como a ausência de incentivos para melhorar a qualificação dos trabalhadores, contribuíram em conjunto para a fragilidade do processo de industrialização. A dependência do Estado manifestava-se na sujeição das indústrias emergentes nas décadas de 1950 aos monopólios industriais garantidos pelo Regime, apesar de um maior desenvolvimento nos empreendimentos hidroelétricos e industriais estruturantes. Com a integração nas estruturas económicas europeias, na década de 1960, a economia industrial revelou-se incapaz de competir nos mercados liberalizados, sustentando-se apenas por meios de baixos custos de mão de obra (Rosas, 1994).

083. Gravura de cardadora, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d



03. DEPOIS DA FÁBRICA

Das falências das fábricas têxteis em Portugal decorrem graves consequências económicas, repercutidos nos contextos socio geográficos onde se implantam. A obsolescência industrial levanta preocupações, derivadas tanto da miséria económica que acompanha o encerramento das indústrias em contextos demasiado dependentes de uma única atividade produtiva, como dos impactos no contexto global dos mercados, onde se reflete a baixa competitividade da indústria têxtil portuguesa. A compreensão deste processo é crucial para o entendimento das transformações que ocorreram nas vilas industriais, como é o caso de Mira de Aire, onde o encerramento das fábricas marcou o início de mudanças profundas na estrutura económica e social.

Em Mira de Aire, a falência das principais fábricas resultou num aumento significativo do desemprego, causando mudanças no estilo de vida, na estrutura familiar e na dinâmica comunitária. Estas falências geraram igualmente impactos urbanos, com o abandono de estruturas fabris que antes marcavam a centralidade da vida local, alterando o cenário urbano e provocando um estado de abandono patrimonial que afeta a identidade cultural e o quotidiano da vida

A transição dos modelos industriais tradicionais para modelos tradicionais contemporâneos leva ao surgimento de novas culturas de trabalho, associada à terciarização da economia, que se distanciam das antigas práticas industriais, refletindo a crescente ênfase no setor de serviços. Este fenómeno é relevante tanto para entender as novas diretivas económicas que pautam o desenvolvimento do país, como para delinear os desafios enfrentados pelas comunidades que dependiam do setor industrial, agora obrigadas a adaptar-se a novos modelos económicos e produtivos.



084. Armazém da Fábrica Newplaids, Lda., Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

3.1. A INDÚSTRIA NA ECONOMIA GLOBAL

3.1.1. A adesão de Portugal à EFTA e à CEE

A política comercial portuguesa entre 1948 e 1986 foi um reflexo de um longo processo de internacionalização da economia, culminando na adesão às Comunidades Europeias (CEE), já em contexto democrático. Durante este período, o país iniciou um processo gradual para se integrar nas estruturas económicas internacionais. No pós-guerra, no final da década de 1940, o país aderiu à organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) e à União Europeia de Pagamentos. Estas instituições promoveram a liberalização do comércio externo e dos pagamentos internacionais, o que permitiu a Portugal a diminuição de restrições alfandegárias ao comércio. Este processo foi relativamente rápido, e em 1954, 93% dos setores económicos portugueses já não estavam sujeitos a restrições quantitativas (Cunha, 1992).

Neste contexto, a principal ferramenta de intervenção comercial foi a tributação alfandegária. As tarifas alfandegárias aumentaram progressivamente, passando de uma média de 9.9%, em 1948, para 14.2% em 1959, com o intuito de proteger as indústrias emergentes que estavam voltadas para a substituição das importações. Estas tarifas tiveram uma eficácia incerta, nem sempre favorecendo a indústria nacional. Apesar de protegerem a produção local, ao onerar produtos concorrenciais provenientes do exterior, também encareciam as matérias-primas e os bens de produção, aumentando os custos dos produtos finais, e prejudicando a competitividade face à concorrência externa (Cunha, 1992).

Na década de 1950, houve um esforço para fortalecer a integração económica entre a metrópole (Portugal) e os territórios ultramarinos (as então colónias), promovendo um aumento dos fluxos comerciais com os territórios colonizados. Contudo, esta integração enfrentou dificuldades, especialmente

nas importações de África, apesar dos esforços para contrariar essas tendências. No entanto, as exportações da metrópole para África não deixaram de aumentar, em grande parte devido à redução das tarifas alfandegárias (Cunha, 1992).

Na década de 1960, Portugal adere à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Estas adesões foram estratégicas, permitindo a Portugal manter a sua autonomia política e económica em relação aos territórios ultramarinos e à política de substituição de importações, enquanto beneficiava de pertencer a um bloco económico com poder negocial frente às Comunidades Europeias. No entanto, Portugal era o país menos desenvolvido entre os membros da EFTA, o que levou a negociações para promover um esquema de liberalização específico, que favorecesse as exportações



085. Revista *Vida Mundial*, nº 1608, EFTA-Mercado comum: Integração, 1970

(Cunha, 1992).

A política comercial nos anos 60 é caracterizada pela abertura ao exterior, abandonando o condicionamento industrial e favorecendo tanto indústrias emergentes como as voltadas para a exportação. Em 1972, assinou-se o Acordo de Comércio Livre com a Comunidade Europeia (CEE), que refletia o crescente grau de interdependência entre Portugal e os países europeus, impulsionado pelo aumento das exportações de manufaturas, a expansão da atividade turística, com abertura ao investimento direto estrangeiro (Cunha, 1992).

No entanto, em 1974, com a crise petrolífera e a recessão mundial, a orientação da política comercial para o livre-comércio sofreu um abalo, e o défice da balança comercial aumentou drasticamente. Entre 1973 e 1974, o défice cresceu de 18 milhões para mais de 50 milhões de contos (o equivalente a 250 milhões



086. *O Secretário de Estado do Comércio, Dr. Correia de Oliveira, assinando a Convenção da Associação Europeia de Comércio Livre*, Lisboa, Jornal *O Século*, 1959

de euros atualmente), com o saldo da balança de pagamentos correntes a registar o seu primeiro défice comercial desde 1961. A diminuição do défice comercial voltaria a diminuir em 1975, já em período pós-revolucionário, apesar da perda de mercados ultramarinos e da queda na procura estrangeira (Cunha, 1992).

Em 1976, foi assinado um protocolo adicional ao acordo com as Comunidades Europeias, que adiou a liberalização alfandegária, proporcionando maior proteção às indústrias portuguesas. A década de 1970 foi, portanto, marcada por um período de adaptação e realinhamento da política comercial, face à conjuntura interna e externa (Cunha, 1992). Entre 1980 e 1983, o país enfrentou um retrocesso conjuntural, com o aumento de contingentes e licenças de importação, e uma nova desvalorização do escudo em 1983. Neste período, houve também um agravamento das tarifas alfandegárias, com o objetivo de aumentar as receitas, e reforçar a proteção das indústrias nacionais (Cunha, 1992).

Em termos de comércio externo, entre 1959 e 1967, a Europa Ocidental consolidou-se como o principal parceiro comercial de Portugal, com a EFTA a assumir-se como o principal mercado exportador português. No entanto, as tentativas de integrar economicamente a metrópole e os territórios ultramarinos falharam, com as importações e exportações para África a diminuírem progressivamente (Cunha, 1992).

Entre 1972 e 1978, as exportações portuguesas para a CEE cresceram de forma significativa, resultado do impulso dado pela assinatura do Acordo de Comércio Livre com a CEE e da transferência do Reino Unido e da Dinamarca da EFTA para a CEE. Em contrapartida, neste período, a importância da EFTA para as exportações portuguesas acabaria por diminuir, apesar das exportações portuguesas de produtos como a cortiça, madeira e calçado se manterem competitivas, traduzindo-se num aumento,

mas não tão significativo como o esperado (Cunha, 1992).

A partir de meados da década de 1970, a dependência de Portugal em relação à Europa intensificou-se, com a diminuição do comércio com os antigos territórios ultramarinos, e com outras regiões fora da Europa. Além disso, verificou-se uma transformação significativa na estrutura das exportações, com o crescimento dos produtos manufaturado, como vestuário, têxteis e produtos de base. Este período de transformação foi impulsionado, em parte, pelo papel decisivo da EFTA, com a discriminação positiva das exportações portuguesas, o que impulsionou a modernização da estrutura económica do país (Cunha, 1992).

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 1985, implicou uma maior possibilidade de importação de Países em Vias de Desenvolvimento (PVD). A sua adesão implicou uma expansão da área de ampliação das preferências alfandegárias, beneficiando a exportação de países dos PVD, especialmente de produtos manufaturados, devido à redução de barreiras comerciais. No entanto, a expansão de exportações dos PVD poderia ser limitada por vários fatores, como a competitividade



087. *O Primeiro-Ministro Mário Soares assina o Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE)*, Lisboa, Alfredo Cunha, 1985

da indústria portuguesa em setores semelhantes, a crescente regulamentação comunitária que restringe o comércio e as condições mais vantajosas concedidas a outros países membros, em resultado de uma disputa negocial entre os países integrantes. Assim se explica um certo enviesamento comercial, prejudicando especialmente os países mediterrâneos, em setores como os têxteis, o vestuário e o calçado. O comércio externo de Portugal nos anos após a adesão à CEE mostrou uma forte concentração no mercado europeu, especialmente na própria Comunidade Europeia. Este movimento era esperado, dado o desmantelamento das barreiras alfandegárias e não alfandegárias, afetando particularmente o comércio de produtos manufaturados e agrícolas (Cunha, 1992).

As importações provenientes da CEE aumentaram significativamente entre 1985 e 1989, passando a representar 68% do total das importações em 1989. Dois anos depois, este valor subiu para 72%. Da mesma forma, as exportações para a Comunidade Europeia aumentaram, representando 75.8% do total em 1991, em comparação com 58% em 1985, um aumento a refletir uma reorientação do comércio. Em contrapartida, verificou-se a diminuição acentuada das importações de países terceiros, exceto dos países mediterrâneos, indicando a preferência pelo comércio interno com a CEE. Este declínio foi particularmente sentido pelos EUA, cujas importações para Portugal diminuíram 27% entre 1985 e 1987, e de 9.6% para 4.4% entre 1985 e 1989 (Cunha, 1992).

Concluindo, a política comercial de Portugal entre 1948 e 1986 foi marcada por uma transição gradual, de uma economia protecionista para uma economia mais aberta, a responder às mudanças no contexto internacional e à integração na Comunidade Económica Europeia. Ao longo deste período, o país adotou medidas de liberalização comercial, e integrou-se em diversas instituições económicas internacionais, como a OECE e

a EFTA. O impacto desta liberalização foi, no entanto, misto, visto que, enquanto o comércio com os países europeus mostrava tendências de crescimento, as indústrias emergentes do país enfrentaram desafios significativos, com as tarifas alfandegárias a protegerem alguns setores, mas também a encarecerem os custos de produção.

A adesão à CEE consolidou o papel da Europa como principal parceiro comercial de Portugal, com um aumento considerável das exportações para a CEE e uma dependência crescente do mercado europeu. No entanto, a crise petrolífera de 1974 e as suas repercussões, expuseram a fragilidade da balança comercial portuguesa. Esse período de crise reforçou a necessidade de reavaliar a estratégia comercial do país, passando a buscar maior proteção para as suas indústrias.

O período de 1948-1986 refletiu os esforços de proteção e adaptação da indústria nacional, enquanto se procurava integrar nas dinâmicas da economia europeia. Tratou-se de um longo processo de integração e adaptação às mudanças internacionais, com um impacto direto no setor manufatureiro. Embora se reconheça a modernização e aumento das exportações de produtos como têxteis, vestuário e calçado, a indústria nunca deixou de enfrentar desafios, na tentativa de continuar a competir com os produtos importados, à medida que os mercados ultramarinos garantidos pela ocupação colonial diminuíam em importância.

3.1.2. A desindustrialização e terciarização do mercado

O processo de desindustrialização em Portugal, como noutras regiões similarmente desenvolvidas, reconhece-se a partir de sinais preocupantes, como a queda na produção industrial, o encerramento de fábricas, aumento do desemprego e o enfraquecimento da competitividade no mercado internacional.

Estes fenómenos afetam tanto a economia nacional como as regiões locais, gerando profundos impactos na balança de pagamentos e na estabilidade do emprego. A reconstrução e modernização da Europa, no período pós-Segunda Guerra Mundial, impulsionaram um aumento de fluxos de investimento, que promoviam a concentração de capital, a centralização de recursos, consolidando a reorganização económica à escala global. A implementação generalizada do *taylorismo* e do *fordismo* nos métodos de produção industrial favoreceu a divisão social e territorial do trabalho, centralizando nas áreas metropolitanas as atividades de pesquisa e administração, enquanto as zonas industrializadas periféricas se dedicavam à transformação (Lema & Teixeira, 1988).

Na década de 1960, a reorganização económica apresentava os seus primeiros efeitos, com a dispersão do trabalho industrial, acompanhada pela estabilização dos processos migratórios associados ao êxodo rural. Os governos centrais apoiavam a desconcentração industrial, porquanto aumentava a competitividade nacional e expandia o emprego nas regiões periféricas ou do interior. Em várias áreas rurais, o emprego industrial aumentou significativamente, o que parecia, a curto prazo, responder às necessidades de acumulação de capital e mitigação das tendências de desemprego. Porém, a desconcentração industrial não foi suficiente para colmatar as reestruturações radicais fruto da internacionalização da economia global. A partir das décadas de 1960 e 1970, a competição internacional intensificou-se, levando ao crescimento e concentração de grandes corporações financeiras e industriais, cuja atividade alcançava então a escala global. Este período de recessão e reorganização acelerou a redistribuição do emprego industrial, levando a deslocamento da produção para países em que os custos associados (ao fabrico) eram menores (Lema & Teixeira, 1988).

Durante a década de 1970, a capacidade produtiva concentrou-se nos países semiperiféricos, abandonando os centros onde havia a tradição de produção industrial, nos países (previamente) desenvolvidos, que por isso começaram a exibir sinais de estagnação, iniciando um processo de transição para uma economia livre da indústria, cada vez mais terciária e comercial. Este movimento sinalizou a transição para uma nova fase económica, caracterizada pela terciarização e pela maior dependência de serviços, que causa incertezas tanto para as economias que passam por semelhante processo de desindustrialização, como para os países que passaram a assumir o papel produtivo (Lema & Teixeira, 1988).

O novo ciclo económico associado à economia global baseia-se na cada vez maior presença da tecnologia nos processos produtivos, focando-se menos na criação dos produtos e mais no desenvolvimento de processos inovadores. A influência da tecnologia vai além da capacidade instrumental, tornando-se foco de inovação, promovendo uma divisão social e territorial do trabalho que redefine as estruturas produtivas. Em grandes corporações, esta divisão é manifesta na desconcentração funcional e espacial das diferentes fases de conceção e execução, formando este parcelamento a base do "neofordismo", que combina a implementação de novas tecnologias com a desconcentração das funções produtivas. Esta desconcentração é caracterizada pela renovação tecnológica – uma procura incessante pela inovação – com muitas funções anteriormente internas das empresas a serem terceirizadas, especialmente serviços como consultoria e formação de pessoal. Essa reorganização contribui para a terciarização da economia, levando a uma maior especialização de serviços de apoio, essenciais no novo processo económico, como a publicidade e a consultoria jurídica e financeira. Isto leva a um cada vez mais complexo mercado de trabalho, onde o capital concentrado se

diversifica e estimula o crescimento de novos setores (Lema & Teixeira, 1988).

A desindustrialização e a reorganização de empresas reconfiguram o mercado de trabalho. A manufatura é reduzida, afetando principalmente trabalhadores manuais especializados, enquanto profissionais qualificados se tornam mais valorizados, especialmente em regiões metropolitanas, onde ocorre maior concentração de serviços de alto nível e atividades de pesquisa e desenvolvimento. O crescente desenvolvimento das tecnologias de comunicação permite a participação de regiões periféricas nos processos produtivos. Estas mudanças no modo de produção polarizam a força de trabalho, que agora se divide em profissionais altamente qualificados (uma minoria) e em trabalhadores pouco especializados (a maioria), cujo trabalho se baseia em atividades de rotina e repetitivas (Lema & Teixeira, 1988).

Por outro lado, a adoção de tecnologias modernas para reduzir custos conduz a estratégias de reorganização competitivas entre países, onde uma maior flexibilidade permite o desenvolvimento de pequenas empresas locais, que beneficiam de práticas adaptáveis e inovadoras. A tecnologia potencia uma nova forma de produção, que gera oportunidades de desenvolvimento local, sustentando a criação de redes de interdependência entre pequenas e grandes empresas. Além disso, a maior complexidade da economia substitui o conceito tradicional de setor industrial, substituindo o modelo tradicional de indústria por um sistema industrial, onde diferentes setores surgem como complemento de outros, como algumas empresas do setor terciário que se focam no setor secundário, formando redes complementares e interdependentes (Lema & Teixeira, 1988).

O período do pós-guerra foi acompanhado por uma expansão significativa do setor dos serviços, que aproveitou o crescimento

robusto da economia industrializada. Inicialmente, os serviços complementavam o setor industrial, fornecendo apoio e facilitando a produção e distribuição de bens. Porém, na década de 1960 e com a subsequente crise energética dos anos 1970, o setor assumiu um papel mais autónomo e consolidado. Apesar da quebra da produção industrial e da perda de força do setor secundário, a demanda por serviços continuou em expansão, demonstrando resiliência para atender de maneira crucial às necessidades dos mercados, contrariando a baixa de produtividade e a menor inovação tecnológica. Em termos da estrutura de emprego, os serviços mantiveram um crescimento estável, indiciando uma transformação estrutural da economia, em que o setor terciário desempenhava um papel central na revitalização das economias industriais (Lema & Teixeira, 1988).

Apesar do crescimento do setor de serviços, as sociedades industriais continuaram enraizadas no setor transformador, com a indústria em posição central. Porém, as crises económicas na década de 1970 e a necessidade de adaptação a novas demandas, abriram possibilidades às economias de se estruturarem fundamentalmente em torno dos serviços, através de processos de reestruturação organizacional e tecnológica. Estes processos visavam automatizar e rotinizar tarefas repetitivas e menos qualificadas na produção industrial, o que levou a uma valorização das funções dos serviços mais especializados, dentro das empresas. Assim, a indústria passou a reter serviços mais qualificados, abrindo espaço para um papel mais expressivo do setor terciário na economia (Lema & Teixeira, 1988).

A concentração e a internacionalização das empresas, tanto industriais como de serviços, cresceram de forma acelerada, o que aumentou as divisões técnicas e funcionais do trabalho. As funções mais repetitivas e com menor qualificação, anteriormente concentradas nos centros industriais, passaram

a ser distribuídas em regiões menos centrais, pela mão de obra e custos de operações serem mais baixos. Por outro lado, as funções qualificadas e associadas às tomadas de decisão, continuaram concentradas nas grandes metrópoles, o que acabou por reforçar a polarização espacial. O processo de internacionalização não deixaria de intensificar a centralização, ao aumentar a competição global e a demanda por serviços especializados. Certo é que a difusão de novas tecnologias e a cada vez maior especialização dos serviços levaram a uma transformação no sistema produtivo: a integração entre a indústria e os serviços introduziu novos níveis de complexidade aos processos produtivos, elevando a informação e inovação tecnológica. A maior complexidade da produção industrial resultou na mudança da especialização da força de trabalho, que se reconfigurou e se tornou mais exigente, acentuando igualmente diferenças regionais na redistribuição territorial do trabalho, em que o setor terciário assumiu um papel central em regiões fora dos centros metropolitanos (Lema & Teixeira, 1988).

Em áreas industriais inovadoras, nomeadamente aquelas que possuem infraestruturas para o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, observou-se uma concentração de serviços técnicos e administrativos. Em contraste, regiões periféricas e menos industrializadas fixaram centros terciários qualificados, que atendem a demandas específicas. Contudo essa distribuição continua a perpetuar a concentração da mão de obra altamente qualificada nas metrópoles, com as atividades mais rotineiras e a exigir menor qualificação a ocorrer em áreas periféricas.

Em regiões como Mira de Aire, em que a desindustrialização resulta na perda do sistema industrial artesanal, e que não chegou a ocorrer um processo de reinvestimento, pela dificuldade da inserção das atividades do território no mercado global competitivo, a estrutura social e económica sofre um grave

processo de perda de emprego e abandono. Nestas regiões, onde a indústria foi o principal impulsionador do crescimento local, e onde a atividade industrial apresentava tendência para uma monoprodução, a incapacidade de reestruturação da economia produtiva leva à progressiva falência das suas estruturas económicas, o que, associado à fraca resiliência e à inviabilidade da reimplantação de novas atividades, resulta depois no abandono populacional da região e no eventual colapso das estruturas físicas e sociais.



088. Fábrica de Malhas Mirex, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

3.2. O PATRIMÓNIO FABRIL

3.2.1. A falência das fábricas em Mira de Aire

Após um período de grande produção industrial, entre as décadas de 1940 e 1960, as indústrias de têxteis e lanifícios de Mira de Aire passaram por um ciclo severo de recessão económica. A crise de petróleo na década de 1970 causou graves consequências na economia mundial, e em Portugal, a mudança do regime político do 25 de Abril de 1974, intensificou esses problemas, pela complexa adaptação socioeconómica. A transição produtiva gerou novas relações de trabalho, com salários e benefícios para os trabalhadores a diminuir o lucro dos industriais, que, aliada à instabilidade política e económica, desmotivou o investimento na modernização e reestruturação das indústrias. A globalização da economia e a maior competitividade, associada ao investimento técnico em novas tecnologia, atrasou gravemente o mercado lanifício português, cujas dificuldades de passar por uma transição tecnológica, necessária para a manutenção nos mercados nacionais e internacionais, resultou numa crise no setor.

Tal como as indústrias da Covilhã, a produção em Mira de Aire baseava-se fortemente na produção têxtil, englobando a maior parte das empresas da vila. A economia local baseava-se principalmente na mono-indústria de pequena e média escala, uma situação socioeconómica de extrema vulnerabilidade a flutuações comerciais. Apesar de um crescimento acentuado aquando da entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia (CEE), que inseriu Portugal numa conjuntura comercial mais extensa e com mercados mais abrangentes, a seguinte assinatura em 1994 dos acordos do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), levou à quebra das barreiras alfandegárias e à abertura dos mercados nacionais ao comércio internacional, que levou à introdução de nova competição proveniente de países com mão de obra mais barata, como a Europa de Leste, o Norte de África e a China). A forte dependência



089. A Fiandeira Mirense, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

em mão de obra das fábricas em Mira de Aire e a valorização do euro em relação a outras moedas, culminaram no aumento dos preços dos produtos têxteis no estrangeiro, que, ao se tornarem mais competitivos, diminuíram nas vendas (Ribeiro et al., 2009). As fábricas têxteis foram, assim, gradualmente encerrando, levando à falência do vulnerável sistema económico local, ao grande número de desempregados e à perda demográfica na vila.

As fábricas que outrora catalisaram o processo de desenvolvimento e crescimento da vila de Mira de Aire, foram as mesmas que, com o seu encerramento, catalisaram o seu declínio.

Em 1983, no 50º aniversário da vila, uma das mais antigas e pioneiras fábricas da vila, a Sociedade Industrial de Mira de Aire, já se encontrava encerrada, levando a uma forte recessão, que já se fazia sentir em grande parte das outras indústrias da terra. Apesar do aparecimento de algumas empresas têxteis, como a fábrica de Têxteis Moinhos Velhos, aberta em 1970, e a fábrica Rosários 4, aberta em 1979, as restantes fábricas da rede industrial têxtil de Mira de Aire encontravam-se em processos de declínio, mantendo a sua atividade, porém, em moldes produtivos de menor escala. No final do século XX, e no início do século XXI, a maior parte das fábricas entravam em processos de insolvência, levando ao seu encerramento. A Lanifícia do Outeiro termina a sua atividade em 2008, seguida da Fábrica de Malhas Mirex, em 2010. A Fiandeira Mirense encerra para dar lugar a uma nova fiação, a Portlã, aberta em 2000, mas que encerra 18 anos mais tarde. A Fábrica de Tapetes Vitória, de José Dias Baptista, abre insolvência em 2019, e atualmente encontra-se em atividade nas suas instalações uma empresa de compra e venda de lãs e materiais de produção têxtil, a Multilãs. Esta porém, ocupa apenas parte da fábrica, e emprega



090. A Sociedade Industrial de Mira de Aire, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

uma porção dos trabalhadores da antiga fábrica de tapetes. A única das fábricas pertencente à rede industrial implantada na vila na primeira metade do século XX, é a Fábrica de Lanifícios das Penhas Douradas, que se mantém ativa, porém apenas legalmente. Apesar de manter a sua atividade aberta, encontra-se com as suas instalações fechadas e em algum estado de degradação.

O degradado estado estrutural das antigas fábricas da rede industrial têxtil de Mira de Aire, corresponde à materialização do declínio económico resultante da sua falência, uma lembrança de um tempo cristalizado na memória coletiva dos habitantes, visível nos vidros partidos das fábricas. A monoprodução desta rede tornou vulnerável o tecido socioeconómico da vila, que sofreu drásticas consequências económicas, sociais e estruturais com o encerramento das fábricas. Os antigos trabalhadores das fábricas, atualmente empregados em outros setores, partilham com tristeza a memória coletiva do trabalho fabril. As fábricas, imponente edifícios de fachadas cinzentas e percetível degradação, materializam-se na malha urbana como lembrança dos tempos dourados da vila, onde a larga oferta de emprego permitia o crescimento das famílias, e promovia o desenvolvimento da vila. Atualmente, o envelhecimento da população e a perda demográfica em Mira de Aire são resultados da reduzida oferta de emprego na vila, que inviabiliza a fixação de população, e agrava o declínio socioeconómico da vila. As ruas, outrora cheias de vida, ficam vazias. As casas, antes cheias com famílias operárias, permanecem vazias e ao abandono. Os poucos estabelecimentos comerciais ainda abertos lutam para assegurar a manutenção da sua atividade. As infraestruturas viárias em mau estado e os espaços urbanos pouco qualificados são o reflexo do declínio demográfico e social que ocorre na vila. E é assim que, progressivamente, “desaparece” um lugar.

A falência da rede industrial têxtil de Mira de Aire, não resultou,

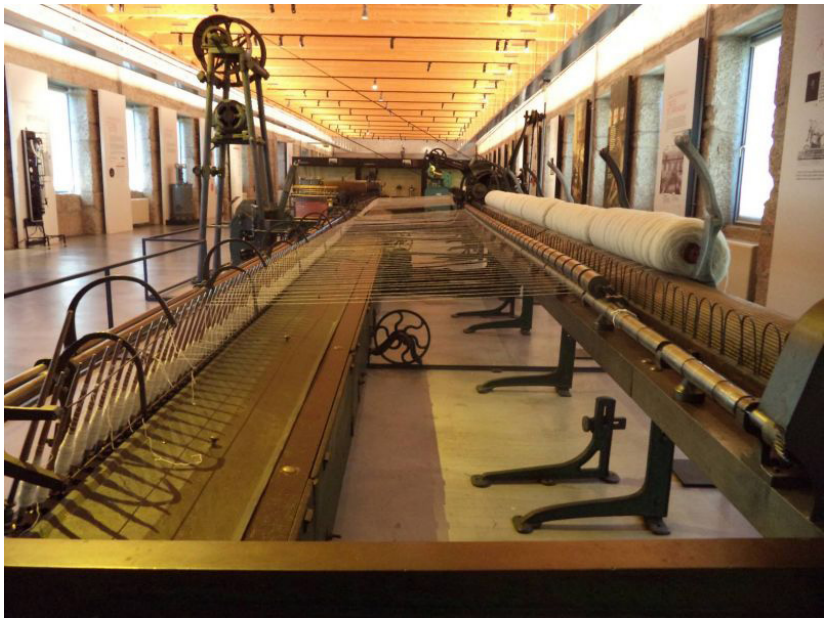
porém, no declínio total do sistema produtivo da vila. A atividade de fábricas como a Têxteis Moinhos Velhos, atualmente denominada de Newplaids, a Rosários 4, e outras empresas de menores escala de produção, mantêm viva a história de produção têxtil de Mira de Aire. A sua atividade é apenas mantida pela sua inserção num paradigma económico mais global, com grande parte da sua produção baseada na exportação para países como os EUA, Canadá, França, Itália e Alemanha. A produção para o mercado nacional que outrora permitiu o florescimento das indústrias em Mira de Aire, transitou para se adaptar às necessidades comerciais de um mercado cada vez mais global e competitivo. As estratégias de captação de clientes internacionais depende da venda de produtos de melhor qualidade, permitindo alguma competitividade em relação aos produtos vindos dos países de leste, do norte de África e da Ásia.

A atividade destas empresas é, porém, extremamente vulnerável, como foi comprovado durante a pandemia de COVID-19. A crise económica associada ao confinamento da população levou a uma diminuição do poder de compra a nível global, e as empresas de produção de materiais não essenciais como os têxteis sofreram uma difícil recuperação. Apesar desta situação ter ocorrido a nível global, reproduzindo-se em variadas empresas pelo país e pelo mundo, a consequência do encerramento das poucas indústrias ainda presentes em Mira de Aire, reproduziria graves sequelas no tecido socioeconómico da vila, aumentando ainda mais os níveis de desemprego, de migração, de envelhecimento populacional e abandono.

3.2.2. A arqueologia industrial

O património arquitetónico não se baseia apenas na presença de edifícios com significativa expressão histórica e estilística. Atualmente, os edifícios de cariz industrial e a arquitetura vernácula e rural adquirem semelhante valor patrimonial, por

via do precedente papel desempenhado no desenvolvimento socioeconómico de regiões, definindo-se como marcadores materiais para as culturas locais, muitas vezes de grande valor histórico. Ferramentas de trabalho, máquinas e produtos industriais partilham dos mesmos processos de valorização que objetos artísticos de maior expressão, celebrando o passado histórico de classes sociais geralmente esquecidas na história. O património arqueológico industrial surge como nova área de estudo nos domínios da conservação e reabilitação, juntando-se ao património arqueológico tradicional, na valorização de objetos relevantes para a história: infraestrutura, ferramentas e equipamentos de fábricas e minas, símbolos da evolução técnica e do labor humano. Estes símbolos contribuem para uma parte crucial da valorização da história produtiva, enquanto objetos que comprovam o papel do desenvolvimento industrial na transformação da sociedade contemporânea. O património industrial português congrega uma panóplia de objetos que vão além da arquitetura de suporte dessa atividade. Objetos técnicos, como ferramentas, máquinas e produtos resultantes da transformação industrial, ganham valor social e cultural por meio do estudo científico e museológico, a testemunhar a importância



091. Museu dos Lanifícios da Covilhã, Covilhã, autor desconhecido, s/d

do seu design de produto. A preservação dos objetos industriais salvaguarda as narrativas históricas associadas ao seu uso, preservando processos sociais de grande interesse na área da sociologia e antropologia (Custódio, 2017).

O Património Industrial e Técnico começou a ganhar maior reconhecimento a partir das décadas de 1960-70, alcançando grande relevância histórica a nível europeu e mundial. O movimento de preservação das estruturas fabris é considerado inovador no âmbito do património cultural, especialmente nas áreas de valorização de espaços urbanos, reabilitação de edificado e no estudo de sistemas técnicos de relevância histórica. A importância da valorização do património industrial transcende a preservação física do mesmo, estendendo-se igualmente à investigação em ciências humanas, especialmente em arqueologia e história (Custódio, 2017).

Após a década de 1960, uma panóplia de bens industriais foi classificada e preservada, sendo compreendida como uma das maiores heranças da história comum da humanidade. A sua valorização não se restringe apenas aos seus contextos regionais, sendo igualmente consideradas parte dos patrimónios culturais de nações modernas industriais. O Património Industrial



092. Museu de Portimão, Portimão, autor desconhecido, s/d

terá sido classificado como Património Mundial pela UNESCO, reforçando o seu papel na construção do presente, pelo seu impacto transformador sobre o ser humano e o ambiente. Esta herança é essencial para a educação patrimonial, ajudando futuras gerações a compreender o processo histórico que moldou a sociedade moderna. O seu valor social reside na sua vivência por diferentes grupos sociais, principalmente operários, técnicos e inventores, agentes que, tendo sido os principais contribuidores para o desenvolvimento tecnológico associado à industrialização, acabam maioritariamente ocultos na história oficial (Custódio, 2017).

A nível global, a valorização do património industrial tornou-se uma prioridade em muitas nações industrializadas, como os EUA, Canadá, Japão e Austrália. Estes países implementaram políticas culturais específicas para a proteção dos imóveis e materiais fabris, focando-se em edifícios industriais e complexos que se encontravam em risco estrutural, fruto do seu abandono e degradação. Os esforços de reabilitação e reutilização nestes países desempenhou um importante papel no desenvolvimento urbano, social e cultural, sendo reconvertidos equipamentos obsoletos de modo a garantir um valor de uso atual. Em Portugal, porém, a proteção e a valorização do património industrial têm ocorrido de forma periférica, com uma pequena amostra do património existente a ser de facto restaurado ou reabilitado. As iniciativas de valorização do património partem principalmente de iniciativas da sociedade civil, especialmente fomentadas por associações sem fins lucrativos ou por outras formas de voluntarismo, a colmatar lacunas de investimento nas políticas públicas. O ensino superior e as entidades de investigação associadas às universidades desempenham, nesse sentido, um papel importante na formação de especialistas sensibilizados para este domínio de reflexão e participação (Custódio, 2017).

Durante a década de 1980, especialmente no contexto pré-adesão às Comunidades Europeias (CEE), a Secretaria de Estado e o Ministério da Cultura mostravam sinais de interesse em liderar o movimento de valorização do património industrial. Porém, apenas alguns edifícios foram classificados, e os inventários efetuados eram insuficientes, falhando o desígnio de implementar uma estratégia global para o novo património. Custódio aponta a incapacidade de reconhecer o valor económico associado à preservação dos bens industriais, tal como uma falta de visão política para a implementação de mudanças concretas, condição que impediu a atualização das políticas de património cultural, que os marginalizou (Custódio, 2017).

Apesar das diretrizes europeias que incentivam a criação de políticas para a valorização do património industrial, não existe em Portugal uma política cultural clara e abrangente para esses bens. O património até agora preservado deve-se, principalmente, ao esforço de agentes da sociedade civil, voluntários, especialistas, empresas privadas, a contar com a contribuição de algumas instituições de ensino e o enquadramento de algum poder municipal. A valorização do património industrial em Portugal depende de uma organização baseada numa estratégia central, que defina os processos de inventariação, restauro e exposição do património fabril existente. Associações como a APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, apesar da sua especialização e capacidade para ser consultada nos processos de valorização do património fabril, acaba muitas vezes afastada dos processos de tomada de decisão (Custódio, 2017).

Em Mira de Aire, o processo de valorização do património industrial mostra-se insuficiente. O caráter privado dos edifícios e a capacidade produtiva de algumas das fábricas, parcialmente utilizadas por pequenos empreendimentos – como o caso da Fábrica Vitória, recetora de uma pequena empresa de produção

de malhas, e a Fiandeira Mirense, que irá receber uma empresa de produção cosmética -, dificultam os processos de valorização histórica e patrimonial dos edifícios. Apesar da instalação de um museu interpretativo têxtil nos edifícios da cantina e dormitórios da Fábrica Vitória, o MIAT – Museu Industrial Artesanal e Industrial, esta baseia-se na exposição de alguns exemplares mecânicos, como teares e máquinas tradicionalmente utilizadas na produção têxtil, caseira e industrial. Este museu, de iniciativa privada, é desligado de redes museológicas associadas ao têxtil, e encapsula dentro do seu perímetro uma história cristalizada no tempo, que apesar do seu testemunho para a valorização do património edificado, técnico e social da história da exploração têxtil em Mira de Aire, se desconecta da história em construção da narrativa socioeconómica da vila.

Os edifícios fabris da vila dificilmente conseguem ser considerados arqueologia industrial, pelo seu potencial produtivo atual, que apesar de reduzido, mostra a potencialidade do uso ativo destas estruturas. A transformação dos edifícios fabris em espaços museológicos e de interpretação torna-



093. Museu da Eletricidade, Lisboa, autor desconhecido, s/d

se possível, considerando o caráter estanque dos mesmos, ou seja, que o seu valor como elemento patrimonial implica um papel curador da história partilhada de uma atividade ou comunidade. As fábricas devolutas de Mira de Aire, apesar de inativas indeterminadamente, ainda fazem parte do futuro da vila, não apenas como lembrança de uma história partilhada – entre um momento de início e um término – mas como agentes potencialmente catalisadores para o desenvolvimento vindouro da vila. A valorização dos edifícios fabris de Mira de Aire parte do seu papel histórico como produtores de novas centralidades, que ativam e expandem o tecido social da vila, conectando os seus habitantes na partilha de uma memória coletiva, ela própria um organismo vivo, em constante processo de restruturação e construção.



094. Trabalhadora da Fábrica Newplaids, Lda., Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

3.3. DESEMPREGO FABRIL

A inexistência de estudos do foro sociológico sobre a população fabril de Mira de Aire implica que, para compreender os comportamentos da mesma, é necessário recorrer a bibliografia que retrate o contexto socioeconómico existente na vila. A definição do perfil social dos trabalhadores fabris é essencial para a perceção das consequências do trabalho na fábrica, como o desemprego e o abandono das estruturas fabris no tecido social de Mira de Aire. Para isso, recorreu-se ao estudo do sociólogo Esser Jorge Silva, no livro *Fabricados na Fábrica: Uma narrativa operária no século XXI*, que delineia um perfil sociológico da população operária da região do Vale do Ave, no norte do país, através de uma ótica associada ao trauma gerado pela perda de emprego. Esta região foi alvo, à sua época, de um processo muito intenso de industrialização, que fundamentalmente modificou o tecido social e urbano na região. Porém, em meados do século XX, a região sofreu um processo de falência e desindustrialização semelhante aquele que afetou grande parte das indústrias nacionais nessa época, causada, principalmente, pela monoprodução e pela entrada de Portugal na EFTA, e consequente abertura da indústria portuguesa ao mercado europeu e global.

A região do Vale do Ave, historicamente agrícola e com precedente na transformação de linho, industrializou-se no final do século XIX, quando as indústrias da região metropolitana do Porto iniciam o processo de implantação na área, assente na riqueza de recursos hídricos (que permitia o funcionamento das máquinas) e na concentração de mão de obra barata. A perspetiva sociológica quanto ao fenómeno do desemprego baseia-se geralmente na perda da identidade do indivíduo, centrando-se na narrativa de vivências entre o antes da perda do emprego, e um após desemprego, partindo da asserção que na transição do estado ocupacional desse indivíduo se processa uma rutura com a sua realidade anterior, resultando daí uma nova vivência (Silva, 2012).

Este foco identitário, baseado na ocupação, encarrila o olhar para aspetos deterministas, responsáveis pela inserção desses indivíduos num nível de frágil coesão social, no sentido em que estes tendem a isolar-se das suas redes de apoio ou das suas comunidades, pela vergonha que a nova realidade lhes impõe.

Quando o indivíduo passa de empregado a desempregado não está a alterar a sua identidade, mas a ser constrangido a desempenhar um papel social moldado por estratégias de sobrevivência, adquiridas ao longo da história. Nessas estratégias evidenciam-se traços profundos e particulares das relações sociais, manifestando-se na maneira como a inteligência prática cria formas de subsistência. Estas práticas asseguram o funcionamento normalizado do tecido social na região (Silva, 2012).

Na região do Vale do Ave, fruto da deslocação de várias empresas para o leste europeu, norte de África e Ásia, ocorre cada vez menos investimento industrial na região, o que se reflete no abandono de uma grande massa de população da área, fragilizando a relação histórica entre a cultura do lugar e a indústria têxtil. A mão de obra que parte, geralmente de estreita qualificação profissional, apesar de a sua vivência precária implicar muitas vezes a busca de segundas e terceiras atividades,



095. Manifestação de trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira contra salários em atraso, Lisboa, autor desconhecido, s/d

vê-se, com a falência do local de trabalho seguro, "sem saídas profissionais que respondam de imediato às suas necessidades de ocupação profissional" (Silva, 2012: 34), acabando por recorrer aos centros de emprego.

Quando confrontados com um tempo subitamente vazio e desregulado, uma situação de crise emerge, impondo-se uma espécie de desorganização prolongada, tanto no comportamento como no pensamento. Desaparecem, assim, o sentido de realização e a lógica de projeção no futuro, cerceando a esperança no dia de amanhã. Os indivíduos desempregados veem-se privados de um conjunto de estímulos e orientações que direcionam a ação, sustentando a vida social. Como resultado, o tempo livre que lhes resta é vivido como tempo ocioso, desprovido de propósito, frequentemente considerado sem valor, por estar desocupado de interesses e atividades (Silva, 2012).

A relação entre desconhecidos no processo de procura de emprego estabelece-se mediante valores inerentes ao tecido social contextual, gerando perspetivas de ajuda mútua. No mundo empresarial, no entanto, estas relações são submetidas a uma mutação, sendo impostas novas necessidades que dizem respeito à qualidade da mão de obra necessária, e que se sobrepõe às relações sociais preexistentes (Silva, 2012).

Historicamente, o acesso a um emprego processava-se por meios informais bem definidos, que implicavam as relações sociais diretas e íntimas: o indivíduo tinha acesso ao emprego por referência de um familiar próximo, vizinho, ou conhecido, que facilitava a primeira abordagem à entidade patronal e atestava a sua capacidade laboral. Neste contexto, a lógica da procura de emprego adaptava-se e circunscrevia-se às fronteiras da freguesia de residência, ou a uma área circundante pouco longínqua. Esta lógica de proximidade estabeleceu-se,

refletindo-se nos salários atribuídos, com as entidades patronais a pagarem pouco ao referenciador, menos ao referenciado, organizando-se a vida com base na precariedade salarial (Silva, 2012).

Anos depois da mecanização da indústria, este processo mantinha-se. Após o término da escola primária, procurava-se trabalho nas linhas de produção, longe da prática agrícola, visto que o trabalho na fábrica era mais bem remunerado, mais livre e com mais prestígio, aceitando assim o operário as dificuldades do trabalho fabril, sem perspetivas de melhoria de vida a não ser um – pequeno – aumento no salário (Silva, 2012).

Ocorrendo excedente de mão de obra, o processo de emprego baseava-se num pressuposto de captação, em que usualmente era necessário fazer um pedido e ficar à espera de vaga. Para encurtar o tempo de obtenção de emprego, recorria-se à rede relacional próxima, constituída por familiares, amigos ou vizinhos. "Esta rede encarregava-se de conseguir uma colocação", geralmente no mesmo local onde já trabalhavam pais ou irmãos, resultando na contratação de famílias inteiras, empregadas no mesmo local de trabalho, onde este constituía não só "uma extensão da habitação, mas também uma área de submissão familiar ao poder do mesmo patrão" (Silva, 2012: 45).



096. Manifestantes, Tramagal, autor desconhecido, s/d

A classe operária do Vale do Ave é fundamentalmente constituída por indivíduos adultos envelhecidos, localmente dominantes em número, tendo-se tornado, ao longo dos últimos cem anos, "numa das mais estabilizadas posições sociais" na região (Silva, 2012: 47). Trata-se de uma classe com baixos níveis de escolaridade, formada na trajetória laboral onde os operários e técnicos pequeno-burgueses "devem" tudo à fábrica, e ao investimento que esta coloca na captação de talento pessoal, refletido na qualidade do labor no posto de trabalho (Silva, 2012).

Nesta conjuntura, surge o que comummente se denomina por "gosto pelo trabalho", uma vez que ocorre uma relação de mútuo investimento: o operário investe o seu tempo livre no labor fabril, sendo compensado com salário, e o patrão investe na qualidade do trabalho do operário, pagando-lhe um salário, correspondente à capacidade produtiva do mesmo. Esta mútua necessidade alimenta uma forma de ver o mundo positiva, em que ambos os agentes trabalham ao encontro de um bem comum: o patrão paga o salário, o operário permite-lhe alcançar lucro. Esta relação, profundamente associada à fábrica, é negativamente evidenciada nas situações que levam ao desemprego, principalmente quando atinge trabalhadores mais velhos, pois, após muitos anos a trabalhar no mesmo local e tendo investido o seu tempo e energia, hipotecando a apreensão de outras práticas pela repetição associada ao trabalho nas máquinas, é-se descartado do posto de trabalho, entretanto tornado extensão da perceção do seu valor no tecido social local (Silva, 2012).

O desemprego coloca não só em causa a existência material do operário, mas também o modo positivo e confiante como viveu a vida, levando a um corte drástico da sua relação para com o empregador, que agora se baseia na desconfiança e deslealdade, pelo não cumprimento do contrato social por ambos

acordado, aquando da ocupação de um posto de trabalho. Com a passagem do tempo, e com a repetida sucessão destas situações, aumenta a desconfiança para com o trabalho fabril, aumentando a sensibilidade à mudança de rumo profissional, que se reflete nas expetativas colocadas na educação dos filhos e netos (Silva, 2012).

Os baixos salários associados à condição operária geram uma grande fragilidade económica e social, que será responsável pela progressiva quebra de ligações com a terra. Esta classe corresponde ao maior grupo social do Vale do Ave, constituído maioritariamente por adultos-jovens e idosos. Este grupo, para além dos seus agentes ativos, comporta um número geralmente alto de reformados, grupo onde se encontra, consequentemente, a maior parte dos desempregados, "uma condição que afeta em proporção superior as mulheres" (Silva, 2012: 48).

Os baixos níveis escolares desta parte da população, por vezes a roçar o analfabetismo, são marca visível nos indivíduos mais velhos, nomeadamente nas mulheres. A 4ª classe corresponde ao nível escolar atendível mais comum na população operária do Vale do Ave, com uma fração dos adultos mais jovens a alcançar o nível de 6º e 9º ano de escolaridade. Isto significa que o operariado industrial é caracterizado por uma muito limitada assimilação escolar, reproduzindo gerações cuja relação com o ensino é caracterizado pela desconfiança e pela eventual exclusão. O abandono da escola é associado à quase urgente colocação na fábrica, onde o verdadeiro ensino, aquele associado aos saberes profissionais, autodidata e de partilha de experiência com os colegas, ocorre (Silva, 2012). O saber laboral é visto assim como mais importante que o conhecimento oferecido pelo ensino formal, pois o trabalho, ao inserir o trabalhador num sistema produtivo, que ele próprio alimenta através do seu labor e engenho, é percecionado como mais útil.

O operário incorpora a sua atividade como uma forma de obtenção de poder, em que a sua técnica, apesar de pessoal e intrínseca, traduz-se no capital profissional adquirido, e o seu desenvolvimento baseado no autodidatismo expressa-se como um valor de "virtuosismo austero" (Silva, 2012: 48).

A sua rede social, construída durante longos anos de labor, e constituída principalmente por colegas de trabalho, vizinhos e respetivas famílias, assimila-se como uma diminuta rede relacional, que com o envelhecimento, reforma e desemprego, se tende a reduzir. O colapso desta rede confina o indivíduo na sua existência, geralmente baseada no quotidiano do seu trabalho; e quando termina no desemprego, apaga as possibilidades de recuperação social (Silva, 2012).

Apesar das melhorias da condição de vida dos trabalhadores produtivos, estes continuam, na maior parte dos casos, desfavorecidos. A habitação do operário, geralmente associada à implantação das indústrias, coloca-o num contexto urbano desassociado da concentração de serviços, e do centro onde o poder se realiza. A única vantagem da sua posição é a proximidade relativa da sua casa ao local de trabalho, sendo o caso. O trabalhador encontra-se separado de "todos os meios suscetíveis de fazê-lo beneficiar de um bem comum" (Silva,



097. Manifestação de trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira contra salários em atraso, Tramagal, autor desconhecido, s/d

2012: 49), exceto do seu valor como trabalhador, associado à sua força de trabalho, geradora de energia que lhe é a única, mas desvalorizada, propriedade.

O seu espaço físico depende do valor no mercado de trabalho, que depende das colocações do capital do espaço de produção. Este confronta-se com o imperativo de vender a sua força de trabalho aos que conseguem oferecer uma condição de emprego, encontrando nesta relação o sentido da sua existência. A utilidade do operário está associada à sua produção, e a sua existência é baseada na sua capacidade produtiva, tornando-se supérfluo quando deixa de ser necessário. Quando a força de trabalho do operário deixa de ser útil para a reprodução do capital, quer seja por incapacidade própria, quer se deva a consequências de crise ou ao avanço do desenvolvimento técnico, o trabalhador perde, com o seu emprego, a capacidade de manter o seu alojamento, corroborando a sua condição como uma classe de frágil existência (Silva, 2012).

Com o acesso a uma propriedade fundiária - "micro espaço de intimidade" (Silva, 2012: 49) -, este não se transforma em burguês, não só porque a sua propriedade não o liberta das limitações associadas aos baixos salários, mas também porque a casa agrava a sua condição vulnerável, com o peso da dívida e da rigidez do emprego provocada pela fixação num lugar. As famílias operárias funcionam, assim, como "ilhas muito unidas à casa individual" (Silva, 2012: 51), onde o trabalhador produtivo baseia a sua cultura de homem comum, conjuntamente com a sua família, através da promoção de atividades domésticas e de lazer. A vida doméstica do operário é, por isso, indissociável da sua condição de trabalhador, no sentido em que o seu tempo livre – o tempo em que não está a trabalhar – se baseia, em oposição, na promoção das atividades não associadas ao seu tempo laboral.

Aquando da perda do seu posto de trabalho, o operário passa por uma série de processos internos que alteram fundamentalmente a sua relação com o tecido social em que se insere, e com ele próprio. Durante a sua vida, um indivíduo passa por diferentes fases de crescimento pessoal que o preparam para se tornar num agente ativo na sociedade, nomeadamente através da sua colocação num posto de trabalho, tornando-se parte integrando de um sistema produtivo, afirmando uma atividade profissional. Porém, a sociedade não prepara esse mesmo indivíduo para o caso de perder o seu posto de trabalho, especialmente se investiu grande parte da sua vida desempenhando uma tarefa constante, na mesma empresa. É com a perda do seu posto de trabalho que o trabalhador fabril se apercebe da fragilidade da sua condição. A fábrica dá ao trabalhador a ideia de que a sua condição laboral é, enquanto o mesmo mantiver o seu exercício de forma constante e durante a sua capacidade laboral, uma segurança com que pode contar. O que o trabalho na fábrica gera, na prática, é uma dependência do operário para com o seu posto de trabalho, e um falso sentido de segurança face ao potencial desemprego (Silva, 2012).

Na fábrica, a tarefa de um trabalhador podia ser única para a dita fábrica, fazendo do operário um especialista na sua função, que apesar de fazer de si um ativo único – "um especialista de uma única especialidade" (Silva, 2012: 100) -, não deixa de tratar-se de uma perícia sem lugar no mercado de trabalho. O trabalhador fabril torna-se dependente, e carece de autonomia. Ao contrário dos seus antepassados agricultores – que se viam forçados a aprender, através de costumes e técnicas de contacto com a terra que cultivavam, e por isso se tornavam independentes, na medida em que o apreendido se tornava parte do indivíduo – o trabalhador fabril perde totalmente a sua independência, na medida em que a técnica que domina, pertence e é imposta exclusivamente pela fábrica (Silva, 2012).



098. Rua General Humberto Delgado (N243), Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

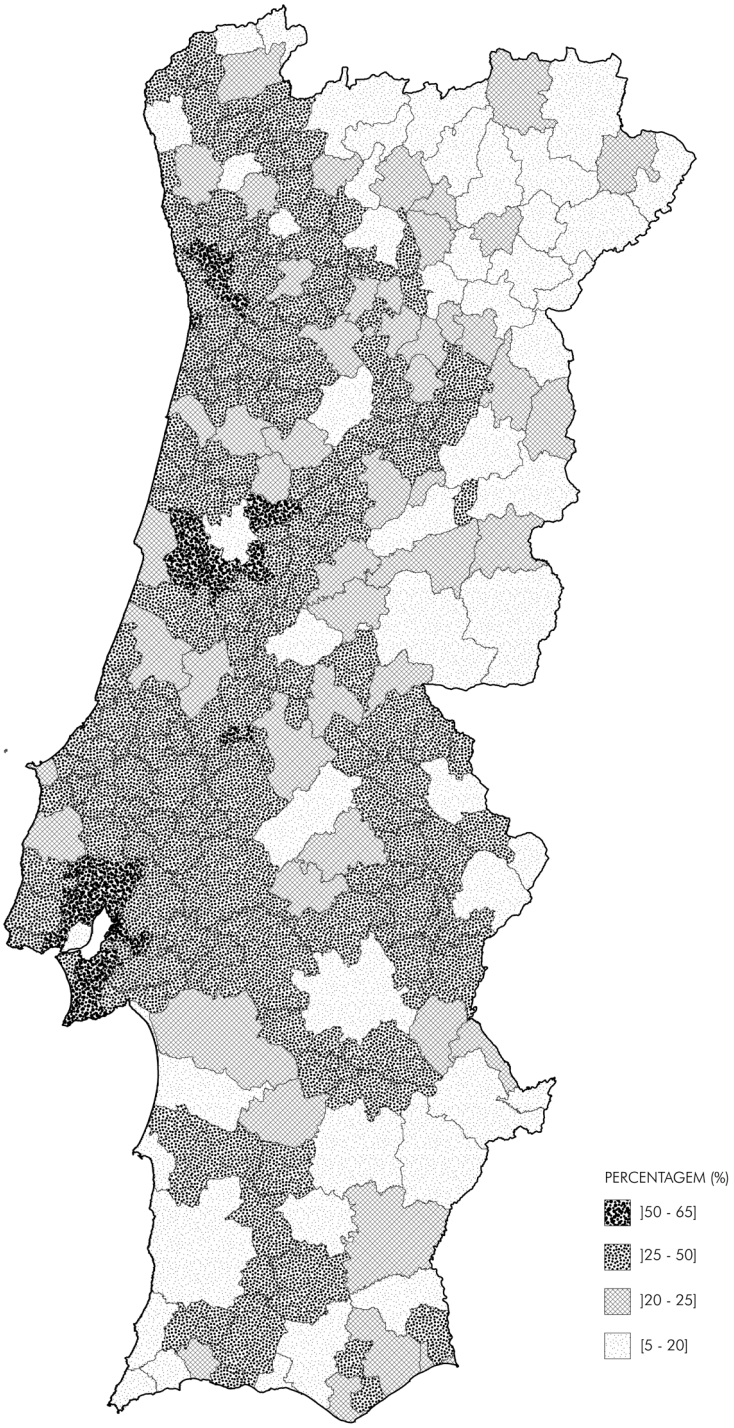
3.4. ABANDONO E ENRAIZAMENTO

3.4.1. A emigração em Mira de Aire

Portugal tem passado por diversas mudanças demográficas nos últimos séculos, com maior expressão nos séculos XX e XXI. Vários fatores podem ser indicados como impulsionadores dos movimentos migratórios. Na emigração do século XX, a incerteza financeira, o acesso aos territórios coloniais ultramarinos e a consequente Guerra do Ultramar, a opressão do regime do Estado Novo, a entrada na CEE, e a maior facilidade de movimentação. No século XXI, a entrada na União Europeia, a abertura de fronteiras, a falta de emprego e salários justos, a crise económica de 2008, a possibilidade de teletrabalho, a atual crise de habitação. Portugal tem uma grande cultura associada à emigração, presente nas narrativas nacionais desde a época dos Descobrimentos, imortalizada no fado e presente na memória coletiva de praticamente todas as famílias portuguesas.

A emigração é um grande fenómeno social e de longa data em Mira de Aire. O desequilíbrio entre a população e as condições de vida que na vila existem, aliado a uma impossibilidade de construir poupanças, que cria insegurança para o futuro, tem levado a um grande volume de migração, tanto interno como para o exterior. A exportação da mão de obra teve um fluxo significativo na década de 1960.

O caráter emigratório dos seus habitantes consistia maioritariamente na emigração clandestina, para países mais desenvolvidos do ocidente desenvolvido: Alemanha, França, Suíça, Luxemburgo, EUA. As escolhas dos seus destinos podem-se associar à informação direta de quem já emigrou, gerando subcomunidades alicerçadas nos mesmos locais no estrangeiro. O caráter clandestino da migração aliado à falta de preparação dos emigrados - os chamados ausentes - acaba por conduzi-los aos escalões de construção civil e obras públicas. Só mais tarde viriam a empregar-se nas indústrias e noutros estabelecimentos,



099. Mapa de taxa de repulsão de emprego por concelho, elaborado pelo autor

na exploração comercial própria ou na atividade agrícola, mantendo de forma generalizada a mesma atividade que seguiam no país de origem (Ramos, 1958).

O processo decorria de forma desfasada, com os homens da família a emigrar primeiro, assentando e criando possibilidades para receber a sua família, que emigrava posteriormente. O tipo de emigração proveniente de Mira de Aire é um reflexo dos movimentos migratórios da altura, em que o estilo de vida e costumes das vilas e aldeias de origem são reproduzidos nos países que os acolhem. O impacto social dos ausentes é parte integrante da cultura mirense, refletida na organização espacial da vila – havendo uma Rua dos Ausentes e monumentos simbólicos localizados no cemitério da freguesia – tal como nas organizações lúdicas e religiosas da região, onde se relembram os ausentes em dias reservados nas festas religiosas. A migração interna é igualmente uma das características da vila, apesar de em menor expressão. A deslocação de imigrantes para regiões portuguesas está historicamente associada à exploração mercantil da sua atividade artesanal, com uma grande massa de mirenses a emigrar para centros de desenvolvimento comercial em busca de melhores condições de trabalho.



100. Emigrantes portugueses, autor desconhecido, s/d

foi de 500 dls. (o peixe para esta ceia foi oferecido por pescadores portugueses duma povoação vizinha, os quais tiveram de arrostar com o mau tempo para poderem satisfazer o compromisso que tinham tomado de oferecerem todo o peixe necessário para a ceia); esta ceia teve lugar no dia 22 de Fevereiro e no dia 9 de Março, uma exposição dos paramentos para a igreja em que conseguiram apurar mais de 2.000 dls.. Pela mesma comissão foi deliberado fazer qualquer divertimento uma vez cada mês com vista à angariação de fundos.

Geralmente todas as pessoas que vão à missa, dão à entrada 25 ctv. e depois durante a celebração — no peditório — entregam mais dinheiro dentro de envelopes. Parece que não é nada, mas durante o ano de 1957 receberam-se desta forma 8.329 dls.. Da receita apurada, foi retirado o ordenado do sacerdote, bem como outras despesas que perfizeram durante o mesmo ano a quantia de 2.191 dls.. No fim de 1957 a igreja tinha 32.550 dls. destinados ao pagamento do edifício.

Também há outros aspectos da vida portuguesa em Hartford dignos de registo. Quando alguém está doente no hospital, é norma receberem tantas visitas que os próprios americanos ficam admirados. A direcção do Clube manda a todos os sócios internados nos hospitais, um ramo de flores. Quando há um falecimento, os carros que acompanham o funeral são tantos, que já serve de «slogam» para os americanos dizerem: «ali vai o enterro de um português». Ainda há pouco tempo faleceu aqui uma pessoa de destaque, de forma que quando passou o funeral acompanhado de muitos carros e sem saberem de quem se tratava, houve um padre que disse para o Rev. Padre Silva: «aquilo deve ser o funeral de algum português».

Dentro desta comunidade, faz-se notar muito a falta de uma escola onde se ensine a língua da Mãe-Pátria. Também seria interessante a criação de uma secção consular, para assim se evitar que tenham de se deslocar a Providence ou Fall River quando necessitam de qualquer assunto tratado no consulado português.

Estes assuntos deixamo-los para serem tratados por quem de direito, mas achamos que Portugal e os portugueses só teriam a ganhar em divulgar o mais possível a nossa língua e em proporcionar aos emigrantes todas as facilidades, para que não dissessem que estão desamparados, dando-se até o caso de haver filhos de portugueses que mal sabem a língua dos pais e outros residentes aqui há muitos anos a tenham esquecido quase por completo.

Joaquim Noivo Querido

Em Hartford, residem:

Inocêncio Dias Querido
Joaquim Noivo Querido
Arménio da Trindade Catarino
Manuel Lavado
Manuel Lavado Carvalho
Manuel Querido
Manuel Francisco Marto
Orlando Mendes
Olímpio da Trindade Ferreira
Quitéria de Jesus Marto
Reonaldo Rosa Lopes
João Ferreira
João Noivo Ramos
Júlia Isabel
João Lopes Isabel
João Lã
João Ferreira Querido
Joaquim Lavado dos Santos
Joaquina Lavado Carvalho
Leocádia Duque Isabel
Maria Gaspar Santos
Maria Jardineiro
Manuel Justo
Maria Rosa Marto
Guida Noiva Querido
Emília Dias Querido
Delfino Moço
Deolindo Dias Rosa
Deolinda Rosa Lopes
Delfino Duque Jorge
Eduardo Morais
Ezequiel Inácio da Conceição
Elvira da Trindade Ferreira
Izidro Ferreira
Ermelinda Ferreira
Idalina Mendes
João Manuel V. Mendes
José Luís Mendes
Joaquim dos Santos Marto
João Justo
Agostinho Lavado Ramos
António Ramos Ferreira
Agostinho Lopes Isabel
António Pedro de Carvalho
Adriano Morais
António Inácio da Conceição
Adelino Justo
Pedro Querido Rosa
Adelina Noiva Querido
Afonso Fiel Almeida
Agostinho da Noiva
Adriano Antunes Jardineiro
Arménia da Trindade Ferreira
Arménia do Nascimento Querido
Adelino Dias Querido
Alda Lopes Pascoal
Balbina Isabel
Custódio Ferreira Lavado
Carlos Lavado
Manuel Luís Mendes
Miguel Dias Gaspar
Mariana Gaspar
Maria Emília Querido
Maria G. Santos
Manuel Francisco Justo
Manuel Isabel
Manuel Francisco Ferreira
Maria do Nascimento Isabel
Maria da Piedade Ferreira
Manuel Lavado Ramos
Maria Antónia Capaz
Maria Odete Noiva Querido Rosa
José João Carreira
Manuel Duque Jorge
Manuel Vaz Querido
Maria Rosa Querido
Maria dos Anjos Duque
Silvino dos Santos Rosa
Vitória Luís Querido

Em New York, residem:

Dina Teresa Dias Castanheira
Delfino dos Santos Baptista
Josefina das Neves Dias
José Baptista
Alfredo Nunes Castanheira
Cândido Dias
Joaquina Carvalho Conceição
Manuel Ferreira
Manuel Amado Noivo
José Ferreira

Em Naugatuck, residem:

Deolinda Fernandes Valinho
António Lavado Pereira
António Conceição
Maria Lúcia Pereira
Marta Valinho
Rosa David Valinho
Joaquim Valinho
Lúcio Ramos Pereira

Em Waterburg, residem:

Emília Duque
Silvério Martins
Manuel Lavado Fiel
Maria Arlete M. Fiel
Maria da Trindade Estevães
João dos Santos Lavado
José dias Lopes
João Lavado Fernandes Duque
Joana Duque
Luís Lavado Carvalho
Manuel dos Santos Lavado
Abel Francisco Estevães
Adriano Pereira Lavado
Aníbal Martins Lavado
Elisa Martins Lavado
Ermelinda Martins Fiel
Joaquina Lavado Carvalho
João Lavado Moço

Em Darteuntk, reside:

Jack Vicente

Em Douglas, Mass, residem:

José Rosa
Rosa Dias Rosa
José Rosa Moço

Em Cardnei, Mass, residem:

António Marques Dias
Adelino Dias Teles
Mariana Dias
Luís Dias Teles

Em Union Bity, residem:

Antonieta Duque
António Lavado Pereira
Jorge Duque
Leocádia Duque

Na Califórnia, reside:

Rosa Luís Vieira

Em Glastonbury:

Eleutério Jardineiro
João Querido Junior

Em Bedford:

Joaquina Vicente

Em Stralford:

Joaquim Carvalho Conceição

VENEZUELA

Em Coro, residem:

Armando Nunes
Albino dos Santos Lavado
Adelino Lavado Carreira Moço
Arnaldo Caetano Mendes
Américo dos Santos Lavado
António Dias Lavado
Artur Clemente Jorge
Aníbal da Silva Valinho
Delfino Lopes Trindade
Elvira Dias Carreira
Francisco Guiomar Carreira
José Valinho Moço
João Lavado Carreira Moço
Joaquim Capaz Carreira
Manuel Rosa Lavado Moço
Maria Antónia Carreira Moço
Manuel Bom Jorge
Valentim Dias Clemente
Guilherme Ferreira Catarino

Em Caracas, residem:

Adelino dos Santos Pantaleão
Carlos Ferreira Querido
Eusébio Vaz Querido
José Maria Jorge Querido
João Laranjo Lapa
João da Conceição Francisco
Joaquim Luís Vicente Junior
João Bom Marques
Joaquim Jorge Pantaleão
Manuel Ribeiro Frazão

En La-Guaira, residem:

Alda Maria Carreira Moço
João Ferreira Catarino

Em Carabobo, residem:

Arménio do Rosário Baptista
Luís Capaz Bom

Em Cabinos:

Albano Laureano Bom

Em Carami:

José Bom da Silva

Em Yaracui

José da Trindade Raposo

Em Estado Falcon

Luís Capaz Bom

CANADÁ

Em Montreal, residem:

António Pedro Carvalho
Jaime Vieira Gomes
Lusitana Fiel Almeida
Salvador Baptista Carreira

Em Vancouver:

Cândido dos Santos Amado

Em Ontário:

Maria Vitória Cardoso.

Joaquim Justo da Conceição
COMERCIANTE DE LÃS
Telef. 22439 — COVILHÃ

CASA SILVAS
DE Manuel Lopes da Silva
E Arnaldo Lopes da Silva
CALÇADO E NOVIDADES
COVILHÃ

101. Emigrantes mirenses, Mira de Aire, Voz de Mira de Aire, 1958

Um fenómeno de importante relevância, não só pela sua expressão na população mirense, como em praticamente todas as regiões do país, foi a chegada da população portuguesa residente nas ex-colónias, após a queda do regime no 25 de abril de 1974. O retorno da população portuguesa residente no Ultramar (os retornados) não altera drasticamente os níveis demográficos de Mira de Aire, no sentido em que esta massa de pessoas rapidamente entra em processos de emigração, para os países acima referidos (França, EUA, Canadá, etc). A sua presença é, porém, constantemente sentida, nomeadamente pelos donativos efetuados pelos emigrantes a atividades religiosas e solidárias organizadas na vila (Ribeiro et al., 2009).

A falência das fábricas gerou uma grande mudança no tecido social da vila. A maior parte dos trabalhadores da indústria têxtil, teria dedicado toda a sua história profissional à produção industrial, baseando as suas decisões e vidas pessoais em torno do trabalho na fábrica e do rendimento provindo desta. O trabalho na fábrica, especializado, repetitivo, intrínseco por vezes à especificidade da produção, impede a utilização dos saberes técnicos apreendidos noutras áreas de trabalho. O monopólio laboral associado à indústria mirense implicava, igualmente, que as oportunidades de emprego nos locais adjacentes eram menores, e, com a insolvência das empresas e o despedimento de grandes massas de trabalhadores, ocorria uma grande pressão de captação dos diminutos empregos disponíveis. Além de tudo isto, grande parte dos operários têxteis, ao terem começado a sua atividade laboral desde muito cedo – alguns tendo sido empregados em criança, acabam por estar dotados de um nível de ensino académico muito reduzido, colocando-os numa posição de desvantagem num mercado cada vez mais competitivo, especializado e erudito.

Sem esperanças de conseguir trabalho na região, e muito menos no mesmo setor, uma grande massa de trabalhadores recorreu à emigração, tanto interna como externa, como forma de colmatar as dificuldade associadas ao constante desemprego. Famílias inteiras desenraizaram-se da terra onde nasceram, deixando para trás as estruturas domésticas outrora cheias de vida. As casas, como as fábricas, ficavam vazias, sem uso nem dono, e a debilitação estrutural de Mira de Aire crescia com o decréscimo da população. Se o desenvolvimento industrial de Mira de Aire foi alimentado pela chegada constante de novos trabalhadores para a vila, o encerramento das fábricas levou ao total colapso do tecido social da vila. A emigração em Mira de Aire continua, assim, a ser um fenómeno importante na definição do lugar, outrora cheio de potencial produtivo e económico, agora um problema sem visão de resolução, lembrança de um tempo cristalizado na memória coletiva dos habitantes.

3.4.2. A nova imigração

Desde o início do século XXI, que Portugal tem vindo a passar por uma mudança demográfica significativa. A entrada na União Europeia e a melhoria relativa da qualidade de vida do país, tem levado a grandes movimentos migratórios de indivíduos de todas as partes do mundo, que vêm para Portugal na busca



102. Emigrantes portugueses em bairro-de-lata, França, Gérald Bloncourt, 1964

por emprego e por melhores condições de vida. A chegada de imigrantes para Portugal é, estatisticamente, benéfica para o país. Portugal tem passado por um processo de perda demográfica, com a emigração de grande parte da população ativa, com a diminuição do número de filhos por agregado familiar, e o envelhecimento cada vez maior da população. A chegada de novas massas de habitantes permite o rejuvenescimento da população, a mitigação da procura por mão de obra, o aumento da percentagem da população ativa.

Grande parte da população imigrante de índole ilegal, acaba como uma força de trabalho fortemente explorada, vivendo muitas vezes em condições desumanas e em habitações sobrelotadas, trabalhando durante longas jornadas e com baixos salários, e com dificultada capacidade de mudança de condição social e económica. O setor que melhor reflete esta nova relação entre uma extensa força de trabalho imigrante e condições de trabalho exploratório trata-se do setor agrícola no Alentejo.

Desde o início dos anos 2000, o setor agrícola português passou por uma significativa reestruturação, resultado dos investimentos de multinacionais, no aumento da extensão das explorações, da intensificação de produção e uma orientação cada vez mais orientada para a exportação. O aumento de capital estrangeiro na agricultura alentejana, outrora dominada pelas pequenas propriedades familiares, levou a uma grande transformação da prática agrícola, onde a agricultura de grande escala sobrepunha-se a todos os outros moldes tradicionais de produção. O êxodo populacional da população rural, leva ao despovoamento da região, e ao surgimento de fluxos imigratórios para o Alentejo, onde a diminuição da força de trabalho original, mas o aumento da produção em escala, requerem o acesso a mão de obra disponível e barata (Carvalho, 2021).

A migração de massa de trabalhadores em Portugal, tanto em

termos geográficos como em termos ocupacionais relacionados com a agricultura, consiste numa das maiores transformações observadas neste setor ao longo do século XX. A diminuição do prestígio associado à agricultura, o aumento dos rendimentos dos trabalhadores urbanos e o aumento de oportunidade associado ao terciário, resultaram no processo de abandono das terras rurais por todo o país, principalmente no Alentejo. Como forma de mitigar o abandono das plantações alimentado pelo êxodo rural, vários países industrializados implementaram políticas de recrutamento de força de trabalho imigrante, preenchendo as lacunas de mão de obra de origem doméstica (Carvalho, 2021).

A literatura relacionada com a imigração em contextos rurais baseia-se nos conceitos de imigração laboral (pessoas que mudam de país com intuito de obtenção de emprego por conta de outrem); a segmentação do mercado de trabalho, que "[...] descreve como os trabalhadores estrangeiros se inserem economicamente nas ocupações que estão no fundo do mercado de trabalho em termos de condições de trabalho de renumeração financeira" (Carvalho, 2021: 91); e a sazonalidade (que define o tempo de colheita, e que implica uma mudança anual da demanda por força de trabalho). A segmentação do mercado de trabalho



103. Trabalhador imigrante, Odemira, Marcos Borga (Revista Visão), 2021

indica que trabalhadores estrangeiros vivenciam uma série de dificuldades de forma a ascender socialmente no mercado de trabalho, havendo uma estratificação com base no nível de informalização do trabalho, modelo de contratação direta ou indireta, moldes de renumeração, duração do trabalho, género e nacionalidade dos trabalhadores (Carvalho, 2021).

Ao contrário da indústria, a agricultura não permite a deslocação geográfica em relação à oferta de mão de obra, sendo igualmente necessária uma grande força de trabalho, especialmente tendo em conta certos tipos de culturas cujos produtos não permitem a mecanização. O aumento da escala da produção agrícola, proporcionalmente implica uma cada vez maior força de trabalho, onde os custos laborais atingem geralmente um terço do custo total da produção, e a captação de mão de obra define a viabilidade de uma empresa agrícola. A sazonalidade das culturas agrícolas implicam a rotatividade da força de trabalho, que carecem de um vínculo estável no espaço e estabilidade de renumeração que permita a melhoria das suas condições (Carvalho, 2021).

Os levantamentos feitos à população imigrante trabalhadora na agricultura, nomeadamente por vias de inquéritos anónimos no concelho de Odemira (Carvalho, 2021), indicam que a maior parte destes trabalhadores são originários da Índia e do Nepal, havendo representantes de outros países de leste. Em termos de formação académica, grande parte destes indivíduos indicaram ter formação de ensino superior, mostrando o excesso de qualificação para o trabalho desempenhado, resultando no desperdício da sua formação. Além disso, menos de um terço dos trabalhadores desempenhava a agricultura como atividade nos seus países de origem, indicando que a maioria dos trabalhadores atualmente a trabalhar nos campos agrícolas não detém formação nem experiência neste setor. Quanto ao estatuto legal, menos

de metade dos inquiridos possui autorização de residência, com quase um terço dos mesmos a aguardar regularização do seu estatuto legal. Isto indica que a maior parte da captação desta mão de obra ocorre recorrendo a canais irregulares, com os trabalhadores a solicitarem o seu estatuto de permanência em solo nacional. Esta precariedade o "acesso a direitos sociais, dificulta a integração social e reunificação familiar" (Carvalho, 2021: 99), dos trabalhadores, aumentando igualmente a sua vulnerabilidade perante situações de exploração laboral.

A condição precária destes trabalhadores aplica-se não só na região agrícola do Alentejo. Praticamente todas as regiões do país estão a passar, desde o início do século XXI, por um forte processo imigração laboral, que preenche as lacunas da mão de obra necessária nas regiões com fortes tendências de emigração doméstica, permitindo a atividade de muitas pequenas e médias empresas.

Este fenómeno é visível atualmente, especialmente nos centros urbanos, onde, apesar de a concentração demográfica potenciar uma maior oferta de trabalho, muitos indivíduos das comunidades imigrantes, especialmente provindas de África e do continente asiático, vêm-se obrigados a trabalhar em empregos considerados indesejáveis, pois a sua posição social não permite, inicialmente, a integração em trabalhos mais qualificados. Esta condição gera uma espécie de "novo proletariado", onde a sua posição como trabalhador precário, geralmente independente e associada ao setor terciário, normaliza a sua exploração, perpetua a insegurança social (limitando os seus direitos laborais) e diminui as possibilidades de mobilidade social – fatores estes que geraram, em meados do século XIX, o proletariado original.

A população imigrante em Portugal em 2022 corresponde a 7.5% do total de habitantes do país, chegando aos 41.6% da população de distritos como o de Lisboa. Entre 2011 e 2021,

os trabalhadores estrangeiros com habilitações inferiores ao nível do ensino básico e de nível de 1o ciclo do ensino básico perderam efetivos (-47.5% e -15.4%, respetivamente), enquanto os trabalhadores estrangeiros com níveis de habilitação médio-superiores aumentaram ao longo da década: +144% para os trabalhadores estrangeiros com ensino secundário e pós-secundário e 190.6% nos trabalhadores com bacharelato, licenciatura ou nível de habilitação superior. Além disso, esta classe de imigrantes contribui com uma grande percentagem de contribuições para a Segurança Social, tendo contribuindo com 1.861 milhões de euros em 2022.[14]

A sua condição como imigrante, geralmente provindo de países com condições de vida menos atrativas que as do país que os acolhe, coloca esta força de trabalho em condições muito precárias, reflexo da sua fragilidade social e fraca capacidade económica. A sua inserção em empregos menos qualificados, independentemente das suas qualificações, reflete a tendência de precarização do seu trabalho, e os setores onde laboram correspondem a serviços essenciais para o funcionamento da sociedade contemporânea, cada vez mais virada para o consumo de produtos e para serviços terciários. Esta mão de obra é forçada a perseguir trabalhos pouco qualificados, muitas vezes



104. Habitação dos trabalhadores imigrantes, Odemira, Marcos Borga (Revista Visão), 2021

14. Dados do Observatório de Migrações. Disponível em: https://www.acm.gov.pt/inicio [Consultado em outubro de 2024]

consideradas liberalizadas e independente, recebendo baixos salários, muitas vezes sujeitando-se a habitar em condições sub-humanas, de forma a manterem a sua sobrevivência.

Este “novo proletariado” é o fruto da globalização da economia e do avanço tecnológico das comunicações e da informação, operários de uma fábrica abstrata e omnipresente, que os subjuga a um labor intensivo e desprotegido, impedindo assim a sua inserção no tecido social em que se inserem. São produtos de uma Revolução Tecnocrata, em que o patrão já não se caracteriza por uma entidade com cara, nem um objetivo produtivo concreto. Onde a opressão do capital não se materializa pelo ronco das máquinas nem pela verticalidade dos pilares da fábrica. São peças de uma engrenagem pertencentes a uma máquina de escala global, e a sua condição de trabalho condiciona, igualmente, o seu futuro.



105. Fábrica da Portlã, antiga Fiandeira Mirense, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

3.5. A FÁBRICA NA CONTEMPORANEIDADE

3.5.1. A mobilização de uma classe fragmentada

Nas últimas décadas, a era pós-guerra é frequentemente idealizada como um tempo de consenso social-democrata, especialmente na Europa Ocidental, onde o crescimento económico beneficiava tanto o trabalho como o capital. No entanto, esta visão ignora as dificuldades persistentes e as lutas dos partidos da classe trabalhadora para garantir uma porção desse crescimento.

Nos tempos atuais, a conexão entre a desigualdade social e o apoio político enfraqueceu. A desigualdade tem aumentado desde os anos 1970, e a representação política da classe trabalhadora, outrora estruturada por representantes da mesma classe, tem vindo a compor-se por uma classe social mais educada, mais "burguesa", e mais cosmopolita. Inversamente, os partidos de direita comercial e liberal continuam a representar a classe empresarial mais rica, levando a um afastamento político dos trabalhadores ou à sua radicalização, especialmente associando-se a partidos de extrema-direita populista, que alegam defender os "perdedores da globalização", cimentando uma ideologia anti migratória e xenófoba (Broder, 2021).

A renovação dos "valores da classe trabalhadora", perdidos nas últimas décadas, tem sido utilizado por partidos social-democratas, numa tentativa de reconquistar o eleitorado. No Reino Unido, parlamentares do Partido Trabalhista, que nos seus mandatos apoiaram medidas de privatização e austeridade, tentam reforçar a sua ligação com a classe trabalhadora exaltando a bandeira, a família, e fingindo rejeitar luxos modernos. Esta abordagem cria um estereótipo debilitante sobre a classe trabalhadora, associada a tempos passados de labor intenso e dificuldades, caracterizado pelas gerações mais velhas.

Outras abordagens, defendidas por jornalistas como Paul

Mason, sugerem que o futuro da esquerda está nas camadas mais jovens e precárias, com educação, valores cosmopolitas e ecológicos. Mason argumenta que, com o declínio das indústrias tradicionais e com o aparecimento de novas identidades políticas impulsionadas pelo desenvolvimento da comunicação global, a esquerda deve abandonar a ênfase na identidade baseada no trabalho (Broder, 2021).

Ambas as abordagens são redutoras para com a classe trabalhadora, tratando-a como um vestígio de um passado industrial, que deixou de pertencer ao tecido socioeconómico da sociedade atual. Acredita-se que o declínio da classe trabalhadora seja um resultado inevitável dos processos de modernização e globalização da economia, havendo a necessidade de ajustar as políticas a um novo perfil de eleitorado. Porém, essa visão ignora o impacto que as políticas públicas e a mobilização empregam sobre as classes, moldando os seus interesses (Broder, 2021).

Por outro lado, a direita tem-se reforçado na redefinição da identidade da classe trabalhadora, seja na transformação dos trabalhadores em proprietários de casas e acionistas, como



106. *Operários*, São Paulo, Tarsila do Amaral, 1933

ocorreu na Inglaterra sobre o governo de Margaret Tatcher, ou construído coalizões multirraciais em torno da ideia da *american working class* (Broder, 2021).

O sociólogo francês André Gorz, no seu livro *Farewell to the Working Class*, de 1982, aborda o fim da classe operária clássica. Na sua leitura, o movimento de proletariado do século XIX emergiu na proteção das profissões especializadas que estavam a ser inseridos no sistema fabril: o conhecimento e capacidades que os trabalhadores tinham eram essenciais para os seus empregadores, que não o tinham, usando esse argumento para manter o controlo e exigir melhores condições de trabalho. O marxismo via este conhecimento como a base da tomada de controlo da economia pela classe trabalhadora (Broder, 2021).

No entanto, a introdução de uma mão de obra fordista, pouco qualificada e dividida no processo de produção, implicava que esta classe já não se identificava com o emprego, resistindo ao trabalho de forma negativa. A automatização não só desvaloriza o trabalho qualificado, transformando os homens em apêndices das máquinas, mas também os torna prescindíveis, transformando os trabalhadores em massas excedentárias (Broder, 2021).

Gorz explica que, com a expulsão dos trabalhadores do local de trabalho, ocorre um processo de desinteresse dos trabalhadores de torná-lo seu. Para estes trabalhadores, a luta pelos seus direitos deixou de se basear na libertação *no* trabalho, mas sim na libertação *do* trabalho. A luta dentro dos muros da fábrica não se trata tanto da capacidade dos trabalhadores qualificados de governar a produção no lugar dos patrões, mas sim para viver autonomamente. Tanto a automatização como a externalização enfraqueceram o poder estratégico dos trabalhadores para encerrarem ramos inteiros de produção. Ainda assim, a maioria da população ainda sobrevive com a venda da sua capacidade laboral, tornando o trabalho numa questão profundamente

política (Broder, 2021).

Em sociedades de crescimento económico estagnado, a baixa taxa de investimento em infraestrutura significa que os empregadores recorrem mais a uma compressão dos salários do que ao aumento da produtividade. Este fenómeno resulta numa desigual distribuição do trabalho, em que alguns trabalhadores ocupam múltiplos empregos, como forma de sobrevivência, enquanto outros sofrem de uma condição de desemprego a longo prazo. É necessário, por isso, uma distribuição mais igualitária das tarefas necessárias, como método para a superação das consequências sociais das indústrias em obsolescência.

Consegue-se visualizar a tendência dos padrões de voto cada vez mais regidos pela educação formal, em vez de uma renda ou classe social. Não se trata apenas de uma "guerra cultural", mas sim uma razão material. Os eleitores mais velhos, com menos probabilidade de terem uma educação superior formal, pelos seus trabalhos não o exigirem, são mais propensos a serem proprietários de imóveis, dependendo de rendas financeiras apoiadas por governos (Broder, 2021).

Os trabalhadores mais velhos, tal como a massa crescente de reformados, vivenciaram diretamente o processo de desindustrialização do final do século XX, e o seu legado cultural continua muito presente nas nossas sociedades. Quem hoje está reformado, tendo começado a trabalhar na década de 1970, presenciou o final da militância trabalhista outrora poderosa. As condições de trabalho a que foram sujeitos deixaram mazelas físicas, que se transformaram em problemas de saúde graves e morte prematura, condição que se manteve após o término do trabalho, muitas vezes na forma de doenças mentais e abuso de substâncias. Esta condição resulta na quebra dos laços de solidariedade, outrora essenciais para o crescimento e empoderamento da classe trabalhadora, tornando esta

massa de ex-operários num eleitorado fragmentado, facilmente manipulável e suprimível.

O que definia a classe trabalhadora não só correspondia à sua condição como massa explorada, unida nas suas dificuldades socioeconómicas. Os seus processos de organização e instituições burocráticas – como partidos, sindicatos, cooperativas de consumo -, moldavam uma vida coletiva, e a sua visão do mundo. O orgulho da classe trabalhadora eram os seus valores de solidariedade, que levavam os operários a organizar greves em nome dos colegas, em vez de brigarem por um dia de salário. Os desempregados estão longe de necessariamente rejeitarem a hierarquia e autoridade; antes pelo contrário, a organização burocrática de trabalhadores funciona como uma plataforma de direitos e hierarquias, que empodera a classe trabalhadora e a torna mais capaz de enfrentar empregadores e defender os seus colegas (Broder, 2021).



107. Excerto da série *Tempo dos Operários (A History of the European Working Class)*, Stan Neumann, 2020

O processo de mecanização do trabalho e a desvalorização do labor, ao construírem uma classe cujo trabalho deixa de depender do seu conhecimento e da sua capacidade "artesanal", fragmentaram esta solidariedade. Esta fragmentação levou à rejeição da ética de trabalho cujo movimento trabalhista se baseava. A crença de que um futuro automatizado e tecnologicamente desenvolvido produzirá uma "subjetividade em rede" igualitária, cria um terreno para uma potencial mobilização da força de trabalho. O sentimento de classe, diante da desigualdade e da injustiça, precisa de ser ativamente contruído, unindo trabalhadores de diferentes setores e áreas de trabalho. As divisões setoriais dos trabalhadores atualmente, ao refletir- se na diferença das suas condições laborais – estando divididos por indústrias, por habilidade, por empregadores concorrentes – criam dificuldades para a organização da força do trabalho (Broder, 2021).

Atualmente, a identidade de "famílias trabalhadoras" é desassociada da solidariedade outrora essencial para o empoderamento da classe trabalhadora, recodificada na linguagem do empreendedorismo e de "se erguer pelos próprios méritos", individualizando o trabalhador na obtenção de melhores condições de vida. Hoje, a classe mais instruída, mas em dificuldade económicas, adere cada vez menos a fileiras ativistas de esquerda, do que aqueles de gerações passadas, resultado da narrativa atual de superação através do "trabalho árduo" - em vez da luta através da mobilização e solidariedade (Broder, 2021).

O desafio da organização da classe trabalhadora, cada vez mais segmentada e plural, não passa pela proletarização da mesma, mas sim pela capacidade de "comunalizar" as dificuldades que são intersecionais a todos os trabalhadores precários, mobilizando esta classe de forma a obter, popularmente, o poder.

A organização no local de trabalho continua a ser essencial para a construção de laços de solidariedade social, sendo necessário mobilizar, do mesmo modo, aqueles que se lutam por sindicalizar, seja porque têm três empregos, ou porque não conseguem sequer um. O caminho mais eficiente para uma sociedade com menos trabalho, reside na própria classe trabalhadora, na sua capacidade de mobilização, organização burocrática e política, e na sua capacidade solidária (Broder, 2021).

3.5.2. Uma nova cultura de trabalho

O discurso, na área das ciências sociais, associado a uma "crise da sociedade do trabalho" coloca a crise em perspetiva, considerando-a como resultado de uma acumulação de mudanças nas condições estruturais do trabalho (como o mercado de trabalho) e/ou nas condições culturais de trabalho (como a ética no trabalho). Porém estas mudanças não são satisfatórias na caracterização da crise no trabalho. É necessário adicionar uma nova variável, explicando que as crises ocorrem quando as mudanças sociais bloqueiam a capacidade de uma sociedade de controlar o seu próprio desenvolvimento. A crise é, de uma forma direta, um impedimento na capacidade da sociedade de controlar o seu curso de desenvolvimento (Eder, 1992).

O conceito de "crise da sociedade do trabalho" sugere que processo sociais vão além do aparecimento e alívio de tensões estruturais, implicando uma evolução cultural dentro da sociedade industrial. O conceito de "industrialidade" (o que culturalmente se associa à produção industrial) deixou de ser uma relação entre a "indústria" e a "sociedade industrial", dando lugar a um conceito menos quantitativo de "trabalho" em "sociedade de trabalho". Tomando uma perspetiva estrutural na análise da "crise da sociedade de trabalho", existem algumas suposições e descobertas de pesquisas relacionadas às

mudanças na esfera do trabalho, que inerentemente alteram a vivência e a perceção do mesmo. O surgimento de novas formas de trabalho não manual, a redução do tempo de trabalho e as suas implicações biográficas, e o desvinculamento do trabalho em relação ao status e a sua reorganização, são as principais suposições (Eder, 1992).

A dominância estrutural do trabalho não manual fundamenta diversas teorias sobre o curso da sociedade pós-industrial. Estas teorias partem da premissa de que as tecnologias organizacionais e da informação levaram à primazia do trabalho cognitivo, ou não manual. Esta nova diferenciação social do trabalho é responsável pelas mudanças na cultura do trabalho. As ocupações no setor terciário geram culturas distintas daquelas associadas ao setor primário, dissolvendo as culturas de classe tradicionais, e dando origem a divisões culturais, formando novas classes.

A nova sociedade pós-industrial está associada às diferenças de classe e de cultura a ela associada. Essas diferenças culturais são encontradas em novas formas de pesquisa sobre classe, em que se analisa as diferenças de estilo de vida. O trabalho cognitivo



108. Almoço sobre um arranha-céus, Nova Iorque, Charles Clyde Ebbets, 1932

(não manual) define o paradigma do trabalho pós-industrial, onde o conhecimento e a informação se tornam o meio central para a reprodução económica da sociedade. Este trabalho emerge de forma cada vez menos dependente da capacidade física do trabalhador, mas das suas habilidades cognitivas, que dum ponto de vista da sociedade industrial, representa uma libertação do trabalho (Eder, 1992).

Uma grande implicação desta nova cultura do trabalho, reside na omnipresença da tecnologia de informação, que ao subjugar a si os trabalhadores, resulta num maior controlo social sobre o trabalho. Com a libertação física do trabalho árduo, surge uma instrumentalização do trabalho, que resulta na perda do significado do trabalho no quotidiano da - nova - classe trabalhadora (Eder, 1992).

As qualificações exigidas para o ingresso no mercado de trabalho também mudaram. O crescimento do trabalho manual é acompanhado não apenas por um desenvolvimento das habilidades, como também na desvalorização das competências necessárias para esse tipo de trabalho. A teoria da "polarização" sugere que essa mudança resulta numa minoria de trabalhadores altamente qualificados e uma maioria de trabalhadores não qualificados, porém esse fenómeno ocorreu de forma transitória, nomeadamente nas décadas de 1960 e 1970, podendo observar-se atualmente uma eliminação, ou substituição, do trabalho menos qualificado (Eder, 1992).

Desde 1860 que a carga horária dos trabalhadores assalariados tem vindo a sofrer uma redução constante. Isto não implica necessariamente uma desvalorização do trabalho a favor do lazer. O trabalho livre tem sido utilizado para outro tipo de labor, que pode ser considerado como hobby. Este trabalho não assalariado proporciona aos trabalhadores recompensas tangíveis, sugerindo um aumento de importância do trabalho

não assalariado. Isto sugere uma revalorização do trabalho nas sociedades industriais avançadas, onde a valorização do tempo livre evolui no sentido de se equiparar com o tempo de trabalho pago, sugerindo uma nova cultura associada ao trabalho.

A reavaliação do trabalho não assalariado adquire um novo significado quando a não atividade e o lazer são involuntários, como nos casos de reforma antecipada forçada, períodos obrigatórios no sistema educacional ou estado de desemprego oficial. Estas situações geram uma forma de polarização do trabalho, que se divide entre, por um lado, no trabalho assalariado estável (maioritariamente altamente qualificado), e, por outro, o trabalho assalariado que apresenta um alto risco de desemprego. A implicação estrutural dessa polarização é a formação de uma economia dual, que separa uma economia formal saturada de uma economia informal. Como consequência, surge uma polarização da cultura do trabalho (Eder, 1992).

A relação entre trabalho e status muito frequentemente não corresponde ao conceito de meritocracia, em que a mais extensa instrução e capacidade produtiva do trabalhador reflete-se numa posição profissional mais qualificada e mais bem remunerada. A revolução educacional, ao garantir igualdade de oportunidades a todos, alimenta esta narrativa, ao reforçar temporariamente a relação positiva entre conquista e status. No entanto, esta narrativa mostra-se falaciosa, reflexo do grande aumento de jovens altamente educados com dificuldades a inserir-se no mercado de trabalho, resultado de uma desconexão entre a oferta de trabalhadores qualificados, e as oportunidades de emprego existente (Eder, 1992).

O status educacional já não garante um status social correspondente no mercado de trabalho. Ocorre, portanto, uma dissonância cognitiva, resultado destes processos contraditórios, cuja resolução habita ou no afastamento da

cultura do trabalho, ou numa adesão mais intensiva à mesma. Pesquisas sociológicas sobre a cultura do trabalho mostraram que os trabalhadores industriais, apesar de passarem mais tempo fora do meio onde trabalham, continuam a ver o local de trabalho como uma experiência fundamental na sua vida, mantendo uma cultura industrial tradicional. O orgulho na sua prática traduz-se na energia social que investem no trabalho (Eder, 1992).

Quanto mais as habilidades cognitivas são incentivadas no trabalho, mais a ética tradicional do trabalhador qualificado é revitalizada. O "orgulho de ser trabalhador" transforma-se em "orgulho de ser técnico", resultado da acumulação de experiências e qualificações no seu labor. Por outro lado, os trabalhadores não qualificados ou semiqualificados necessitam de se adaptar à sua situação laboral. A posição socioestrutural desses trabalhadores insere-os numa posição de "perdedores", sabem que necessitam de trabalhar onde os outros não querem para manter a sua sobrevivência. Este grupo inclui os trabalhadores industriais marginais e aqueles em empregos de baixo nível no setor de serviços (Eder, 1992).



109. O enfileiramento do escritório, autor desconhecido, s/d

Esta nova cultura de trabalho representa uma mudança na asserção de valor no trabalho, onde o labor físico e rotineiro passa a simbolizar um trabalho menos valorizado, e a atividade associada ao trabalho manual torna-se menos desejável. A generalização da educação, principalmente nos países do mundo ocidental, e a cada vez maior acessibilidade a uma educação superior, polariza a sociedade através da sua homogeneização. Historicamente, o acesso a um trabalho mais qualificado e especializado dependia do acesso à educação especializada, que era limitada a classes sociais mais altas. A relação entre o operário, que por não ter uma educação completa, recorria à sua força de trabalho manual, e o engenheiro, que se colocava numa posição superior pelo seu acesso a uma educação superior e pelo seu trabalho cognitivo, alterou-se drasticamente aquando da acessibilidade do ensino.

Atualmente, o maior número de licenciados e trabalhadores especializados (os engenheiros), cujo labor se baseia no seu conhecimento na área de trabalho (trabalho cognitivo), gera uma incongruência na distribuição do emprego, em que a falta de operários (os trabalhadores manuais) é resultado da maior instrução da sociedade contemporânea. Uma maior força de trabalho cognitivo e uma menor força de trabalho manual, pressiona o mercado de trabalho e submete todos os indivíduos à incerteza laboral. O fim do proletariado e o surgimento de uma classe de trabalho complexa e heterogénea, aumenta a polarização da sociedades. Esta polarização, porém, já não se baseia entre os que trabalham nas fábricas e lojas e os que trabalham nos escritórios e governos. O trabalho já não assegura uma condição. O aumento do culto pelo capital, e a generalização de uma economia abstrata, cujos atores deixam de ter identidade, e cuja moeda deixa de ter forma, aumenta as desigualdades, dividindo a estrutura social da sociedade entre quem têm muito capital, e quem se vê subjugado pelas tendências de uma economia intangível.

110. Gravura de camponesa e seu burro, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d



04. CASOS DE ESTUDO

Ao abordar três casos distintos da presença industrial em territórios rurais, evidenciam-se diferentes desdobramentos da industrialização nestes territórios. A análise inclui um período distendido desde a instalação das fábricas até ao seu encerramento, considerando as diversas formas como as indústrias influenciaram o desenvolvimento e a estrutura desses territórios. Esta abordagem oferece uma visão detalhada de como a indústria moldou o espaço rural e as dinâmicas sociais e económicas locais

O desenvolvimento industrial apresenta diferentes efeitos no território, tanto positivos como negativos, com alguns lugares a experienciar um crescimento económico e social, enquanto outros sofreram retrocessos significativos devido à presença fabril. Este contraste permite compreender as complexas relações entre a indústria e o desenvolvimento local, onde fatores económicos e sociais determinam os diferentes resultados da industrialização em contextos rurais específicos.

A revitalização das estruturas fabris, igualmente, caracteriza-se como estratégia indicada para conseguir resiliência territorial, caso em que a reutilização das antigas infraestruturas se mostra fundamental para a revitalização e desenvolvimento das comunidades, fortalecendo os tecidos sociais e as economias locais. Estes exemplos servem de hipótese ilustrativa para problematizar o futuro de Mira de Aire, figurando estratégias de revitalização do potencial local, através da transformação e revitalização do espaço industrial devolutos.



111. Bobines de fio, Fábrica Newplaids, Lda, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

4.1. CAMPO MAIOR E O CAFÉ

4.1.1. Do contrabando à indústria

Campo Maior, vila alentejana pertencente a Portalegre, localizada junto da fronteira com Espanha, é caso de sucesso da industrialização em meios rurais. A sua história está intrinsecamente ligada à agricultura e à torrefação de café. O contexto socioeconómico passado da vila dependia do contrabando fronteiriço, cimentando-se a sua reconfiguração económica em quatro décadas de atividade formal forte e de grande competitividade, atualmente globalizada e omnipresente não só no contexto económico português, mas distendida além-fronteiras.

O contexto geográfico de grande isolamento, com localização no Sul do Alentejo, na raia fronteiriça com Espanha, refletia-se no distanciamento e abandono estrutural a que era sujeita, especialmente na época do Estado Novo. Durante grande parte do século XX, o contrabando desempenhou um papel central na vida local, moldando as experiências de grande parte da população. Embora o fenómeno do comércio clandestino fosse comum em muitas localidades fronteiriças com Espanha, o caso de Campo Maior apresenta um estudo particularmente interessante na articulação entre a economia formal e informal.

A herança do contrabando em Campo Maior materializou-se principalmente na forma da indústria da torrefação de café, que no passado circulava de forma clandestina, beneficiando-se das rotas de contrabando entre Portugal e Espanha. Analisando dois períodos distintos, os anos 1930-40 e os anos 1970-80, é possível entender a evolução da economia local presente em Campo Maior, e como a prática de contrabando fomentou uma economia formal forte e competitiva (Cunha, 2006).

Nos anos 1930-40, o contrabando estava profundamente ligado à pobreza e à falta de mobilidade social. Campo Maior, como

tantas outras áreas rurais do Sul de Portugal, caracterizava-se por uma estratificação social muito clara, com uma divisão profunda entre as classes sociais ricas, e as classes sociais pobres. Esta dicotomia era vista como imutável, com pouca ou nenhuma mobilidade social. Neste contexto, o contrabando oferecia uma alternativa para aqueles que buscavam escapar desta estrutura rígida.

A proximidade de Campo Maior com a fronteira espanhola oferecia um recurso valioso para a comunidade local. A fronteira política que separava dois países com desenvolvimento semelhante, gerava oportunidades para o comércio clandestino, potenciando a circulação de bens essenciais (escassos, à época), promovendo serviços e movimentando mão de obra. O contrabando funcionava como um complemento à economia formal, oferecendo uma alternativa à última em tempos de crise ou de incapacidade de resposta às necessidades locais. O contrabando, operando numa zona cinzenta da legalidade, funcionava como um mecanismo de sobrevivência, que permitia àqueles excluídos da economia formal uma oportunidade de melhorar a sua condição social (Cunha, 2006).



112. "Mochileiros" com a sua carga de café a atravessar a fronteira, Espanha, autor desconhecido, s/d

Em contextos fronteiriços como o de Campo Maior, o contrabando preenchia lacunas abertas pela economia formal, articulando-se com a economia local e nacional, sem necessariamente de competir com a mesma, mas operando em paralelo. A natureza clandestina do mercado de contrabando implicava uma independência das regras fiscais nacionais, apesar da dependência das decisões políticas dos Estados de Portugal e Espanha.

Com o passar do tempo, o contrabando deixou de ser uma atividade de sobrevivência, concentrando-se cada vez mais nas mãos de poucos, cultivando-se uma espécie de elite profissional. A transformação do contrabando numa atividade empresarial formal marcou o início de uma nova era de desenvolvimento para Campo Maior (Cunha, 2006).

A transformação histórica da atividade do contrabando em Campo



113. "Rota dos Contrabandistas", percurso organizado pela GEDA – Grupo de Ecologia e Desportos de Aventura, Campo Maior

Maior, ao longo dos anos de 1930 e 1940, pode ser entendida como resultado das circunstâncias da época: o envolvimento da família Nabeiro no comércio do café coincidiu com a Guerra Civil Espanhola, num período em que a escassez de bens essenciais nas zonas fronteiriças fomentou o desenvolvimento do contrabando. Esta atividade clandestina implicava uma grande autonomia por parte dos contrabandistas, que assumiam tanto o risco como os lucros da atividade. Para muitos, a falta de capital impunha uma dependência de terceiros, criando um sistema de comprometimento e partilha de riscos (Cunha, 2006).

Apesar das práticas ilegais acabarem absorvidas pela economia formal, o seu legado na estrutura económica da vila é ainda muito forte, servindo como trampolim para a formalização empresarial e o desenvolvimento económico da região.

Nas décadas de 1970 e 1980, o cenário mudou radicalmente, com o fortalecimento das indústrias, especialmente a do café, e com o controlo crescente por parte dos empresários do setor. A introdução de veículos motorizados reduziu a necessidade de caminhar longas distâncias, e o processo de contrabando modernizou-se. A atividade contrabandista tornava-se cada vez mais subordinada a organizações centralizadas, onde o contrabandista passou a ser uma peça da engrenagem. O contrabandista passou, de agente independente que controlava o seu comércio, a proletário das fábricas de torrefação de café (Cunha, 2006).

Ao longo destas décadas, o contrabando passou de uma atividade quase artesanal, guiada pela astúcia e resiliência dos envolvidos no seu processo, para uma operação de escala industrial, com o contrabandista a tomar um papel cada vez menor. Quem conseguiu adaptar-se às novas circunstâncias, como foi o caso de Rui Nabeiro, destacava-se, enquanto muitos outros, incapazes de se ajustar a uma realidade de cariz mais

empresarial, abandonaram a prática, recorrendo a outras atividades ou optando pela emigração (Cunha, 2006).

A profissionalização do contrabando de café gerou uma hierarquização nas suas operações, com uma mais rígida divisão de trabalho: empresário, torrador, motorista, contrabandista. Racionalizou-se assim o negócio, aproximando-o cada vez mais a um modelo formal de exploração capitalista, onde a proletarização do contrabandista implica a cedência da sua decisão individual, a bem de uma gestão empresarial mais eficiente.

A inovação tecnológica associada à torrefação do café inferiu no produto um valor adicional, criando espaço para cada vez maior formalização da exploração, alimentada por crescentes margens de lucro e uma necessidade exponencial de controlo da produção. O desaparecimento dos contrabandistas profissionais coincidiu com a abertura das fronteiras, com estes a ser integrados na economia convencional, ou a recorrer à emigração. Os empresários do café, como Rui Nabeiro, ascenderam social e economicamente, gerando uma nova classe de elite, com este a alcançar reconhecimento público e estatal (Cunha, 2006).

4.1.2. Rui Nabeiro, Comendador

Quanto ao empresário Rui Nabeiro, a sua empresa de torrefação de café corresponde a um caso de sucesso na industrialização, refletido no desenvolvimento económico e social de Campo Maior. Fundador da Delta Cafés, e mais tarde do Grupo Nabeiro (que expandiu a sua exploração para os setores da agricultura, distribuição alimentar, investimento imobiliário e hotelaria, entre outros), é visto como o grande impulsionador da economia da região. A sua prática empresarial sempre esteve associada ao desenvolvimento social local, intervindo em diversas causas sociais e de solidariedade.

Politicamente ativo, foi eleito presidente da câmara em 1972, ainda durante a ditadura, ocupando o mesmo cargo após o 25 de abril, em 1977 e 1986. O "seu percurso como autarca, a ajuda que dava às pessoas e um 'certo simbolismo' que ostentava na altura junto do povo de Campo Maior"[15], contribuiu para que a sua fábrica não fosse ocupada nos períodos revolucionários pós 25 de abril.

No final da década de 1970, expandiu a sua exploração para diversos países, nomeadamente para Angola, onde comprava o café. A fábrica da Delta Cafés, sediada em Campo Maior, emprega cerca de 3800 pessoas, maioritariamente da vila e das povoações vizinhas . A sua fortuna, publicamente associada ao contrabando e legitimada após abertura das fronteiras, é vista como resultado do seu investimento na estrutura social da vila de Campo Maior, sendo retratado com enorme apreço pelos locais.

Rui Nabeiro morreu dia 19 de março de 2023, aos 91 anos.



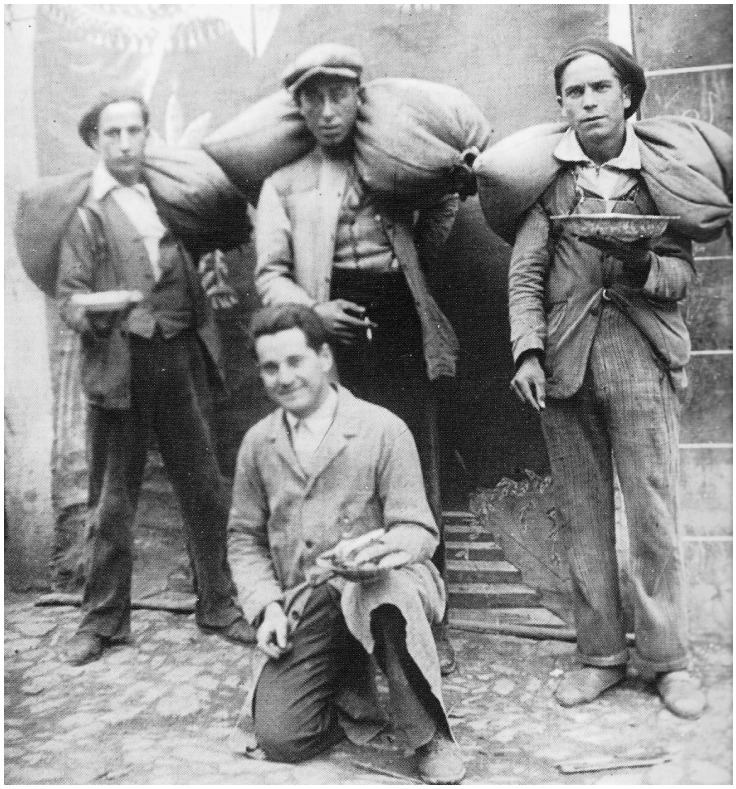
114. Rui Nabeiro, com a carrinha de distribuição de café da Delta, autor desconhecido, s/d

15. *Rui Nabeiro (1931-2023): o homem que pôs Campo Maior no mapa*, jornal Expresso, 19 de março de 2023

4.1.3. Campo Maior e Mira de Aire

A história do desenvolvimento de Campo Maior corresponde a um caso de industrialização com grande sucesso no desenvolvimento socioeconómico da região. O seu processo de transformação social corresponde, em muitos aspetos, àquele que se constata em Mira de Aire: uma economia local baseada na exploração comercial de um produto (*café - têxteis*), explorado por uma mão de obra especializada (*contrabandistas - tecelões*), assente num contexto territorial com fortes contingências económicas e produtivas (*raia fronteiriça com Espanha – vale de características calcárias*), que se transforma numa indústria de grande força económica (*fábricas de torração de café – fábricas têxteis*) graças ao investimento de empresários com acesso a capital (*Rui Nabeiro – Manuel Justo Ramos*).

Em ambos os casos, ocorreu um processo de transformação de



115. Contrabandistas, autor desconhecido, s/d

uma economia assente na produção local, com uma mão de obra considerada artesanal, e com potencial económico alimentado pela conjuntura económica do país no século XX. O sucesso da indústria de torrefação de Campo Maior está fortemente associado à sua inserção num mercado global competitivo, com a expansão do Grupo Nabeiro a diferentes setores económicos, capacitando a sua sobrevivência no mercado. Este poder económico é baseado no entendimento entre as entidades patronais e trabalhadores, que trabalham mutuamente no processo de desenvolvimento da indústria que os sustém, através da manutenção de relações interpessoais fortes, implementação de direitos laborais e sociais justos e uma forte memória coletiva.

A indústria mirense, apesar de partilhar as mesmas características laborais com Campo Maior, falhou a sua inserção num mercado



116. Trabalhadoras em Máquinas de fiação, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d

global, cuja competitividade – baseada na expansão industrial, no desenvolvimento tecnológico e na destreza empresarial – não correspondia ao contexto socioeconómico do local. O mercado original das indústrias de Mira de Aire – o nacional – ao inserir-se numa economia globalizada, perdeu capacidade competitiva, e grande parte de empresas históricas não conseguiram sobreviver. O surgimento das suas indústrias é relacionado ao empreendedorismo de empresários locais, que aliados a uma classe artesanal de forte especialização, impulsionaram o desenvolvimento socioeconómico da vila. O bairrismo associado à vila serviu como o catalisador de um novo futuro, onde as relações interpessoais desempenhavam um forte papel no crescimento da economia local, rica em cultura e solidariedade. Este bairrismo ainda existe, porém atomizado por diferentes apartados. Antigamente associado ao trabalho operário e à solidariedade de classe, resiste atualmente nutrido pela partilha comum de um sentimento de abandono e frustração, fruto da dificuldade de projeção de novos futuros.



117. Armazéns da Sociedade Industrial de Mira de Aire, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

4.2. SÃO DOMINGOS E O FERRO

4.2.1. A exploração mineira

A Mina de São Domingos, localizada na aldeia portuguesa e alentejana com o mesmo nome, pertencente ao distrito de Beja, concelho de Mértola, faz parte da província metalogénica conhecida como a Faixa Piritosa Ibérica, uma extensão de 30 a 60km de largura e 240km de comprimento, comprimida entre o rio Sado e Setúbal, em Portugal, e entre o rio Guadalquivir e Sevilha, em Espanha. É constituída por uma fonte rica em metais básicos e enxofre, essencial para o desenvolvimento industrial mecânico e químico. A expansão do capitalismo industrial a partir do século XIX resultou numa intensa necessidade de recursos minérios, tanto para a construção das maquinarias associadas à produção industrial, como para a sua alimentação (Nunes, 2016). A necessidade de extração de minérios como o carvão e o ferro levam à criação de uma nova indústria extratora, com desenvolvimento paralelo à indústria transformadora, mas de impacto ambiental muito mais marcado. Apesar da exploração histórica, que remonta à exploração oriental associada aos primeiros séculos do primeiro milénio a.C., é no período moderno de 1854 a 1966, na conjuntura da Revolução Industrial, que a atividade de extração se torna mais intensiva.

O caráter excecional de alguns jazigos de minérios das Minas de São Domingos, e a cada vez maior necessidade por metais para alimentar o progresso crescente da Revolução Industrial, leva a um acrescido interesse de exploração por parte de empresas estrangeiras, nomeadamente britânicas (Nunes, 2016). Foi com a exploração por parte da empresa britânica Mason & Barry, iniciada de 1858, que o empreendimento mineiro moderno começa a ganhar forma – e força. Foram instalados os elementos necessários para a exploração a grande escala, e em poucos anos o território extrativo já estava dotado de todo o tipo de infraestrutura, tanto técnica como social: bairros operários,

oficinas e armazéns, infraestrutura de esgotos, vários edifícios de índole social (hospital, igreja, cemitério, teatro, mercado, clube recreativo), o porto fluvial do Pomarão, a linha de caminho férreo que ligava a mina ao porto (sendo a primeira linha férrea construída no país) e uma extensa lista de edifícios de serviços para a manutenção, armazenamento e transporte dos minerais extraídos no local.

A intervenção deste empreendimento alterou radicalmente uma superfície equivalente a 296 hectares, mobilizando mais de 10 milhões de toneladas de materiais, produzindo cerca de 14.7 milhões de toneladas de resíduos, acumulados em escombreiras de até 14 metros de altura, gerou cinco núcleos urbanos, com algumas centenas de hectares ocupados com espécies arbóreo-arbustivos exóticas, como o eucalipto, e com reservatórios de água doce e água ácida, grande parte delas esterilizadas pelo processamento metalúrgico.

O fracasso das prospeções em busca de novos jazidos de pirite e a tentativa de lixiviação do minério levaram ao lento processo de encerramento da Mina. Em 1966, extraiu-se os últimos restos de minérios associados ao filão, o que levava à interrupção da exploração mineira na região e ao encerramento da indústria. Várias propostas para revitalizar a economia local



118. Exterior das oficinas das Minas de S. Domingos, São Domingos, António Vargas, 1924

foram discutidas, como a instalação de fábricas de celulose, mas que nunca avançaram. Algumas tentativas concretas de diversificação surgiram com a criação de pequenas fábricas, como uma de barcos e plásticos e outra de polimento de mármores, porém estas fecharam passados poucos meses por dificuldade no acesso a energia elétrica. A Comissão de Reconversão da Mina de São Domingos, criada com o intuito de estudar alternativas económicas para a estrutura existente, mostrou-se igualmente ineficaz (Nunes, 2016).

O processo de obsolescência da indústria extratora levou ao encerramento da mesma. Dos 1800 mineiros que a região abrigara, apenas uma dezena mantinha a sua função, que se baseava na recolha de materiais das galerias abandonadas. A população carenciada de serviços básicos, como a eletricidade e água canalizada, e a estrutura demográfica local, em declínio com a saída da camada jovem em idade produtiva, não favorecia uma reestruturação económica. A ausência de trabalhadores qualificados inviabilizava a criação de novas indústrias, e o território entrou em rápido declínio socioeconómico. Neste período, a empresa Mason & Barry, entretanto em processos de falência, desmantelou e vendeu as estruturas externas, locomotivas e trilhos de linha férrea como sucata. Com os seus



119. Mineiros dentro de uma galeria da mina, aguardando a mudança de turno, São Domingos, GAMSD,ca. 1960

salários em atraso, os trabalhadores enfrentavam um futuro incerto, e a empresa foi processada judicialmente por dívidas. Em 1968, a Mason & Barry encerra, passando a concessão da mina à empresa La Sabina, que apesar de novas tentativas de exploração mineral, não teve sucesso na extração de minérios (Nunes, 2016).

Sem produção desde 1974, declarou-se a mina oficialmente obsoleta, sendo encerrado o período de concessão pelo Diretor de Serviços da Administração Industrial. Este encerramento selou definitivamente o fim de um ciclo industrial na Mina de São Domingos, deixando a região em processos de decadência e expectante de novos moldes para um desenvolvimento económico e social (Nunes, 2016).

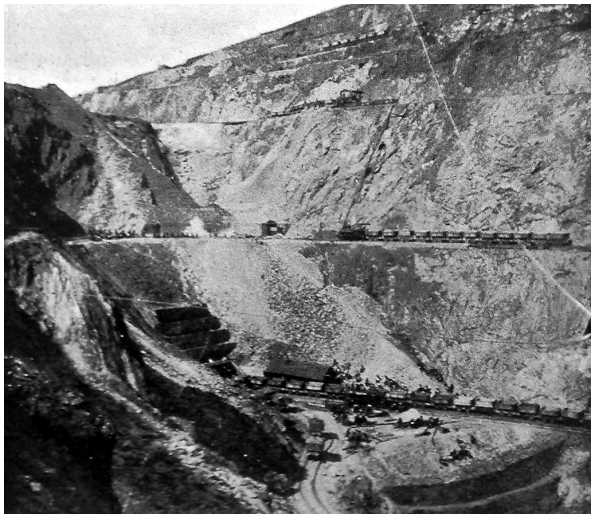
4.2.2. Os impactos ambientais

O grande desenvolvimento da indústria extratora, associada ao processo de industrialização, surge da necessidade energética e material das indústrias transformadoras, marcando fortemente o território em que se insere. A transição tecnológica associada à maquinação dos processos produtivos implicam a extração e transformação de materiais pesados, como o ferro, usado nas ferramentas técnicas da indústria, a escalas cada vez maiores e com intensidades de maiores consequências negativas para o meio ambiente. A introdução de máquinas movidas a vapor implicou, do mesmo modo, o acesso a combustíveis fósseis como o carvão, expandindo e intensificando a sua extração. No Alentejo, a exploração das massas de pirite associadas à Faixa Piritosa Interior resultaram na forte alteração numa região em graves processos de desertificação e isolamento.

Em São Domingos, a extração do minério, inicialmente feita em céu aberto, e mais tarde em minas subterrâneas, implicou o desenvolvimento de um complexo industrial que incluía barragem

e sistemas de transporte, com forte presença no território. A construção de infraestrutura extensa e a utilização de processos como a hidrometalurgia contribuíram para a contaminação dos recursos hídricos associados a esta indústria. A instalação da fábrica no território leva ao crescimento de urbanizações, configurada e modificada para acomodar as necessidades da exploração mineral. A paisagem local foi assim transformada pela exploração extratora, deixando para trás um legado de degradação ambiental, que evidencia a dicotomia entre o desenvolvimento económico e a sustentabilidade ambiental (Nunes, 2016).

A construção das fábricas para a extração do enxofre, impulsionada pela empresa Mason & Berry em 1937, refletia a estratégia de aproveitamento intensivo das pirites, servindo como um exemplo da inovação tecnológica direcionada para interesses económicos de produção capitalista, que não toma em consideração as consequências ambientais na região, e traduz total indiferença face ao tecido socioeconómico das povoações adjacentes. O tratamento do enxofre extraído destinava-se principalmente à Companhia União Fabril (CUF), que produzia o ácido sulfúrico, essencial na fabricação de fertilizantes. A instalação da fábrica no território leva ao crescimento de



120. Vista do fundo e vertente norte, São Domingos, GAMSD, 1908

urbanizações, configuradas e modificadas para acomodar as necessidades da exploração mineral. A paisagem local foi assim transformada pela exploração extratora, deixando para trás um legado de degradação ambiental, que evidencia a dicotomia entre o desenvolvimento económico e a sustentabilidade ambiental (Nunes, 2016). A contaminação do solo e as emissões poluentes causaram insatisfação entre a população, cuja produção agrícola era posta em causa pela poluição no solo. Em resposta às queixas endereçadas à Direção Geral de Saúde, a Circunscrição Mineira do Sul exigiu à empresa a adoção de medidas de mitigação ambiental, incluindo compensação financeira a conceder aos proprietários agrícolas.

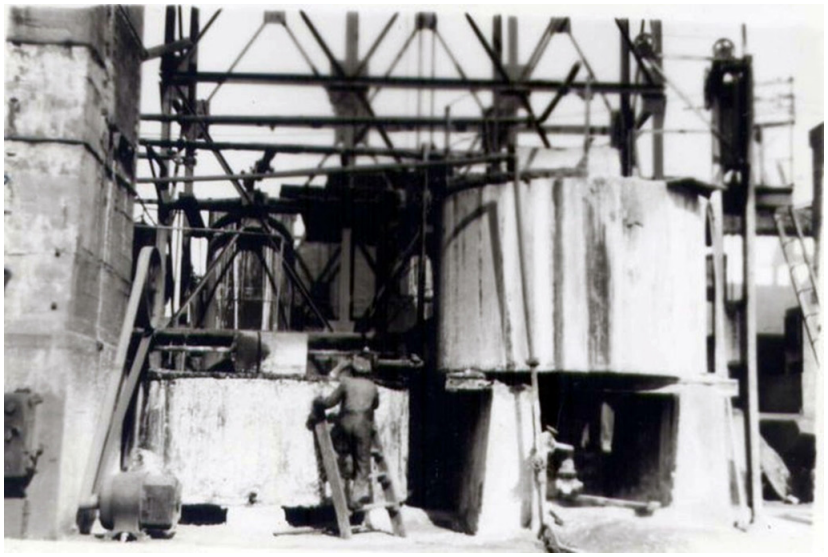
A contaminação dos cursos de água demonstrou-se problema persistente. Apesar do controlo por parte da empresa dos cursos de água residuais, associadas ao tratamento mineral, estas águas poluídas eram libertadas nos rios Chança e Guadiana, em épocas de cheias, afetando a pesca local. Isto condicionava não só a atividade piscatória próxima da mina, como igualmente a das povoações dependentes do rio Guadiana, levando até ao pagamento de elevadas indemnizações aos pescadores de Vila Real de Santo António, a jusante. No funcionamento interno da mina, o acumulado de água ácida, derivado do contacto da



121. Águas Poluídas da Mina de São Domingos, São Domingos, Luís FBP, 2016

água pluvial com as pirites, gerava a chamada "água-forte", que era bombeada para a superfície e parcialmente utilizada na fábrica de enxofre. Apesar do pressuposto controlo desta água contaminada, a poluição na Ribeira do Chança persistia, prejudicando a fauna aquática e a agricultura da região (Nunes, 2016).

Apesar dos danos ambientais, a Mina de São Domingos era vista como dispositivo impulsionador do progresso económico. A sua presença levou à discussão para a abertura de uma escola industrial, tal como o incentivo a pequenas indústrias, diminuindo a dependência da região na indústria mineradora, e garantindo a resiliência da população, caso a mina se esgotasse. A Mina de São Domingos, tal como outras áreas mineiras da Faixa Piritosa Ibérica, passaram por ciclos de desenvolvimentos – e obsolescência – semelhantes, com a prosperidade inicial associada à disponibilidade mineral local. Com o eventual esgotamento do filão, ocorre o inevitável abandono infraestrutura, até à data sem um plano de reconversão sustentável. Ao contrário das explorações mineiras modernas, que têm planos concisos de manutenção e monitorização após o encerramento, as antigas minas da região foram abandonadas sem fazer valer qualquer responsabilidade ambiental, decorrente da sua atividade. Estas



122. Pormenor da Fábrica da Achada do Gamo, São Domingos, John Higgins, 1955

estruturas transferem agora a responsabilidade ao Estado, que enfrenta grandes desafios de mitigação dos impactos destas minas, tanto a nível ambiental como a nível social (Nunes, 2016).

O progresso técnico e científico, apesar de prometer avanços tecnológicos e económicos, contribui para o esgotamento dos recursos naturais associados a sistemas paisagísticos geralmente sensíveis, ameaçando não só a preservação da fauna e flora da região, como a sobrevivência das atividades humanas. As Minas de São Domingos, cujos impactos afetam a região em que se inserem, correspondem a uma amostra da extensa exploração extratora implantada em todo o mundo, cujas consequências nos seus territórios são multiplicadas à escala global, colocando em causa a manutenção dos recursos disponíveis para a população mundial, que depende de uma gestão sustentável e holística. Os impactos ambientais do processo de industrialização e as catástrofes ambientais associadas às mudanças climáticas colocam em causa a sobrevivência de comunidades, especialmente as mais vulneráveis social e economicamente, vítimas do desenvolvimento incontrolado da exploração industrial dos últimos séculos, mantida nos seus moldes insustentáveis, em nome do progresso tecnológico e económico (Nunes, 2016).

4.2.3. São Domingos e Mira de Aire

A Mina de São domingos é um exemplo da capacidade da intervenção humana, à qual corresponde a deterioração do meio natural onde ocorre, com consequências em diferentes escalas, reforçando a importância de políticas de desenvolvimento sustentável a acautelar exploração de recursos naturais. O planeamento a longo prazo deve levar ao desenho de novas legislações de proteção ambiental e de controlo de riscos associados às indústrias extratoras, evitando as consequências deteriorantes para o ambiente da sua atividade.

O abandono das estruturas das Minas de São Domingos levanta inúmeras questões sobre a mitigação dos impactos ambientais, aquando da obsolescência dos edifícios fabris, tal como dos seus equipamentos técnicos e infraestruturas associadas. É essencial a conceção dos edifícios industriais incorporar a sua pressuposta obsolescência, consagrando planos temporais de longo prazo, em sintonia com o contexto geográfico e natural em que as indústrias se inserem. É claro que o desenvolvimento da indústria de extração e transformação de recursos geológicos e naturais implica a criação e aplicação de políticas e estratégias de gestão territorial concisas, que lidem com as consequências físicas e sociais inerentes à sua atividade. Do mesmo modo, o desenvolvimento da indústria transformadora, e neste caso a têxtil, apesar do seu impacto ambiental ser menos violento para o território, quando comparado com a indústria mineira, implica o acesso e a gestão de recursos naturais associados a ecossistemas sensíveis, que devem ser preservados a longo prazo.

Em Mira de Aire, a permeabilidade do solo e a dificuldade de acesso a água para a indústria, implicou a abertura de furos de acesso aos lençóis de água subterrâneos. Esta água, usada maioritariamente no tratamento e lavagem dos produtos têxteis, produz um afluente rico em químicos, prejudicial para o sistema ecológico onde a vila se insere, e para os seus habitantes. A



123. Instalações devolutas da Achada do Gamo, São Domingos, autor desconhecido, 2022



124. Armazém devoluto da Sociedade Industiral de Mira de Aire, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

manutenção destas estruturas é essencial para a mitigação dos impactos ambientais causado pela ocorrência de acidentes, como o vazamento desta água no sistema infraestrutural de água potável, o que comporta graves consequências para a saúde da população. Apesar de, em Mira de Aire, não ocorrer o uso histórico de força hidráulica para o movimento das máquinas, nos inúmeros casos em que a fábrica se implanta nas margens de rios para este efeito, é ocorrente a poluição do seu curso pelos afluentes, ou resíduos produzidos pelas indústrias. No caso da indústria têxtil, a proximidade física das tinturarias a cursos de água (pelo melhor acesso à mesma), representa um grande risco ambiental, na eventualidade de derrames de químicos nos rios, impactando a fauna aquática, a flora ribeirinha e as populações que dependem das mesmas.

O uso cada vez maior de materiais sintéticos na produção industrial têxtil, associada à facilidade de produção e à obtenção do preço mais competitivo, implica uma acrescida preocupação na gestão dos resíduos associados à sua transformação. O descarte de material inorgânico proveniente destas indústrias implica o planeamento do seu processo de descarte, que deve ter em consideração a sua reciclagem e/ou reutilização, impedindo assim a poluição de ecossistemas naturais sensíveis.

Quanto às estruturas fabris devolutas, no caso das Minas de São Domingos, os edifícios e ferramentas associados à extração mineira foram, ao longo do tempo, desmantelados e vendidos como sucata. Este processo não surge tanto como uma tentativa de restauro da paisagem (que fica perpetuamente transformada pela exploração extratora), mas sim uma forma de mitigação da dívida associada ao processo de falência. O que resta no território são ruínas industriais de grande expressão no território, que apesar do forte impacto do ponto de vista histórico, como património arqueológico industrial – cooptando o surgimento

de uma atividade turística associada à atividade mineira –, se percebem "demasiado" especializadas na sua configuração técnica, dificultando o recondicionamento futuro como potenciais motores de reativação local, ou a compatibilização com novos programas de reutilização.

No caso de Mira de Aire, as fábricas vazias inscrevem-se numa rede estrutural com grande expressão no território. O abandono destas estruturas, outrora representantes da identidade local, perpetua o sentimento de abandono territorial sentido pela população da vila. A perpetuação do seu estado devoluto tem consequências, tanto no foro urbano e infraestrutural, como na condição psicológica e socioeconómica decorrentes, situação potencialmente reversível com a reativação destas estruturas. As suas características espaciais potenciam a reapropriação alternativa, tendo em conta as tipologias espaciais de generosa escala e polivalência funcional. A gestão dos edifícios fabris e das suas ferramentas torna-se essencial para a mitigação dos impactos ambientais e sociais das mesmas: potenciando um novo crescimento destes locais, através da sua reinserção no tecido socioeconómico local, asseguram-se renovadas possibilidades às gerações futuras.



125. Instalações devolutas da Mina de São Domingos, São Domingos, autor desconhecido, s/d



126. Produtos têxteis da Fábrica Newplaids, Lda., Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

4.3. COVILHÃ E A LÃ

4.3.1. Indústria: geradora de urbanidade

Os privilégios concedidos à Covilhã ao longo de diferentes reinados sugerem a importância estratégica e política da região, principalmente devido à sua posição geográfica: tratando-se de uma transição serrana, permitia maior facilidade na expansão do reino. Durante o reinando de D. Sancho I, a então vila recebeu privilégios consideráveis no âmbito das políticas de povoamento, que visavam atrais e promover a fixação de população. Nesse período, a região da Covilhã já se mostrava como um importante polo sociopolítico, servindo como um burgo com papel organizador da região. A sua importância sociopolítica materializava-se na exploração de oficinas artesanais, especialmente de lanifícios (Vaz, 2021).

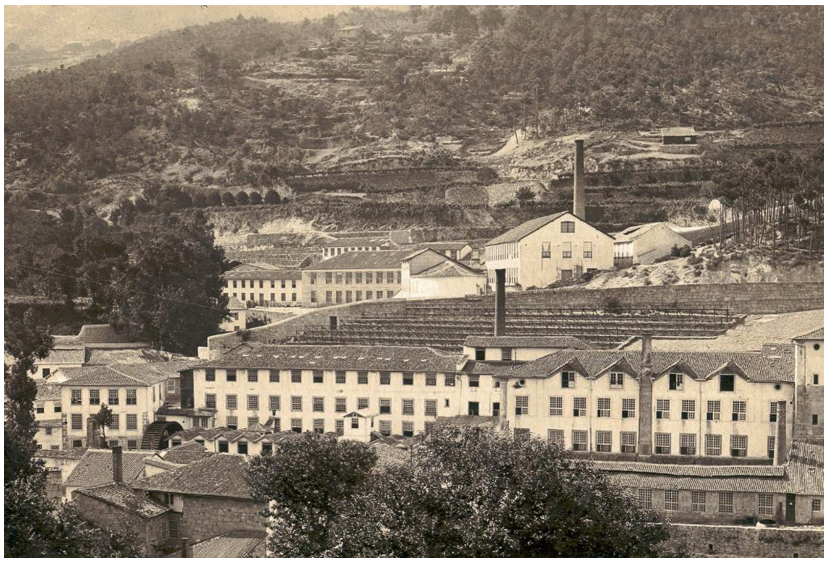
A economia da Covilhã foi impulsionada pela transumância , que favorecia uma atividade agro-pastoril. A cidade teria beneficiado das planícies a sul e da divisão sazonal das plantações, facilitando a alternância entre a produção agrícola e as pastagens. A importância da prática agro-pastoril era também um indicativo da interdependência entre os pastos do Sul e a criação de gado serrano, que gera as condições para o desenvolvimento de uma indústria de lanifícios. Esta atividade começa a firmar-se no século XV, quando surgem os primeiros teares na vila. A combinação de um aumento demográfico, a garantir disponibilidade de mão de obra qualificada, e empresários locais com a possibilidade de realizar investimento industrial, consolidaria a Covilhã como um concelho de forte teor comercial (Vaz, 2021).

No final do século XVII, sob a proteção do Conde da Ericeira, a indústria de lanifícios recebeu um forte impulso, com a abertura da Fábrica-Escola, que introduzia técnicas e mão de obra estrangeira, nomeadamente mestres e artesão de países como a Franca e Itália, a ensinar e a modernizar a produção local. A fábrica contava com uma grande força de trabalho, tanto

operários como administrativos, o que despoletou a criação de uma classe empresarial local. Em 1764, o Marquês de Pombal funda a Real Fábrica de Panos, no âmbito da política de fomento por ele impulsionada, transformando a Covilhã num centro produtivo de grande relevância nacional (Vaz, 2021).

A indústria têxtil na Covilhã foi apoiada diretamente pelo Estado, com políticas que limitavam a concorrência externa e incentivavam a produção nacional, como por exemplo, comissariando ali a produção de todas as fardas do exército, exclusivamente produzidas na Covilhã, a mandato de D. João V. No entanto, o sucesso da indústria da lã provém da iniciativa local dos industriais covilhanenses, que modernizaram os equipamentos e fundaram a Escola industrial em 1864, comprovando a vitalidade do setor (Vaz, 2021).

Apesar do dinamismo da Covilhã, esta só se tornaria cidade em 1870, não se justificando elevação administrativa anterior pela pouca presença política e religiosa na vila. Desde essa data que a Covilhã passou a ser conhecida como "cidade-fábrica", lugar onde a indústria moldava não só a economia, mas o desenvolvimento urbano e cultural do local. Neste período, a prosperidade da recém-cidade foi marcada por uma maior

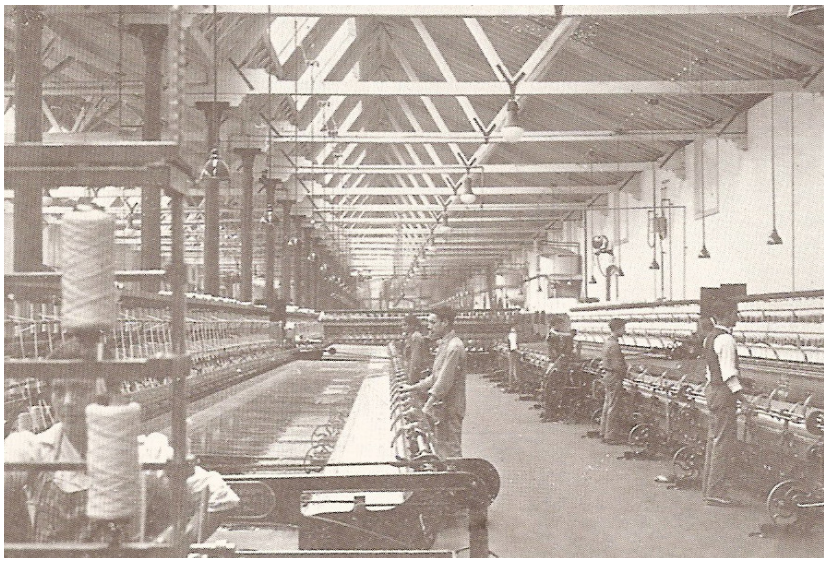


127. As fábricas de lanifícios da Covilha, Covilhã, autor desconhecido, s/d

autonomia administrativa (Vaz, 2021)

Ao longo do século XX, a Covilhã manteve-se como polo industrial relevante, mas a partir da década de 1960, a crise no setor de lanifícios começou a acentuar-se, devido à grande dependência dos mercados estrangeiros para obtenção dos recursos produtivos, e pela dificuldade sentida face concorrência internacional no escoamento da produção, especialmente com a ascensão de fibras sintéticas. Com a adesão de Portugal à EFTA, que resultava numa mais crescente pressão competitiva internacional, muitas das fábricas locais acabaram afetadas: por não adotarem processos de modernização que acompanhassem o ritmo europeu e global da produção, não conseguiam responder à demanda cada vez maior de produtos (Vaz, 2021).

Nos anos de 1980, o declínio industrial da Covilhã levou a uma crescente terciarização da economia, com a expansão do setor de serviços e a diversificação da estrutura social. A cidade passou a integrar mais intensamente um sistema urbano distendido, favorecido pela acrescida qualificação escolar da população. A mudança do perfil socioeconómico da cidade refletiu-se na perda da hegemonia da indústria têxtil, transformando a Covilhã,



128. Interior da Fábrica Transformadora de lã, Lda., Covilhã, distribuição por Drogaria Pedroso, ca. 1930

de cidade predominantemente proletária, a uma sociedade mais diversificada, orientada para o setor terciário (Vaz, 2021).

4.3.2. A cidade pós-industrial

A criação da Universidade da Beira Interior (UBI), em 1986, marcou o início de um novo ciclo para a Covilhã, trazendo profundas transformações a nível económico, social, urbano e cultural. A universidade não só consolidou o setor terciário da economia local, como também ampliou a diversidade social da população, com a chegada de estudantes e profissionais oriundos de diferentes regiões do país, e do mundo. A universidade desempenhou o papel de um agente estruturador, impulsionando a redefinição das estratégias locais e reforçando o poder simbólico, social e político da cidade. A presença da UBI tornou-se uma peça central na identidade local, projetando uma imagem moderna e dinâmica da Covilhã. A universidade, com o seu foco na inovação e na investigação, facilitou a implementação de políticas de consolidação urbana, atraindo população mais nova e heterogénea (Vaz, 2021).



129. Pólo principal da Universidade da Beira Interior, Covilhã, autor desconhecido, 2007

Ao promover representações da cidade que combinam elementos históricos com uma visão direcionada para o desenvolvimento, a presença da UBI alterou significativamente o imaginário local. Enquanto a memória coletiva mantém uma forte conexão com o seu passado industrial, a universidade torna-se um ponto de referência para projetar no futuro a imagem da cidade. A inserção de população estudantil altera profundamente a vida quotidiana, dinamizando a economia local, especialmente no setor privado e comercial, e ampliando as interações sociais, gerando um ambiente mais cosmopolita. Ao receber diversos indivíduos de várias regiões e países, ocorre uma reconfiguração espacial e social da cidade, que se torna mais aberta à diversidade cultural. Estas novas dinâmicas não só rejuvenescem a cidade, como abrem caminho para a exploração de novas oportunidades socioeconómicas, lúdicas e culturais (Vaz, 2021).

A arquitetura desempenhou um papel central na reconfiguração da cidade. A implantação da UBI junto da histórica Real Fábrica de Panos, recondicionada para receber os programas espaciais de uma universidade, enquanto mantém os traços arquitetónicos originais, refletem uma ideia de rejuvenescimento estrutural,



130. Universidade da Beira Interior, Covilhã, autor desconhecido, 2009

onde a história do local é apropriada para o processo de reestruturação e revitalização. Projetos de arquitetos como Bartolomeu Costa Cabral e Teotónio Pereira, relacionados com a UBI e o programa Polis Covilhã, demonstram a importância de intervenções urbanísticas que respeitam o património construído e a paisagem local, enquanto introduzem soluções contemporâneas e sustentáveis (Vaz, 2021).

A UBI insere-se num novo contexto pós-industrial, ajudando a transformar a Covilhã numa cidade multifuncional, com novas condições sociodemográficas e espaciais. A dimensão média da Covilhã torna-a num exemplo para o desenvolvimento de cidades com a mesma dimensão, onde o florescimento de indústrias criativas possibilita a regeneração da economia, enquanto se reforça as identidades locais. Do ponto de vista da ecologia, a Covilhã serve como exemplo claro de como as políticas de urbanismo podem ser orientadas para a valorização do meio ambiente e do capital territorial. A UBI, juntamente com outras iniciativas locais, contribui para essa visão, promovendo um urbanismo onde o cidadão toma um papel central nas transformações socio espaciais, respeitando o ambiente natural e fomentando uma participação ativa da comunidade no planeamento e gestão da cidade (Vaz, 2021).

A Universidade da Beira Interior funciona como catalisador para a regeneração urbana da Covilhã, impulsionando novas formas de interação social, inovando no uso do espaço urbano e contribuindo para a criação de uma identidade cultural e científica de grande projeção territorial. O futuro da Covilhã está intrinsecamente ligado à capacidade de integrar essas novas dinâmicas sociais, culturais e ambientais, permitindo o florescimento sustentável e inclusivo da cidade.

4.3.3. Covilhã e Mira de Aire

A vila de Mira de Aire partilha a história que despoletou o desenvolvimento industrial na vila e que remonta ao início do século XIX, com a cidade de Covilhã. A chegada das fábricas covilhanenses, geridas por mirenses, a Mira de Aire, significou uma grande migração de força de trabalho da Covilhã, que se instalava e enraizava na vila, cimentando a conexão entre ambos os locais. Atualmente, grande parte dos habitantes de Mira de Aire descende de trabalhadores covilhanenses e a sua presença na vila impulsionou o desenvolvimento da mesma.

A movimentação de trabalhadores associada à transferência de produção para locais mais suscetíveis de rentabilizar, reativa o tecido social e permite a criação de novas relações interpessoais entre habitantes de diferentes realidades. Uma população heterogénea permite a criação de novas narrativas, como é visível em Mira de Aire, com a chegada de empresários e trabalhadores da Covilhã. O investimento em locais descentralizados com capacidade produtiva, torna-se, em primeira instância, um empreendimento com altos níveis de risco; porém, a longo prazo, a implantação das empresas nestas condições permite a criação



131. Compra das Peles, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1930

ACTIVIDADES MIRENSES NA COVILHÃ

Sua influência no desenvolvimento de Mira de Aire

No momento em que festejamos tão calorosamente as bodas de prata da nova nomenclatura e da elevação à categoria de vila da nosse terra — acontecimento de alto significado com que os Poderes Públicos consagraram a obra de real desenvolvimento já então verificada e que marcaram o início do período de extraordinário progresso que fez de Mira de Aire um caso excepcional de rápido desenvolvimento urbano — é justo realçar a fundamental importância que, tanto directa como indirectamente, tiveram nesse desenvolvimento as actividades mirenses na Covilhã.

Na total falta de recursos naturais susceptíveis de exploração, o espírito insatisfeito e empreendedor dos habitantes da pequena povoação encastoada nos fraguedos desta aba da Serra de Aire levou-os a procurarem, em diversos pontos do país, as actividades lucrativas que lhes minguavam no torrão natal.

É de supor que os primeiros mirenses saídos da sua terra em busca de melhores ganhos se empregassem em trabalhos humildes, nomeadamente na agricultura. Porém, os costumes de uma vida essencialmente pastoril, como é de admitir, dada a antureza do terreno que lhes serviu de berço, cedo levou alguns a dedicarem-se à cardação da lã pelos primitivos processos usados numa época em que grande parte desta útil matéria prima era inteiramente transformada em incipiente regime de indústria caseira. De cardadores ambulantes depressa se transformaram em pequenos negociantes de lã. E o desenvolvimento natural desses pequenos negócios, conduzidos por homens de rija têmpera e vontade indómita, conduziu-os à procura dos mercados mais convenientes para a colocação da mercadoria.

O tempo que este fenómeno levou a processar-se não é conhecido com exactidão, mas não será difícil situá-lo em toda a sua extensão dentro do século passado e até aos alvores do presente, pois os primeiros mirenses que surgem a negociar lãs na Covilhã apar cem aqui pouco antes da guerra 1914-1918. A esses podemos, com inteira razão, denominá-los como verdadeiros pioneiros porque o seu exemplo e a sua acção iriam ter uma enorme influência no formidável surto progressivo da nossa terra, verificado nos últimos 40 anos. E é justo lembrar os nomes de alguns deles, não se devendo levar-nos a mal a omissão de outros que, porventura, igualmente aqui devessem ser lembrados, visto não se coadunar com a natureza deste restrito trabalho uma completa e rigorosa averiguação.

Surgem-nos, assim, na Covilhã, como primeiros mirenses comerciantes de lã, Sebastião do Rosário Pimpão, Joaquim Dias Justo e João Dias Carreira, imediatamente seguidos de uma numerosa plêiade, dos quais destacamos dois que foram os mais fortes impulsionadores do desenvolvimento industrial de Mira de Aire e, como consequência, do seu rápido progresso em todos os campos. São eles José dos Santos Moleiro e Manuel Dias Justo, prematuramente desaparecidos do número dos vivos e quando muito havia ainda a esperar das suas extraordinárias faculdades e do seu inquebrantável bairrismo.

Na verdade, foi por puro bairrismo que estes dois homens, embora a alguns anos de distância, deixaram a sua actividade comercial na Covilhã para, contra tudo o que parecia indicado, virem montar na Mira os dois primeiros e verdadeiros empreendimentos industriais, à semelhança dos muitos existentes na Covilhã, os quais foram exemplo frutificante para outros e constituem hoje essas pujantes realidades da indústria de lanifícios que são a Sociedade Industrial de Mira de Aire, Ld.ª, e a Fiandeira Mirense. Também outro mirense, já infelizmente desaparecido, António Dias Baptista, seguindo o exemplo daqueles, a breve trecho deixou a Covilhã para se fixar na nossa terra, onde lançou os alicerces daquilo que é hoje outro vultuoso empreendimento industrial — a Fábrica Vitória.

Mas se foram de primordial importância para o progresso de Mira de Aire estes empreendimentos aqui levados a efeito por puro bairrismo, visto que tudo aconselhava a sua feitura na Covilhã, os mirenses que não deixaram este centro industrial ou que, até, depois, ali se vieram a fixar, não deixaram também de contribuir com uma larga quota para o desenvolvimento da nossa terra, quer porque muitos deles aqui mantêm e desenvolvem vastos interesses, quer porque têm conservado sempre bem vivo o seu indefectível bairrismo, compartilhando em larga escala em todos os melhoramentos de interesse público aqui levados a efeito.

Por outro lado, sem terem deixado de ser mirenses da mais pura gema, igualmente têm dado forte contribuição para o sempre crescente progresso industrial da Covilhã e é honroso motivo de orgulho vermos o lugar destacado e respeitado que alguns ocupam na Manchester Portuguesa, onde edificaram algumas das maiores empresas, tanto industriais como comerciais, ali hoje existentes. Por isso, nos parece também ser justo ficar aqui uma pequena resenha de todos os mirenses que, presentemente, exercem actividades industriais e comerciais na Covilhã.

Destaca-se, em primeiro lugar, a Nova Penteação e Fiação da Covilhã, Ld.ª, por ser proprietária da maior fábrica de lanifícios daquela cidade e, possìvelmente, do país. Fundada em 1935 por Sebastião dos Santos Rosa, Adolfo dos Santos Rosa, Manuel Justo da Conceição e Adriano Dias Justo, é hoje propriedade daqueles três primeiros mirenses e dos também mirenses José Capaz Ramos e herdeiros de Manuel Constantino Carreira, estes representados por Manuel Mendes Carreira. Ocupa, presentemente, 700 operários e empregados e tem em curso importantes obras de ampliação que mais ainda a vêm valorizar. Exercem a gerência aqueles sócios coadjuvados pelos engs. Artur Lã Rosa e Aníbal Dias Ramos, Dr. João Francisco Lã e Delfino Lã Rosa, todos mirenses da nova geração.

Inteiramente mirense é também a firma Rosa & Companhia, constituída pelos filhos e genros de Sebastião dos Santos Rosa e Adolfo dos Santos Rosa e dirigida por Dionildo Constantino Rosa, Albano Constantino Rosa, Delfim Constantino Rosa e Dr. Francisco de Almeida. É proprietária de uma fábrica de tecelagem de lanifícios e de armazéns de fios para «tricot» na Covilhã e Lisboa.

Existe também uma outra fábrica de cardação e fiação de lãs pertencente só a mirenses — Eduardo Justo da Conceição, Joaquim Justo da Conceição e Idalino Justo da Conceição.

Há ainda várias firmas industriais a que estão associados outros mirenses.

Assim, da Empresa Transformadora de Lãs, Ld.ª, proprietária de uma das grandes e mais antigas fábricas de penteação e fiação da Covilhã, é sócio José Dias Carreira. Da Firma Ferreira & Conceição, com fábrica de tecelagem, é sócio João Justo da Conceição. E da firma Alçada & Rosa, Ld.ª, com fábrica de cardação, fiação e tecelagem, também é sócio Albano Constantino Rosa.

No comércio das lãs, importantíssima actividade paralela da indústria de lanifícios, marcam, igualmente, alguns mirenses um destacado lugar, tais como José Dias Carreira — que alia à qualidade de comerciante e industrial a de grande benemérito — os filhos de Agostinho Dias Carreira, Arnaldo e José da Silva Carreira, e Joaquim Justo da Conceição, todos eles dos maiores comerciantes de lãs da Covilhã.

Dedicam-se também, com certo relevo, ao comércio de mungos, desperdícios e fios industriais os mirenses Adriano Justo da Conceição e José Noivo Martins, dedicando-se aquele também à indústria de trituração de fios.

Finalmente, há que referir os irmãos Arnaldo e Manuel Silva, proprietários da «Casa Silvas», estabelecimento comercial de fanqueiro, solas e cabedais.

* * *

Não desejamos terminar esta «notícia» sobre as actividades mirenses na Covilhã sem uma referência de justo louvor ao trabalho covilhanense em Mira de Aire, ainda que muito sucinta.

Na verdade, desde que José dos Santos Moleiro montou a primeira fábrica e trouxe com ela os primeiros operários da Covilhã, não deixou de haver na nossa terra braços covilhanenses em útil e honrada actividade laboriosa.

Quer tenham sido simples operários ou técnicos especializados, muito lhes deve Mira de Aire, pois, sem eles, não teria sido possível criar e desenvolver a indústria de lanifícios neste recanto, outrora pobre e ignorado, da Serra de Aire, onde só a indómita vontade de homens de rija têmpera e acendrado amor ao torrão natal teria conseguido realizar a formidável obra que é Mira de Aire — a Mira dos nossos dias.

Dr. João Francisco Lã

Do Minho ao Algarve

Além da Covilhã, centro onde vive talvez a maior colónia mirense, muitas outras terras de Portugal beneficiam da presença dos filhos de Mira de Aire. Desde o Minho ao Algarve, entregue às mais variadas profissões, o mirense sabe impôr-se onde quer que chega, pelas suas virtudes naturais, pelo seu espírito de iniciativa e pelo amor ao trabalho. Alhandra, Amiais, Beja, Aldeia Nova de S. Bento, Barreiro, Bucelas, Cacém, Coimbra, Caldas da Rainha, Caria, Loures, Malveira, Minde, Montijo, Vidigueira, Grândola, Fuzeta, Marmeleiro, Póvoa de Santo Adrião, Paço de Arcos, Portimão, Cova da Piedade, Castelo Branco, Elvas, Faro, Lisboa e Porto, são um longo rosário de terras portuguesas que muito podem contar dos filhos de Mira de Aire.

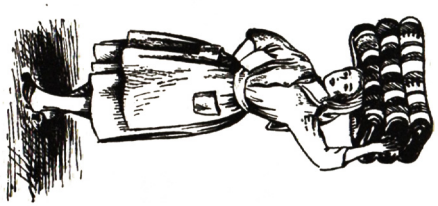
Em muitas ocupam eles lugares de relevo, pela importância dos seus estabelecimentos comerciais e nível da sua vida económica e financeira, como Lisboa e Faro. Não podemos entretanto descrever com pormenores as actividades mirenses ao longo de Portugal. Melhor do que nós, fala a colaboração que todos prestaram a este número especial dedicado à terra natal.

132. Atividades Mirenses na Covilhã, Mira de Aire, Jornal de Mira de Aire, 1958

e desenvolvimento de novas redes comerciais e financeiras, impulsionando a economia regional a diferentes níveis. A criação de estruturas económicas locais é essencial para a resiliência dos locais apartados dos centros urbanos, formando economias com base em ligações com o contexto em que se inserem, e que abrem portas a potencialidades de crescimento muito mais ricas, onde a ligação entre os diferentes agentes económicos e sociais se acaba por expressar nos modos de produção, na capacidade de reprodução social, e no enriquecimento da cultura local.

Tanto a Covilhã como Mira de Aire partilham uma história de crescimento industrial, seguido de uma quebra na produção, que resultou na falência de grande parte das empresas e no abandono das estruturas fabris de suporte. O seu património material e espacial partilha grande potencial na perspetiva da recuperação e recondicionamento, oferecendo-se como potencial catalisador para dinamizar a reativação local e contribuir para o crescimento social e económico das comunidades. A Covilhã, com a instalação da UBI nas antigas fábricas, comprova que o investimento no património fabril como recetor de novos programas culturais, educacionais e económicos, resulta no desenvolvimento dos locais em obsolescência, comprovando-se como exemplo a seguir para um futuro investimento na estrutura devoluta da vila de Mira de Aire.

133. Gravura de Mercadora de Tecidos, Mira de Aire, autor desconhecido, s/d



05. UM FUTURO COMUM

Ao propor estratégias de revitalização para Mira de Aire, promove-se o desenvolvimento de um futuro inclusivo e sustentável. A organização cívica e política é essencial para o fortalecimento do espírito comunitário, desafiando políticas centralizadoras e pensando nos benefícios de promover o regionalismo. Novas estruturas de governança local permitem aproximar a comunidade das tomadas de decisões locais, tornando-as protagonistas do seu próprio futuro, mais resiliente diante aos desafios sociais e económicos que se prefigurem.

A revitalização das estruturas fabris devolutas torna-se, como consequência, uma das principais ações para promover a reativação da vila. Ao dar ênfase ao valor cultural, infraestrutural e cívico destas estruturas, reverte-se o simbolismo da sua presença, deixando de representar a decadência socioeconómica do local e passando a simbolizar a permanência, a inovação e a construção de comunidade. A transformação destes edifícios em estruturas úteis para a contemporaneidade contribui para a resolução das crises atuais do desemprego, e do êxodo rural. Ao resgatar o seu património industrial, Mira de Aire garante um desenvolvimento escorado na sua identidade histórica e cultural.

Do mesmo modo, a gestão ecológica e comunitária dos bens comuns, enfatiza o papel das infraestruturas naturais e ecológicas na economia local. Ao se desenvolver uma gestão territorial sustentável, em que a comunidade assume a responsabilidade pela preservação e utilização dos recursos naturais, garante-se o desenvolvimento local em sintonia com o ecossistema. Tudo isto permite a delineação de um possível futuro para Mira de Aire, onde a revitalização da estrutura, a participação ativa da população na sua governança e na gestão dos recursos naturais, possibilitam a projeção de um futuro em que a tradição, a modernidade, a democracia e a sustentabilidade coexistem simbioticamente.



134. Sede da associação Mata Jovem, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

5.1. RESILIÊNCIA E ESCALA

5.1.1. Métodos para a resiliência territorial

A resiliência trata da capacidade de incorporar a aplicação de fatores externos que alteram o seu equilíbrio, a um dado ecossistema. Este conceito é aplicável em vários âmbitos científicos: o ramo da física, da ecologia, da biologia utilizam esta característica para o estudo da resistência, estabilidade ou adaptação de um objeto ou sistema. Do ponto de vista da territorialidade, a resiliência convoca a adaptabilidade de um dado lugar ou região, quando são impostos fatores disruptores, como catástrofes naturais, perda de biodiversidade, crises económicas, com perda de população. A forma como uma região se adapta a tais fatores externos, que a colocam sob uma situação de pressão ou crise, é essencial para a definição de estratégias que facilitem a recuperação da mesma (Gonçalves, 2018).

O tipo de resiliência, a informar como partes do território se adaptam a situações de crise, pode ser vista de três perspetivas diferentes: 1) resiliência territorial pró-resistência flexível; 2) resiliência territorial pró-interdependência sistémica; 3) resiliência territorial pró-adaptabilidade evolutiva (Gonçalves, 2018). Estas três perspetivas partem de princípios científicos associados a diferentes áreas da ciência, que informam sobre a utilização de métodos mais adequados para cada território, tendo em conta as suas características inerentes – como são caso a paisagem, a economia, a cultura, a população e a participação cívica.

A definição da estratégia a adotar para o desenvolvimento futuro de Mira de Aire é essencial para a seleção de intervenções e alterações a aplicar na região, permitindo antecipar, com maior ou menor previsibilidade, tendências de crescimento que poderão ocorrer aquando da aplicação dessa estratégia.

A resiliência territorial pró-resistência flexível refere-se à capacidade de um território suportar pressões externas, e retornar ao seu estado original após a remoção da pressão. A resiliência pela resistência é a capacidade de uma região, cidade ou comunidade de recuperar o seu estado anterior após ser impactada por uma crise ou evento disruptivo. É caracterizada pela estabilidade e busca por um estado de equilíbrio anteriormente alcançado, ou seja, que o território volte ao estado de desenvolvimento que tinha antes do impacto. Isto significa que o território deve resistir a perturbações, tentando voltar ao seu pondo de equilíbrio, como se seguisse um único caminho ou objetivo de desenvolvimento (Gonçalves, 2018).

Este tipo de resiliência é frequentemente aplicado a contextos como desastres naturais ou crises económicas, onde o objetivo é restaurar as condições anteriores. A abordagem pressupõe que há um ponto ótimo de equilíbrio, e que se deve trabalhar o território para que este retorne a esse ponto prévio, utilizando-se estratégias de mitigação e recuperação. Esta visão, no entanto, parte do princípio de que existe apenas um equilíbrio possível, ignorando diferentes caminhos de desenvolvimento e restringindo o sistema numa única direção (Gonçalves, 2018).



135. Água inunda as casa em Ninth Ward, Nova Orleans, Smiley N.Pool, 2005

No caso da resiliência territorial pró-interdependência sistémica, esta refere-se à capacidade de um território de se adaptar e persistir face a mudanças ou perturbações, enquanto reconhece a interconexão e interdependência entre os vários sistemas que compõem o território, como ecossistemas, infraestruturas, economias e comunidades. Este conceito propõe que o desenvolvimento de um território resiliente deve buscar, em vez de uma estabilidade rígida (resistência), a capacidade de adaptar-se a diferentes estados, funcionando dentro de múltiplas configurações de equilíbrio (Gonçalves, 2018).

Esta perspetiva refere-se à habilidade de um sistema, não apenas para resistir a distúrbios, mas também para evoluir e adaptar-se em resposta a essas mudanças, integrando elementos novos e imprevisíveis, de forma a preservar a integridade do sistema, como um todo. Esta resiliência não pode ser pensada de forma isolada, mas deve compreender as múltiplas interações de interdependências entre os diferentes subsistemas que formam um território. O planeamento territorial e a gestão de crises deve, além de restaurar um sistema após uma perturbação, considerar transformações necessárias para o tornar mais adaptável e sustentável a longo prazo (Gonçalves, 2018).

Finalmente, a resiliência territorial pró-adaptabilidade evolutiva consiste na capacidade de um território para se adaptar e evoluir mediante mudanças e crises, sem necessariamente voltar ao estado anterior. Em vez de tentar estabilizar ou retornar a uma situação passada, a resiliência evolutiva implica que um território seja capaz de responder a transformações, aprendendo e ajustando-se. Um território resiliente não apenas resiste a ruturas, mas ativa mecanismos de recuperação ou adaptação, seja para retomar o desenvolvimento anterior, ou seguir uma nova trajetória. Isto significa que, após uma crise, o território pode emergir como novo agregado de características e

oportunidades, adaptando-se às novas condições.

Este conceito rejeita a ideia de resistência ou retorno a um equilíbrio, focando-se na capacidade de adaptação contínua, e na evolução face a novos desafios. Envolve, no seu processo, a compreensão da complexidade e da interação entre diferentes fatores, como a gestão dos recursos naturais e das atividades humanas, assumindo a constante mudança dos sistemas (Gonçalves, 2018).

Sabendo-se as características das diferentes perspetivas de resiliência territorial, é possível delinear uma estratégia que se enquadre corretamente no contexto específico do lugar de Mira de Aire. As estratégias definidas neste capítulo final são definidas tendo em conta a perspetiva mais adaptável a novos futuros. Mira de Aire atingiu o seu apogeu industrial na década de 1960-70, onde as atividades industriais e serviços encontravam-se em maior rentabilidade, podendo ser considerado como um ponto de equilíbrio do sistema territorial de Mira de Aire. Simultaneamente, a falência da sua estrutura industrial, a perda de rendimentos e de emprego, o abandono das estruturas fabris e a migração resultante do processo de desindustrialização, aliado a constantes crises económicas, pode ser visto como um momento disruptivo, que coloca em causa a resistência socioeconómica e estrutural do território.

Ora, a produção industrial que permitiu este desenvolvimento encontra-se obsoleta, tendo em conta a conjuntura económica e tecnológica global, não havendo impulso suficiente (nem sequer desejo da comunidade) em voltar a operacionalizar as estruturas fabris nos mesmos moldes produtivos de há 50 anos: o paradigma industrial global implica que os ativos necessitam de operar num sistema económico extremamente competitivo e tecnológico, inseridos num sistema global estruturado, o que dificultaria uma reintrodução de uma indústria têxtil em Mira de

Aire; além disso, as implicações do trabalho fabril na reprodução social da vila, o labor intensivo e os baixos salários tornam o trabalho operário cada vez menos atrativo.[16]

Isto implica que a estratégia de resiliência territorial em Mira de Aire implica a adaptabilidade do seu sistema, e a sua interação com os sistemas territoriais adjacentes. O futuro de Mira de Aire baseia-se na captação de habitantes (através na reativação da economia local), na reconstrução de património abandonado e devoluto (com o seu recondicionamento e utilização de novas tipologias), e na construção de novas culturas e identidades (baseada na sua história, construída nos últimos séculos). A resiliência territorial da região implica, por isso, a capacidade do sistema lidar com momentos de crise, através da adaptação e evolução do território, crescendo numa nova trajetória – sendo, assim, pró-adaptável e evolutiva.

Em suma, pretende-se delinear uma estratégia territorial que tenha em conta as mudanças estruturais que ocorrem em Mira de Aire na atualidade, planeando um processo de recuperação ao longo do tempo. Este processo deve ser estruturado tendo em conta o tempo curto (as intervenções de menor custo, mas maior impacto) e o tempo longo (os ritmos de crescimento consequenciais inerentes às intervenções aplicadas ao longo do tempo). É necessário uma estratégia que tenha em conta tanto as necessidades infraestruturais e urbanísticas da vila, como o sistema de ruas e estradas, os espaços verdes, o zonamento



136. Estação Cooperativa de Casa Branca, Casa Branca, autor desconhecido, 2022

16. Ainda existem indústrias têxteis ativas em Mira de Aire, que viabilizam o emprego fabril, mantendo a importância na manutenção da economia local.

e a gestão dos recursos, as necessidades socioeconómicas da população, com a criação de novos postos de trabalho, a disponibilização de habitação acessível, a manutenção e construção de novas sedes culturais e a fixação de população. Esta estratégia deve inserir-se no contexto ambiental existente, através da interseção das intervenções urbanas e sociais com o sistema paisagístico que as envolve, seguindo uma perspetiva ecológica e participativa, em que a população se junta na manutenção dos recursos, dos ecossistemas, da agricultura e da paisagem, bens comuns de gestão partilhada.

5.1.2. A importância da escala

Num mundo cada vez mais global, onde a grande escala dos países, instituições, corporações e relações comerciais mostram-se como principal condição para o desenvolvimento, a escala do humano, pessoal, íntima, baseada na comunicação em vizinhança, e no contexto cultural em que o homem se insere, parece descartar-se como menos relevante.

Existe atualmente a aplicação de uma economia de escala, em que as indústrias e as empresas, tal como as nações, seguem uma tendência de aumento de tamanho, suportada no desenvolvimento da tecnologia moderna. Atualmente, existem organizações cuja de escala e poder de influência não encontra precedente na história da humanidade: a ideia de que o crescimento é inevitável, defendida por economistas neoliberais, respalda as tentativas de englobar cada vez maior quantidade de capital, resultante de distendidas relações políticas e comerciais (Schumacher, 2010).

No entanto, conseguimos também descortinar o surgimento de unidades de pequena escala, que prosperam e beneficiam enormemente a sociedade. Na verdade, as grandes organizações, ao alcançarem uma certa dimensão, seguem uma tendência de

divisão, em que as suas operações são divididas em unidades mais pequenas, semiautónomas e com as suas próprias direções e objetivos, mas coordenadas entre si. Uma organização em pequena escala oferece imensos benefícios práticos, como liberdade e a gestão humanizada.

Ambas as escalas, pequena e grande, são essenciais na manutenção e crescimento de uma sociedade: é necessária a organização de pequenas unidades autónomas, que funcionam no seu contexto específico e humanizado, enquanto se procura, numa escala maior, uma organização e coordenação no contexto global. Quando se olha para o meio de ação de uma organização, a humanização dos agentes que executam as ações é importante para o funcionamento da mesma; quando se pensa numa escala maior, é importante que a humanidade, nos seus diferentes contextos e culturas, consiga congregar-se nas ideias, nos princípios e na ética (Schumacher, 2010).

Porém, atualmente, sofremos de uma "idolatria universal do gigantismo". Esta idolatria é certamente um efeitos da aplicação da tecnologia moderna, principalmente na área dos transportes e comunicações. O avanço extensivo dos transportes e das comunicações gerou um fenómeno de "mobilidade excessiva" (a que Schumacher se refere como *footloosness*), que, apesar dos muitos benefícios que resultam da mobilidade generalizada, traz graves consequências para o tecido socioeconómico das nações. Esta movimentação excessiva afeta negativamente as estruturas sociais dos lugares, até então inerentes aos contextos moderadamente desconectados entre si (Schumacher, 2010).

Antigamente, as fonteiras políticas delimitavam a influência de um Estado, circunscrevendo as funções políticas e de soberania; estas fronteiras físicas, com a introdução generalizada dos transportes e das comunicações a nível global, apresentam-se irrelevantes para um crescente número de entidades comerciais



137. Lorenzetti- Allegoria Del Buon Governo, ano

e económicas. A movimentação de bens essenciais e de pessoas, outrora de grande custo económico e estrutural, implicava que as regiões necessitavam de gerar ligações económicas e comerciais prévias entre localidades vizinhas, que partilhavam o mesmo contexto paisagístico, produtivo e cultural. Isto levava à criação de estruturas sociais fortes e interdependentes, que construía relações sociais de grande importância para o desenvolvimento local (Schumacher, 2010).

À mercê da facilidade de transporte e comunicação, a estrutura local torna-se vulnerável e desprotegida, o que se repercute drasticamente no tecido social local. A introdução dos transportes em massa implica que as populações dos locais desconectados, que muitas vezes viviam em condições de precariedade e pobreza, reféns da sua condição geográfica e dos recursos disponíveis, ganharam a possibilidade de aceder a locais com melhores condições de trabalho, libertadores das atividades árduas – como a agricultura – que praticavam no local de origem. Ocorre, consequência de tal possibilidade, um movimento em massa para as grandes cidades, abandonando-se as zonas rurais e as pequenas aldeias, à procura de melhores condições de vida (Schumacher, 2010).

Nos EUA, por exemplo, estes movimentos são visíveis nas formações das chamadas metrópoles – muitas vezes produto de um crescimento patológico e hipertrófico – em que grandes extensões de território são totalmente ocupadas por habitantes que fugiam dos campos: casos de áreas urbanas entre Boston e Washington, São Francisco e San Diego, e a área periférica de Chicago. Estas áreas são totalmente urbanizadas, deixando o interior do país praticamente vazio, levando à sua transformação em áreas imensas de terra intensamente cultivada (Schumacher, 2010).

No caso de Portugal, a *footloosness* pode ser assinalada

como causa do esvaziamento do interior e do sul do país, e da grande urbanização do litoral centro e norte do país, podendo-se considerar o espaço urbano inserido entre Lisboa e Porto como uma megalópole – à escala portuguesa. Caso em que a distribuição geográfica assimétrica da população, e a falta de desenvolvimento a nível regional, se tornam grandes desafios da atualidade.

É essencial a criação de um novo sistema que priorize as pessoas em vez da obtenção de vantagens materiais e iniba a concentração de capital, focando-se a produção no desenvolvimento construído pelas massas, em vez da produção em massa que se mantém alheia às suas consequências na tessitura social e ambiental. A Revolução Científica e Tecnológica ofereceu à sociedade atual diversas ferramentas, que podem ser utilizadas para resolver os maiores problemas e crises da atualidade, como a pobreza, a fome, e a degradação humana que lhes corresponde. Mas isso implica um redireccionamento das políticas globais para a escala do ser humano, numa reorganização estrutural voltada para o indivíduo, os seus agrupamentos e para as pequenas comunidades. A solução para os problemas contemporâneos depende das realidades humanas, e a solução para a alienação, pobreza e frustração socioeconómica parte de uma análise económica humanizada, em que o capital seja visto como um subproduto do melhoramento da condição humana, e não como um objetivo em si mesmo (Schumacher, 2010). Se a economia não consegue, nos seus atuais moldes e tendências, resolver as principais dificuldades experienciadas pelo ser humano, em todas as suas escalas e consequências, então que se descarte a economia atual a favor de um novo começo.

5.1.3. A descentralização

Na conjuntura da atual sociedade globalizada, tende-se a priorizar o macro pensamento em lugar da microescala. Mira de

Aire, no concelho de Porto de Mós, do distrito de Leiria, da Região Centro, de Portugal, da Península Ibérica, da União Europeia, do Norte Global, do Planeta Terra. Nesta dilatação escalar, em que governos nacionais dependem de uma organização central como a União Europeia, perde-se a perspetiva do local. Um mirense é tanto um português como um europeu, e as leis que o regem vêm sempre de um nível hierárquico acima.

Portugal tornou-se parte de um sistema que o equaliza, como membro, a toda uma plenitude de outros países, e neste processo de redução administrativa, os contextos, a história, a economia e as necessidades específicas dos indivíduos de cada país, dispersos num território heterogéneo, perdem-se no barulho. No processo da democratização do território e do poder local, a divisão administrativa adquire um papel importante na capacidade de representação do indivíduo. Portugal é um país visto como extremamente centralizado, a "desproporcionalidade entre a administração central e a administração local" (Teles, 2021: 17) resulta num abandono estrutural e social de grande parte do seu território. Da maior cidade à mais pequena aldeia, a descentralização cumpre um papel importante na capacidade de representatividade da população em toda a escala territorial.

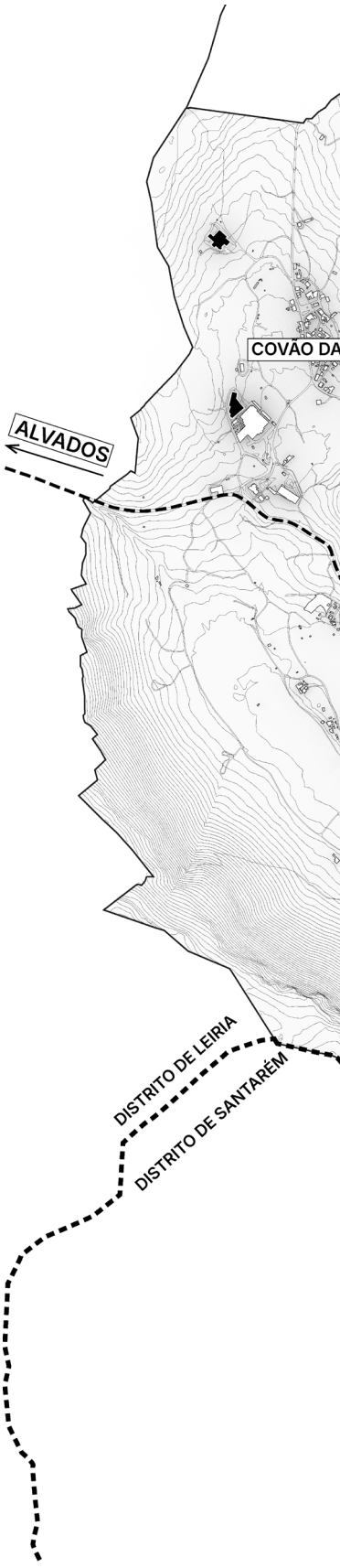
A descentralização é muitas vezes confundida com a desconcentração. A desconcentração corresponde à coesão na capacidade decisiva num certo nível hierárquico, mas dentro de um mesmo sistema ou organismo (trata-se de uma questão interna, dependente da vontade ou interesse do nível hierárquico superior). A descentralização, por outro lado, supõe a construção de um organismo distinto, com capacidade de decisão, recursos e normas de funcionamento próprio, que responde e funciona em relação com um governo central (Boisier, 2004). No contexto liberal atual, a descentralização social materializa-se sobre o princípio político de subsidiarização, em que cada organização social intervém no seu próprio âmbito territorial – ou funcional –,

transferindo a sua produção acima da estrutura hierárquica, i.e., um governo central (Boisier, 2004).

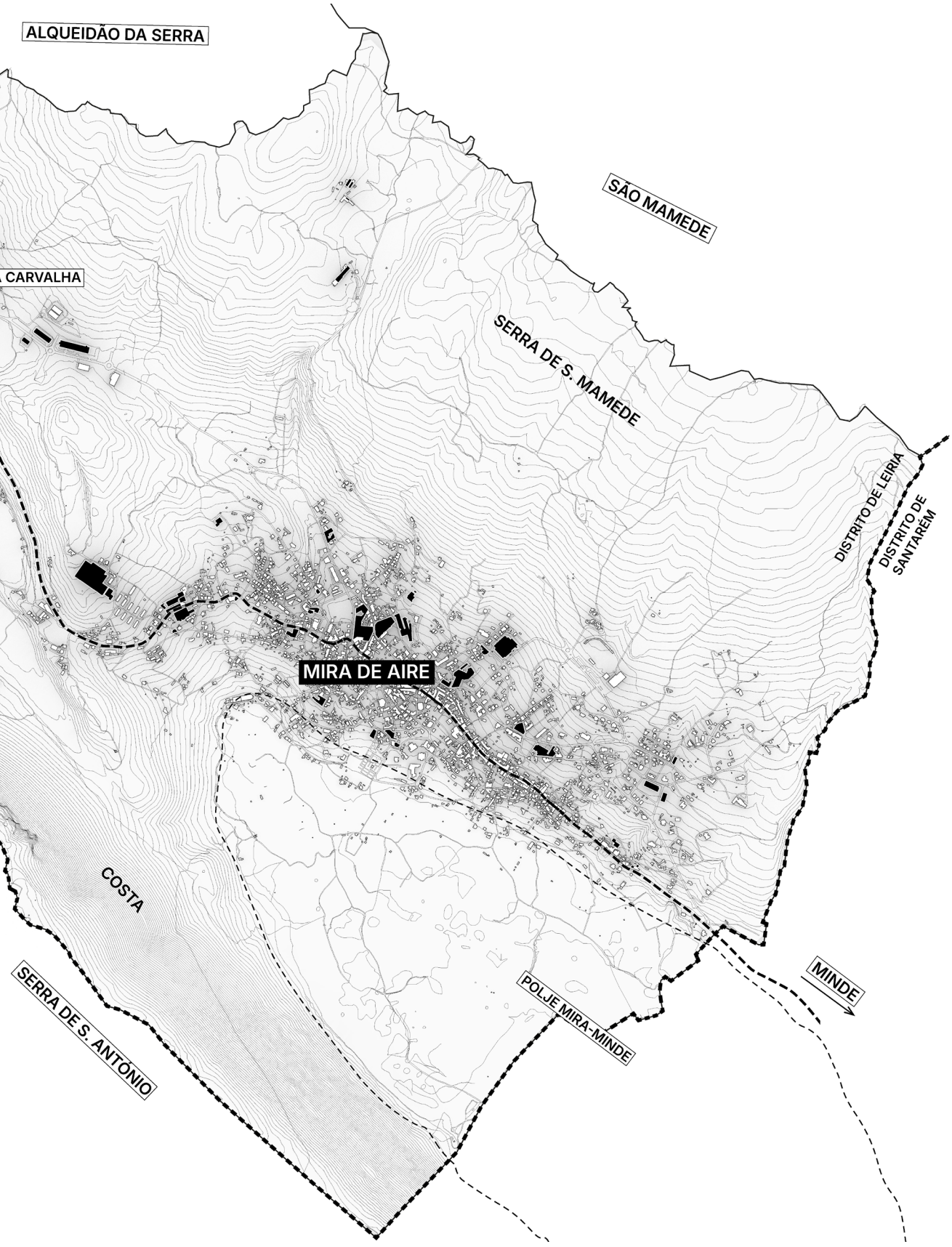
A representação do indivíduo como pessoa humana – com as suas condições sociais e individuais, num contexto de outras pessoas humanas –, no sistema de tomada de decisão, permite a construção de políticas territoriais que respondam eficientemente às necessidades singulares de cada um. A aplicabilidade de políticas nacionais é tão eficaz quanto melhor a cooperação entre as diferentes hierarquias de administração locais e centrais, e depende sempre do nível de autonomia de cada nível no poder de tomada de decisão e no poder de execução.

A descentralização representa uma transformação profunda na estrutura social, que envolve o tecido político e social da nação, que se configura como um novo contrato social. Uma democracia consolidada pressupõe uma ampla distribuição do poder político, o que implica a descentralização. Corresponde a uma mudança no padrão de distribuição de poder, em que todas os níveis hierárquicos são interdependentes (Boisier, 2004). A descentralização traduz um processo de luta pelo espaço público, democratizando o território através da distribuição do encargo de uma identidade, cultura e modo de vida local que necessita de representação. Este processo é incompatível com governos autoritários, que requerem um controlo firme e omnipresente do território, que governam de forma a impedir a criação de sentimentos ou fações opositoras ao mesmo (Boisier, 2004), e no caso de Portugal, o pulso firme do Estado Novo ainda se sente nos modos de governação e no aparato burocrático os circunscreve.

Para a escala de uma localidade como Mira de Aire, a representatividade política das populações torna-se essencial para o desenvolvimento da região. Nesse sentido, a governação local é essencial para a participação dos habitantes nas



138. Mapa do contexto territorial de Mira de Aire, elaborado pelo autor


ALQUEIDÃO DA SERRA
SÃO MAMEDE
CARVALHA
SERRA DE S. MAMEDE
DISTRITO DE LEIRIA
DISTRITO DE SANTARÉM
MIRA DE AIRE
COSTA
SERRA DE S. ANTÓNIO
POLJE MIRA-MINDE
MINDE

mudanças estruturais do local onde se inserem, de forma participativa e democrática. A governação local diz respeito a um complexo arranjo de serviços com o objetivo de responder às necessidades das comunidades, empregando uma multiplicidade de instituições de prestação de serviços e de provisão de bens (Boisier, 2004). As extensões de ação destas organizações devem-se estender para além das fronteiras das próprias freguesias e municípios, visto que as comunidades se sobrepõem em vários aspetos de política pública. A partilha de interesses pessoais, as identidades profissionais e os quotidianos dos indivíduos não se limitam à área confinada entre fronteiras, pelo que a cooperação de diferentes localidades, administrativamente separadas, mas social, económica e culturalmente conectadas, é essencial para o desenvolvimento dessas regiões.



139. Limpeza do percurso MM1 pela associação Movimento Mira-Minde, Mira de Aire, autor desconhecido, 2019

No caso de Mira de Aire e de Minde, estas duas localidades vizinhas, histórica e culturalmente interligadas, são administrativamente separadas por fronteiras invisíveis, que apenas influenciam burocraticamente os seus quotidianos. A origem de Mira de Aire está intrinsecamente ligada a Minde. Ambas as localidades partilham o mesmo sistema geográfico, tal como o mesmo tipo de exploração industrial e partilham relações comerciais comuns.

Em 1758, tanto a freguesia de Minde como a de Mira pertenciam à Província da Estremadura, tal como atualmente. Consequentemente, ambas as freguesias faziam parte do concelho de Porto de Mós; porém, em 1892 dá-se uma reorganização administrativa no concelho portomosense, e tanto Mira como Minde passam a integrar o concelho de Torres Novas. Três anos mais tarde, alvo de grande contestação, reorganizou-se o quadro administrativo do território, reestabelecendo-se Porto de Mós como concelho. Mira voltou para o concelho portomosense, enquanto Minde manteve-se em Torres Novas, dividindo-se assim administrativamente duas localidades que partilham uma história e cultura, intrinsecamente conectadas. Esta divisão administrativa ocorre igualmente ao nível distrital, com Mira de Aire a pertencer ao Distrito de Leiria, e Minde a Santarém.

Quem vai em direção a Minde, vindo de Mira de Aire, passa pela curiosa visão de identificação tripla: fim de Mira de Aire, fim de Porto de Mós, fim de Leiria. Porém, esta linha invisível que secciona o vale, cortando geometricamente um sistema paisagístico comum, atravessando em linha reta o polje e subindo pelas escarpas da Costa, em nada altera as relações geográficas que conectam as duas vilas. A área do polje encontra-se dividida em pequenos minifúndios, do uso tanto minderico como mirense, e quem os explora não é limitado pela linha administrativa que corta os muros dos campos.

O polje Mira-Minde e a Costa são vistos como recursos cuja responsabilidade é partilhada por ambas as vilas, que se conectam historicamente na sua gestão. Os recursos hídricos existentes, alimentados pelo sistema subterrâneo do vale, são igualmente usados por ambas as vilas, e quando nos invernos rigorosos a água sobe e enche o polje, tanto Minde como Mira de Aire são afetados pelo mesmo fenómeno.

Atualmente, existem esforços dos populares de ambas as localidades em reativar a conexão entre as duas vilas, como a associação Movimento Mira-Minde, descrita no capítulo **2.3.3.**. Das primeiras ações da associação, foi a abertura de um caminho entre o polje, que conectava a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mira de Aire, e a Capela de São Sebastião, em Minde. O processo começou com a descoberta de cartografia que remonta ao ano de 1866. Nesse mapa está assinalado o caminho que conecta os dois edifícios religiosos, correspondente ao caminho que conectava os centros das duas vilas, até então distinguidas pelas suas igrejas. A sobreposição deste mapa com um mapa cartográfico de 1969 indicava que este caminho ainda estaria aberto nessa época. O caminho, denominado de Mira-Minde 1 (MM1), não se encontrava acessível, totalmente ocupado pelo crescimento de mato e árvores cortadas, sinal do abandono agrícola do polje, alimentado pelo motor da indústria que ambas as matas partilham.

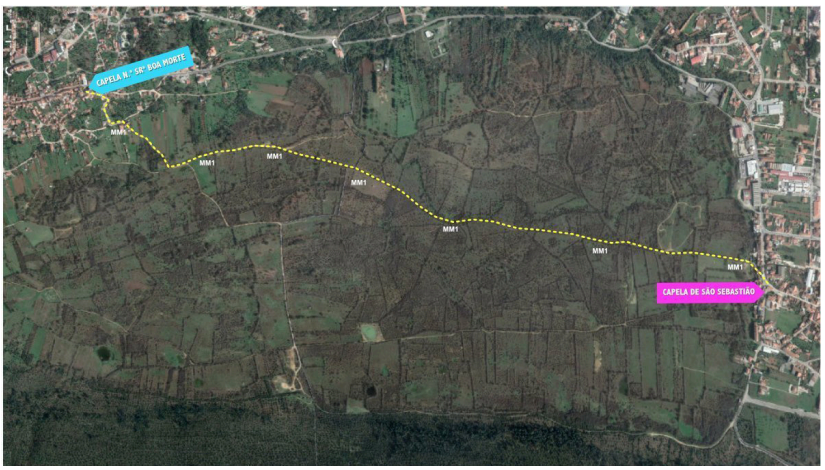
Entre setembro e outubro de 2021, o movimento Mira-Minde, constituído por elementos voluntários de ambas as localidades, deram início ao processo de limpeza e desobstrução do caminho, que desde outubro desse ano se encontra acessível ao público. Este caminho, além de conectar mais facilmente as duas vilas, sugere um percurso para rituais religiosos, devido à sua conexão com as duas capelas. O atravessamento por uma área partilhada pelas duas vilas, divididas administrativamente

por linhas invisíveis, simboliza a conexão histórica entre as duas localidades, ligadas nos seus rituais e na sua cultura industrial.

O polje Mira-Minde corresponde, segundo Stavrides, a um limiar: um espaço poroso, que simboliza e concretiza o ato de ligar, conectando vários espaços de uso comum. Trata-se de construção mental e materialmente presentes, a figurar um ritual de passagem (Stavrides, 2012). O caminho MM1 materializa-se como um artefacto social, que simbólica e literalmente regula atos de passagem, correspondendo a uma disposição espacial que ultrapassa fronteiras.

As duas vilas do vale partilham uma herança histórica e cultural que se mantém extremamente viva atualmente. A sua localização isolada, associada a um acidente geográfico de grande expressão territorial, sugere o desenvolvimento de uma estrutura territorial interdependente, onde ambas as localidades interagem entre si no desenvolvimento local e na manutenção do bem comum – a paisagem. A sua relativa desconexão com as principais vias de comunicação viária (as autoestradas) exige a construção de redes de apoio local, em que a manutenção de relações comerciais e culturais alimentadas por um passado em comum impulsiona o crescimento positivo de ambas as vilas.

Apesar das fronteiras invisíveis que separam, tanto Mira de Aire



140. Mapa do percurso MM1, Mira de Aire, Movimento Mira-Minde, 2019

como Minde, a nível administrativo, não corresponderem a uma quebra nas relações culturais e socias partilhadas, a nível cívico e democrático as duas vilas continuam claramente separadas. Cabe aos municípios a manutenção das infraestruturas públicas em cada vila, havendo diferenças percetíveis à escala urbana desta responsabilidade setorial. A diferença é sentida igualmente nas políticas de ordenamento do território de cada vila: apesar do desenho do Planos de Ordenamento Municipal ser articulado com entidades territoriais extramunicipais, de teor mais abrangente, a definição do uso dos solos parte de uma decisão maioritariamente municipal, resultando no potencial desajuste, quando se definem condicionantes espaciais na paisagem. Ao partilharem o Polje, as localidades de Mira de Aire e Minde são os principais agentes para a manutenção e preservação dos seus recursos, cujas estratégias devem concentrar-se nas necessidades intrínsecas do local, que podem não estar representadas nos Planos de Ordenamento. Surge, concluindo, a necessidade de criar entidade inframunicipais, associadas à partilha de ecossistemas comuns de localidades limítrofes, de forma a fomentar o desenvolvimento sustentável e colaborativo das suas paisagens, gerando movimentos de colaboração entre os diferentes habitantes.



141. Vista da Costa, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

5.2. AGRICULTURA E AS PAISAGENS

5.2.1. A segunda ruralidade

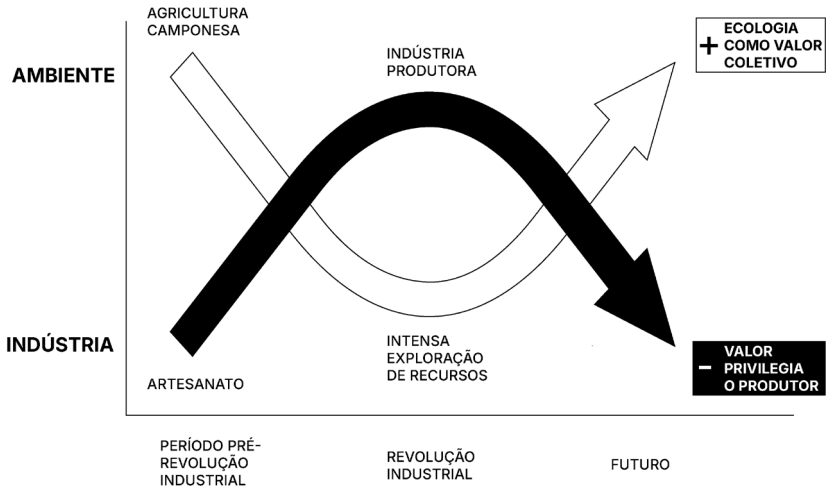
A beleza de uma paisagem está associada à humanização da mesma, onde o ser humano constrói com recurso aos elementos naturais disponíveis regionalmente, sendo a construção uma extensão da paisagem. Antes da urbanização das áreas rurais, a natureza era dada como um elemento contínuo, enquanto as cidades se materializavam como pontos de fixação artificial. Com a invasão da cidade, o contínuo territorial artificializou-se e fragmentou-se. A paisagem rural torna-se então tema de interesse para vários atores, não só os que nela habitam, tornando a paisagem multifuncional, esperando-se dela capacidades de suporte diversas, como a produção, a conservação e a recreação. O caráter da paisagem é dependente da inscrição dos seus intervenientes, a reclamar uma gestão harmoniosa no pautar do seu desenvolvimento. A participação dos agentes locais nas estratégias de gestão do território aumenta o seu valor intrínseco, que engloba tanto o valor natural e de recursos, como as culturas que na paisagem se desenvolvem (Covas & Covas, 2012).

O conceito de ruralidade modifica-se paralelamente com os movimentos socioeconómicos e culturais da sociedade. Podem-se definir diferentes tipos de ruralidade, de acordo com o seu papel na economia em que o seu desenvolvimento se insere, e o papel que desempenha na cultura de uma sociedade. Atualmente, consegue-se dividir a ruralidade em duas fases distintas: a primeira ruralidade, que está associada ao desenvolvimento industrial, ao contraste entre o agrícola e o urbano, entre a natureza e a tecnologia, entre a cidade e o campo; a segunda, insere-se num contexto mais global, do sistema-paisagem, da gestão territorial. Enquanto na primeira ruralidade, a dicotomia campo-cidade era muito mais definida, com o movimento urbano-industrial e invadir o campo de forma

violenta e alienante, a segunda ruralidade implica uma gestão das duas faces da economia – a urbana e a rural -, em que a cultura se define pelo equilíbrio das duas, e pela organização das suas densidades (Covas & Covas, 2012).

A segunda ruralidade procura uma escala ecológica mais ampla, como forma de proporcionar oportunidades de gestão integrada de comunidades, ecossistemas e paisagens, produzindo uma maior variedade de bens públicos e benefícios específicos, agregados de forma a aumentar a produtividade natural e específica dos agroecossistemas. No caso da primeira ruralidade, as razões ecológicas são subalternizadas, principalmente pelo facto dos esforços implicados pelo alcance da sustentabilidade levarem a um desvio de recursos, que não se distingue rentável a curto e médio prazo. O acesso aos escassos recursos naturais disponíveis leva à luta competitiva pela sua captação, por parte dos diferentes agentes reprodutores do capital, o que marca fortemente a ocupação do território e o seu ordenamento (Covas & Covas, 2012).

Na primeira ruralidade assistiu-se igualmente à "proletarização dos ecossistemas" (Covas & Covas, 2012: 20), com a supremacia da monocultura. Na segunda ruralidade, a ecologia política estará na linha da frente na defesa da justiça ambiental. Na segunda



142. Dicotomia indústria-ambiente ao longo do tempo, elaborado pelo autor

ruralidade, ocorre um processo de estetização do mundo rural, onde a defesa da diversidade cultural das populações inseridas nos contextos naturais é tão importante como a preservação dos mesmos. A agricultura biológica, os roteiros gastronómicos, as peregrinações religiosas, etc., levam a um processo de estetização do mundo natural, em que a ruralidade toma uma posição quase simbólica, levando à construção de territórios onde a vivência cultural e social se baseia na hibridação e multiculturalização dos tecidos sociais. As regiões afetas a estes processos transformativos tornam-se recipiente de uma filosofia estética, capaz de combinar a cultura dos lugares e os meios naturais que a utilizam, uma filosofia da terra (Covas & Covas, 2012).

Com a industrialização da economia nacional, a diminuição da população ativa na agricultura tornou-se consequência da política de desenvolvimento económico em Portugal. A perda da população agrícola e o abandono dos campos abriu caminho à proliferação das culturas agrícolas de monocultura, extremamente industrializadas – e desconectadas das necessidades ambientais dos contextos naturais em que se inserem. A monocultura, apesar de prática mais rentável a curto prazo, conduz à rotura do funcionamento normal da paisagem, quebrando o mosaico paisagístico sustentável na agricultura de pequena escala, impedindo a circulação da água e da matéria orgânica. A generalização das florestas monoculturais, como por exemplo, o eucaliptal, apesar de rentabilizarem as culturas agrícolas e as indústrias de transformação do papel, tornam-se massas com grande potencial incendiário, secando o solo em que se insere, e impedindo o desenvolvimento de ecossistemas contextuais e locais. Tudo isto é piorado com a circunstância de uma tal infestação se projetar em regiões com tendencialmente maior declínio demográfico. Ou seja, a fixação de uma população num território depende da polivalência dos produtos naturais, e



143. A presença do rural, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

não de estratégias economicistas remotas de gestão económica do território (Covas & Covas, 2012).

Os sistemas territoriais são complexos de vida, história e geografia, espaços resilientes à "homogeneização do mundo-plano" (Covas & Covas, 2012: 25), em que a identidade dos lugares provém de uma cultura de adaptação às condicionantes impostas pelos agentes modeladores da paisagem. A sua sobrevivência depende de uma política de ordenamento de território que permita o crescimento da biodiversidade, assegure o equilíbrio ecológico e promova a multifunção dos espaços. A sua gestão é dependente de um sistema de organização transregional, onde os municípios se entreajudam na manutenção dos seus sistemas ecológicos e biofísicos, e onde a distribuição de poder ao nível local e administrativo se torne na essência a pautar o funcionamento equilibrado das regiões. O futuro da paisagem depende da sua transformação e mutação para um sistema complexo e multifuncional, em que a sua inserção na economia vai para além do seu potencial económico e produtivo: ou melhor, cabe obedecer à perceção da economia nacional e global como uma entidade de extrema riqueza cultural e ecológica (Covas & Covas, 2012). A transição de uma primeira ruralidade – económica e produtiva, cuja conservação dos recursos é secundária em relação à rentabilidade dos seus ativos –, para uma segunda ruralidade – multifuncional e participativa, em que os agentes locais e externos cooperam na gestão sustentável dos seus ativos, e no crescimento da sua cultura –, é essencial para a resiliência dos lugares rurais, abrindo oportunidades para a construção de novas realidades, onde a simbiose entre a paisagem e as populações se distingue como catalisador primordial para a sobrevivência e florescimento do meio rural.

É necessária uma transição na gestão territorial para uma formulação em que o território seja visto como uma entidade em constante desenvolvimento, mas igualmente extremamente

vulnerável, enfim, uma gestão transversal sensível ao desenvolvimento sustentável. Tendo em conta o estudo efetuado por Covas & Covas (Covas & Covas, 2012) estes processos transitórios devem ter em conta todos os agentes em contacto, e que usufruam, da paisagem, elevando-a e tornando a sua relação com a economia uma de interdependência – e não de submissão. Em suma:

> - Transição dos conceitos polarizantes e dicotómicos para conceitos mais transversais e holísticos;
>
> - Transição da produção mercantil para a "produção conjunta";
>
> - Transição do campo como espaço produtivo, para o campo como um espaço "comunalizado", considerando-o como um ator na construção social;
>
> - Transição do campo tendo em conta os direitos clássicos de propriedade, englobando mais os direitos de acesso, circulação e ordenamento;
>
> - A transição para novas lógicas de ação coletiva, por via de consciencialização, conexão e identidade, em que se redefinem os interesses públicos locais e regionais tendo em conta o contexto local (Covas & Covas, 2012: pp.26-27).

O futuro dos ecossistemas e das reservas naturais e agrárias disponíveis passa por uma intensa mudança de escala de gestão territorial, em que a escala menor e local servirá de ponto de partida para as decisões políticas implementadas nos sistemas territoriais, a grande escala; e onde as necessidades impostas pela economia global sejam concretizadas por consequência de um desenvolvimento territorial a nível local e específico; onde os habitantes da paisagem se tornem nos agentes principais da

mudança, e cuja participação democrática na tomada de decisão se afigure essencial para o desenvolvimento de estratégias de manutenção dos seus ecossistemas.

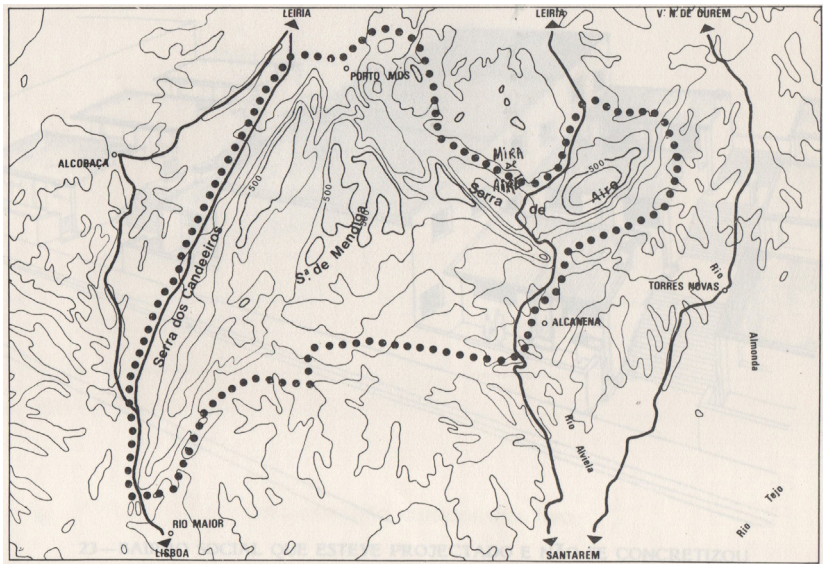
5.2.2. O Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros

A localidade de Mira de Aire insere-se num importante sistema paisagístico, pertencente ao Maciço Calcário Estremenho (MCE), região classificada como parque natural desde a criação do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), em 1979. As serras de Aire e Candeeiros correspondem aos mais importantes repositórios de formação calcárias existente em Portugal, razão da sua classificação. Uma morfologia cársica, a natureza do coberto vegetal, a rede de cursos de água subterrâneos, fauna específica e intensa atividade de extração da pedra, correspondem a outros aspetos que fazem do Parque uma das mais importantes regiões protegidas de Portugal. Com uma área de mais de 38.000 hectares, esta região é limitada pelas depressões de Ourém, a norte, e de Rio Maior, a sul, e pelas bacias do Alviela e do Asseca a este e oeste. O setor do MCE alberga distintas unidades geomorfológicas, como a serra dos Candeeiros a oeste, e a serra de Aire a este, com Porto de Mós como ponto de confluência dos vales da Mendiga e de Alvados/ Mira de Aire-Minde. O planalto de Santo António situa-se entre estas duas depressões.

A ausência de cursos de água superficiais marca a paisagem, com grande secura, falhas, escarpas e afloramentos rochosos. A água, de corrimento maioritariamente subterrâneo, forma poljes, algares, dolinas e uvalas com variadas formas. As cavidades e grutas são, em termos espeleológicos, férteis, com a presença, por exemplo, de dez espécies de morcegos, símbolo do parque. Com uma abundante presença de água subterrânea – constituindo uma das maiores reservas de água subterrânea do país – constitui uma importante fonte de água doce, como

a nascente dos Olhos de Água do Alviela, fonte de importante abastecimento de água, sendo, desde 1880 até recentemente, uma das principais fontes de abastecimento de água à cidade de Lisboa.

Em termos de flora, as formações vegetais atualmente existentes no PNSAC são, de salientar, os carvalhais de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*), espécie exclusiva na Península Ibérica e no norte de África, cujo Portugal é o principal distribuidor, onde as melhores plantações desta espécie se encontram entre o Mondego e o Tejo. A floresta tem sido fundamentalmente destruída pela ação humana, originando matos de grande interesse florístico, grandes áreas arbustivas de carrasco (*Quercos coccifera*) e subarbustivas de alecrim (*Rosmarinus officinalis*). Estas espécies vegetais são um importante alvo de conservação, existindo, até agora, amostras de mais de 600 espécies vegetais, observando-se nos quase 39.000 hectares do Parque cerca de um quinto das espécies vegetais que ocorrem no país. Além da importância destas plantas para os ecossistemas em que se inserem, estas mostram um grande potencial económico e científico, com muitas plantas do Parque com qualidades medicinais, aromáticas, ornamentais, condimentais e



144. Mapa do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, Mira de Aire, autor desconhecido, ca. 1980

florestais. Da vegetação não espontânea, a oliveira surge com muita expressão no território. O grande número de biótopos conferem à área do PNSAC uma rica presença de fauna, estando inventariados um total de 204 espécies, em que 136 são aves, 38 são mamíferos, 17 répteis, e 13 espécies de anfíbios. Destas espécies, algumas são extremamente importantes no contexto nacional, como o bufo-real (*Bubo bubo*) e a gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*).

Em termos culturais, a presença deste sistema paisagístico condiciona fortemente a presença humana. A sua presença no MCE é atestada desde o paleolítico, com a existência de uma estrada romana na localidade de Alqueidão da Serra. A presença do calcário como material dominante de construção leva a uma grande utilização desta pedra, usada na delimitação da propriedade, com muros de pedra seca. As formas naturais e construídas são maioritariamente ligadas à recolha, transporte, e armazenamento de água, como as pias, caleiras, cisternas, poços e pequenos aquedutos. A expressão arquitetónica está fortemente ligada à economia local, com a abundante presença de moinhos de vento (para a moagem de cereais), lagares, azenhas, entre outros. As tipologias habitacionais baseiam-se em casas com pátio, ou com alpendre, de proporções modestas.[17]

A criação de Parques Naturais em Portugal é muito importante para a proteção de ecossistemas, o que inclui não só a paisagem, os recursos e a fauna e flora existentes em locais de importância natural, como também as atividades humanas que decorrem dos mesmos. As leis definidas neste contexto protegem os recursos essenciais para a manutenção das regiões, tal como asseguram a limitação de atividades que possam colocar em risco a manutenção destes sistemas. A delimitação de regiões em parques naturais define os métodos da sua preservação, cuja responsabilidade de proteção está ligada ao ser humano.

17. https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/parquesnaturais/pnserrasdeaireecandeeiros

O Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) é constituído pela Rene Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), as áreas classificadas incluídas na Rede Natura 2000 e outras áreas classificadas, seguindo compromissos firmados entre Portugal e a União Europeia.[18] A RNAP engloba as Áreas Protegidas, que podem ser tanto nacionais, regionais, locais ou privadas, englobando Parques Nacionais, Parques naturais, Paisagens Protegidas e Monumentos Naturais.

As características que definem um parque nacional têm sido ajustadas ao longo das décadas, e hoje, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), considera um parque nacional uma área gerida sobretudo para a proteção do ecossistema e para a recreação, o que engloba tanto áreas terrestres como marítimas. Num parque natural protege-se a integridade ecológica dos ecossistemas; limita-se a exploração e ocupações que não coincidam com os objetivos definidos para aquela área; abrem-se possibilidades para oportunidades com compatibilidade ambiental e cultural (educativas, científicas ou turísticas), como a organização de caminhadas, acampamentos, e observação da vida selvagem. A proteção de uma região com o selo de Parque natural defende os valores naturais e culturais do



145. Polje Mira-Minde - época de cheias, Mira de Aire, Rui Miguel Pedrosa, s/d
18. https://biodiversidade.com.pt/biohistorias/parques-naturais-mais-do-que-preservar-areas-para-viver-2/#:~:text=Os%20parques%20naturais%20s%C3%A3o%20%C3%A1reas,ser%20humano%20e%20a%20natureza.

local, preservando-se a biodiversidade, promovendo-se práticas que assegurem a conservação, criando-se oportunidades de promoção de atividades de recreio e lazer que funcionem em paralelo com a manutenção dos ecossistemas, e promovendo-se outras atividades para o desenvolvimento local sustentável.

No contexto de Mira de Aire, a ligação intrínseca da localidade ao Parque Natural é expressa na valorização dos seus recursos naturais. A criação de variadas associações ligadas ao enaltecimento dos recursos naturais e da paisagem, como a Mata Jovem, com a promoção de um festival bianual a decorrer no Polje, o grupo *Os Velhadas*, com a promoção de caminhadas e atividades ao ar livre ligadas ao vale e a recente associação Movimento Mira-Minde, que intercala atividade de consciencialização e de preservação do Polje com cooperação entre Mira de Aire e Minde, são o reflexo da dependência e apreço que os habitantes demonstram pelo meio natural que os rodeia. As delimitações físicas do PNSAC interagem diretamente com os limites urbanos da vila, condicionando a construção e o uso dos solos, materializando-se espacialmente na organização socioeconómica do lugar.

O desenvolvimento da economia da região está intrinsecamente



146. Fotografia aérea do polje Mira-Minde em época de cheias, Mira de Aire, Rui Miguel Pedrosa, s/d



147. Grutas: a um quilómetro, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

ligada aos objetivos do Parque, e a presença do turismo de natureza desempenha um papel importante na economia local de Mira de Aire. Exemplo disso é o investimento local na promoção das Grutas de Mira de Aire, o complexo deste tipo mais extenso em Portugal, que recebe um grande número de visitantes por ano, impulsionando também o setor de hotelaria, o que, apesar da reduzida escala, melhora a condição económica da vila. A perda de grande parte da estrutura industrial têxtil diminuiu – e continua a condicionar – o desenvolvimento económico de Mira de Aire, tendo ocorrido um redireccionamento para a economia do turismo, cuja relação com o Parque Natural potencia. Grande parte das localidades do MCE relacionam-se com a classificação da sua região como "protegida", e as tendências atuais de desenvolvimento dos municípios do Maciço apontam para uma economia baseada na sustentabilidade e na integração das suas atividades no ecossistema cársico em que se inserem.

A transição sustentável da economia mirense está dependente do tipo de atividades que se desenvolvem na vila, cujos objetivos, para além da rentabilidade e manutenção de emprego, devem basear-se na capacidade de manter, na sua atividade, conceitos de sustentabilidade e de boa gestão de recursos naturais. O processo de desindustrialização e a perda da atividade produtiva como principal esteio da economia implica o futuro de Mira de Aire com a implantação de negócios e empresas que funcionem em paralelo com o contexto geológico e natural, abrindo possibilidades para projetos motivados pelo desenvolvimento de produtos sustentáveis e com o foco na dinâmica local.

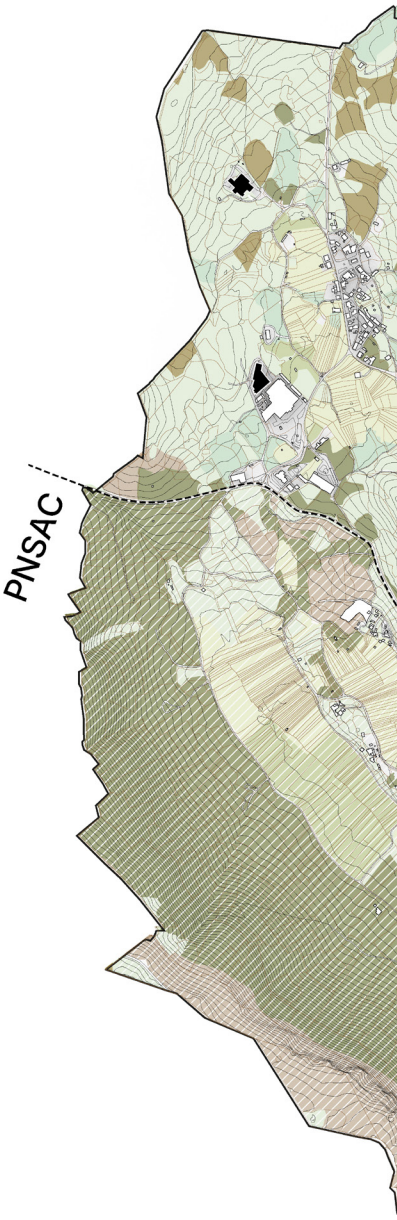
5.2.3. Uma agricultura comum

A agricultura em regimes de monocultura representa um desafio global significativo, afetando profundamente uma parte substancial da agricultura mundial. Esta prática exerce enormes pressões sobre os ecossistemas e os habitats, perturbando o

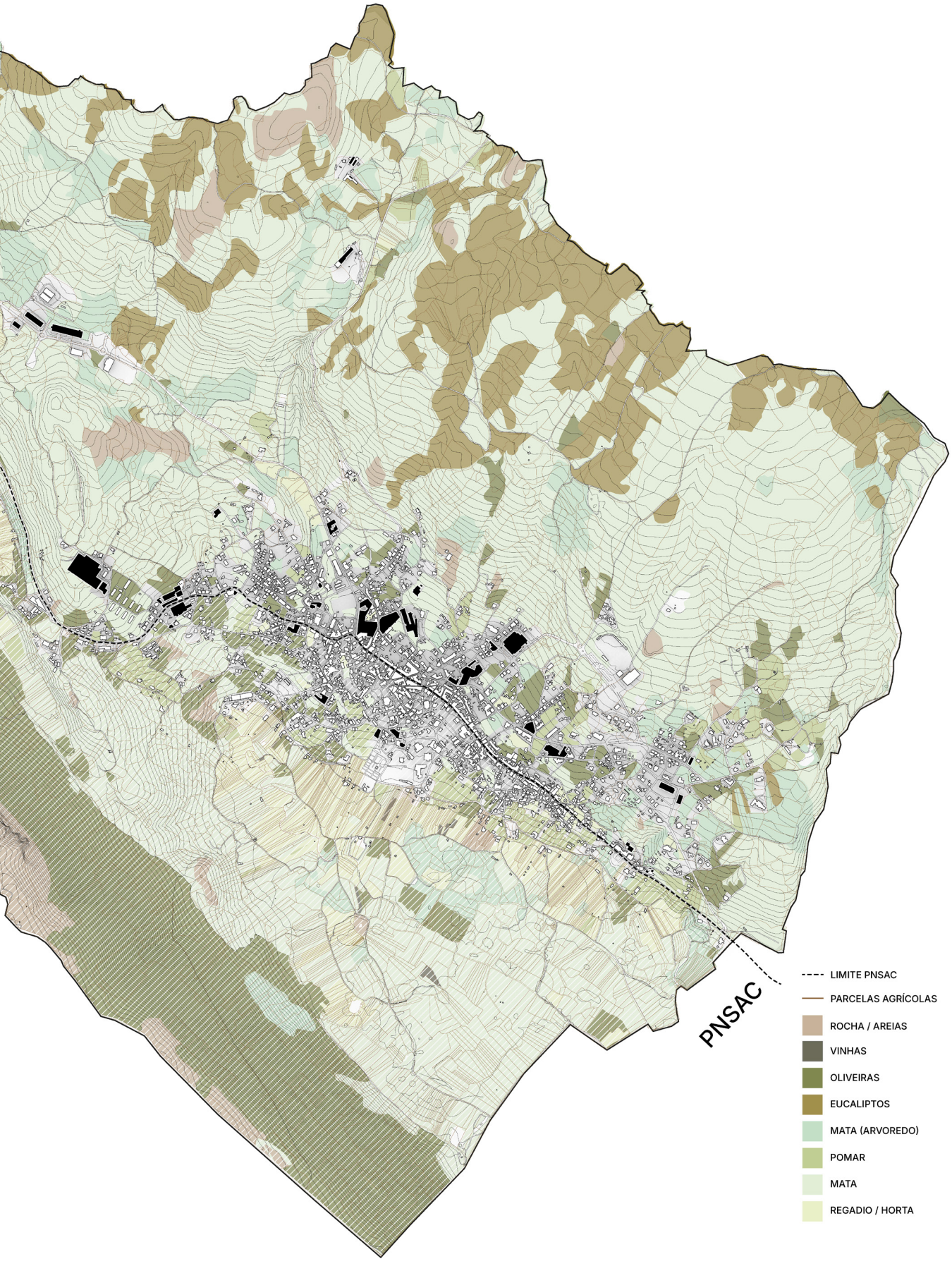
equilíbrio natural dos solos e provocando danos irreversíveis na qualidade funcionalista da paisagem. A produção agrícola, enquanto atividade comercial, implica a reorganização das técnicas agrárias para o crescimento de plantações lucrativas, privilegiando-se a produção em grande quantidade (que implica um maior uso do solo), o uso de maquinaria pesada (como tratores, que queimam combustíveis fósseis), o uso de pesticidas e químicos para o crescimento do cultivo (substâncias prejudiciais tanto para a saúde do solo, como para a fauna e para o consumidor), estruturas de tratamento e transporte para as superfícies comerciais (cujo transporte e armazenamento deixam uma grande pegada de carbono) e, com o avanço cada vez mais tecnológico das práticas agrícolas, o abandono dos solos (visto que apenas os agricultores com poder de investimento conseguem competir com as grandes explorações agrícolas).

Num esforço para contrariar estes efeitos nocivos, um número crescente de cientistas está a centrar a sua investigação no desenvolvimento de técnicas agrícolas mais sustentáveis. Um dos principais objetivos deste esforço baseia-se na preservação da biodiversidade, tanto no interior como nas imediações das terras agrícolas, promovendo uma relação mais harmoniosa entre as atividades humanas e o mundo natural.

Um método particularmente inovador, e potencialmente transformador que está a surgir neste contexto é a técnica de exploração agrícola chamada *pixel farming* (agricultura em mosaico). Esta técnica envolve o co-cultivo de diversas espécies de plantas em estreita proximidade espacial, numa tentativa de emulação dos benefícios ecológicos dos campos naturais. Esta abordagem produz múltiplos resultados vantajosos: conduz à formação de uma rede robusta de raízes, melhorando significativamente a saúde do solo, adapta-se às culturas de plantas associadas ao contexto regional em que se encontra,



148. Mapa de uso de solos agrícolas, elaborado pelo autor


PNSAC
LIMITE PNSAC
PARCELAS AGRÍCOLAS
ROCHA / AREIAS
VINHAS
OLIVEIRAS
EUCALIPTOS
MATA (ARVOREDO)
POMAR
MATA
REGADIO / HORTA

permite um uso mais reduzido de solos, e incentiva interações simbióticas que aumentam substancialmente a biodiversidade.

A agricultura em mosaico abre caminho a novas práticas agrícolas que não só refletem como beneficiam a utilização tradicional do solo. Trata-se de um modelo sinergético em que a tecnologia de ponta converge com as práticas agrícolas tradicionais, otimizando a resultante, tanto para a humanidade, como para o ambiente. Esta abordagem transformadora estende os seus benefícios para além dos ganhos ecológicos, revitalizando as regiões rurais. A singularidade da disposição espacial inerente ao *pixel farming* cria espaços de vida e de lazer apelativos, aumentando a atração das zonas rurais. Além disso, esta integração da natureza não só embeleza as paisagens locais, como também promove a coesão social nas comunidades, reforçando os laços entre os membros na gestão comum dos solos agrícolas.

O seu método não é natural, no sentido em que não partilha



149. *Pixel farming*, Viena, OMA Rem Koolhaas, 2020

correspondência com nenhum sistema biológico encontrado na natureza. A organização em pixéis, uma grelha cartesiana regrada e geometricamente definida, constitui-se como matriz definida pelo homem; os métodos de coordenadas das plantações são, porém, baseados em características biológicas das plantas, e as suas relações simbióticas são a chave para a sua implantação na grelha. A prática do *pixel farming* corresponde a um método que se inscreve entre a vertente científica adotada pelo ser humano e a sua posição no mundo natural, tornando-se por isso representação da própria condição humana, entre o racional e o natural. As técnicas associadas à agricultura em mosaico pretendem inserir-se nos modelos agrícolas atuais: com a sua prática, propõe-se um novo sistema, adaptável aos contextos e às necessidades da região em que se insere.

A referência à agricultura em mosaicos, apesar da sua emergência como prática, desenvolve-se principalmente no domínio investigativo e científico, em variadas universidades do mundo. Pretende fundamentar-se como uma técnica que permite responder a necessidades globais de produção alimentar, necessitando, para isso, de uma aplicação mais extensa no território. Para além dos benefícios qualitativos pressupostos no âmbito da saúde dos solos e das plantações, produz uma panóplia de melhorias ecológicas que melhoram o ecossistema onde se insere: processa água mais limpa, armazena carbono, aumenta a biodiversidade, controla naturalmente as pestes e doenças, embeleza a paisagem e pressupõe um trabalho agrícola mais valorizado (Armstrong & Therrien, 2020).

Lenora Ditzler, investigadora na Universidade de Wageningen, na Holanda, sublinha no artigo integrado no livro *Countryside, A Report*, a forma como a sua equipa de investigação planeou a plantação de um *pixel farm*, tendo em conta a sua região de suporte. Algumas das plantas selecionadas para a experiência

servem para consumo humano: na Holanda, os vegetais que mais se consomem são a couve, batata, cereais e a beterraba. Outras plantas servem como facilitadoras do bem-estar da agroecossistema.

A couve, por exemplo, necessita de uma grande quantidade de nitrogénio, tendo sido plantada nas imediações de trevos, que são leguminosos e fixam o nitrogénio através de uma relação simbiótica com bactérias no solo. Os cereais, do mesmo modo, necessitam de nitrogénio na fase inicial de crescimento, tendo sido plantadas com misturas de favas e feijões, cujo papel de captação de nitrogénio se assemelha aos trevos. As favas, por outro lado, atraem uma espécie parasita de vespas, cujas larvas alimentam-se lagartas, que se alimentam das couves. O solo é fertilizado com adubo verde e as espécies sobre uma plantação rotativa, permitindo a manutenção de nutriente no solo, mantendo uma capacidade produtiva anual.

As ervas daninhas cumprem igualmente um papel neste processo, pela sua capacidade de armazenamento de nutrientes no solo, mantendo as raízes dos vegetais saudáveis, enquanto algumas espécies servem como indicadores de deficiências nutritivas ou compactação do solo.

A plantação de grandes áreas de agricultura em mosaico ainda não é possível. A maquinaria necessária para a plantação em grande escala deste método ainda não existe, nem existe o conhecimento científico suficiente para o desenho de plantações a grande escala. A definição dos princípios do *pixel farming* implicam uma grande força de trabalho investigativa, e a quantidade de combinações possíveis é praticamente infinita. Na sua investigação, Ditzler juntou-se com uma equipa de modeladores e informáticos para realizar a simulação virtual das diferentes combinações de plantas, facilitando assim o processo de seleção das mesmas, que depois seria testada in situ com uma

equipa de ecologistas e entomologistas. Sobre a maquinaria, a maior parte das experimentações atuais baseiam-se numa pequena extensão de terreno, em que todos os processos são feitos com labor humano. Para a plantação por pixéis alcançar maiores dimensões e tornar-se tão produtiva como os terrenos de monocultura, libertando em simultâneo os trabalhadores de uma grande quantidade de labor, será necessário a invenção de maquinaria capaz de automatizar a produção futura, tornando-a mais rentável (Armstrong & Therrien, 2020).

Em Mira de Aire, os terrenos associados ao Polje Mira-Minde correspondem ao local de maior potencialidade para a implantação desta técnica. O parcelamento excessivo destes terrenos, associado ao crescimento constante de população e um terreno limitado pela baixa fertilidade do solo, implica uma dificuldade em rentabilizar as produções agrícolas convencionais. Aliado a estas características, a subida do nível de água subterrânea nos invernos mais rigorosos, limita a capacidade de expansão dos terrenos. A maior parte destes terrenos são mantidos por uma classe de agricultores envelhecida, cuja prática de monocultura



150. Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

(a mais rentável para a pequena dimensão) diminui a qualidade do solo. Isto implica que o uso destes terrenos não permite o crescimento da biodiversidade, e altera dramaticamente a paisagem do vale, entendida enquanto bem de gestão comum.

A implementação deste método de agricultura em Mira de Aire implicaria um grande investimento por parte das entidades regionais, aliadas a empresas e equipas investigadoras disponíveis para implantar esta técnica no local. Ao impulsionar iniciativas de investigação e desenvolvimento direcionadas para a gestão ambiental e geológica da região, abrem-se a possibilidade de inserção destes métodos nos planos curriculares da mesma, formando equipas de investigação sediadas no local, disponíveis para o trabalho de contato e mediação com o contexto da vila e com os seus habitantes.

O método de agricultura em mosaico poderá pensar-se como estratégia pioneira na valorização da paisagem de Mira de Aire, na condição de se problematizar as estruturas fundiárias existentes. A utilização deste método na área das parcelas existentes poderia implicar uma nova forma de gestão das mesmas, onde os muros são retirados e o terreno "comunalizado" (Stavrides, 2012): a gestão das plantações juntaria os agricultores proprietários dos terrenos à equipa de investigadores e especialistas. Mira de Aire tornar-se-ia pioneira em novos métodos de agricultura, e a sua posição como campo experimental, associado a um contexto consolidado, serviria como exemplo de implementação de métodos de resiliência, em que a comunidade, o património e a paisagem se alimentam simbioticamente.



151. Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

5.3. O QUE FAZER COM O PATRIMÓNIO?

5.3.1. A fábrica flexível

A arquitetura das estruturas fabris materializa-se de forma a albergar todas as fases do processo produtivo que se desenrola nas mesmas, implementando-se proporções de pensamento funcional na sua espacialidade. A sua organização espacial necessita, não só, de albergar todas as ferramentas, materiais e máquinas associadas a este processo, como também acolher a massa de operadores das mesmas: tem de responder não só às necessidades técnicas associadas às máquinas, como cumprir os requisitos habitacionais suficientes no que concerne à salubridades, acessibilidade e conforto térmico.

As dimensões das máquinas associadas aos processos de produção modernos implicaram a construção de fábricas com pés direitos generosos, devido ao uso das correias de transmissão que permitiam o funcionamento das máquinas, e de grandes naves abertas, pelo grande comprimento das máquinas de fiação, cardação, penteação e teares. O desenho destas naves variavam de secção para secção, e dependiam das necessidades infraestruturais de cada fase de produção. Enquanto os teares implicavam a distribuição da energia, que podia ser obtida através de correias de transmissão ou por alimentação de corrente elétrica, as secções de tinturaria e lavagem implicavam o acesso a água e calor, tal como reclamavam infraestruturas de tanques e esgotos para o escoamento de resíduos líquidos. A fonte de energia podia ser igualmente garantida por abastecimento elétrico, associado à rede urbana, ou baseada em sistemas de caldeiras ou fornos, levando à construção de estruturas de escape de vapor de água e fumo, como as chaminés. Também outras secções associadas ao processo produtivo, como os ateliers, armazéns, secções de acabamentos, e despacho, tinham de ser projetadas tendo em conta a ordem de produção e acessibilidade a outras infraestruturas. Com o aumento da escala de produção, muitos dos estabelecimentos de Mira de



152. Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

Aire sofreram obras de ampliação, com a construção de novos armazéns e espaços produtivos que permitiam o aumento das suas secções, resultando em fábricas com grande expressão volumétrica na matriz urbana.

Quanto à força de trabalho, as necessidades físicas dos trabalhadores tinham de ser tomadas em conta: as primeiras fábricas disponibilizaram espaços com poucas condições de salubridade, onde a humidade, a luz e a limpeza se entenderam preocupações secundárias face ao imperativo de produção. Porém, as más condições da fábrica traduziram-se na ocorrência recorrente de acidentes, fazendo do trabalho na fábrica uma prática de grande risco. A implantação do pensamento moderno da organização e compartimentação do trabalho incorporou progressivamente medidas higienistas, a partir do momento em que estes foram percebidos como condição necessária à melhoria da produção. Ou seja, a construção de edifícios fabris com melhores qualidades espaciais no que concerne à iluminação e ventilação, que viria a resultar na obtenção de melhores condições de trabalho, não deixavam de ser consequência da otimização da exploração da força de trabalho. No entanto, o desenho destes espaços não só melhoravam as condições de trabalho dos operários, como serviam para promover uma imagem de inovação para os industriais, que, ao investirem na construção de instalações modernas, elevavam a perceção de qualidade dos seus produtos.

Surgem então fábricas com janelas maiores, pavimentos polidos, melhores acabamentos e estruturas decorativas. Do mesmo modo, são melhoradas as instalações administrativas e sanitárias, e surgem as primeiras estruturas sociais, como as cantinas e refeitórios, dormitórios e salas de assistência médica. A modernização das fábricas aumenta a salubridade, melhorando substancialmente as condições de trabalho e a segurança; a generalização da energia elétrica permite a substituição de fontes



153. Fiandeira Mirense, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

de energia combustível poluentes e nocivas; o desenvolvimento de máquinas mais eficientes e a diminuição das suas dimensões permitem melhores disposições espaciais.

Em Mira de Aire, as fábricas de maior escala correspondem às de maior produção, como a Fábrica Fiandeira, a Lanifícia do Outeiro, Fábrica de Tapetes Vitória e a Empresa de Lanifícios Penhas Douradas. Todas estas fábricas sofreram obras de ampliação, cuja forma se adaptou às necessidades produtivas das mesmas. Estas estruturas, de grande expressão urbana tornam-se nos principais dispositivos suscetíveis de recondicionamento, pela sua capacidade de albergar variadas tipologias, com diferentes usos e configurações espaciais a sucessivas escalas.

As mudanças na sociedade reclamam alterações às funções desempenhadas pelos edifícios. Neste particular, o recondicionamento funcional de edifícios fabris constitui uma prática adotada em vários países industrializados, onde se aproveitam as qualidades espaciais destes edifícios para a implantação de novos programas. A modernização dos sistemas produtivos levam, muitas vezes, ao abandono das estruturas fabris antigas, por deixarem de corresponder espacialmente às necessidades programáticas das novas fábricas ou por não cumprirem requisitos mais exigentes de segurança de trabalho, infraestrutura e salubridade, levando ao seu abandono. Percebido o valor espacial e simbólico destes edifícios devolutos, herança de um tempo produtivo particular, a conversão e renovação de fábricas e armazéns industriais apresenta-se como oportunidade de regeneração nas cidades, incorporando novos espaços e usos.

A tendência atual de recondicionamento das estruturas fabris corresponde á implantação de programas de uso público e privado, com grandes escalas de utilização: museus, centros culturais, escritórios privados e partilhados, mercados e espaços

comerciais. As renovações dos espaços industriais surgem, na cidade, maioritariamente associadas a necessidades económicas e culturais de uma população de maior escala, acompanhando tendências de densificação urbanística, significando no processo a classificação patrimonial das antigas estruturas fabris.

A pressão exercida sobre as estruturas abandonadas depende da capacidade de investimento dos governos regionais, que aliados a um interesse por parte de empresas privadas, alocam investimento financeiro e legislativo para o restauro destas estruturas. A presença do investimento privado implica que as estruturas restauradas devem, na sua nova função, inserir algum tipo de atividade produtiva económica, normalmente associada ao setor terciário, resultando, frequentemente, na transformação destes edifício em escritórios (muitas vezes associados a iniciativas de ativação de microempresas, as *start-ups*, ou de espaços para trabalhadores independentes, como os *freelancers*). As fábricas mantêm assim uma função neoprodutiva, acolhendo nos seus espaços atividade económica, casos em que a lógica de reprodução de capital se adapta ao mercado do século XXI.

De um mesmo modo, as tendências de "culturização" das fábricas abandonas é associada à capacidade espacial das mesmas. Apesar de muitas das fábricas modernas estarem munidas de melhores condições infraestruturais, de acessibilidade e de salubridade, uma grande parte do parque industrial não permite a adaptação das estruturas para novos usos funcionais. A transformação destas estruturas obsoletas em espaços de cultura – teatros, museus, salas de espetáculos, bibliotecas, escolas – reflete a tendência na produção arquitetónica de estruturas públicas de grande escala, que apesar de pertinentes no espaço urbano das cidades, não são tão adaptáveis a contextos de menor densidade demográfica. A transformação

destas fábricas em espaços culturais nem se justificará em lugares de menor densidade demográfica, por não refletir a necessidade de procura da reduzida população.

Não obstante, a fábrica permite a implantação de variadas tipologias e programas, cuja alocação não se deve basear apenas nas condições espaciais e no potencial económico de um edifício, mas deve também refletir uma estratégia coesa de gestão do território: ou seja, argumenta-se que o restauro da fábrica se torna viável se o seu recondicionamento for feito em prol das populações locais, o que implica a inserção no processo decisivo e a presença como objeto do desenho das estratégias regionais, locais, urbanas – e arquitetónicas.

5.3.2. Viver na fábrica

O restauro de edifícios fabris devolutos, no contexto atual, implicaria a aplicação de programas úteis para as atuais necessidades das populações. Em Portugal, a crise da habitação apresenta-se como questão urgente, em particular nos concelhos onde uma maior concentração de população, aliado a uma forte presença de especulação imobiliária, leva à dificuldade de aceder a habitação condigna. A emergência tem despertado um grande número de movimentos coletivos e sociais, que procuram explorar modos de habitar alternativos aos atuais. A habitação cooperativa, cujos moldes têm sido reproduzidos em diferentes cidades do mundo, comprova que a habitação acessível, flexível e autogerida, segundo modelos participativos, é suscetível de responder à demanda por habitação nos centros urbanos, porquanto oferece uma alternativa aos modelos fundiários e especulativos de acesso à habitação. A existência de estruturas fabris disponíveis nos centros urbanos, com grande flexibilidade espacial e capacidade de infraestruturação, sugere a possibilidade de implantação de estruturas habitacionais cooperativas.



154. Sociedade Industrial de Mira de Aire, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

Porém, a iniciativa para a transformação de património abandonado tem-se direcionado de forma reiterada para programas que impulsionem a economia a curto e a médio prazo, como os espaços de escritórios, espaços comerciais e hotéis, não satisfazendo necessidades de acesso a habitação acessível.[19] Outras iniciativas de incentivo à habitação acessível, por exemplo, na capital, como as Cooperativas de Primeira Habitação Lisboa[20], oferecem o acesso a habitação de modelos cooperativos, com novos edifícios a serem construídos em terrenos concedidos pela Câmara Municipal, com a configuração tipológica já definida. A aplicação de modelos habitacionais participativos, acessíveis a toda a comunidade, implica idealmente a participação dos habitantes em todo o processo de desenvolvimento do projeto, adaptando a organização espacial às necessidades dos futuros habitantes, com estruturas que permitam a adaptação dos edifícios ao longo do tempo, e que respondam a requisitos construtivos sustentáveis.

O desenvolvimento de habitação cooperativa, porém, não necessita de se concentrar nas cidades ou nos grandes centros urbanos. Os territórios rurais devem ser incluídos nas iniciativas de combate ao crescimento patológico das cidades, de forma a responder tanto às necessidades sociais das populações rurais (através da reativação dos seus tecidos socioeconómicos), como da população urbana (ao aliviar a pressão demográfica e urbana nas cidades). Atualmente, existem centenas de aldeias e vilas com património hábil a ser recondicionado com novos programas. Em Mira de Aire, a reutilização de parte das estruturas fabris para a construção de habitação cooperativa, não só levaria à utilização destas estruturas (evitando a sua degradação), como reativaria o tecido socioeconómico da vila, através da regeneração do seu sistema económico (a implantação de mais famílias resultaria em maiores necessidades económicas, levando à abertura de novas empresas e serviços), como na maior reprodução social, ao

19. Artigo do *Jornal de Notícias* sobre o plano de demolição do antigo hospital do Desterro, que será demolido para a construção de um hotel. Disponível em https://www.jn.pt/6592451226/antigo-hospital-do-desterro-vai-transformar-se-em-hotel/
20. Programa Cooperativas de 1ª Habitação Lisboa. Disponível em: https://informacao.lisboa.pt/dossies-tematicos/cooperativas-1a-habitacao

introduzir na vila uma população mais heterogénea e diversa. Além disso, surgiria deste processo de "redistribuição populacional", ao abrigo de uma gestão territorial mais abrangente e comum, onde as entidades nacionais e municipais comunicassem no desenho de políticas que melhor representassem os seus constituintes, e atuassem a todas as escalas territoriais.

A definição do património para a construção de habitação implicaria a seleção dos edifícios devolutos mais propícios para acolher as estruturas habitacionais. Estes edifícios necessitariam de verificar capacidade para a receção de programas habitacionais, com suficiente flexibilidade, proximidade e compatibilização infraestrutural: eletricidade, água e esgotos, salubridade e conforto térmico.

Em termos espaciais, as grandes naves e a estrutura de grandes vãos das principais fábricas mirenses implicam que todas estes edifícios estariam capazes para promover a implantação de infraestrutura habitacional. As variadas expansões que ocorreram nas fábricas em crescimento, que se adaptavam à topografia e ao crescimento urbano, oferecem uma grande variedade de espaços, a caucionar o desenho de diferentes tipologias e estruturas. A divisão espacial das fábricas, em variadas secções, corresponde às necessidades programáticas de edifícios de habitação, que num sistema cooperativo, necessitariam da inserção de uma variedade de programas partilhados. Neste sentido, as fábricas onde ocorreram um processo de produção mais intenso, com máquinas maiores e mais fases de produção, ofereceriam uma melhor capacidade de implantação, aproveitando-se os seus espaços alargados e as suas estruturas pré-existentes para a implantação da compartimentação habitacional.

Na rede fabril de Mira de Aire, todas as fábricas estavam providas de eletricidade, e as redes de distribuição de água e de esgotos foram generalizadas no núcleo urbano da vila no final do século

XX. Logo, as fábricas onde o uso da água era essencial para o processo produtivo, correspondem às melhores estruturas para a implantação de habitação. As fábricas que envolviam secções de tinturaria, por exemplo, necessitavam de um forte acesso a fontes de água e esgotos, pelo que as fábricas de fiação, que tingiam os seus produtos, estariam particularmente aptas. Do mesmo modo, a grande produção de resíduos líquidos associados ao processo de tinturaria implica que, antes de qualquer implantação de habitação nas suas estruturas, as fábricas-alvo necessitariam de um extenso processo de limpeza e descontaminação, de forma a viabilizar a implantação de novos programas de uso.

Em termos energéticos, o acesso a eletricidade na vila não se afigura como entrave à implantação de habitação nas fábricas. A generalização da eletricidade na vila no início do século XX, com especial aplicação nas fábricas – pelas grandes necessidades energéticas associadas à produção industrial –, viabilizam o recondicionamento de praticamente todas as fábricas devolutas. Apesar deste fator, seria importante na construção destas estruturas a instalação de fontes de energia renováveis, inserindo a nova habitação no atual contexto ambiental, mitigando a pegada ecológica. A instalação de painéis solares, por exemplo, implicaria a seleção das fábricas tendo em conta a orientação e exposição solar das suas coberturas, de modo a viabilizar a produção suficiente de energia para o funcionamento da habitação.

A implantação de habitação numa estrutura fabril implica a manutenção de condições de salubridade e conforto térmico. Isto significa assegurar a ventilação cruzada, garantir a entrada de luz natural suficiente, acautelar a capacidade de retenção térmica e a resistência à entrada de humidade e água. Em Mira de Aire, a topografia condiciona fortemente a salubridade de algumas secções de algumas fábricas, que se encontram



155. Fiandeira Mirense, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024



parcialmente subterrâneas: apesar de não permitir a instalação de habitação nessas áreas, possibilita a distribuição espacial de outros espaços funcionais, como garagens, armazéns, zonas de recolha de lixo ou áreas técnicas. Quanto às entradas de luz, a distribuição de vãos nas fachadas condiciona a tipologia das habitações, pelo que fábricas com maior amplitude de vãos permitem o desenho de estruturas habitacionais mais flexíveis. As fábricas, apesar das melhorias estruturais e construtivas verificáveis ao longo do tempo, continuam a apresentar um desempenho insuficiente na retenção de calor e no controlo da humidade, pelo que uma eventual reestruturação necessitaria de contemplar isolamento térmico e acústico, coberturas permeáveis à ventilação e tratamentos anti humidade.

Tendo em conta as condicionantes descritas, as fábricas da Lanifícia do Outeiro e da Fiandeira Mirense respondem de melhor forma às condições de reabilitação imaginadas para uma cooperativa de habitação. A dimensão e extensão destes edifícios oferecem uma grande variedade espacial, possibilitando a instalação de diversas tipologias de habitação e de espaços partilhados. A sua posição estratégica na vila – próxima da Escola Primária Nº1, do campo da Fandeira, enfim, do centro da vila –, permite a participação no quotidiano da vila, assegurando relações de proximidade aos potenciais habitantes. Os edifícios necessitariam, portanto, de uma reestruturação, de forma a melhorar as condições de salubridade, conforto térmico e impermeabilização, tal como a adaptação das infraestruturas internas de acesso a água, esgotos e eletricidade. A instalação de painéis solares, por exemplo, seria viável pela orientação dos edifícios (N-S) e pela topografia, livre de obstrução. A implantação de habitação acessível nestes edifícios corresponderia a um primeiro passo no desígnio de reativação do tecido socioeconómico da vila, atraindo para Mira de Aire mais habitantes, renovando a economia local, homenageando a

identidade local da vila e abrindo novas linhas de possibilidade para os mirenses.

5.3.3. O papel das entidades locais

As políticas regionais de tratamento das estruturas identitárias devolutas adquirem um importantíssimo papel na valorização das localidades, cuja memória coletiva se associa aos dispositivos materiais que suportaram o seu desenvolvimento socioeconómico. A presença de estruturas fabris devolutas em Mira de Aire, e a sua permanência física no sistema urbano da vila, representa não só a incapacidade financeira para a reativação destas estruturas, tão necessárias para a revitalização da economia local, como demonstra a falta de iniciativa por parte das fontes de poder face à possibilidade. A crescente centralização, tanto a nível económico como político, impede o investimento por parte dos municípios nestes locais, principalmente pela estrutura vertical hierárquica associada à alocação dos orçamentos municipais. Seria desejável, por isso, uma reestruturação das políticas regionais e económicas, cujo investimento em métodos de descentralização se percebe essencial para a sobrevivência das localidades sob pressão de falência económica e em perda demográfica.

A simples construção de uma cooperativa de habitação em Mira de Aire não seria, por si só, suficiente para a reativação do seu tecido social. A fixação de indivíduos depende dos vários fatores que atuam sobre a vida quotidiana, como a proximidade ao emprego, a disponibilidade de serviços, a oferta de educação, a existência de espaços de lazer e a fácil conectividade ao resto do país. A atratividade das áreas rurais depende da conjugação de condições que permitam a permanência das famílias, do mesmo modo que aconteceu aquando da implantação das fábricas na vila. A oferta de emprego na região é essencial para a permanência e essa disponibilidade implica um redireccionamento para um tipo



156. Fábrica de Tapetes Vitória, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

de trabalho significativo na presente dinâmica económica. Em Mira de Aire, a reativação das fábricas no seu formato produtivo pretérito já não se insere num contexto socioeconómico atual, em que a terceirização do trabalho, o crescimento do trabalho cognitivo e a produção tecnológica e competitiva das atuais indústrias torna menos atrativo a reativação das máquinas à sua escala anterior. Isto não implica que não haja operários em Mira de Aire, antes pelo contrário: as principais empregadoras da vila, a Newplaids Lda. (antiga Fábrica dos Moinhos Velhos) e a Manulena continuam a funcionar dentro dos moldes produtivos da época de ouro da indústria mirense, comprovando que o legado do trabalho industrial ainda constitui um forte argumento na empregabilidade da vila. Porém, o processos de atração de habitantes urbanos, cuja prática profissional é extremamente terceirizada e cognitiva, implicaria a fixação de empresas desse setor na região, o que reclama incentivos impulsionados pelos municípios. As políticas e medidas de incentivo à implantação de empresas na vila poderão passar pela definição dos objetivos comuns para toda a região. Estas medidas seriam uma projeção das características da região, tanto em termos geográficos, como sociais e materiais.

Por exemplo, a relação com o PNSAC significa que as localidades da região partilham a responsabilidade na gestão dos seus recursos naturais. De forma a inserir a economia local nesta dinâmica, seriam implementados incentivos económicos e estruturais a empresas cuja prática e produção funcionassem em torno da sustentabilidade. As empresas teriam a responsabilidade de alocar fundos para a preservação do espaço natural, e em contrapartida o município coparticipava na construção das instalações, recondicionando o património abandonado tendo em conta medidas energéticas e de conforto sustentáveis, passivas, e económicas. Estas empresas, além ocuparem os edifícios fabris abandonados, participariam ativamente na manutenção

do ecossistema e impulsionavam economicamente a região.

Estas medidas de incentivo poderiam aplicar-se igualmente a empresas e organizações que promovessem a participação e a cooperação. Estas organizações poderiam aplicar-se a práticas económicas de menor escala, associadas a atividades mais desprotegidas e sensíveis, como a agricultura, a pecuária, e o artesanato, mas igualmente a prática de artes plásticas e de design sustentável, como no caso das Oficinas do Convento[21], em Montemor-o-Novo, ou a Estação Cooperativa de Casa Branca[22], cuja atividade abrange variados setores e diferentes escalas de produção. Estas organizações cooperativas funcionariam à escala local, apoiando a produção artesanal, podendo ser compostas por agricultores, artesãos, artistas e designers locais ou de diferentes partes do país e do mundo, que se deslocariam a Mira de Aire em formatos de residências artísticas ou convenções, para a exploração de práticas artísticas in situ, contribuindo para a qualificação cultural da região. O município incentivaria a fixação destes grupos através da disponibilização de espaços, que poderiam igualmente tratar-se de edifícios fabris abandonados, facilitando o acesso a ferramentas e materiais para a produção artesanal, artística e cultural. Em contrapartida, a fixação destes grupos na região levaria a um maior dinamismo cultural e artístico, gerando novos círculos de ação no município.

Finalmente, na área da educação e da investigação, a posição de Mira de Aire num contexto geomorfológico rico e complexo, possibilita a fixação de grupos de investigação associados à pesquisa hidrogeológica e agrícola, encontrando no vale da vila e na região do Maciço Calcário Estremenho uma grande variedade morfológica e ambiental. A investigação impulsionaria fortemente o investimento económico da região, alocando investigadores, especialistas e profissionais no estudo dos ecossistemas locais. Este interesse poderia, igualmente, despoletar a criação de cátedras especializadas, trazendo estudantes e alunos, no que

21. https://oficinasdoconvento.com/
22. https://estacaocooperativa.cargo.site/

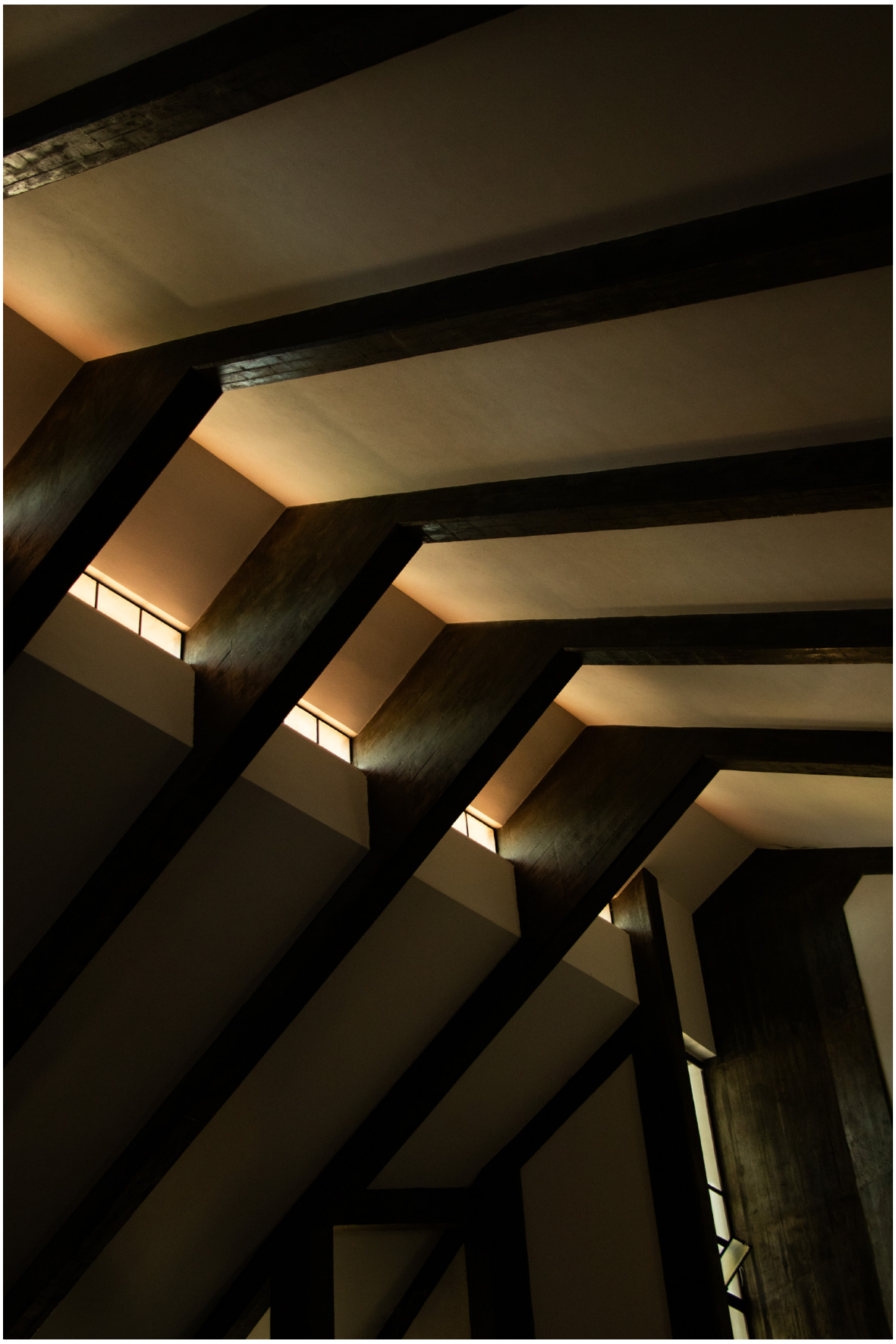
se poderia tornar numa potencial extensão da universidade. Tal como as cidades médias de Coimbra, Évora ou Covilhã, também Leiria beneficia da presença de educação de nível universitário, através do Instituto Politécnico de Leiria (IPL). A investigação geológica e agrícola na região poderia resultar na extensão do Instituto, inscrevendo-se um polo universitário em Mira de Aire. Os municípios da região poderiam impulsionar a implantação destas estruturas nos antigos edifícios fabris, cujas áreas e espacialidade permitiriam a adaptação a instalações universitárias. Tal como na Covilhã, onde a implantação da UBI permitiu a reativação da cidade, também uma faculdade em Mira de Aire poderia rejuvenescer o tecido socioeconómico local, através da presença de uma população mais jovem e heterogénea, cuja necessidade de habitação impulsionaria o restauro das casas vazias na vila, e consequentemente, toda a economia local.

A possibilidade de implantação de empresas e organizações em Mira de Aire implica a utilização e a viabilização de estruturas cuja capacidade de utilização depende do investimento público, por parte das entidades municipais e regionais, em articulação com os governos centrais. As fábricas devolutas tornam-se assim os principais catalisadores do processo de revitalização da vila, servindo como recipientes de programas e atividades que atraem novos habitantes, cuja permanência torna mais resiliente a região. Ao descentralizar a atividade económica, cultural, educacional e lúdica, promove-se o repovoamento das regiões rurais e semirrurais, enquanto se descongestiona as cidades. As entidades municipais e regionais são os principais agentes de mudança territorial, não só pela sua responsabilidade na gestão da sua região, como pelo seu papel representativo junto das populações. É através da comunicação transversal entre os municípios, freguesias e associações de habitantes, que se promovem medidas locais de resiliência territorial, caso em que



157. Lavandaria da Fábrica Newplaids, Lda., Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

a articulação entre a escala local e a escala nacional se torna decisiva para a gestão equilibrada e para o rejuvenescimento dos tecidos locais.

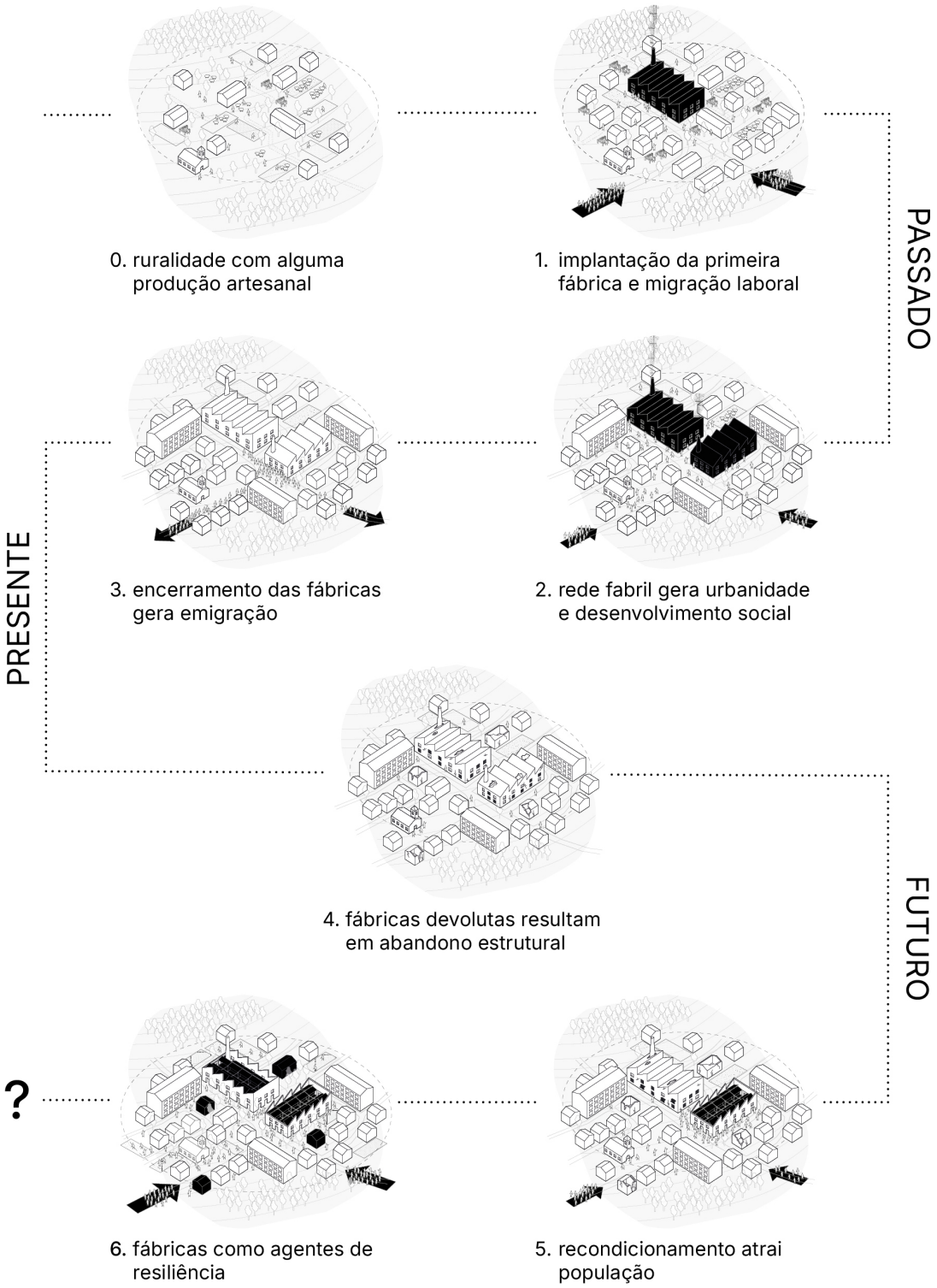


158. Igreja-Matriz de Mira de Aire, Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

5.4. O FUTURO DE MIRA DE AIRE

Ao longo deste documento fez-se uma leitura temporal das diferentes alterações que ocorreram na localidade de Mira de Aire, desde a incipiência de uma indústria caseira e artesanal, passando pela implantação das fábricas e desenvolvimento do sistema produtivo mecanizado, até à falência das mesmas e subsequente declínio da vila. Atualmente, Mira de Aire encontra-se numa situação inerte. A infraestrutura fabril abandonada expressa-se no território como a lembrança de um tempo antigo, sem sinais de revitalização. O abandono das fábricas distende-se para a infraestrutura da vila, com as ruas, edifícios e espaços públicos pouco qualificados ou em estado de relativa degradação. Grande parte da população trabalha fora da vila, e os poucos indivíduos empregados nas indústrias e empresas ainda ativas trabalham num setor de grande fragilidade económica, que gera incerteza no tecido social da vila. A vila torna-se intersticial, espaço de transição a pontuar a estrada, de diminuta expressão na região. Enquanto Mira de Aire recebe milhares de visitantes por ano, motivados para descer às maiores caves subterrâneas do país, à superfície, a falta de habitantes expressa-se nas casas vazias, nos solitários cafés, nos lamentos dos mirenses.

Apesar do grave declínio da vila, o bairrismo herdado do tempo das fábricas mantém vivo o espírito da população. Os recorrentes eventos e atividades organizados pela comunidade ao longo do ano, e a grande participação e interação da população, prova que o futuro de Mira de Aire não se esgota no abandono das fábricas, mas que se fundamenta nas pessoas. As pessoas que antigamente lutavam para tornar fértil o solo cársico, foram as mesmas que impulsionaram a economia local através do seu duro labor nas fábricas, e essa memória coletiva manteve-se presente, mesmo depois do fecho das indústrias. O projeto de renovação da vila deve-se basear no investimento na sua população, que mais do que representativo, deve ser participativo, com os habitantes de Mira de Aire a serem envolvidos nas estratégias

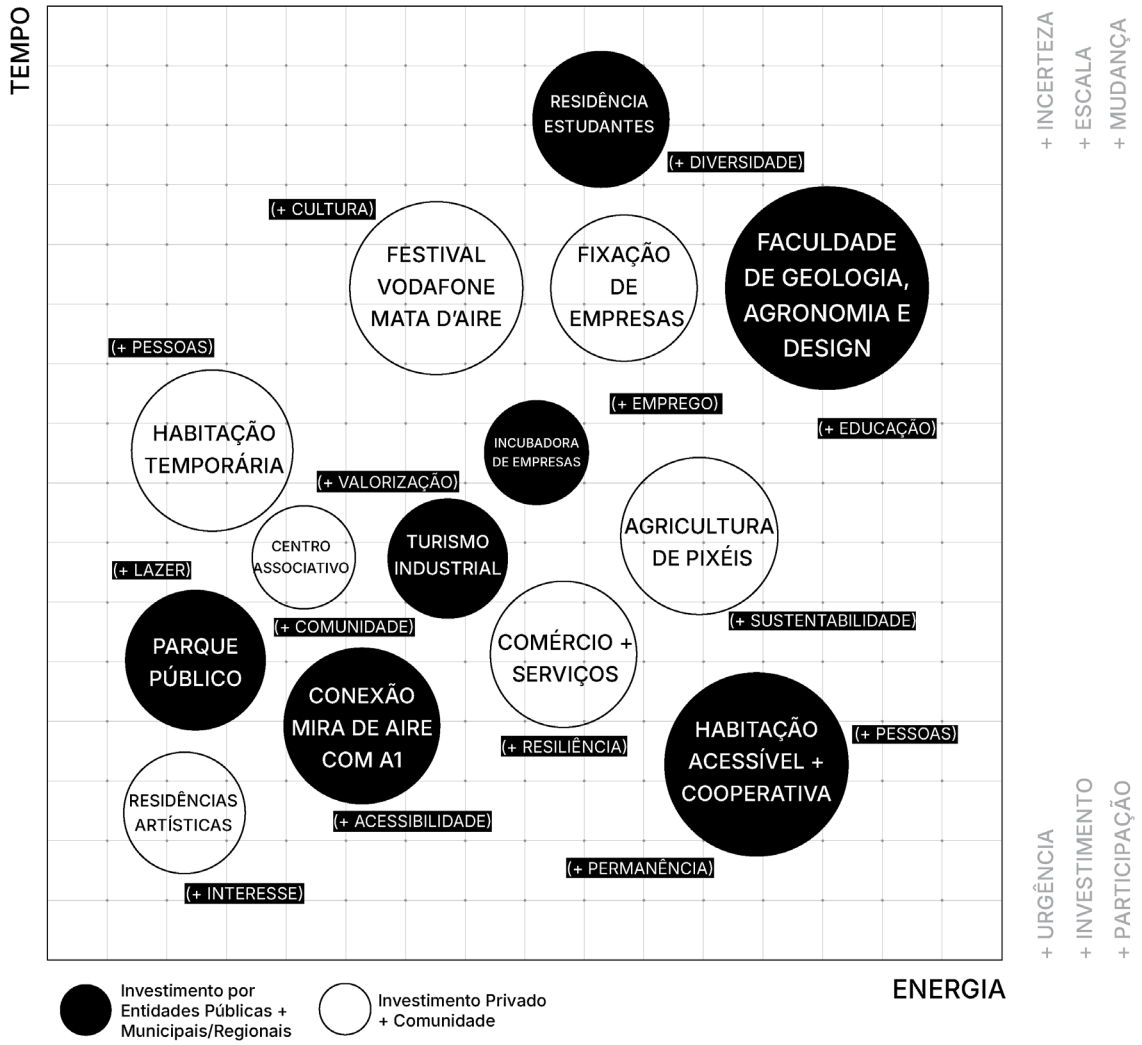


159. Diagrama de processo de falência e recondicionamento da rede fabril de Mira de Aire, elaborado pelo autor

de reestruturação da sua terra. A participação dos habitantes é essencial para a resiliência do território, visto que os agentes de mudança num local são, e devem ser, aqueles que dele usufruem.

O desenho de um plano de ação parte do desejo de manter a participação e a decisão local como os elementos definidores do processo de reestruturação da vila. Um plano linear, com fundos e etapas definidas, organizado segundo ideias representativas do que a população necessita, acabaria por se mostrar pouco poroso em relação às derivas possíveis no futuro. Nesse sentido, em alternativa ao desenho horizontal e fixo de uma estratégia territorial, identificaram-se algumas mudanças possíveis de fomentar no território, e com isso se organizou uma matriz de ação flexível. As principais variáveis que definem a exequibilidade de uma estratégia territorial baseiam-se na capacidade dos agentes na captação de fundos, mão de obra e recursos, e na capacidade de convocar essa energia ao longo do tempo, tanto pela sucessão ordenada de ações, como no que concerne à duração necessária à execução das mesmas. Nesse sentido, a matriz de ação baseia-se em dois eixos - tempo e energia -, onde cada ação varia em escala de execução, mas pode ser definida numa sucessão flexível. As propostas na matriz foram divididas em duas frentes: as entidades públicas, como o governo, os municípios e freguesias; e as entidades privadas e a comunidade, constituídas por empresas privadas, associações e civis. Desta forma, todas as facetas da sociedade civil desempenham um papel de responsabilidade no processo de renovação do tecido socioeconómico e estrutural de Mira de Aire.

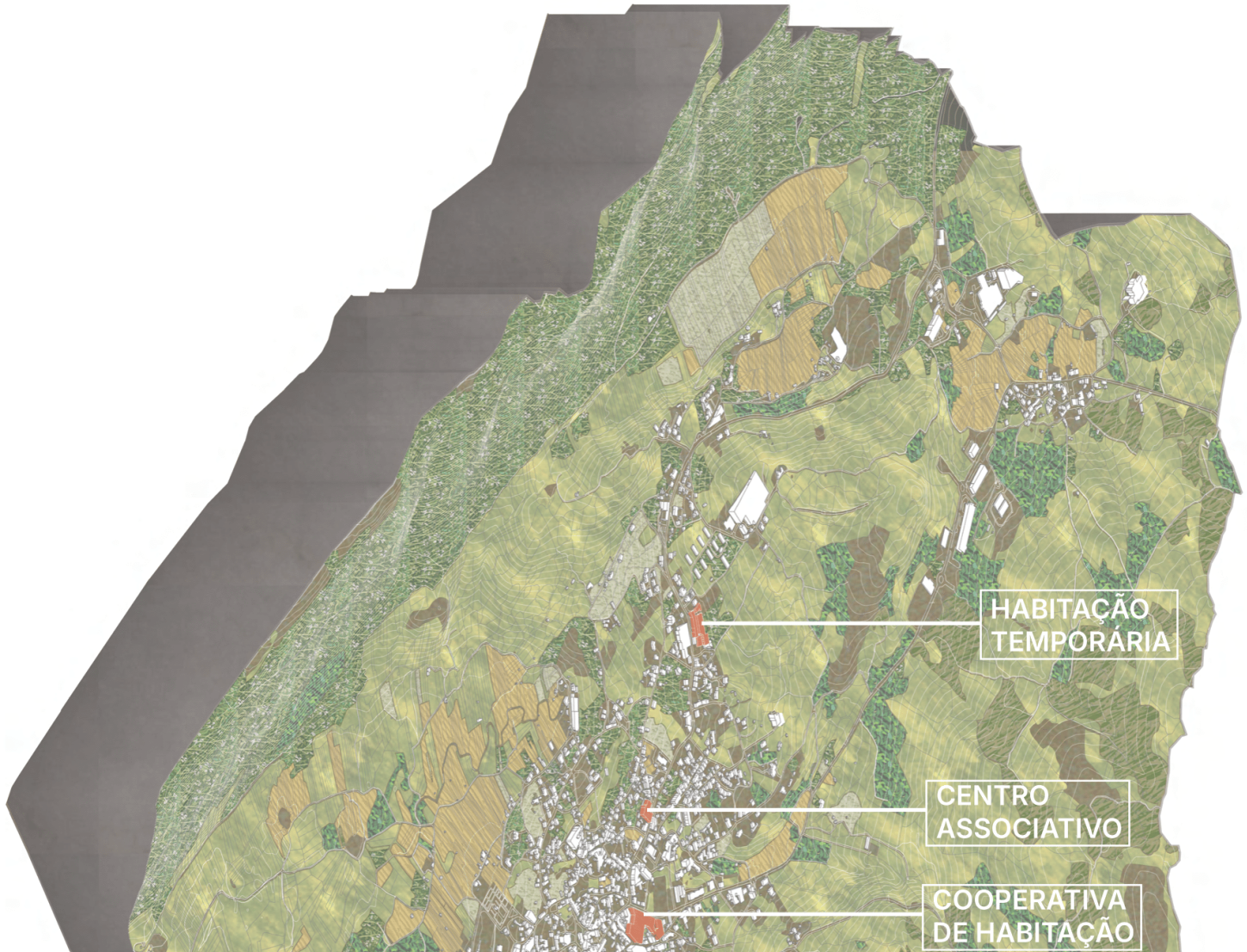
A definição das propostas de revitalização são baseadas nas atuais necessidades dos habitantes, como a habitação acessível, o acesso a um emprego, a melhoria dos meios de comunicação, a existência de espaços públicos qualificados e o desenvolvimento cultural e social da vila. A exequibilidade destas ações está dependente da disponibilidade estrutural e infraestrutural

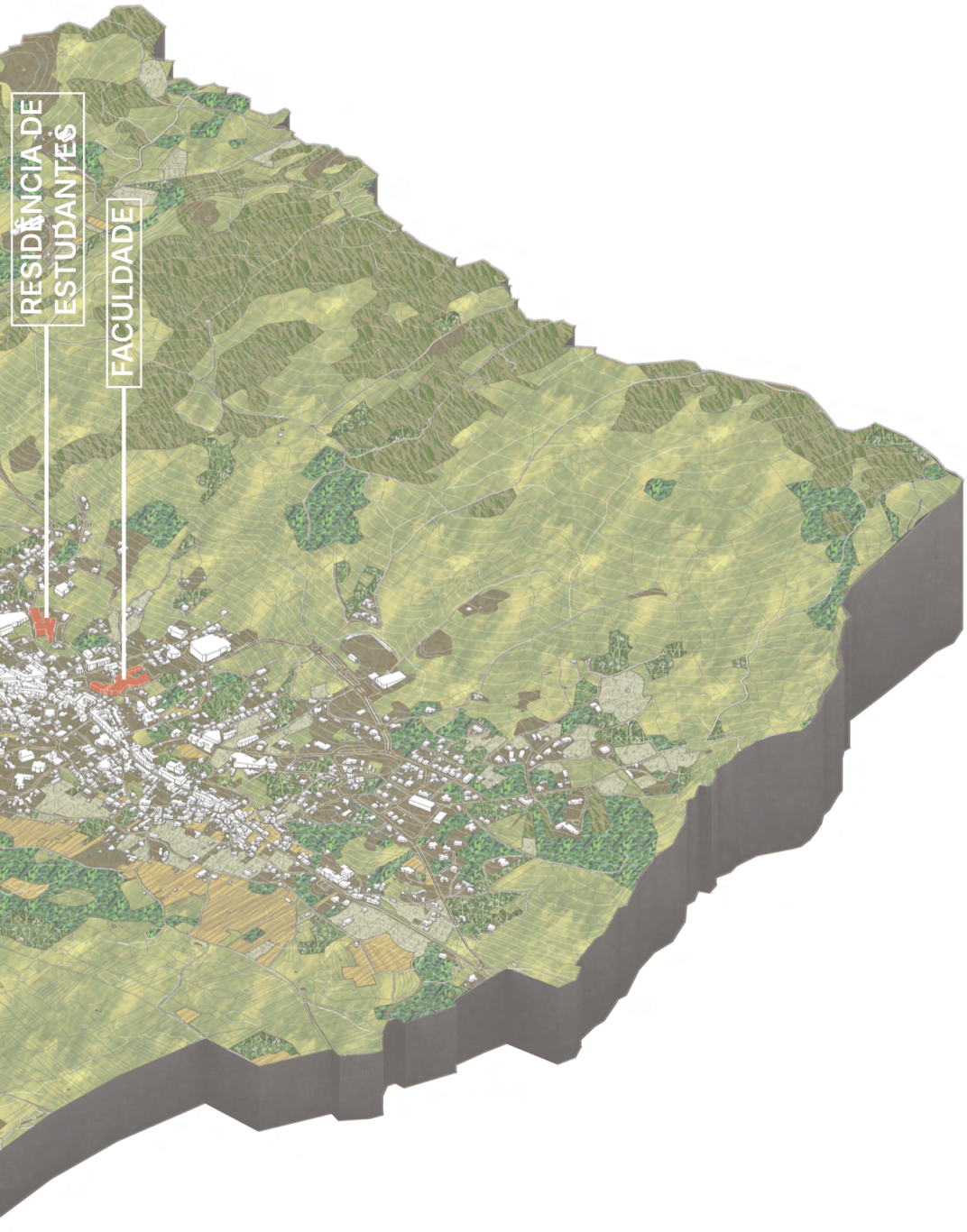


160. Matriz de ação, elaborado pelo autor

dos espaços na vila, aos quais caberá albergar espacialmente os diferentes programas projetados. A rede industrial têxtil, especialmente as fábricas abandonadas, inserem-se nesta estratégia como possíveis recipientes dos programas delineados, pela sua capacidade espacial, posição geográfica e lugar na memória coletiva da vila. As estruturas fabris voltariam, assim, a desempenhar o papel de impulsionadoras do crescimento económico e da reprodução social da vila, passando de uma lógica produtiva e de produção de capital, para uma lógica participativa e comunitária, adaptando-se ao paradigma da sociedade atual.

A definição dos programas a desenvolver nos edifícios fabris é baseada, principalmente, no acesso a habitação digna e acessível, à oferta de emprego e desenvolvimento económico local, e na promoção do espírito comunitário e associativo da vila. A matriz desenvolvida permite delinear uma possível sucessão temporal de ações, tendo em conta diferentes fases de investimento e crescimento na localidade. Um plano de desenvolvimento territorial para Mira de Aire necessita, primeiramente, de assegurar a permanência de habitantes na vila, através da disponibilidade de habitação e da oferta de emprego. Dos programas propostos, partiu-se da implantação de habitação acessível na vila como primeira ação de reestruturação, inserindo Mira de Aire no contexto de crise habitacional sentida fortemente, em particular, nos meios urbanos. Esta habitação promoveria a permanência, atrairia novos habitantes para a vila, gerando uma população mais heterogénea, e impulsionando a expansão da economia local. Este projeto depende, porém, da coordenação entre a organização de indivíduos e agregados familiares e o Município de Porto de Mós, visto que a aquisição de estrutura para a construção de unidades habitacionais implicaria a alocação de fundos públicos e privados. A rede industrial serviria como recipiente deste programa, nomeadamente a


HABITAÇÃO
TEMPORÁRIA
CENTRO
ASSOCIATIVO
COOPERATIVA
DE HABITAÇÃO



161. Possíveis estruturas nas instalações devolutas da rede fabril de Mira de Aire, elaborado pelo autor

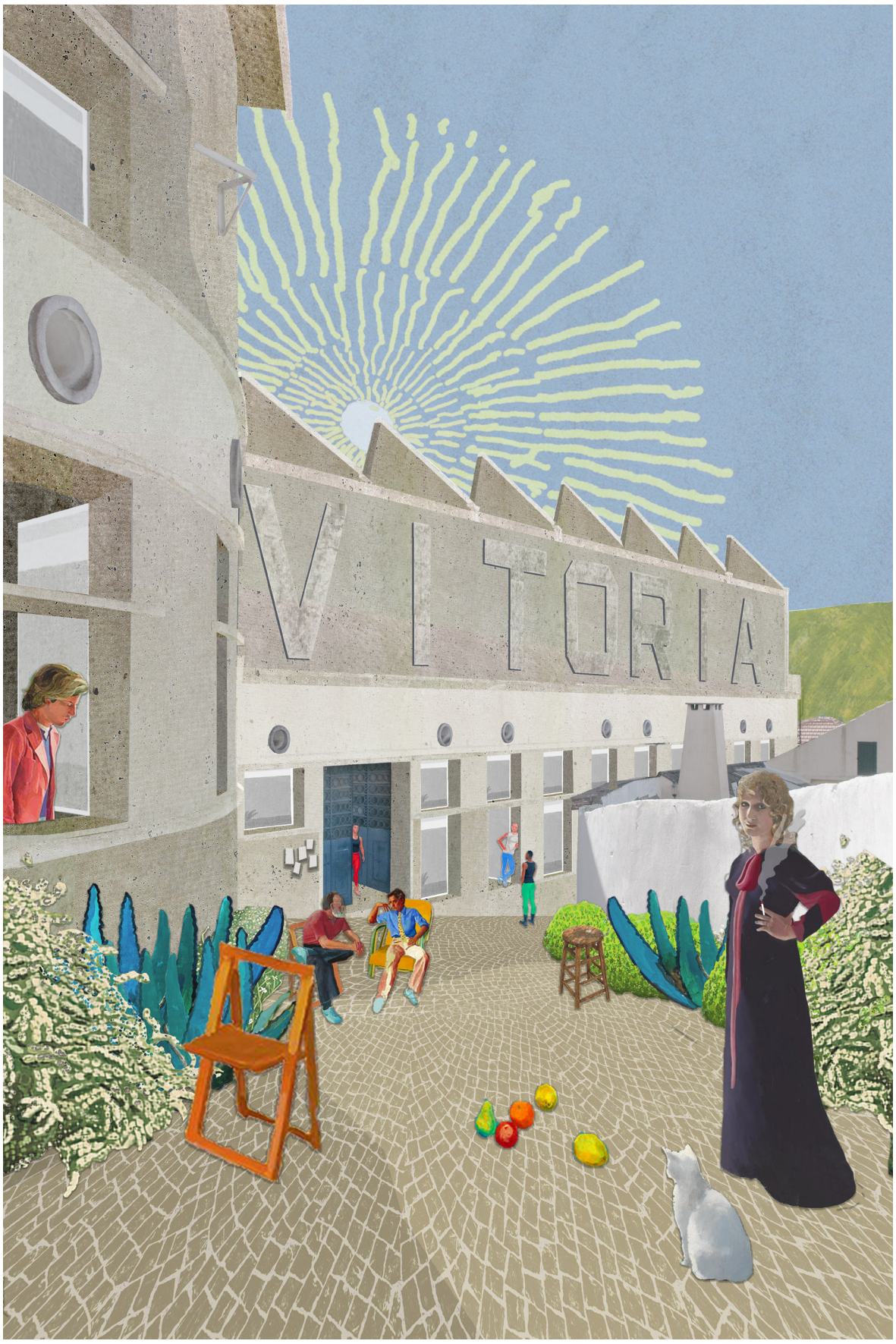


162. Fotomontagem da Cooperativa da Fábrica, nas instalações da antiga Lanifícia do Outeiro, elaborado pelo autor

fábrica da Lanifícia do Outeiro, cuja capacidade espacial permite a melhor implantação de programas habitacionais. A própria organização dos indivíduos interessados teria de ser promovida de forma democrática e participativa, como uma cooperativa de habitação, permitindo a alocação igualitária de unidades de habitação e preparando a estrutura para a receção de novos habitantes, em diferentes moldes domésticos.

Após a implantação da cooperativa no território, as restantes mudanças na vila ocorreriam como resultado desta primeira ação de reestruturação. A chegada de novas pessoas à vila significaria um primeiro passo de um diversificado processo de renovação territorial - de grande potencial - gerando lastro para o desenvolvimento de novos programas ao serviço da população. A ampla capacidade espacial dos diversos edifícios fabris da rede industrial mirense, permitiria o planeamento de novas identidades espaciais, onde se relacionariam diferentes programas através de vasta rede comunicante. A qualidade espacial das fábricas potencia a implantação de programas comunitários e autogeridos, permitindo igualmente o investimento por parte de entidades privadas, albergando diversos intuitos, sejam estes produtivos, de serviços e pequenos negócios, assim como num âmbito não lucrativo, como é o exemplo de instituições, associações, espaços de ensino, e culturais. As entidades responsáveis pela manutenção e desenvolvimento dos edifícios reapropriados estariam então diretamente relacionadas com a coordenação destes programas, tornando-se a participação da população nesta dinâmica espacial, fator essencial para o sucesso e crescimento da nova rede.

O futuro de Mira de Aire depende da capacidade organizacional e comunicativa dos diferentes aspetos da sociedade civil e institucional, unidas na gestão de um património comum e na manutenção do tecido socioeconómico local. A vulnerabilidade social e estrutural das regiões rurais industrializadas implica um



163. Fotomontagem da Faculdade de Geologia, Agronomia e Design, nas instalações da antiga Fábrica de Tapetes Vitória elaborado pelo autor



164. Fotomontagem do Centro Associativo e jardim público, nas instalações da antiga Fábrica de Malhas Mirex, elaborado pelo autor



165. Fotomontagem de habitações temporárias, nas instalações da antiga Sociedade Industrial de Mira de Aire, elaborado pelo autor

planeamento territorial sensível às necessidades contextuais e específicas destes locais, através do desenvolvimento de medidas estruturais adaptadas ao local e negociadas com a população. A participação e coordenação dos diferentes agentes de mudança, desde a macro escala (os governos, os municípios, as instituições públicas) à micro escala (as associações locais, os habitantes), é essencial para o desenvolvimento do tecido socioeconómico destes locais, permitindo o desenho de estratégias de mudança territorial que se adaptem às necessidades intrinsecamente ligadas à história, às relações sociais e ao contexto paisagístico destas localidades. É necessário, por isso, a promoção da interajuda entre todos os participantes no processo de reestruturação de Mira de Aire, permitindo delinear novos cenários de renovação, onde todos os agentes envolvidos partilham a responsabilidade no desenho de novos futuros para a vila, unidos na construção de uma nova Mira de Aire, mais qualificada, mais apropriada, mais participativa – e mais democrática.



166. Instalações da Fábrica Newplaids, Lda., Mira de Aire, Margarida Alexandre, 2024

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redação desta Dissertação surge de uma relação pessoal estreita com o território em estudo. As descrições feitas durante o documento – principalmente a atual situação de abandono estrutural da vila –, foram vivenciadas pelo autor com grande proximidade. Tendo nascido e crescido na vila, o interesse pelo estudo de um território em obsolescência estrutural e social parte do grande apreço pela terra de origem, e uma correspondente preocupação com o seu futuro.

A organização deste documento trata de evidenciar as diversas problemáticas que atingem este tipo de povoações, espalhadas por todo o território português. O abandono estrutural destas localidades reflete a falência de um sistema social e económico, cujos moldes de ação não permitem compreender as variadas cambiantes e sensibilidades dos territórios semirrurais. Reflete igualmente a inabilidade (ou desinteresse) por parte dos governos centralizados de responder às necessidades destes locais, à vista de políticas de gestão territorial incapazes de se adaptar à sensibilidade geográfica e contextual de locais em estado de obsolescência. Mas, principalmente, reflete a predominância de um sistema económico de acumulação de capital, cuja atividade generalizada e global não funciona em torno das necessidades intrínsecas das populações de menor dimensão e densidade. As consequências do crescimento baseado na produção industrial, e da subsequente falência destas estruturas produtivas, são sentidas a todos os níveis territoriais: na quebra dos mercados nacionais, no desemprego generalizado nas regiões rurais, na fraca manutenção das infraestruturas anexas e envolventes às fábricas, no declínio populacional destes lugares e na fragilização da relação interpessoal entre os habitantes.

A crescente centralidade da cidade, cuja influência se estende para além dos seus limites periféricos e estruturais, reproduz-se a nível político e económico no restante território periurbano e rural. É na cidade que se concentram as principais atividades

produtoras de território, e é a partir dessa centralidade que se decidem as políticas que definem a gestão do mesmo. A centralidade política, económica, estrutural, mas principalmente, cultural, define a extensão em que ocorre a reestruturação do território não-urbano, numa estrutura burocrática e hierárquica, ignara das especificidades territoriais da maior parte do país. A urbanidade apodera-se, na sua intensa produção e reprodução, das culturas locais e contextuais do restante território, reproduzindo-se em todos os aspetos do quotidiano: nas políticas e orçamentos regionais – cuja ação é dependente dos interesses do poder central; nas infraestruturas viárias – evidenciando eixos de ligação entre centros urbanos, e negligenciando, por exemplo, a comunicação no interior; na media e na produção cultural – pois é na urbanidade onde "tudo acontece"; e na relação interpessoal entre habitantes das localidades rurais – reproduzindo-se na constante migração de população da ruralidade para a urbanidade.

Na prática da arquitetura, a cidade surge como principal caso de estudo, refletindo-se na extensa bibliografia produzida sobre o tema da urbanidade. É percetível o interesse generalizado que a cidade convoca, por parte de arquitetos e urbanistas. É, afinal, no congestionamento urbano que ocorre uma maior urgência para a ação, pois na cidade as relações interpessoais reproduzem-se exponencialmente, em virtude da pressão estrutural e social, despoletada pelos variados conflitos de foro urbano. A urgência de entender – e resolver – necessidades crescentes na cidade, ocupam a maior parte do pensamento arquitetónico, principalmente a nível académico. A hegemonia do pensamento urbano manifesta-se como sintoma da centralidade da cidade, que estende a sua influência a todas as escalas da cultura contemporânea. Afinal, é na cidade onde estão as universidades, e o pensamento sobre o espaço urbano é alimentado pela implantação das instituições de ensino superior. Ou seja, o

poder centralizador da urbanidade alimenta-se perpetuamente: a centralidade da cidade, ao atrair população das periferias e regiões interiores do país, gera maior congestionamento e pressão, que por sua vez gera mais conflitos e aumenta os problemas estruturais, amplificando a necessidade por mão de obra, tanto física como cognitiva, para a resolução dos problemas urbanos, e assim sucessivamente.

Porém, fora das cidades, os espaços rurais também enfermam de outra variedade de problemáticas, com necessidade de resolução equivalente. O abandono rural, efeito colateral da densificação urbana, deve ser tomado em conta na forma como pensamos o território. A aldeia, tal como a cidade, é palco de uma grande diversidade de conflitos, cujas escalas e consequências afetam as suas populações a um nível mais intrínseco, produto de um isolamento geográfico, infraestrutural, e social. Mas, ao contrário da cidade, a aldeia surge desprovida de ferramentas essenciais para a sua resiliência, resultado da centralização do poder decisor.

É, por isso, necessário - e urgente - descentralizar. As regiões rurais em processo de decadência necessitam de capacitar-se com ferramentas que possibilitem a construção comum do seu futuro, procurando-se estratégias in loco que possibilitem a sua resiliência. E o acesso a estas ferramentas surge quando não menosprezamos o rural como mero espaço intersticial, funcional e inerte, mas como um espaço vivo, em constante construção, essencial para o desenvolvimento integrado do território. Se parte dos problemas históricos, na cidade, surgem com o abandono das zonas rurais, que se pense na aldeia como lugar de partida. Que se questione a aldeia com a mesma intensidade com que se pensa na cidade. Que se olhe para as paisagens da ruralidade, não como um elemento de mera preservação e deslumbramento, mas como um agente ativo na resolução do território, a todas as escalas.

Se hoje se percebe – enquanto tema – a fábrica encerrada em torno do seu próprio abandono, que se reabram as suas portas a novos futuros. Que se convoquem de novo tão formidáveis dispositivos, em conjunto, para a construção de um futuro comum.

[...]

P'rá frente, p'rá frente,
Caminhando para melhor.
Nós queremos, nós queremos,
Que progridas no teu labor.

[...]

Excerto do Hino de Mira de Aire

BIBLIOGRAFIA

ARMENGAUD, M., DEGROS, A., & RADULOVA-STAHMER, R. (Eds.). (2023). *Towards territorial transition*. Park Books.

ARMSTRONG, R., & THERRIEN, T. C. (com Solomon R. Guggenheim museum, Arc en rêve-Centre d'architecture, & AMO). (2020). *Countryside, a report: Exhibition, Guggenheim museum, New York, 20 February-14 August 2020 and traveling to Arc en rêve centre d'architecture, Bordeaux, October 2020.* Taschen.

BALLARD, J. G. (2015). *Arranha-Céus.* Elsinore.

BIGGS, L. (1996). *The rational factory: Architecture, technology, and work in America's age of mass production.* Johns Hopkins Univ. Press.

BOISIER, S. (2004). Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. *Revista eure, XXX* (90), 27–40.

BRODER, D. (2021). The Many Farewells to the Working Class. *Jacobin*, 42, 29–37.

CABREIRA, P. (2020). *História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal: Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Conflitos Sociais em Portugal*. Imprensa de História Contemporânea, NOVA FCSH.

CAEIRO, J. M. C. (2005). Os planos de fomento nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós- guerra. *Intervenção social, 31*, 193–219.

CARERI, F. (2012). *Walkscapes: O caminhar como prática estética.* Gustavo Gili.

CARMO, R. M. (2004). Visões do território português: A emergência da sociedade dualista organizada em rede. A Questão Social no Novo Milénio. *CES VIII Congresso Luso- Afro-Brasileiro de Ciências Sociais,* Coimbra.

CARVALHO, J. M. (2021). A imigração e a agricultura no Alentejo no século XXI. *Revista Migrações, 17*, 87–104.

CHOAY, F. (2010) *Alegoria do Património*. Edições 70

COVAS, A & COVAS, M. M (2012). *A Caminho da 2a Ruralidade: Uma Introdução à Temática dos Sistemas Territoriais*. Lisboa. Edições Colibri

CUNHA, L. (2006). Dinâmicas e processos de transformação económica: Do contrabando à indústria de torrefacção de café em Campo Maior. *Etnográfica, 10(2)*, 251–262.

CUNHA, L. P. (1992). A adesão de Portugal às comunidades europeias e as relações comerciais com os países terceiros. *Gestão e Desenvolvimento, 1*, 87–115.

CUSTÓDIO, J. (2017). Políticas públicas para a salvaguarda e conservação do Património Industrial: Omissão ou desconsideração? *P&C, 62*, 22–28.

DE MATOS, A. C. (2002). Indústria e ambiente no século XIX. *Ler História, 42*, 119–152.

DE OLIVEIRA, C. B. (2009). Portugal: Os movimentos no tempo. *DIRIGIR - Separata, 107*, 2–11.

DICKENS, C. (2016). *Tempos Difíceis.* E-primatur.

DOMINGUES, Á. (2012). *Vida no campo* (1. ed). Dafne Ed.

EDER, K. (1992). Culture and crisis: Making sense of the crisis of the work society. *Theory of culture*, 366–399.

ENGELS, F. (2022). *A Situação Da Classe Trabalhadora Na Inglaterra.* Boitempo.

FREIRE, D., & LAINS, P. (Eds.). (2017). *An agrarian history of Portugal, 1000-2000: Economic development on the European frontier.* Brill.

FOUCAULT, M. (2013). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão.* Edições 70.

GAMA, A. (1987). Indústria e Produção de um espaço Peri-urbano. *Revista Crítica de Ciências Sociais., 22,* 33– 54.

GONÇALVES, C. (2018). Perspetivas sobre resiliência territorial: resistência fluxível, interdependência sistémica, adaptabilidade evolutiva. *GEOgraphia, 20(43)*, 36.

GUATTARI, F. (1996). *As Três Ecologias.* Papirus Editora.

LEFEBVRE, H. (2012). *O Direito à Cidade.* Letra Livre.

LEMA, P. B., & TEIXEIRA, J. A. (1988). Desindustrialização. Reindustrialização. Terciarização. *Revista da FCSH*, 75–88.

LOURENÇO, J. (2010). *A indústria na vila de Alenquer: 1565-1931* [Tese de mestrado]. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

MARX, K. (2013). *O capital: Crítica da economia política* (Vol. 1, 17a ed.). Boitempo Editorial. (Original publicado em 1867)

MAALOUF, A. (2000). *As Identidades Assassinas.* Difel.

MAGNAGHI, A. (2017). *A Biorregião Urbana: Pequeno Tratado sobre o Território, Bem Comum*. ESAD, Escola Superior de Artes e Design.

MELO ANDRADE, D. D. (2018). Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. *Revista História: Debates e Tendências, 18(3),* 408–419.

MARTINS, O., MERGULHÃO, L., MARTINS, S., CARVALHO, J. (2016). *Roteiro De Geossítios Do Parque Natural Da Serra De Aire E Candeeiros.* Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., LEIRIA

NUNES, M. de F. (2016). Da ocupação do território à degradação ambiental: O caso da Mina de São Domingos. , 131– 140.

OLIVEIRA, C. R. de. (2023) Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2023. 1a ed. (*Imigração em Números – Relatórios Anuais* 8)

RAMOS, L. J. (1958). *Mira de Aire, 1933-1958.*

RAMOS, L. J. (1964). *Mira de Aire: Subsídios para uma Monografia.*

RIBEIRO, J., ROSA, M., & DE MATORS, R. (2009). *Mira de Aire—75.o Aniversário de Elevação a Vila.*

ROSAS, F. (1994). Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): Uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social, XXIX (128)*, 871–887.

SCHUMACHER, E.F. (1973) *Small is Beautiful: Economic as if People Mattered.* London. Blond and Briggs

SILVA, E. J. (2012). *Fabricados na fábrica: Uma narrativa operária no século XXI.* Húmus.

SILVA, M. (1982). Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74). *Análise Social, XVIII (72-73–74)*, 1077– 1086.

SOUSA, F. M. R. de. (2021). *Quotidianos da Revolução: O 25 de abril no Concelho de Porto de Mós* (K. C. Soares, Ed.). Câmara Municipal.

SPENCER, D. (2016). *The architecture of neoliberalism: How contemporary architecture became an instrument of control and compliance.* BWloomsbury Academic.

STAVRIDES, S. (2016). *Espaço Comum: a Cidade como Obra Coletiva.* Lisboa, Orfeu Negro

TAFURI, M. (2007). *Progetto e utopia: Architettura e sviluppo capitalistico* (1. ed. nella Biblioteca universale Laterza). GLF editori Laterza.

VAZ, D. (2021). De cidade industrial a cidade universitária. Percurso e representação da Covilhã. *Pequenas Cidades no Tempo. O ambiente outros temas,* 571–591.

WOLFE, T. (2009). *From Bauhaus to our house.* Picador.

ANEXOS

Anexo 1 - Fotografias de Arquivo

Anexo 2 - Digitalizações do Jornal *Voz de Mira de Aire*

Anexo 3 - Plantas das fábricas da rede fabril de Mira de Aire

Anexo 4 - Levantamento fotográfico

Anexo 5 - Processo de investigação

Anexo 6 - Fotografias de maquete (escala 1:10.000)

Anexo 7 - Registos da Defesa de Prova Pública

ANEXO 1 - Fotografias de Arquivo

Fontes: Arquivo Municipal de Porto de Mós

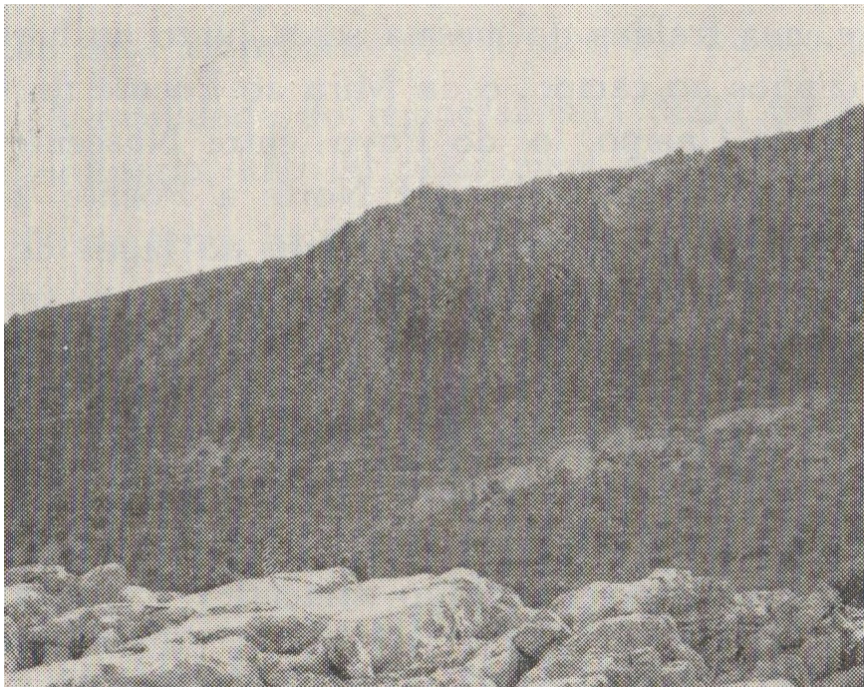
Luciano Justo Ramos, *Mira de Aire: 1933-1958*, 1958

Luciano Justo Ramos, *Mira de Aire: Subsídios para uma monografia*, 1964

Mira de Aire: 1958-1983, 1983

Joaquim Ribeiro et al, *Mira de Aire - 75º Aniversário de elevação a vila*, 2009





01. Iluminação no Natal

02. Ventas do Diabo





03. Lavagens no rio da Pena

04. Rio da Pena em época de cheias

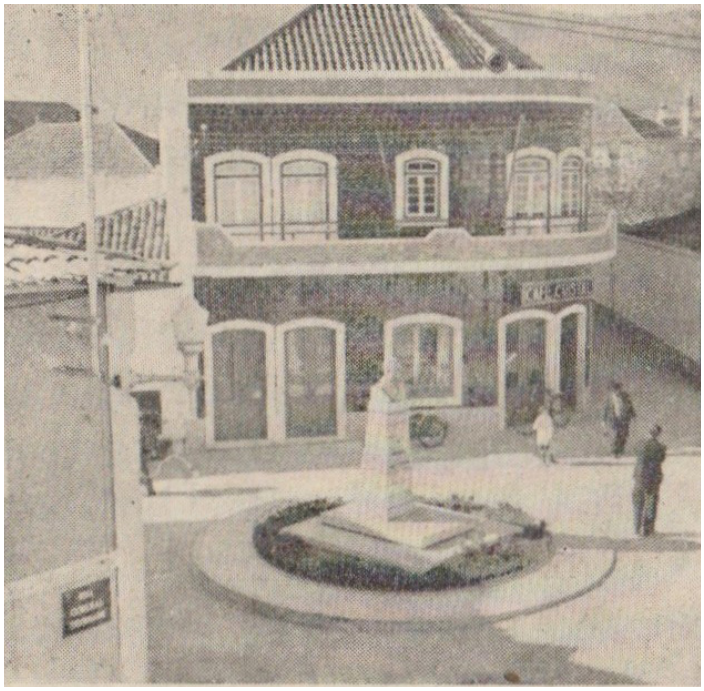




05. Polje Mira-Minde

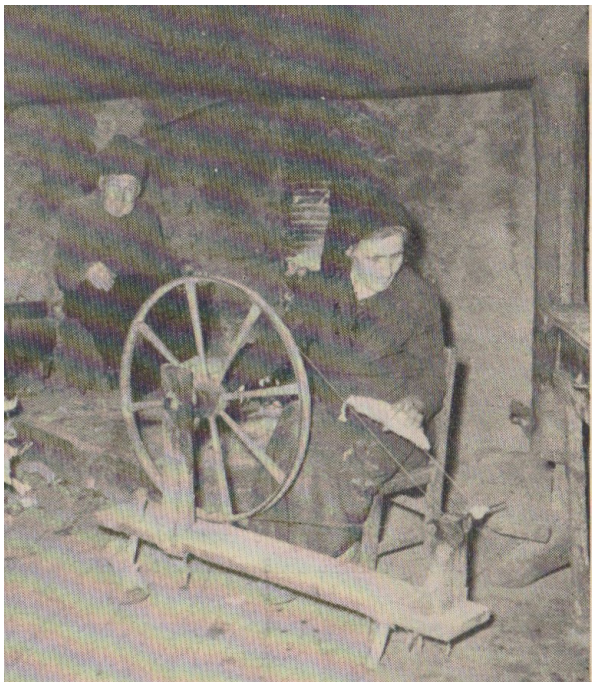
06. Capela de Mira de Aire

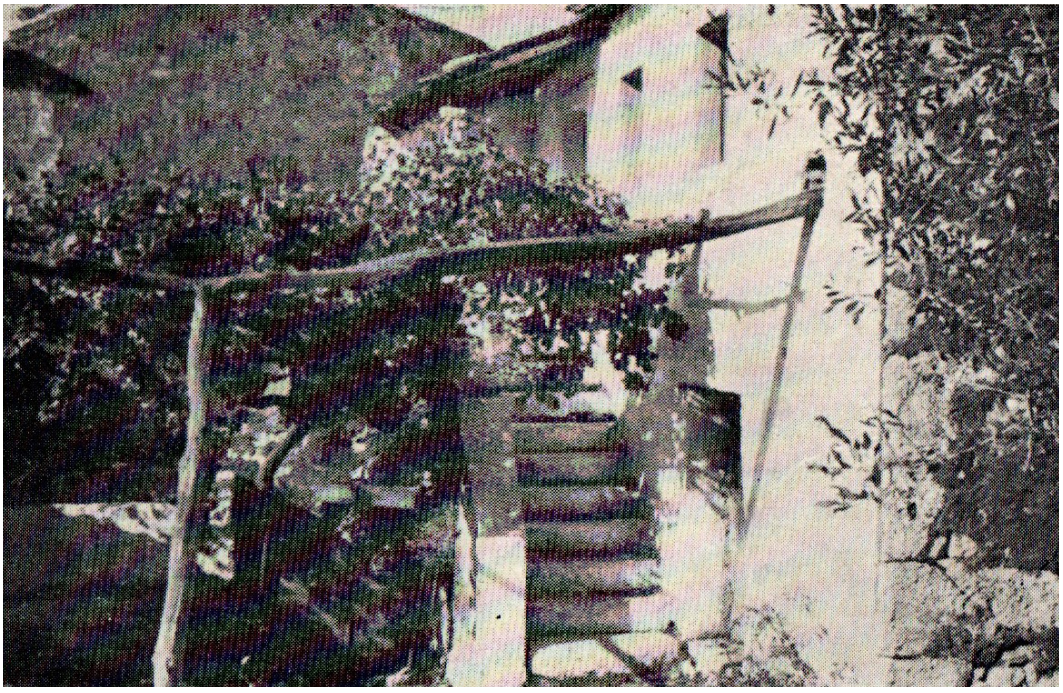




07. Procissão religiosa

08. Centro de Mira de Aire





09. Casal mirense

10. Habitação mirense

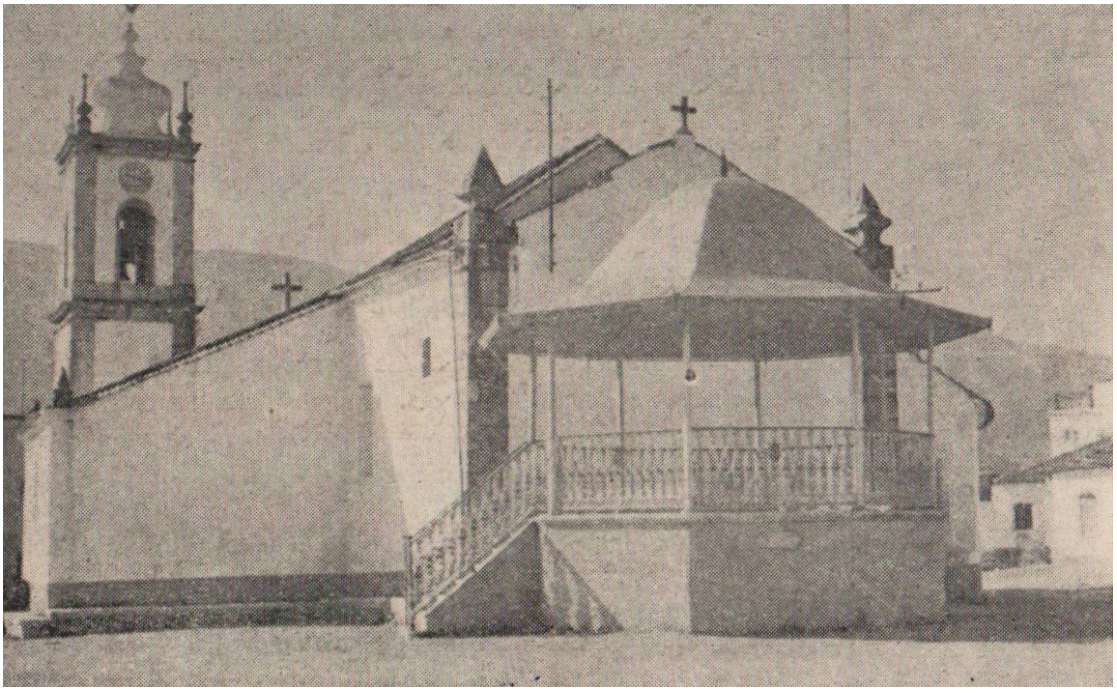




11. Rua Presidente Carmona

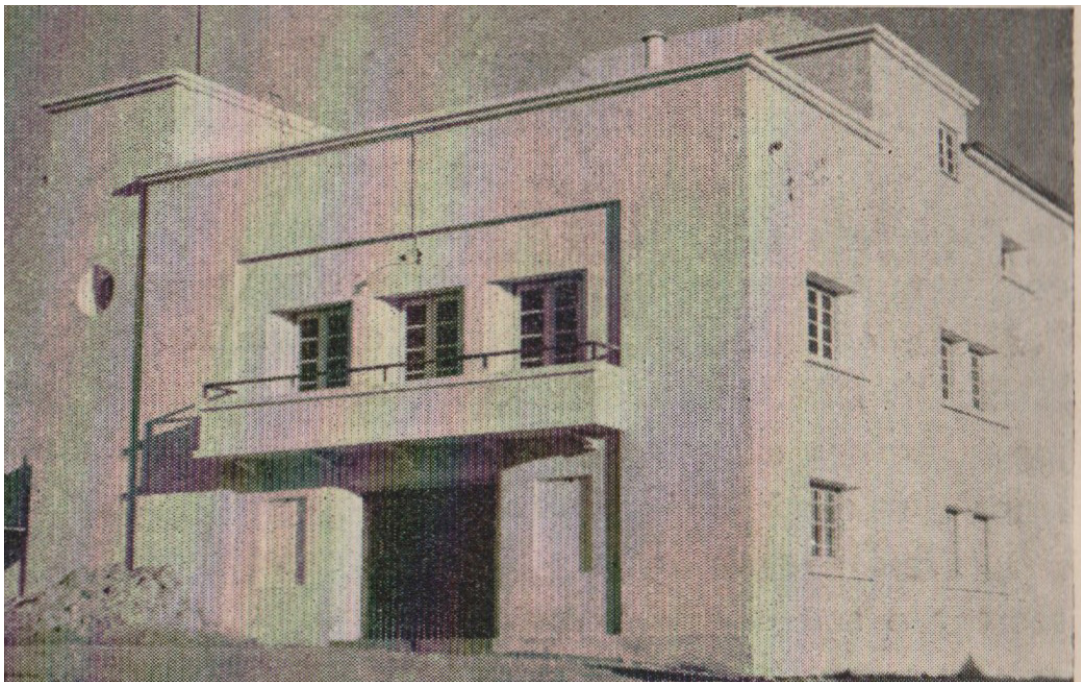
12. Procissão religiosa





13. Grutas de Mira de Aire

14. Coreto

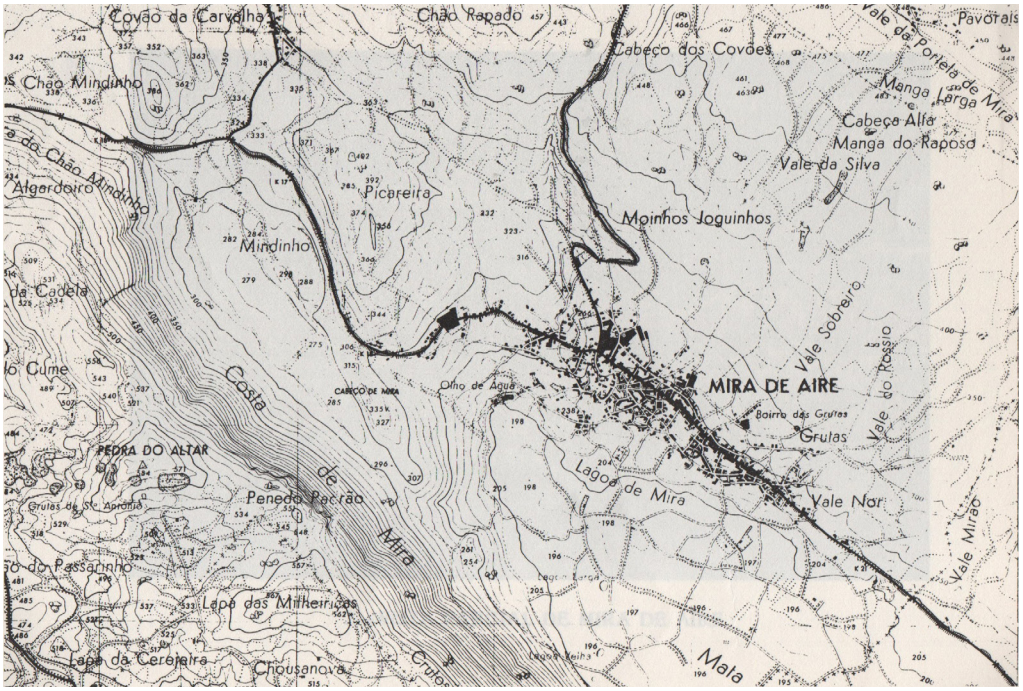




15. Cine-Teatro de Mira de Aire

16. Escola Primária de Mira de Aire





17. Antigas instalações dos Correios

18. Planta topográfica de Mira de Aire, ca. 1950





19. Mercado de Mira de Aire

20. Interior do Mercado





21. Centro de Mira de Aire

22. Lavagens no moinho da Pena



23. Mercado





24. Passeio na Mata em época de cheias

25. Garagem do Abílio da Noiva





26. Primeira tinturaria da Fábrica de Tapetes Vitória

27. Vista geral de Mira de Aire



28. Festas da Nossa Senhora da Boa Morte





29. Grutas de Mira de Aire

30. Passeio de bicicleta





31. Tinturaria da Fábrica de Tapetes Vitória

32. Operata *Nazaré*





33. Capela

34. Bombas de gasolina do Abílio Noivo





35. Transporte de carroça

36. Escritórios da Fábrica de Tapetes Vitória





37. Capela de Nossa Senhora da Boa Morte

38. Grutas de Mira de Aire





39. Vista parcial de Mira de Aire

40. Moinho da nascente do Olho



41. Grutas de Mira de Aire





42. Passeio de carros

43. Cine-teatro de Mira de Aire



44. Aplicação de azeite na lã





45. Escritório de desenho da Fábrica de Tapetes Vitória

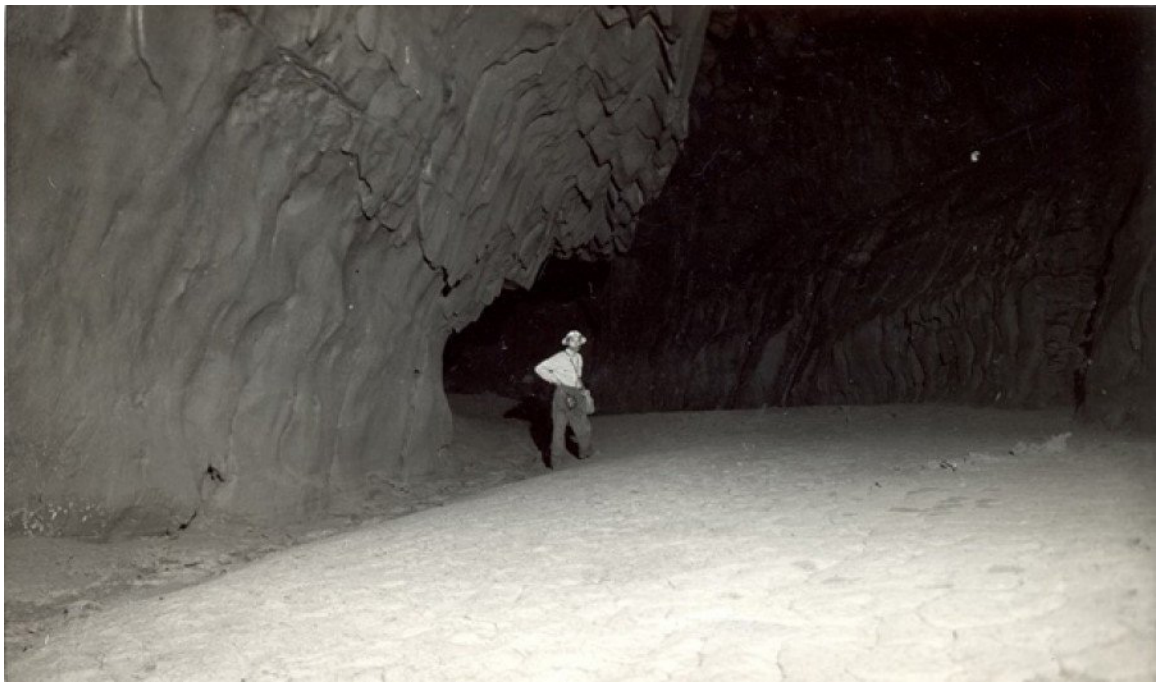
46. Ato de variedade

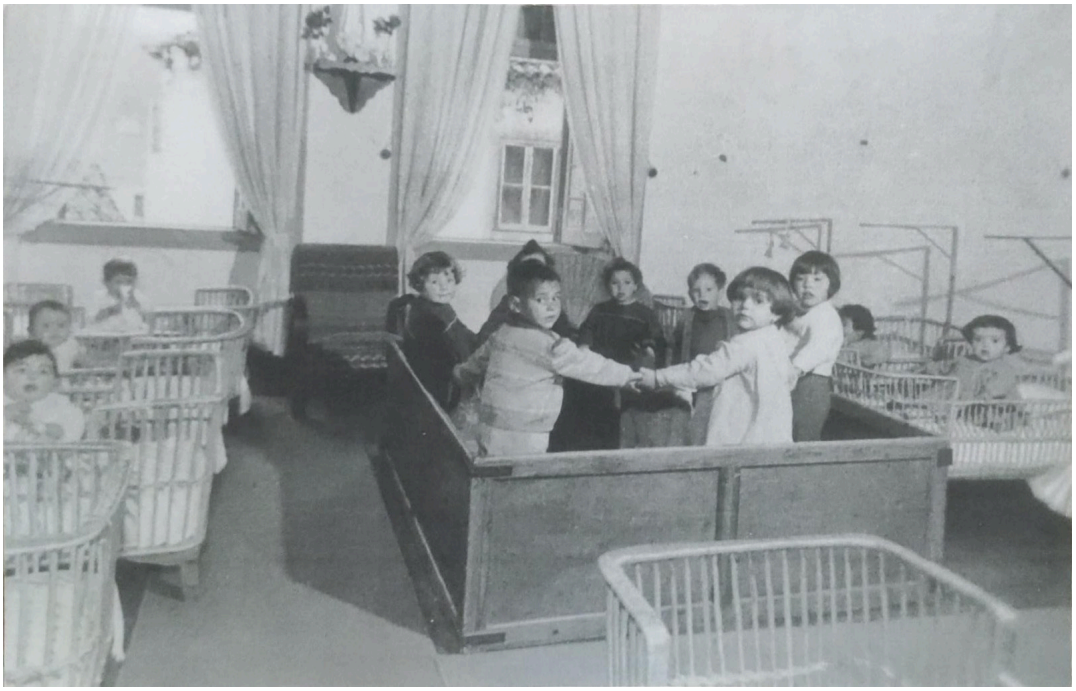




47. Entrada nas Grutas de Mira de Aire

48. Mirense e a sua casa





49. Grutas de Mira de Aire

50. Creche social da Fábrica de Tapetes Vitória





51. Armazém de fios da Fábrica de Malhas Mirex

52. Passeio de barco na Mata em época de cheias

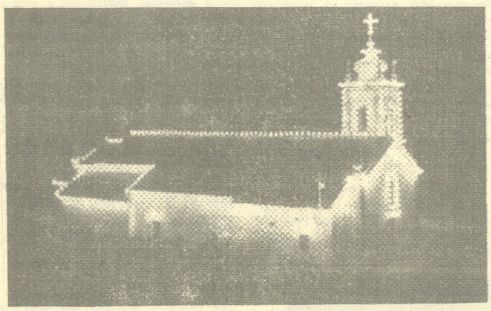
ANEXO 2 - Digitalizações do Jornal *Voz de Mira de Aire*

4 VOZ DE MIRA DE AIRE Abril de 1958

Da Mira Velha até a Mira de Aire

Senti sempre grande prazer em falar e escrever sobre a terra onde nasci e sobre a luta heróica, sustentada pelos seus filhos, para fazer erguer a sua aldeia à dignidade de Vila.

Julgo ser esta uma boa oportunidade para fazer um pouco de história, lembrando às actuais gerações o grande esforço e a luta titânica que os nossos avós e os nossos pais tiveram que enfrentar, no campo económico e social, para conseguirem arrancar da miséria e da obscuridade a terra onde tinham nascido.



Em noite de Natal

Devemos frisar desde já que os grandes melhoramentos que se têm realizado na nossa terra, são, quase exclusivamente, obra dos Mirenses. Estes provaram sempre o seu grande amor à terra natal.

Para melhor podermos avaliar o que foi essa luta e esse esforço, façamos um rápido esboço histórico do que era a Mira aí por 1880.

Pequena aldeia, de casas modestíssimas, dispersas e perdidas por entre oliveiras e carvalhos, não tinha uma estrada que a pusesse em contacto com o mundo. Para os habitantes da Mira de então, o mundo limitava-se à bacia apertada entre a serra de Aire e seus sucalcos, e a Costa. Para além, era o desconhecido.

Não tinha uma escola oficial e o povo era analfabeto. Não haveria na Mira uma dúzia de pessoas que soubessem ler. Vivia-se num assombroso atraso social, económico e educativo.

Em 1882 ou 1883 toma conta do curato da Mira o P.e João do Rosário e Silva.

Este abre na residência paroquial uma escola particular cujos frutos ràpidamente se fazem sentir.

A boa vontade dos rapazes inscritos e as extraordinárias qualidades pedagógicas daquele sacerdote, fizeram verdadeiros prodígios.

Em poucos anos, nessa escola, aprenderam a ler, escrever e contar, José dos Santos Amado, José Capaz Clemente, João, António e Adelino Lã, João dos Santos Moleiro, Joaquim Caetano, José Dias Baptista, João do Rosário, José da Rosa, Luís Gomes, Nicolau Dias, e outros, que se dedicaram ao negócio e ao comércio, tendo o último sido o primeiro professor oficial da Mira.

Foi ainda na escola do P.e João do Rosário que aprenderam as primeiras letras os futuros sacerdotes: P.e Manuel António Querido, P.e Agostinho Vieira Cristóvão, P.e Manuel Faria, P.e Joaquim do Rosário e Silva, e José Ramos que morreu seminarista.

A Mira começou a sentir o gosto e a necessidade de saber. Os Mirenses reclamaram à criação de uma escola oficial, mas as suas justas reclamações não foram atendidas. Foi ainda o seu Cura, P.e João do Rosário e Silva, quem toma a iniciativa da construção de um edifício escolar, oferecendo ele, à sua parte, as despesas com as paredes. O Povo rejubilou de contentamento e recebeu, com entusiasmo, a ideia. Abrem-se subscrições. A situação económica da Mira tinha melhorado muito nos últimos anos, em consequência da construção da estrada.

Em poucos anos a escola estava construída. Era uma bela sala, com todas as condições pedagógicas: uma das melhores do distrito. Não foi preciso o auxílio dos poderes públicos. O Povo da Mira, num admirável movimento em prol da sua terra, sacrifica-se, luta, trabalha, e em 1896 é nomeado o primeiro professor oficial, o Mirense Nicolau Dias, a quem tantas gerações devem a sua formação.

No dia da inauguração da nova escola houve grande festa. Vieram os magnates da política concelhia. O Povo preparou grandes manifestações. Ouviram-se discursos laudatórios para os Mirenses que, por si sós, souberam dotar a sua terra com um tão grande melhoramento.

Mira estava abertamente lançada no caminho do progresso.

Em 1899 fazem exame de instrução primária os primeiros alunos da escola oficial: Agostinho Fernandes Capaz, falecido; Manuel Caetano, Abílio da Silva Mendes, falecido, e João dos Santos Moleiro. Os primeiros seguiram a vida eclesiástica, o quarto a vida comercial.

E todos os anos novos alunos eram levados a exame.

Hoje encontramos Mirenses formados em medicina, em direito, em letras, em engenharia, em farmácia, bastantes professores primários, muitos com os cursos do comércio e da indústria...

Não é menos digna de admiração a transformação social e económica por que Mira passou durante estes anos.

Essa luta foi mais áspera e exigiu um esforço duro e heróico. A freguesia de Mira era uma freguesia pobre e sem recursos naturais a que os seus filhos pudessem recorrer.

As terras de cultivo eram poucas e de escassa produção. A Mata, então povoada de freixos e de carvalhos, pouco produzia. As suas vinhas tinham morrido com a filoxera. Durante invernos, porque estes eram mais rigorosos, transformavam-na num grande lago. Era um peso morto a sobrecarregar a pobre economia dos Mirenses.

Salvava um pouco a situação a produção do azeite. Mas esta não era regular, como ainda hoje não é.

Os homens válidos viam-se obrigados a emigrar para outras terras que iam regar com o seu suor, para conseguirem um pouco de pão para si e para os seus.

Ainda hoje recordo com profunda impressão a partida desses grupos de trabalhadores que, de alforges às costas e enxada ao ombro, subiam a ingreme ladeira da Costa, em direcção às regiões do Cadaval, Bombarral e Torres Vedras, cujas terras iam arrotear, e cujas vinhas iam cavar.

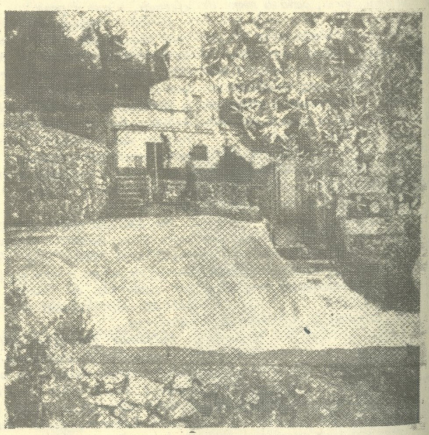
Quando estes homens, que logo depois da festa de S. Silvestre, deixavam a sua pobre aldeia, a mulher e os filhos, chegavam ao alto da Costa, antes de perderem de vista a torre da sua igreja, tiravam o barrete, ajoelhavam e, com uma confiança impressionante, rezavam uma Salve Rainha à Senhora do Amparo, pedindo a sua protecção. E os que ficavam, mulheres e filhos, acompanhavam com saudosos olhares os grupos que partiam e, de joelhos, rogavam à sua Padroeira protecção e amparo para os ausentes.



Teares de mantas

Outros tomavam as galeras do João da Noiva e dirigiam-se para a estação de Torres Novas, onde tomavam o comboio que os levava a Lisboa e aí trabalhavam nas obras do Estado: Torre de São Julião da Barra, Bugio e outros trabalhos públicos. Estes, quando chegavam ao alto do moinho da Sôladeira, lançavam o último olhar para a sua terra, cujas casas modestas se perdiam, ao longe, no meio do internso arvoredo, tiravam o *chapéu* e, de joelhos, rogavam à Virgem do Amparo protecção e saúde.

Uns e outros regressavam à Mira pelo São João. Vinham colher o



O Olho

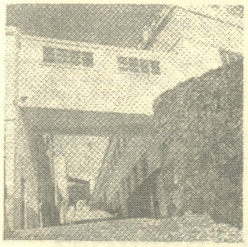
01. *Da Mira Velha até a Mira de Aire*, *Voz de Mira de Aire*, abril de 1958

Da Mira Velha até a Mira de Aire

trigo semeado nas roças feitas na serra pública e preparar novas roças.

O trabalho das roças era penoso e duro. Nos meses quentes de Julho, Agosto e parte de Setembro, cobertos de pós e suor, cercados do fogo dos fornos, lá andavam a preparar as terras onde em Outubro fariam as suas novas searas.

Comida a azeitona, em princípios de Janeiro, voltavam de novo a emigrar.



José Dias Baptista e a Fábrica



Era esta, em geral, a vida laboriosa dos homens válidos da Mira de há 60 ou 70 anos.

Outros, em menor número, pegavam nas suas cardas e iam, de terra em terra, até à região dos Saloios, cardar a lã produzida pelas respectivas ovelhas. Eram os cardadores.

Na Mira apenas ficavam os velhos, as mulheres e as crianças. As mulheres ocupavam-se na indústria doméstica da tecelagem. Está indústria incipiente tornou-se, mais tarde, a grande indústria a que a Mira deve o seu engrandecimento.

A situação económica começa a modificar-se. Abrem-se novos horizontes aos homens de então, que se tornam mais confiantes e ousados. Dão-se os primeiros passos na vida do negócio e do comércio.

Alguns saem da vida apagada da sua terra e percorrem o Algarve e o Alentejo no granjeio da sua vida.

Os 3 irmãos Lãs, José Dias Baptista, João e Bento Caetano, João do Rosário, José Dias Graveto, Marcelino Dias Graveto e outros, tornam-se os pioneiros da nova vida da Mira.

A indústria do fabrico de mantas, cintas e alforges toma novo incremento. Formam-se alguns agrupamentos sociais. Contam-se por algumas dezenas os teares manuais que todos os anos tecem milhares de mantas, cintas e alforges, que, nos meses de Agosto, Setembro e Outubro, são vendidas nas feiras do Algarve e do Alentejo.

Durante estes meses, quando os anos eram bons e as *«menisas jordavam bem»*, as tecedeiras trabalhavam de dia e de noite, e todos os dias eram conduzidas à estação de Torres Novas, fardos e fardos de fazenda que o comboio levava até ao Alentejo e ao Algarve.

Era ver a alegria e o grande contentamento dos feirantes quando, ao regressarem das feiras e feitos os seus cálculos, viam que o ano tinha sido bom.

Pelo Natal — a grande festa da Mira — os feirantes eram bastante generosos em lembranças às pessoas de família e às suas tecedeiras.

A vida do Povo da Mira tinha-se modificado profundamente.

Abrem-se novos horizontes perante as suas aspirações e o seu desejo de progredir cada vez mais.



Alguns procuram centros industriais onde pudessem dar largas às suas iniciativas. A indústria local já lhes não basta, e esta pouco pode progredir por falta de elementos essenciais.

Não havia água. Não tinham força motriz. O simples trabalho manual já não satisfazia as suas ânsias de progresso.

Não podiam contar com o auxílio dos poderes públicos, como aliás a Mira nunca contou.

A situação económica era já desafogada. Havia meia dúzia de Mirenses com dinheiro e com iniciativa.

Um dia dizem: é-nos indispensável a energia eléctrica. Sem ela nada podemos fazer.

Mandam fazer estudos e orçamentos. Logo que sabem a quanto monta a importância necessária para que a Mira tenha energia eléctrica, formam uma sociedade por acções. Poucos meses depois o Povo da Mira, no meio de um entusiasmo louco, assiste à inauguração da luz eléctrica — obra dos Mirenses sem o apoio nem ajuda dos poderes públicos!

Surgem novas iniciativas e alargam-se as já postas em actividade.

José dos Santos Moleiro, o José da Venda, rapaz de vistas amplas, a quem a morte arrebatou tão cedo, dá largas à sua iniciativa e forma esse conjunto industrial admirável que é a «Fábrica do José da Venda».

Manuel Dias Justo, outro rapaz cheio de iniciativa e de audácia industrial, a quem a morte também levou tão cedo, tendo-se-lhe aberto o caminho para ser um grande industrial na Covilhã, deixa o certo pelo duvidoso e, por amor à sua terra, funda na Mira uma fábrica, sabendo que lhe faltariam elementos indispensáveis para o seu desenvolvimento. Essa fábrica é hoje uma das melhores no género, existentes no País.

José Dias Baptista, o grande lutador, a quem desde criança me habituei a admirar, foi mais arrojado. Depois de ter sido um grande fabricante de mantas, um honrado negociante do Algarve, e agora já ajudado pelos filhos, cria em Mira de Aire uma nova indústria que se tem imposto em toda a parte onde aparecem os seus produtos.



Manuel Dias Justo e a Fábrica

Hoje, em todo o país, os tapetes «Vitória» impõem-se pela sua qualidade e bom fabrico.

Se não fora a energia eléctrica, como poderiam progredir estas indústrias?

Outro problema surge: o da água.

A água da chuva, arrecadada nos poços caseiros, mal chegava para os gastos domésticos.

A indústria exigia água, muita água. Onde ir buscá-la?

Um dia dizem-me que a Junta da freguesia andava a fazer sondagens em procura do precioso líquido.

Eu disse então que achava preferível que se gastasse em aparelhagem o que se estava dispendendo em pesquisas, e que se fosse buscar a água onde todos sabiam que ela existia: à péguia do Olho.

José Dias Baptista e filhos, homens práticos e videntes, particularmente impulsionados pela visão larga do Sr. Artur Dias Baptista, compraram a necessária aparelhagem, e já nesse Verão, que foi muito prolongado e seco, a água aparece em abundância e é conduzida, em quilómetros de mangueira, para as fábricas, para os poços que se esgotaram. Até os povos das redondezas vinham à Mira buscar a água que lhes faltava nas suas terras.

Tudo obra particular de Mirenses.

Como eu admiro esses homens que tanto se sacrificaram pela sua terra! Bem hajam os Mirenses dos nossos dias que não querem esquecer no dia 10 de Abril, aqueles que tão alto souberam elevar a nossa terra! Para eles vá a nossa eterna saudade e a nossa grande gratidão!

UM MIRENSA

Nota da Redacção: *Este trabalho é do saudoso Sr. Padre Caetano, que o entregou nesta Redacção poucos dias antes de cair enfermo.*

Agostinho Cristóvão Carreira

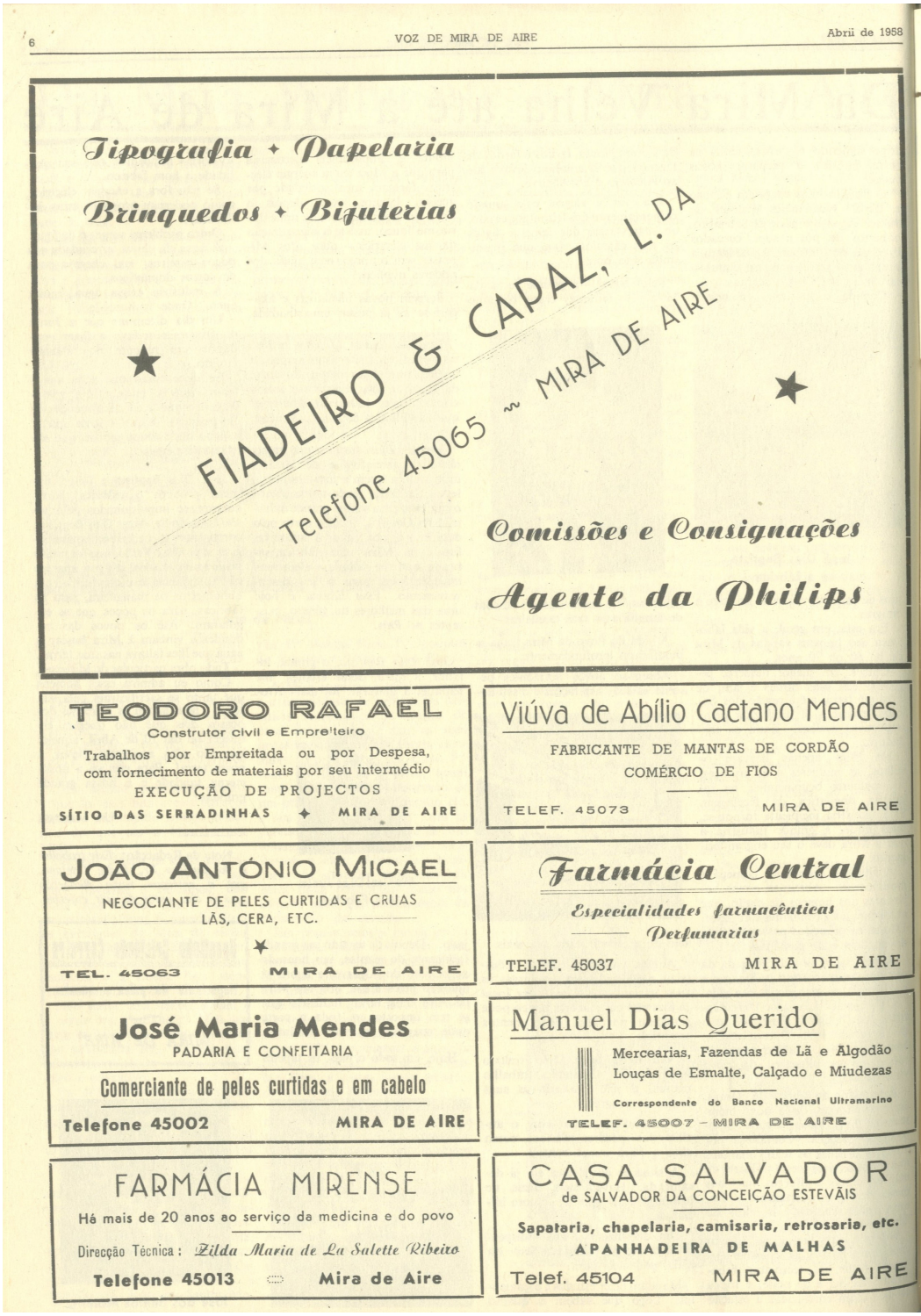
Negociante de peles e sucatas

MIRA DE AIRE





José dos Santos Moleiro e a Fábrica



6 VOZ DE MIRA DE AIRE Abril de 1958

Tipografia ✦ Papelaria

Brinquedos ✦ Bijuterias

FIADEIRO & CAPAZ, L.DA

Telefone 45065 ~ MIRA DE AIRE

Comissões e Consignações

Agente da Philips

TEODORO RAFAEL
Construtor civil e Empreiteiro
Trabalhos por Empreitada ou por Despesa, com fornecimento de materiais por seu intermédio
EXECUÇÃO DE PROJECTOS
SÍTIO DAS SERRADINHAS ✦ MIRA DE AIRE

Viúva de Abílio Caetano Mendes
FABRICANTE DE MANTAS DE CORDÃO
COMÉRCIO DE FIOS
TELEF. 45073 MIRA DE AIRE

JOÃO ANTÓNIO MICAEL
NEGOCIANTE DE PELES CURTIDAS E CRUAS
LÃS, CERA, ETC.
TEL. 45063 MIRA DE AIRE

Farmácia Central
Especialidades farmacêuticas
Perfumarias
TELEF. 45037 MIRA DE AIRE

José Maria Mendes
PADARIA E CONFEITARIA
Comerciante de peles curtidas e em cabelo
Telefone 45002 MIRA DE AIRE

Manuel Dias Querido
Mercearias, Fazendas de Lã e Algodão
Louças de Esmalte, Calçado e Miudezas
Correspondente do Banco Nacional Ultramarino
TELEF. 45007 - MIRA DE AIRE

FARMÁCIA MIRENSE
Há mais de 20 anos ao serviço da medicina e do povo
Direcção Técnica: Zilda Maria de La Salette Ribeiro
Telefone 45013 Mira de Aire

CASA SALVADOR
de SALVADOR DA CONCEIÇÃO ESTEVÃIS
Sapataria, chapelaria, camisaria, retrosaria, etc.
APANHADEIRA DE MALHAS
Telef. 45104 MIRA DE AIRE

02. Anúncios de estabelecimentos locais, *Voz de Mira de Aire*, abril de 1958

V.ª José Constantino Carreira
Fábrica de velas e cera de encerar
COMPRADOR DE CERA EM BRUTO
LAGAR DE ESPREMER E BRANQUEAR CERA
Telefone 45063 MIRA DE AIRE

Manuel Caetano Pira
Vidros e adubos
Telef. 45055 - MIRA DE AIRE

Joaquim Mendes
ALFAIATE
Diplomado pela Academia Nacional de Corte
Telef. 45049 — MIRA DE AIRE

João Ramos Laureano
COMERCIANTE DE:
Couros em verde, Peles e Lãs
MIRA DE AIRE

Manuel Ramos Noiva
COMERCIANTE
DE COUROS, PELES, LÃS, CERA, ETC.
MIRA DE AIRE

Júlio dos Santos Amado
Mercearias, tecidos de algodão e lã
MIRA DE AIRE

Álvaro Dias Laureano
COUROS E LÃS
Tel. 45040 — MIRA DE AIRE

Eugénio Lopes
Padaria
MIRA DE AIRE

João da Conceição Estevais
COMERCIANTE
de couros, peles, lãs, sebo e cera
Mira de Aire

Rionildo da Costa Esperança
NEGOCIANTE DE:
Peles, Lãs, Cera, Sucatas, Borracha, Trapos e Papel
Cartão e Papel para embalagens e cartuchos
Telefone 45027 MIRA DE AIRE

Alçada & Rosa, L.da
Tecidos ROALTEX
Fábrica de:
Trituração, Fiação, Cardação e Tecelagem
Tel. 22178 COVILHÃ

João Inácio da Conceição
Couros, Peles e Lãs
EXPORTAÇÃO
Telef. 45028 MIRA DE AIRE

Para o sossego dos Pais, um seguro de vida na IMPÉRIO



COMPANHIA DE SEGUROS IMPÉRIO
R. GARRETT, 56 LISBOA

Agente em Mira de Aire:
Marçal Carvalhão Pinheiro



03. Anuncio da Sociedade Industrial de Mira de Aire, *Voz de Mira de Aire*, abril de 1958



Lanifícia do Outeiro, L.da

(Fundada em 1920)

MIRA DE AIRE (sede) – Apartado 4 – Telef. 45091

VILA NOVA DE FAMALICÃO – Apartado 3 – Telef. 85

COBERTORES

Tecidos para Senhora — LOLA — *Tecidos para Homem*

As mais modernas máquinas têxteis do País

SECÇÃO DE TECELAGEM EM MIRA DE AIRE

04. Lanifícia da Outeiro, *Voz de Mira de Aire*, abril de 1958



VOZ DE MIRA DE AIRE Abril de 1958

FIANDEIRA

Justo, Ramo

Fábrica
de penteação
preparação
fiação
e retorção
de fios
de estambres

Preparação

Secção de fiação

Fundada em 1933, pelos sócios Manuel Dias Justo, já falecido, José Lavado Ramos e José Francisco Justo, sob a denominação social de Justo, Ramos & C.ª, comemora, igualmente, as suas bodas de prata no corrente ano.

Exerciam os seus fundadores, até essa data, o comércio de lãs e fios, na Covilhã, onde mandavam transformar as suas matérias primas nas fiações ali existentes, mas tais serviços eram quase sempre feitos com tanta dificuldade e morosidade que lhes deu aso a que pouco a pouco, se introduzisse na sua mente a grande vontade duma realização:

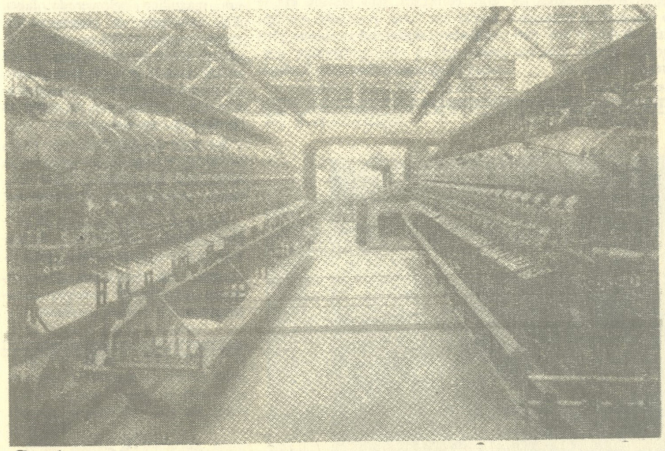
Montar uma instalação industrial que embora pequena, pudesse resolver as suas necessidades e satisfazer as suas aspirações.

Dominados pelo amor à sua terra natal, não vacilaram em a escolher para berço das suas instalações fabris, não obstante os enormes espinhos que se lhes depararam, as dificuldades que tiveram de trans-

05. Anúncio da Fiandeira Mirense, *Voz de Mira de Aire*, abril de 1958

MIRENSE

Gomes & C.ª



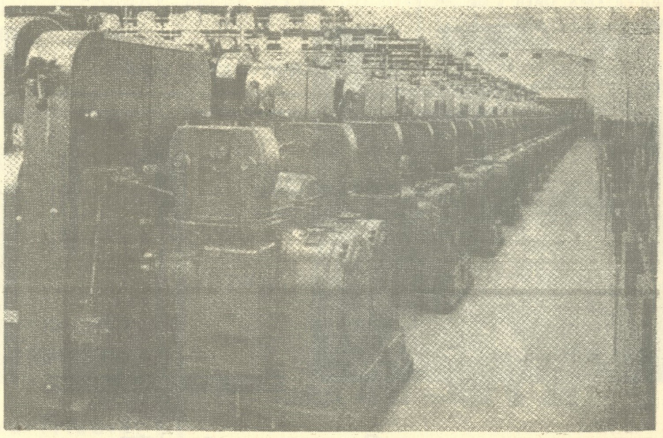
Contínuos

Fábrica
de penteação
preparação
fiação
e retorção
de fios
de estambres

por e as contrariedades que tiveram de vencer.

Era considerada aventura temerária, condenada ao malogro, a sua iniciativa, jamais levando a efeito a montagem da instalação em Mira de Aire, não só por estar fora do centro industrial, como também por se tratar duma terra pequena, ao tempo sem condições de qualquer espécie, como fossem: falta de transportes, falta de águas, inexistência de pessoal habilitado, etc..

Perante a incredulidade de tantos, surgiram os primeiros trabalhos nesta gloriosa vila, no sitio denominado «Canto da Preta», local formado por grande camada pedregosa e de declive bastante acentuado. Houve que recorrer a intenso tiroteio para se obterem as terraplanagens necessárias e, ao contrário de qualquer desânimo, mais se incutia no espírito dos seus fundadores a indestrutível vontade de transformar em realidade o seu sonho.



Contínuos



8 VOZ DE MIRA DE AIRE Abril de 1958

FÁBRICAS

DE JOSÉ DIAS BAPTISTA & F.os

MIRA DE AIRE

(FUNDADA EM 1924)

Cardação ~ Fiação ~ Tecelagem ~ Tinturaria

Tapeçarias manuais ~ Alcatifas

A maior organização do País no género

Fábricas em Mira de Aire — Tel. 45008

DEPÓSITOS

Avenida da Liberdade, n.º 225
Tel. 56723 — LISBOA

Casa da Carpetes
LOURENÇO MARQUES

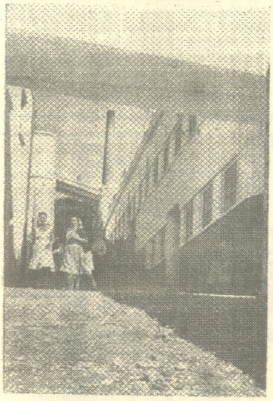
AGENTES EM TODO O PAÍS

VISTA AÉREA

06. Anúncio da Fábrica de Tapetes Vitória, *Voz de Mira de Aire*, abril de 1958

VITÓRIA

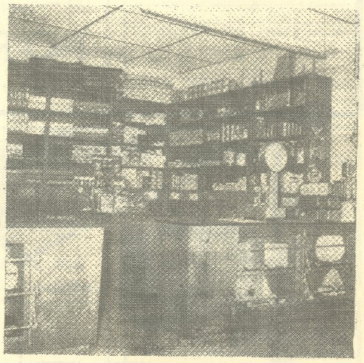
ASSISTÊNCIA SOCIAL



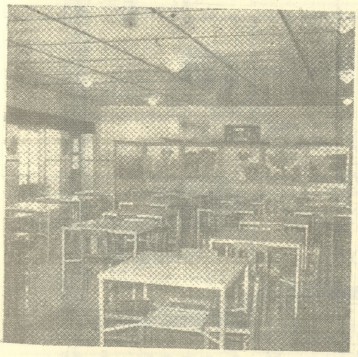
Saída do pessoal

AS FÁBRICAS VITÓRIA que contam com algumas centenas de operários ao seu serviço e em maioria do sexo feminino, criaram para benefício do seu pessoal uma obra de assistência de que podem hoje orgulhar-se.

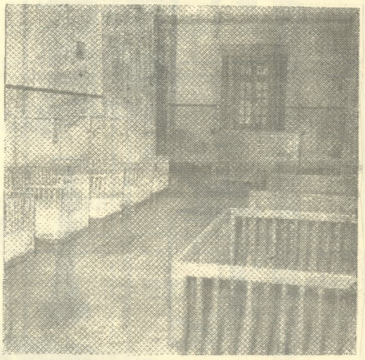
Eis algumas fotografias dessas instalações.



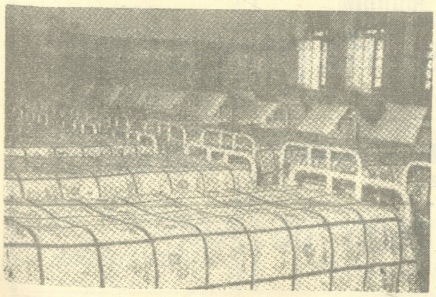
Cantina



O refeitório



Creche



Dormitório



Cozinha privativa do refeitório



VOZ DE MIRA DE AIRE

Grupo cénico

Ainda que não seja com a regularidade desejada, vem este agrupamento proporcionando espectáculos de divulgação cultural que muito apraz registar.

Sendo o teatro uma arte nobre ao mesmo tempo difícil, dado que é necessário certos atributos que não se ensinam, mas que aparecem naturalmente, tais como presença, dicção e poder mímico, é, sem dúvida, uma verdadeira escola de aperfeiçoamento intelectual e meio de estreitar amizades, sobretudo no nosso meio.

Ainda que pouco valor tivesse para as restantes camadas, o que felizmente não sucede, bastaria preparar e aperfeiçoar os que nele participam para que, destas colunas, pedíssemos aos responsáveis, neste caso o Sr. Ilídio Baptista, para continuar a bem de todos, pois que a nossa sociedade precisa de homens bem formados. Quase podíamos dizer que a nossa Mira, neste ponto, é uma das poucas terras do Distrito onde a arte de Talma vai continuando a lutar por um lugar ao Sol.

Este agrupamento levou à cena nos dias 25 e 26 de Dezembro (festas do Natal) uma peça de Carlos Selvagem, intitulada «Entre Giestas».

Drama vivido por uma humilde rapariga beiroa, a que o autor procurou dar a maior fidelidade e autenticidade.

Desta vez, a peça valeu pelo quase perfeito equilíbrio de valores, pois se o tema apresentado, pôde dar lugar a opiniões diferentes, a interpretação agradou plenamente, sinal positivo, portanto, de todos os intervenientes.

De realçar, porque não se pode olvidar a estreia de muitos personagens que, amparados pelos mais experientes, tudo fizeram por bem cumprir.

Entre os habituais, Jaime Caetano, António Maria Tristão, Manuel Reis, José António Faria, Benjamim Reis e Gilberto Sá, lá estavam o José Luís, António José Xareca e Jorge Engrácio na parte masculina; vimos a Luísa Reis, Custódia Moleiro, Alda Moço, Maria Helena Galveias, Idalina Gomes e Lurdes Oliveira actuarem ao lado das já não estreantes Teresa Reis e Maria Helena Oliveira — a rapariga que representou a humilde beiroa — .

Para o fim e propositadamente, deixamos o não estreante, mas em gozo de férias com a família, o José Marto, que, a escassos dias da récita, aceitou interpretar um papel difícil, por impossibilidade do personagem prèviamente escolhido.

Uma vez mais, o teatro mostrou que os indivíduos nele forjados e preparados não têm tibiezas nem desfalecimentos.

Vivamente aplaudida em cada final de acto, serviu para uma chamada especial, aos intérpretes, ensaiador, contra-regra, ponto, caracterizador, etc. ...

Para fecho, foi apresentado um pequeno acto de variedades, onde a graça andou de braço dado com a lisura e vivacidade.

Porque o José Marto, ausente há seis anos em terras longínquas de Moçambique, tinha vidido nas curtas férias o mais acrisolado amor pela sua terra e o teatro, os camaradas do grupo cénico, em cena aberta, ofertaram por intermédio do seu director, uma pequena lembrança, que, para além do valor, recordará para sempre ao «Pernalta», que vale a pena arreigar o maior amor a esta Mira que o viu nascer e crescer e o espera de braços abertos.

Isso lhe foi dito pelo componente do grupo, Sr. Faria, que aproveitou a oportunidade para enaltecer o bairrismo dos mirenses ausentes, quer através do seu óbolo, quer com palavras de encorajamento, o que tornava um caso único, e que merecia ser realçado.

A Junta de Freguesia ofereceu mais tarde um jantar de confraternização e agradecimento a todos os componentes por terem trabalhado em prol da mesma, falando o Presidente Sr. José Amado que incitou a novos empreendimentos. Como colaborador daquela Junta falou o Sr. João da Conceição Carreira, para pedir que esta continuasse a patrocinar e acarinhar o grupo cénico, a quem também pediu para continuarem a trabalhar por Mira de Aire.

Agradeceu, em nome do grupo, o componente Sr. Faria que disse dos propósitos de todos, por engrandecerem a nossa terra. —

AMADOR

Culinária

ATUM EM BIFES À ALGARVIA

Cortam-se os bifes de 1 a 1 e meio centímetros de espessura, temperam-se por duas horas com um decilitro de vinho branco, sumo de meio limão, 2 gramas de sal, meio de pimenta moída e 1 ramo de salsa. No fim das 2 horas, fritam-se numa frigideira com 30 gramas de manteiga e 2 alhos cortados ao meio como se fosse bife de vaca. Servem-se bem quentes com manteiga, o molho da fritura e com o acompanhamento de batatas cozidas ou um puré de azedas ou espinafres.

•

SALADA DE CARNE DE VACA COZIDA OU ASSADA

Corta-se a carne em tiras de meio a um centímetro de espessura. Põem-se no centro da travessa ou prato de serviço, deitando por cima um pouco de salsa picada, três ovos cozidos cortados às tiras delgadas, regando tudo com molho de 4 colheres, das de sopa, de azeite, uma igual de vinagre, uma, das de café, de sal fino, meia de pimenta moída, 1 ramo de salsa picada e serve-se.

Também há quem junte umas tiras finas de tomate ou de pimentos grelhados.

•

PALITOS ECONÓMICOS

Tomam-se 150 gramas de farinha de trigo, peso igual de açúcar refinado, 3 ovos inteiros, raspa de meio limão, uma colher das de sobremesa, de canela em pó e uma colher, das de sopa, de nozes esmagadas no almofariz. Bate-se tudo muito bem indo ao forno em tabuleiro bem untado de manteiga. Depois de cozido, mas enquanto está quente e macio, corta-se em rectângulo ou em palitos grossos. Separam-se e voltam ao forno para secarem e aloirarem.

PENSAMENTOS

Se não esquecêssemos tão depressa os nossos erros, seríamos menos precipitados em condenar os dos outros.

—//—

O maior presente que podes oferecer a alguém é a tua confiança.

Três regras de oiro:

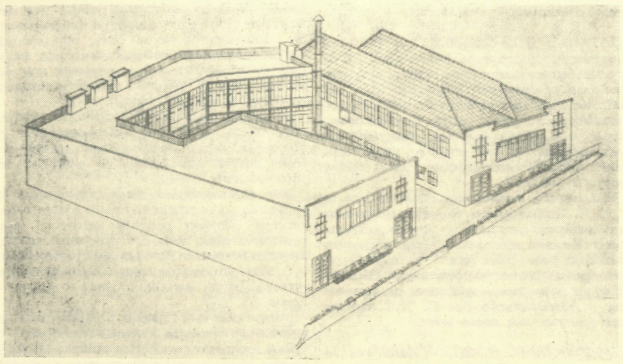
— aplica-te a ouvir em vez de te perderes a falar;

— fala aos outros do que lhes interessa e não do que te interessa;

— se tiveres de falar de ti, seja para encorajar e enriquecer os outros, e não para te exaltares a ti.

07. *Grupo Cénico, Voz de Mira de Aire*, 1966

A NOSSA TERRA



Na sequência das notas de reportagem organizadas por «Voz de Mira de Aire», sobre os vários empreendimentos da nossa terra, vamos hoje falar duma outra empresa fabril — a Lanifícia do Outeiro, Lda.. Construída de raiz, ainda há poucos anos, terminou recentemente a montagem das suas últimas secções e porque se encontra dotada com a aparelhagem mais perfeita e moderna que existe no mercado mundial, ocupa um lugar de primeira categoria na Indústria de lanifícios, não só de Mira de Aire, mas de Portugal inteiro.

Esta firma foi constituída por escritura de 19 de Agosto de 1920 e funcionou com fábrica de lanifícios no lugar do Outeiro, freguesia de Calendário, concelho de Vila Nova de Famalicão, até 13 de Outubro de 1960, ano em que se concluiu a sua transferência para Mira de Aire.

As instalações e maquinismos da Lanifícia do Outeiro, Lda., foram adquiridos pelos actuais sócios em 1956, tendo a respectiva escritura sido lavrada a 26 de Março desse mesmo ano. Presentemente desta empresa fazem parte os seguintes sócios: Dr. Luciano Justo Ramos, João da Conceição Carreira, Francisco Ferreira do Nascimento, Olívio Carreira Caetano, Dr.ª Maria António Justo Ramos Gaspar, Dr.ª Maurícia Moreira Noiva Baptista, José Francisco Justo, José Dais Carreira, João Gomes, Carlos Alberto Coelho Vieira e Fernando da Silva Antunes, sendo a gerência mais efectivamente exercida pelos quatro sócios primeiramente indicados.

Logo de início, a maior preocupação dos gerentes foi dar cumprimento a um ponderado plano de reorganização industrial, dentro do espírito das Bases VI e VII da Lei n.º 2.005, de 14 de Março de 1945, substituindo o material antiquado e de fraco rendimento económico por outro de tipo moderno e tècnicamente perfeito, ampliando as instalações para realizar ciclos fabris mais vantajosos e conseguir, pela concentração das oficinas, um maior rendimento económico, edificando construções apropriadas e com as devidas condições de salubridade.

O entranhado bairrismo de todos os sócios não se coadunava, porém, com a existência duma organização mirense longe de Mira de Aire, já que a transferência dessa unidade industrial viria contribuir para o progresso de Mira de Aire, pelas famílias a quem garantiria trabalho e sustento e pelos técnicos e empregados qualificados que levaria a fixarem-se na nossa terra.

Para tanto, importava dar à nova organização a armadura financeira adequada às necessidades de reorganização e, ao mesmo tempo, acelerar e garantir superiormente a desejada transferência.

Foi assim que, por deliberação unânime de 11 de Março de 1957, se acordou que o capital social fosse elevado de 500 para 5.000 contos e que a transferência de todas as secções e maquinismos para a vila de Mira de Aire se desse por terminada em fins de 1960.

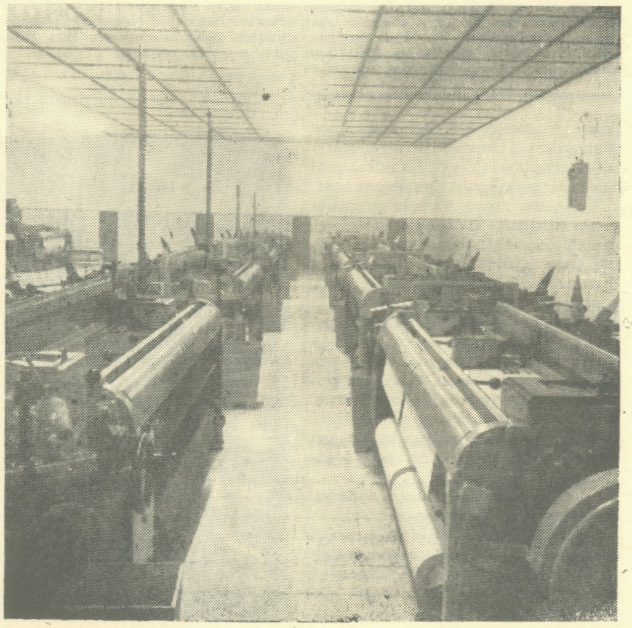
S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, reconhecendo a validade das razões invocadas pela requerente, proferiu em 6 de Outubro de 1956 o seguinte despacho:

«Autorizada a transferir para Mira de Aire, concelho de Porto de Mós, o apetrechamento industrial da sua fábrica de lanifícios, sita no lugar do Outeiro, freguesia de Calendário, concelho de Vila Nova de Famalicão, sob as condições de todo o material ser convenientemente modernizado, por forma a que a unidade transferida fique a satisfazer aos requisitos de instalação e eficiência técnica.

A forma como estão sendo cumpridas e em geral ultrapassadas as condições impostas pelos peritos, para efeito de licenciamento, está bem patente nestes termos da comunicação dos serviços oficiais: «A licença pode ser concedida, respeitando-se na instalação e exploração do estabelecimento industrial as condições já impostas, as quais se encontram em vias de modelar conclusão.»

A Lanifícia do Outeiro, Lda., labora presentemente em Mira de Aire com todas as secções de que tem licença e que são as seguintes: cardação e fiação; tecelagem (32 teares); tinturaria e acabamento.

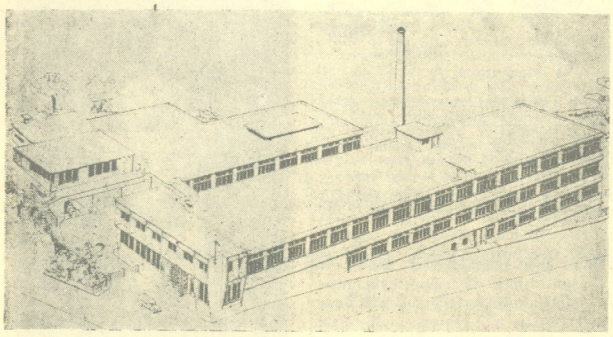
As máquinas industriais em funcionamento são as mais modernas e, por esse facto, têm sido objecto de frequentes visitas por parte de técnicos nacionais e estrangeiros. As muitas solicitações dirigidas a esta firma por diversos colegas com



08. *A Nossa Terra* (artigo sobre a Lanifícia do Outeiro), *Voz de Mira de Aire*, junho de 1962

4 VOZ DE MIRA DE AIRE

A NOSSA TERRA



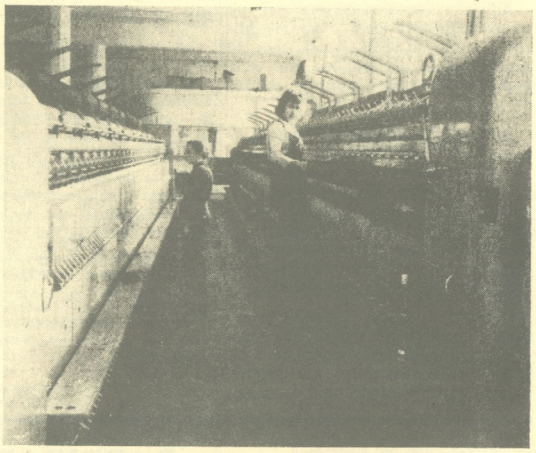
Mira de Aire cresce continuamente. Cresce a sua indústria, cresce o seu comércio, desenvolvem-se e multiplicam-se as realizações de carácter social, recreativo e cultural; e isto porque os seus filhos juraram engrandecê-la e não perdem uma única oportunidade de o conseguir.

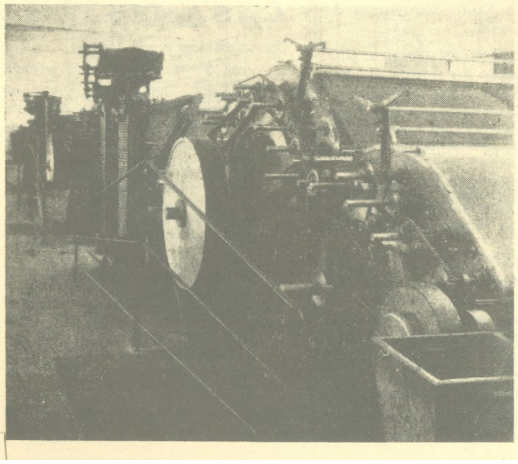
«Voz de Mira de Aire» pretende, a pouco e pouco, dar aos seus leitores umas breves notas de reportagem sobre esses vários empreendimentos que dia a dia se vão tornando realidade. Hoje apresentamos um dos maiores empreendimentos dos últimos anos — a nova unidade industrial: «Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas, Lda.».

Iniciada em 1960, é uma fábrica totalmente nova, bem construida e de linhas arquitectónicas modernas, que embora não esteja concluida, forma já um edifício imponente e soberbo que se ergue, majestoso, exactamente atrás da «Fiandeira Mirense» e ao lado do Bairro da Fiandeira, mesmo ao cimo da Rua da Fiandeira.

É uma realização que se fica a dever ao bairrismo e tenacidade do Sr. Adriano Justo da Conceição, coadjuvado pela vontade inquebrantável do seu actual sócio Sr. Manuel Mendes Carreira e que representa já hoje um grande esforço, equivalendo a um financiamento de muitos milhares de contos. Da firma fazem actualmente parte também os Senhores José Noivo Jorge e Joaquim Justo da Conceição.

A actividade industrial foi iniciada em Outubro de 1960, com um excelente sortido de cardas e dois contínuos, de origem belga, tudo automático e do





mais perfeito que a técnica construira até então. Foi montada depois uma secção de preparação de fios fantasia para «tricot» e malhas, com máquinas modernas adquiridas na Alemanha e outras de fabrico nacional.

Mas a sua actividade não fica por aqui pois esta empresa, quando totalmente montada, promete vir a ser uma das maiores unidades industriais de Mira de Aire. Num futuro próximo, a sua actividade estender-se-á também à tecelagem de tecidos para homem e senhora, para o que se torna necessário instalar os 18 teares automáticos ou semi-automáticos de que tem alvará, uma secção de tinturaria e uma de ultimação, além de outras que venham a ser necessárias ou se julguem oportunas.

Neste momento não temos elementos para informar se esta empresa prevê qualquer serviço de carácter social para os seus operários e seus filhos,

09. *A Nossa Terra* (artigo sobre a Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas), *Voz de Mira de Aire*, 1962

Notícias várias

ROMAGEM DE ESPERANÇA

Trinta mil crianças reuniram-se em Fátima, no passado dia 10 de Junho, em romagem de fé e esperança.

Foi uma manifestação comovedora a destes pequenos romeiros das Cruzadas Eucarísticas do País. Ali foram implorar à Mãe de Misericórdia a sua intercessão para a paz em Portugal, o êxito do Concílio Ecuménico e a glorificação dos Pastorinhos a quem Nossa Senhora apareceu.

No momento que passa há necessidade de nos aproveitarmos de todas as energias espirituais para implorar a bênção e misericórdia de Deus ofendido e dar ao mundo o necessário equilíbrio. E acertadamente sugere o P.e Moreira das Neves: «Façamos erguer os braços infantis para o Céu, em oração, e salvaremos o mundo».

De Mira de Aire, estiveram presentes 73 crianças da Cruzada Eucarística.

NOVO SEMINÁRIO EM LEIRIA

Também no passado dia 10 de Junho, realizou-se na Quinta da Bela Vista, junto à cidade de Leiria, cerca das 15.30 horas, a cerimónia da bênção e lançamento da primeira pedra do novo Seminário de Leiria. O novo seminário, tão ansiosamente esperado há vários anos, vai finalmente ser construido com a boa vontade e auxílio de todos os bons diocesanos.

E todos nós vamos colaborar generosamente.

CORPO DE DEUS

No dia 21 de Junho, realizou-se na cidade de Leiria, a festa do SS. Corpo de Deus, em que toda a Diocese participou. Foi uma homenagem impressionante de fé e amor para com o Santíssimo Sacramento.

Com a bandeira paroquial estivemos presentes umas dezenas de mirenses a tomar parte na procissão eucarística.

BIBLIOTECA PAROQUIAL

A nossa Biblioteca Paroquial acaba de ser enriquecida com uma colecção apresentada pela Editorial «Aster» que há muito conquistou o público português e se lhe impôs pela elevação e seriedade com que são tratados os problemas mais candentes da sociedade moderna: a «colecção Éfeso». São mais 53 volumes que ficam ao dispor da Paróquia, como fonte de formação e cultura. Se Deus quiser, continuaremos a comprar os novos volumes desta colecção que a pouco e pouco vierem ainda a ser publicados.

Se alguma alma caridosa nos quisesse ajudar a desenvolver esta obra da Paróquia...

Deus, que não deixa sem recompensa um copo de água dado por seu amor, retribui sempre a cem por um.

NO CANADÁ

No passado dia 2 de Junho, no hospital General Vancouver, Canadá, nasceu uma criança do sexo feminino, filha de Albina da Silva Torrão e de José Magalhães.

A feliz mãe e a criança encontram-se em perfeito estado de saúde.

«Voz de Mira de Aire» envia a esta família muitas felicitações.

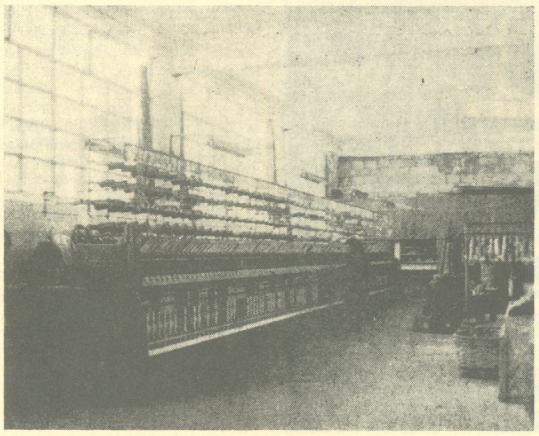
mas tudo nos leva a crer que também este faz parte dos seus planos, pois não se pode compreender uma empresa moderna sem um serviço social adequado e bem instalado.

Por tudo isto estão de parabéns os mirenses. Está de parabéns a nova firma industrial que assim dotou Mira de Aire com um novo elemento de trabalho e produção e veio aumentar a sua considerável riqueza industrial, já existente.

São mais umas centenas de braços que ali encontraram trabalho, umas tantas famílias que ali vão buscar o seu sustento, é uma terra inteira que caminha no progresso para um nível de vida melhor.

«Voz de Mira de Aire» saúda com grande regozijo a nova firma industrial, manifesta aos sócios gerentes o seu grande apreço pela obra já realizada e pede a Deus que lhes dê força para levarem a bom termo a empresa a que meteram ombros.

Com boa vontade, amor ao trabalho, coragem e bairrismo de mirenses como estes, a nossa terra será grande!



A propósito duma igreja

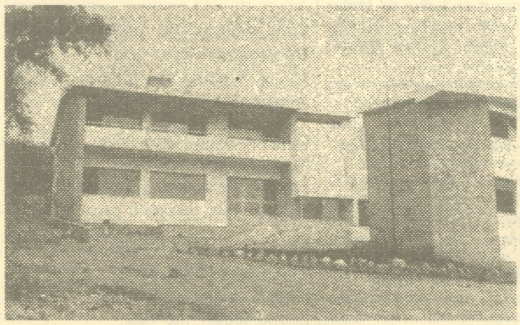
(Continuado da 1.ª pág.ª)

Mas não tenhamos pressa. Se leste estas linhas, não as inutilizes. Guarda-as para as poderes recordar quando, para a próxima vez, voltarmos ao assunto.

E não julgues que por causa disto estamos parados. Se Deus quiser os trabalhos para a nova igreja vão começar dentro de dias. E podes ter a certeza de que os responsáveis pelo projecto da nova igreja, não têm qualquer interesse e servir caprichos pessoais. Vivendo conscientemente a sua responsabilidade eles vão procurar uma única coisa: servir bem Mira de Aire e o seu povo esforçando-se por encontrar a melhor solução e por isso sem demasiada prisão por opiniões pessoais. São pessoas responsáveis, sabem o que querem, e têm obrigação de conhecer os problemas em profundidade. Confia neles, e acredita que farão tudo em prol desta terra que merece a inteira dedicação dos seus filhos.

PE. HENRIQUE FERNANDES DA FONSECA

MIRA DE AIRE



Entrada principal do novo colégio

Com a realização dos últimos trabalhos de acabamento foram dadas por findas as obras do novo Externato de Mira de Aire (1.ª fase), que abrange 6 salas de aulas, secretaria, salas de professores e de alunos, gabinete médico, sanitários, gabinete da Direcção e arrecadações diversas.

Dispenderam-se nas obras cerca de 1.200 contos, não contando com o projecto (80 contos) e o valor da licença camarária, pois estas duas verbas não ficaram a cargo da Comissão Administrativa, mas sim do Ex.mo Sr. Reis Torgal.

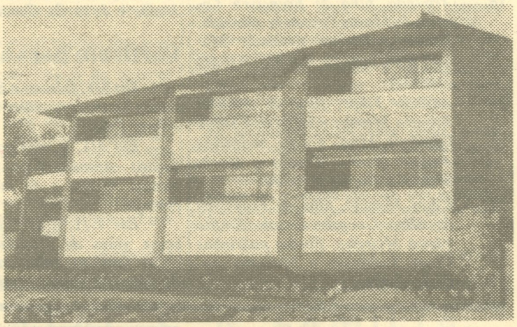
O encargo dos 1.200 contos encontra-se parcialmente regularizado, faltando para fazer face a todas as despesas já feitas uma importância de cerca de 300 contos. Através das subscrições dos mirenses a Comissão Administrativa reuniu aproximadamente 900 contos de acções e espera ter a satisfação de dar por regularizadas todas as contas, quando os mirenses a quem ainda se vai dirigir lhe dêem, através das suas subscrições o ensejo de reunir os 300 contos que ainda faltam para cobrir as despesas.

É o Externato um melhoramento de valor único, pois através dele se permitirá a todos o acesso à cultura, fazendo com que as novas gerações mirenses, beneficiando dos seus frutos, se valorizem a si e à terra que os viu nascer.

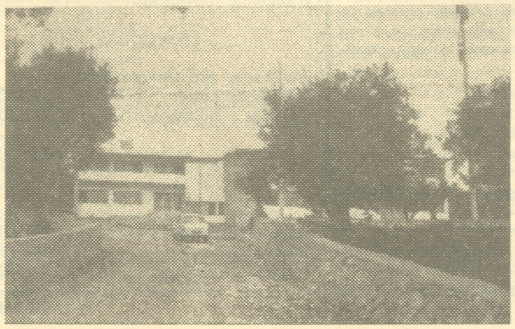
Para todos se apela confiadamente, para os de longe e para os de perto, na Metrópole, no Ultramar ou no Estrangeiro, rogando-lhes que subscrevam as *acções* do Novo Externato, pois quanto mais for possível reunir, mais se poderão adiantar os restantes edifícios projectados. A obra é de todos e será o que todos quiserem.

Presentemente, falta apenas a realização da escritura da Sociedade, pois só depois dela se poderá pedir o auxílio do Estado para o apetrechamento em mobiliário e material escolar, despesa que a Comissão avalia em cerca de 300 contos.

Quer dizer o edifício, depois de devidamente apetrechado, representará um dispêndio global de 1.500 contos, o que colocará esta iniciativa dos mirenses ao nível dos bons estabelecimentos do género, a funcionar particularmente no País.



Salas de aula



Vista do conjunto (1.ª fase)

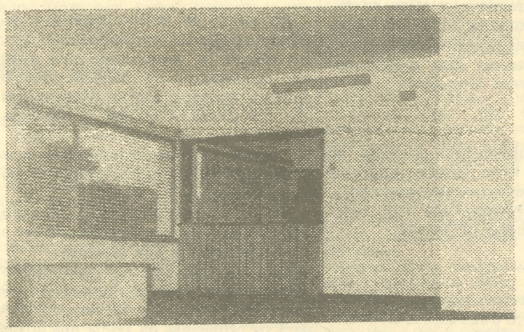
Agora, importa que a actividade a exercer pelo Externato, no domínio pedagógico, corresponda aos esforços desenvolvidos até ao presente, para bem da juventude mirense e do progresso da nossa querida terra.

Está previsto na escritura que o Externato seja dirigido por dois directores — um proposto pela Comissão e aceite pelo Ministério da Educação Nacional e o outro que será o Ex.mo Sr. Reis Torgal. Este último, será considerado pelo Conselho de Administração da Sociedade *subscritor privilegiado*, podendo,

10. *Mira de Aire e o seu Colégio*, *Voz de Mira de Aire*, 1966

nessa qualidade, adquirir acções dos outros accionistas pelo seu *valor nominal* isto é, sem qualquer sobrevalorização, desde que a sua direcção e actividade de professor justifiquem este tratamento de excepção. Assim, ao fim de cada ano, seriam sorteadas umas tantas acções, que os seus possuidores se comprometeriam a vender ao Ex.mo Sr. Reis Torgal, pelo valor nominal, ou seja a 1.000$00 por acção.

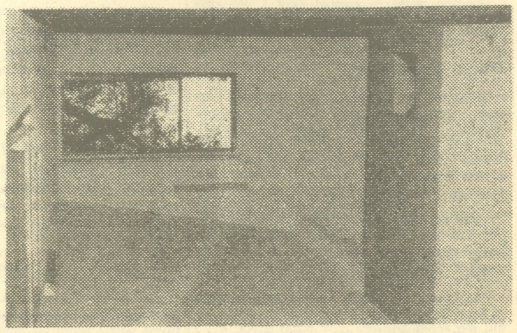
A população mirense teve já oportunidade, em Novembro passado, de fazer uma visita às novas instalações, mas os nossos ausentes a quem muito se tem falado do Externato e a quem se pede agora, uma vez mais, a melhor colaboração, é que gostarão de ver como ele ficou. Por isso, *Voz de Mira de Aire*, correspondendo aos seus desejos, aqui lhes deixa um breve documentário fotográfico.



Sala de estar dos alunos

Só é pena que não possamos mostrar a nova via de acesso, já electrificada a expensas do Externato, com todas as paredes recolhidas, nas propriedades confinantes, em obediência ao alinhamento autorizado pela Câmara Municipal. Oxalá que, para satisfação de todos, na altura da inauguração, a via de acesso se apresente alinhada como deve ser e como a valorização que ela trouxe às pripriedades servidas justifica que prontamente se faça, para honra da nossa terra e satisfação de todos os subscritores deste valioso empreendimento.

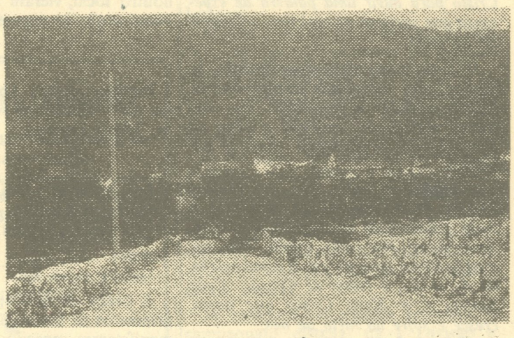
* * *



Átrio e Secretaria

As subscrições para a obra do Externato, reunidas até ao presente, totalizam a quantia de Esc. 885.000$00, assim distribuída:

Transporte da conta anterior	748.000$00
Albino Fiel Ferreira. . .	2.000$00
Alfredo Dias Capaz. . .	3.000$00
Aníbal Carreira Ramos da Silva.	5.000$00
Eng.º Aníbal Dias Ramos	10.000$00
António Maria Mendes Tristão.	2.000$00
João Inácio da Conceição	5.000$00
João Raposo Martins da Silva.	10.000$00
João dos Santos Capaz .	2.000$00
Joaquim Lavado Santos .	15.000$00
José António Branco Garcia.	3.000$00
José Dias Baptista Júnior	10.000$00
José Francisco Justo. . .	50.000$00
José Lopes Moleiro . . .	2.000$00
Manuel do Rosário Duque	15.000$00
Urbano Jorge Pereira . .	1.000$00
Dr. Vítor Manuel Martins Conceição	2.000$00
	885.000$00



Rua de acesso e vista panorâmica

E O SEU COLÉGIO

Bodas de Ouro da Filarmónica

Completaram-se no passado dia 14 de Julho cinquenta anos sobre a data em que foi celebrada a escritura de constituição da *Sociedade Filarmónica Mirense*. Meio século de caminho percorrido é já vida bastante para uma instituição que conta no seu activo com alguns graves períodos de crise interna, principalmente por falta de executantes.

A Direcção actual, apesar de lutar com inúmeros problemas suscitados por escassez de músicos e um certo alheamento da mocidade de hoje pelos ensaios e aquele convívio filarmónico que tantas saudades deixou àqueles que passaram pela nossa Banda, não quis deixar no silêncio tão significativa data.

Foi elaborado um programa de festejos integralmente cumprido, em que avultou a confraternização das Bandas de Minde, Porto de Mós e Mira de Aire e um inesquecível concerto ao ar livre, com bufete típico, no dia 14.

As duas Bandas visitantes foram recebidas no limite Sul e Norte da Vila, primeiro a da vizinha Minde e em seguida, a de Porto de Mós. E, com as três Bandas em desfile, chegou-se ao Salão da Junta de Freguesia (o Cine-Teatro), onde houve a cerimónia das boas-vindas.

Ambas as Direcções visitantes saudaram efusivamente a Direcção da nossa Filarmónica, em especial a de Minde, a quem é justo destacar pela falange mindense de que se fez acompanhar e que muito animou os festejos. Seguiram-se dois concertos no Coreto, com que as Bandas de Minde e de Porto de Mós deliciaram os ouvintes que acorreram em grande número, pois a noite estava serena e convidativa a permanecer ao ar livre.

No final dos concertos, houve um animado beberete de confraternização que muito contribuiu para estreitar os laços de convívio e amisade entre os componentes das três Bandas.

O segundo dia festivo foi o dia 18, em que houve missa celebrada pelo Rev. P.e Henrique por intenção dos directores, sócios, regentes e executantes falecidos, e à noite um espectáculo musical com a colaboração da Orquestra Típica de Alcobaça, sob a regência do Maestro Alves Coelho (Filho).

Este notável Agrupamento Folclórico foi recebido no limite Norte da Vila pela Filarmónica Mirense e pela população, encaminhando-se, depois, para o Cine-Teatro, onde houve, antes de iniciado o espectáculo, uma saudação de boas-vindas, que, como a anterior,

Aproveitando um intervalo do espectáculo, que decorreu em ambiente do maior entusiasmo, a Direcção fez a chamada dos músicos presentes que fizeram parte da Sociedade constituída no dia 14 de Julho de 1914, a quem após na lapela uma lira de ouro, emblema da nossa Filarmónica. A chamada de cada um desses componentes da primeira arrancada foi motivo de fortes aplausos e viva comoção, tendo-se o Maestro Alves Coelho (Filho) associado à emoção geral impondo a lira ao componente João Inho. Os outros componentes chamados ao palco foram:

Manuel Sebastião Dias
Manuel Vieira Júnior
António da Conceição Ferreira
José Lavado Rmoas
Alfredo João Carreira
Agostinho dos Santos Júlio.

Este espectáculo de encerramento decorreu em ambiente de alegria e entusiasmo, sob uma brilhante animação e regência do Maestro Alves Coelho (Filho).

No beberete com que terminou o espectáculo, a Orquestra Típica de Alcobaça agradeceu o acolhimento dispensado no salão de festas da Junta de Freguesia, através de um dos componentes da Orquestra Típica que elogiou o bem receber da população Mirense.

Em resumo, um fim de festejos inesquecível, sendo devida como justo remate uma palavra de especial agradecimento ao Ex.mo Senhor Eng.º Monteiro, digníssimo Director do notável Agrupamento que honra Alcobaça e o País, pela cordialidade amiga com que favoreceu a deslocação a Mira de Aire da Orquestra Típica de Alcobaça.

Assim decorreram as Bodas de Ouro da Filarmónica Mirense, de que estas linhas são um breve relato.

Oxalá daqui resulte uma saudade para quantos fizerem parte da nossa Banda e relembram, à distância, os momentos de convívio com os seus camaradas de outro tempo.

É pena que hoje assistamos, quando se conseguiu assegurar um auxílio financeiro, a um lento desagregar da Filarmónica Mirense. Onde estão os músicos, onde está o entusiasmo que já houve entre a mocidade da nossa terra? Ainda me lembro bem, e não sou dos mais velhos, das noites do ensaio em que

falante. Parece que, então havia nos músicos um entusiasmo invulgar. Eram as longas horas, em casa, a aproveitar o tempo livre para fazer nos ensaios e nas cerimónias festivas boa figura, era o gosto aprumado da farda nova; era a simpatia e o aplauso popular...

Mocidade mirense, a nossa Banda espera-vos, a nossa Banda precisa da vossa alegria e do vosso entusiasmo

Mira de Aire das alturas

Entre montes magestosa,
Ergue-se com dignidade,
A Mira d'Aire formosa
Em toda a magestade.

Como a história da cabreira,
Passa os dias a fiar.
Na fábrica «Fiandeira»
Com o fuso e a roca a andar.

Como soldado valente
Orgulhoso desta glória,
Ela nos grita contente:
«Tenho as fábricas Vitória».

Eis que em Mira se inicia,
Uma indústria sem igual:
A «Mirex», a «Lanifícia»,
A «Sociedade Industrial».

Eis gente que vem subindo
As tortuosas calçadas.
Para onde irão seguindo?
Vão para as «Penhas Douradas».

Senhora da BOA MORTE
Capela com que deparo.
Vem meu espírito mais forte,
P'ra Senhora do AMPARO

Depois de percorrer,
As vielas principais,
Perdoem se algo esquecer,
Nesta terra de olivais.

LENE D'OURÉM

Agradecimento

A Direcção da Sopa dos Pobres vem por este meio agradecer ao Sr. Isidro Ferreira, residente nos Estados Unidos da América do Norte, a sua oferta de 1.000$00 para aquela instituição. Ao Sr. Manuel Amado Noivo, também residente na América do Norte, agradece a oferta de 500$00.

A direcção dos Serviços de Assistência de Mira de Aire, agradece também ao Sr. Manuel Amado Noivo a oferta de 590$00.

11. *Bodas de Ouro da Filarmónica*, *Voz de Mira de Aire*, 1964

BODAS DE PRATA
Do UNIÃO RECREATIVA MIRENSE

União Recreativa Mirense esteve em festa aquando dos seus 25 anos de existência oficial, como se anunciava no número anterior deste mensário.

As comemorações das Bodas de Prata decorreram, como era de esperar, dentro da maior solenidade e espírito bairrista tão tipicamente mirense. A principiar as comemorações procedeu-se à inauguração solene da nova sede, que, podemos afirmá-lo sem receio de mentir e com orgulho de todos os que a ela se entem ligados, é a melhor sede de clubes recreativos do distrito de Leiria e uma das melhores do país em relação à cotação no sector desportivo.

A sessão foi presidida pelo Presidente da Associação de Futebol de Leiria, Ex.mo Sr. Dr. Agostinho da Silva que se fez acompanhar dos Srs. Jaime de Azevedo e Vieira Ascenso, secretários permanentes das Associação de Futebol de Leiria e Comissão Distrital de Árbitros de Leiria, respectivamente.

Pelo Presidente da U. R. M. Sr. Eng.º João do Rosário Baptista foi feita uma breve alocução na qual exprimiu a situação da colectividade com efeito ao incremento da nova Sede.

Depois usou da palavra o Presidente da A. F. de Leiria, Senhor Dr. Agostinho da Silva, que, em nome deste Organimos Desportivo, em nome da Comissão Distrital de Árbitros, ali representada pelo Senhor Vieira Ascenso, e em seu nome pessoal, saudou no Senhor Presidente da Direcção do União Recreativa Mirense, os corpos gerentes, associados, jogadores e assistentes, e agradeceu, muito sensibilizado, as palavras de Justiça com que o Senhor Engenheiro João Rosário Baptista se referira à acção da Associação nas suas relações com os clubes seus filiados.

Agradeceu, igualmente, o convite para a sua presença ali e a do Secretário Permanente, Senhor Jaime de Azevedo, destacando, com particular vivacidade de quanto todos se entiam honrados por esse facto, vista a franca e notória sinceridade que repassava a insistência para a comparência daqueles representantes da Associação.

Só contentamento e cordialidade podia transparecer nas suas palavras; e, para provar esses sentimentos, bastaria anotar o visível interesse com que se estava a viver aquele momento único da vida do União Recreativa Mirense.

Em seguida, depois de se referir à função social e educativa das agremiações desportivas, por meio do convívio constante dos seus associados, o Presidente da A. F. de Leiria afirmou que o desporto educa, corrige, ensina, disciplina, modela e actua tanto sobre o carácter como sobre o corpo; e que a sua prática, salutarmente bem orientada, é uma forma larga e profunda de educação ao alcance de todos e uma manifestação importante e especializada da educação integral do indivíduo.

Acrescentou depois que o desporto e a educação física não consistem apenas, segundo a ideia mais corrente, «no conjunto de meios que concorrem para o desenvolvimento harmonioso do corpo humano, os quais têm por objectivo manter e melhorar a saúde», e citou, a propósito, Bouglé, que sustenta que «em toda a educação se busca uma convergência de forças morais em que o homem se possa apoiar para desenvolver a sua personalidade, fazer dele um ser consciente da sua dignidade e da sua capacidade física e criar-lhe o sentimento das suas obrigações e deveres para com a socedade».

Como todos os organismos desportivos, o União Recreativa Mirense persegue o ideal da educação física — fazer do corpo o instrumento fácil e obediente das ordens do espírito, que deve ser recto, justo e apto para dignificar em tudo o homem.

O União Recreativa Mirense, durante estes 25 anos de vida activa, de movimento e acção, entregou-se à prática do desporto, em cuja sombra protectora e benfazeja veio recrear-se a juventude local para retemperar o corpo e a alma. Está dado o primeiro grande passo — continuou — para uma grande obra já em marcha. A colectividade já venceu os mais ásperos combates dos seus 25 anos de existência; e agora, inaugurando esta nova e bela sede, de si mesma, da vitória já ganha, da união dos seus associados, jogadores e corpos gerentes, e do espírito progressivo que os anima, extrai, com sã virilidade, novas forças para continuar o mesmo caminho da educação física e do desporto.

Depois dirigindo-se aos dirigentes do clube na pessoa do seu Presidente, o orador afirmou que a estes não falta tenacidade e fé, nem lhes mingua o querer — aquele querer que tem vindo a remover, aos poucos, a inércia de muitos, a indiferença de alguns e a desconfiança hostil de outros. Olham esses dirigentes mais além do espectáculo do desporto e do seu aparato exterior dirigido aos sentidos e alucinando-os; observam, de igual modo, atentos, quanto de belo e de salutar pode advir, pela prática do desporto, para a formação do carácter da juventude, sob o ponto de vista social e profissional, numa localidade em que o trabalho é o melhor, o mais alto e mais digno brazão das suas gentes. É que nem sempre admitimos, voluntàriamente, a influência que na cultura e na formação social das populações dos pequenos centros, exercem as agremiações desportivas como o União Recreativa

A Direcção do União Recreativa Mirense aproveita o ensejo para expressar o seu profundo reconhecimento a todas as pessoas que de qualquer modo prestaram a sua colaboração, quer na decoração da nova Sede, quer na realização dos festejos das Bodas de Prata, e de uma maneira especial aquelas que prestaram a sua ajuda monetária.

NOTA:

Para maior cunho dos festejos das Bodas de Prata, e para que tais se tornem bem memoráveis, mandou a Direcção da U. R. M. confeccionar galhardetes alusivos às Bodas de Prata, próprios para colocar nos automóveis, os quais são apreciados aonde quer que passam os automóveis de Mira de Aire.

Estes galhardetes já chegaram a algumas partes do estrangeiro aonde se encontram mirenses. Todavia, e porque todos os mirenses ausentes gostarão de possuir uma recordação destes festejos, que não puderam viver de perto, lembro aqui que, alguém que desejar adquirir um galhardete, pode dirigir-se por qualquer via à U. R. M. solicitando o respectivo envio. O custo dos mesmos é de vinte escudos.

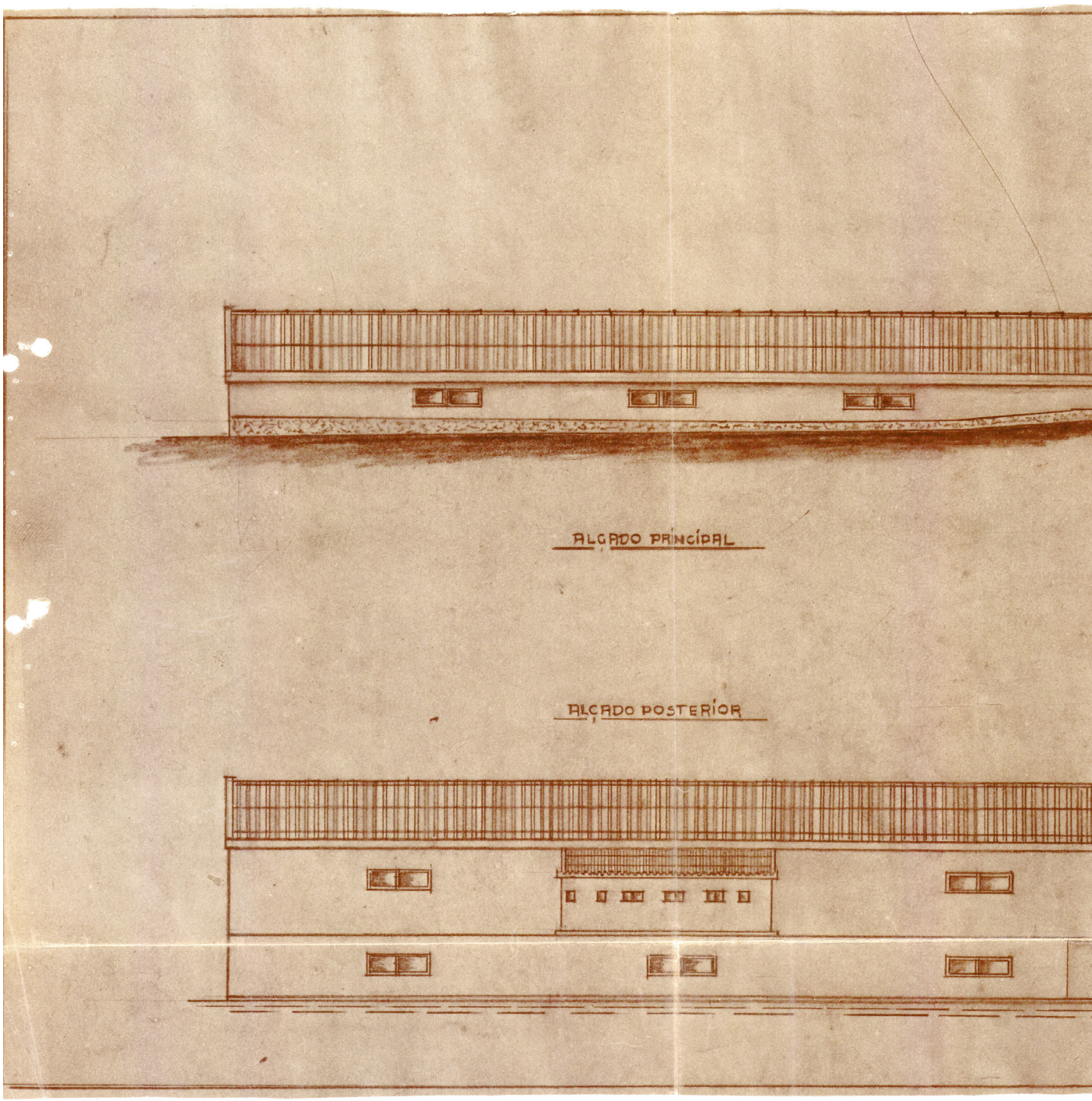
Estou bem certo de que, todos os mirenses e muito especialmente aqueles que outrora defenderam com brio as suas cores, orgulhar-se-ão de ver no pequeno mas bem significativo galhardete o emblema do MIRENSE coroado de louros pelos seus 25 anos de existência.

URBANO

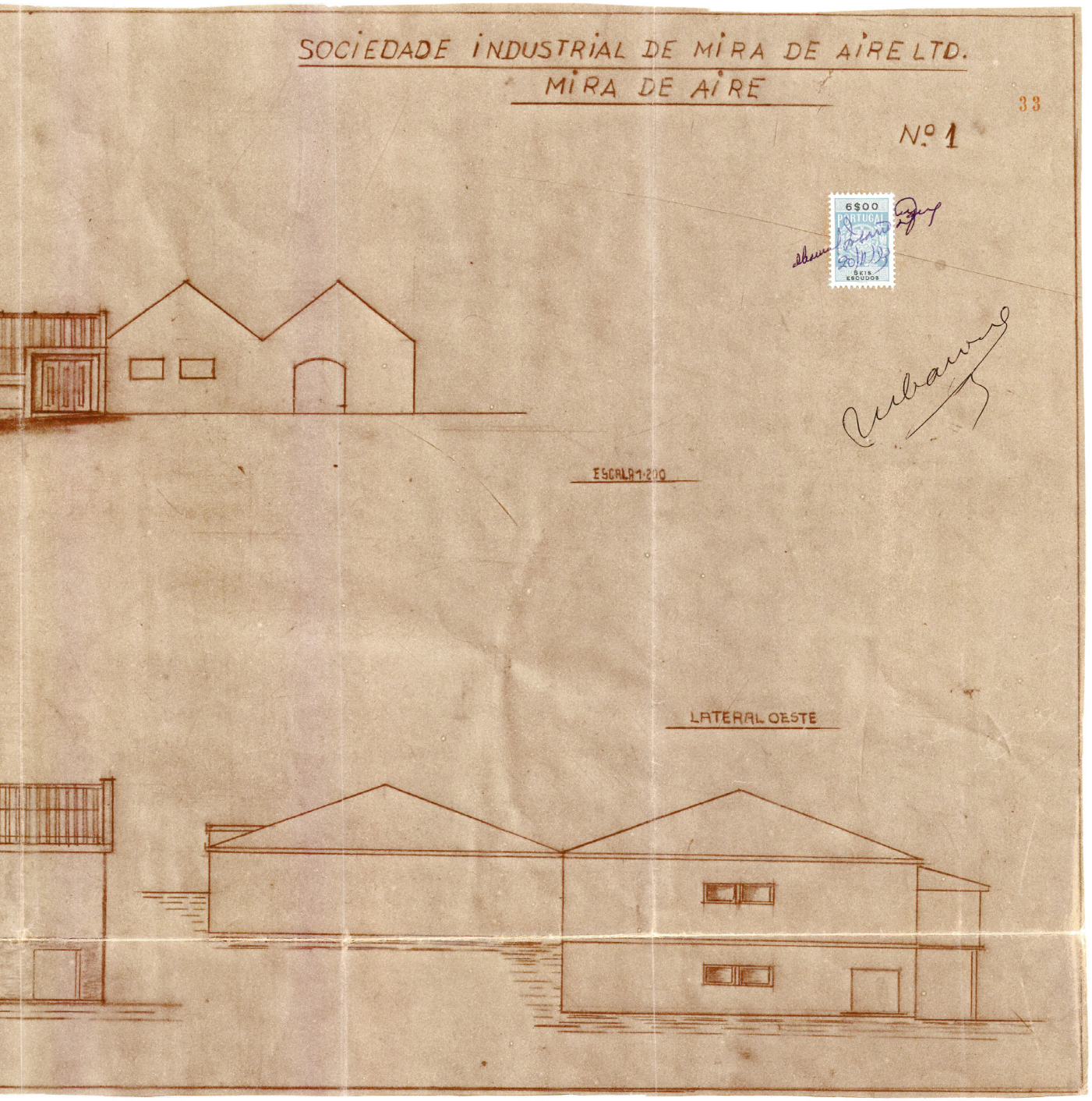
12. *Bodas de Prata do União Recreativa Mirense*, *Voz de Mira de Aire*, 1964

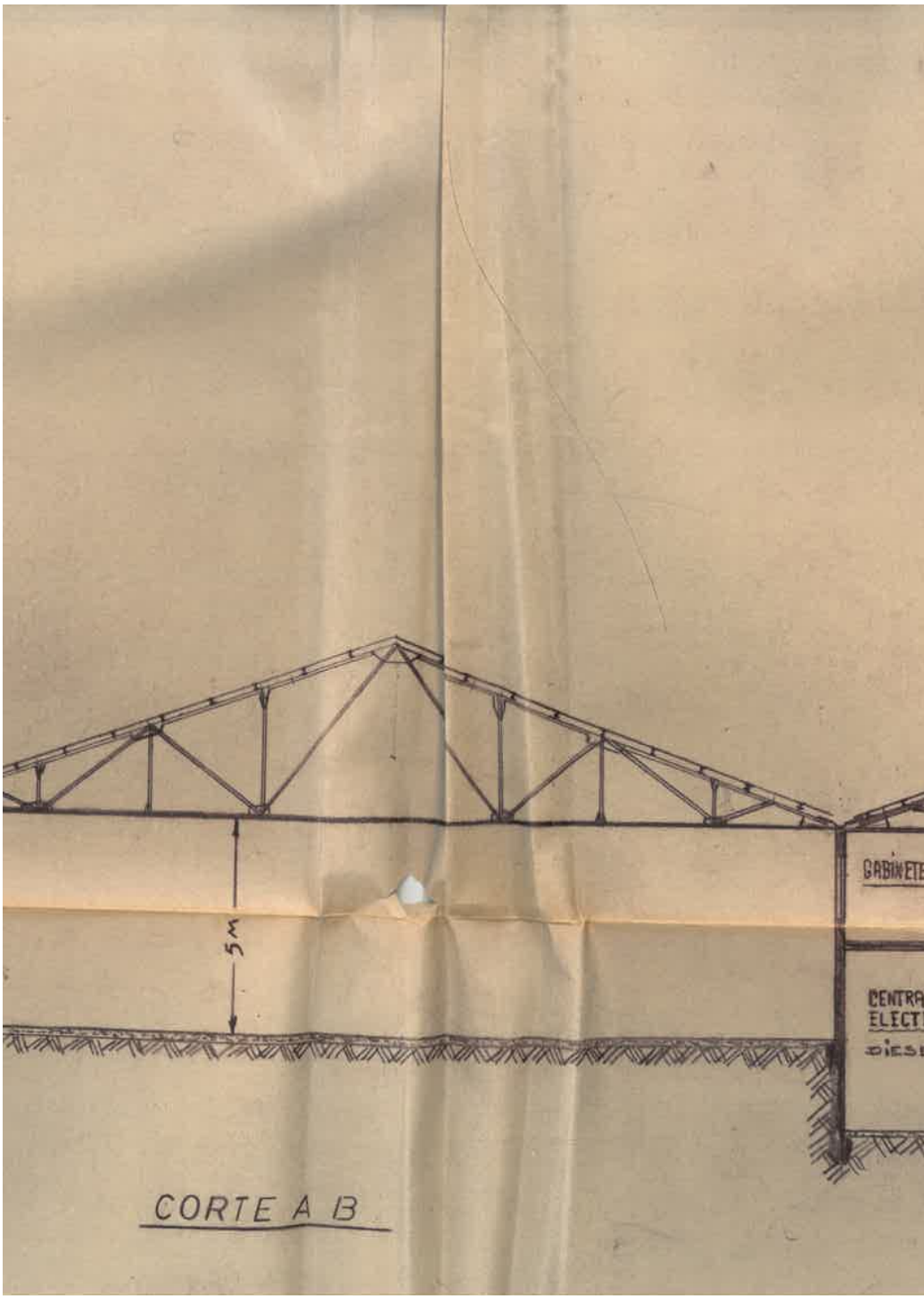
ANEXO 3 - Plantas das fábricas da rede fabril de Mira de Aire

Fonte: Obras Particulares - Município de Porto de Mós

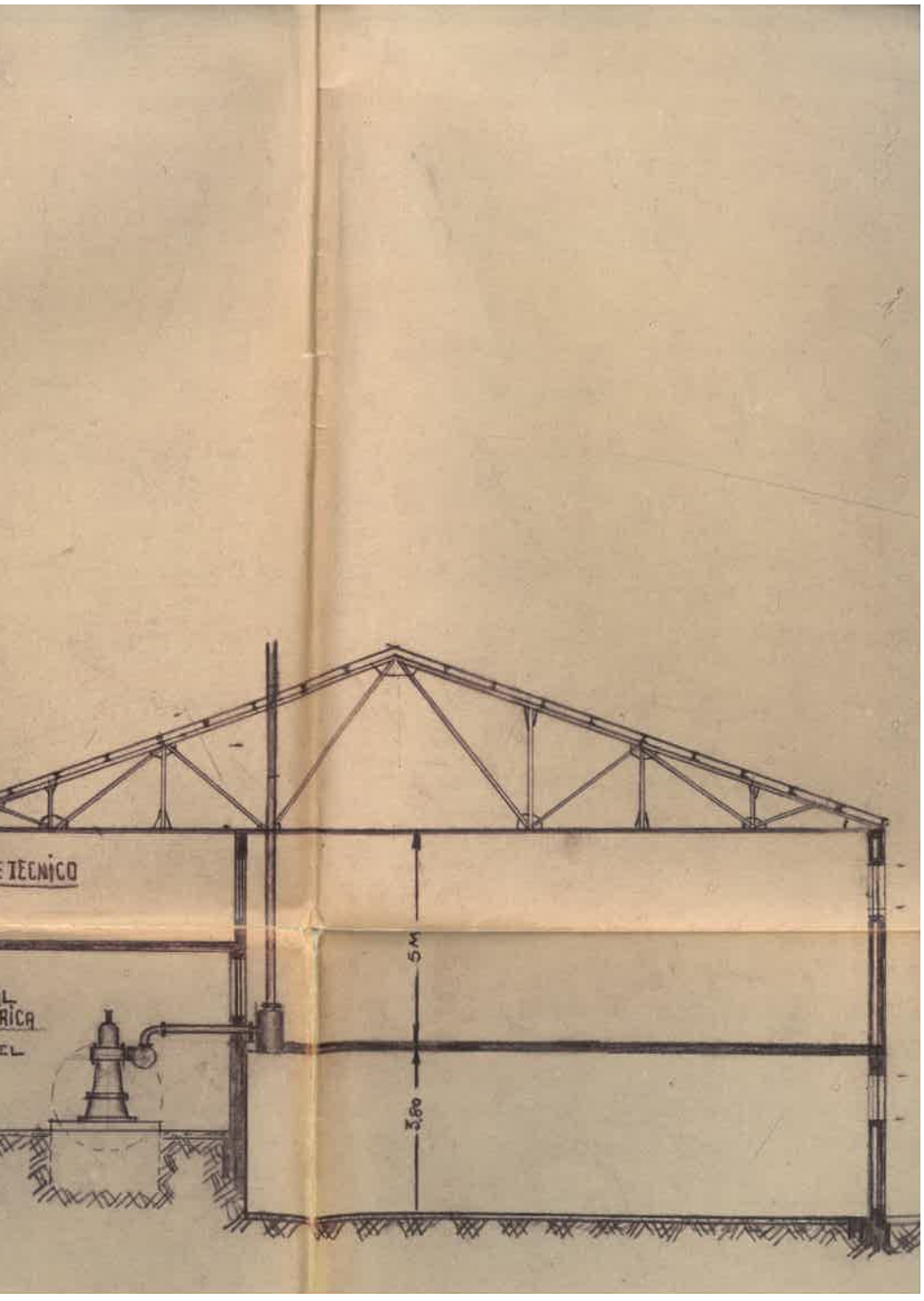


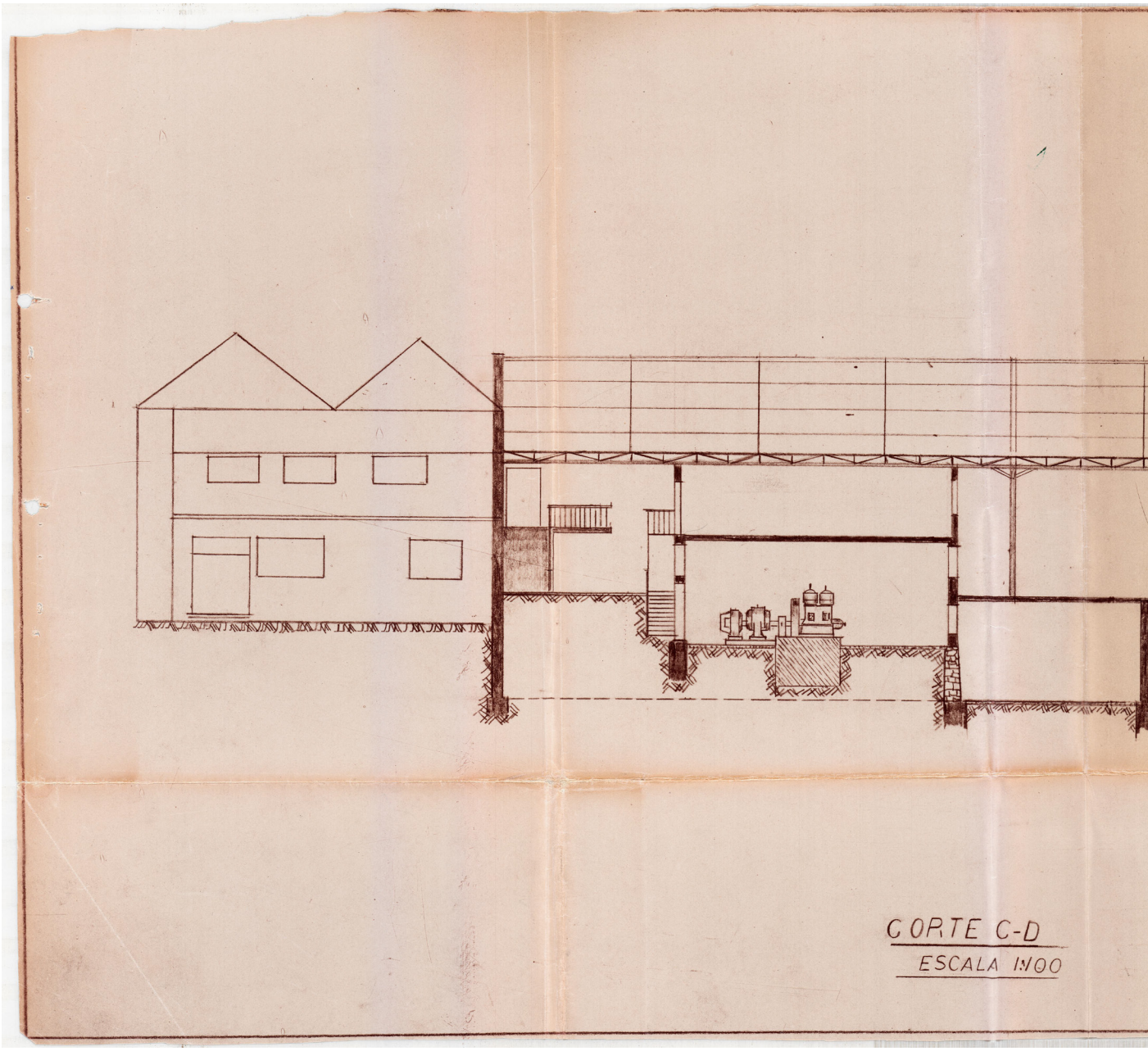
01. Alçados (ampliação), Sociedade Industrial de Mira de Aire, s/ escala, 1974


SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MIRA DE AIRE LTD.
MIRA DE AIRE
33
Nº 1
6$00
PORTUGAL
SEIS ESCUDOS
ESCALA 1:200
LATERAL OESTE

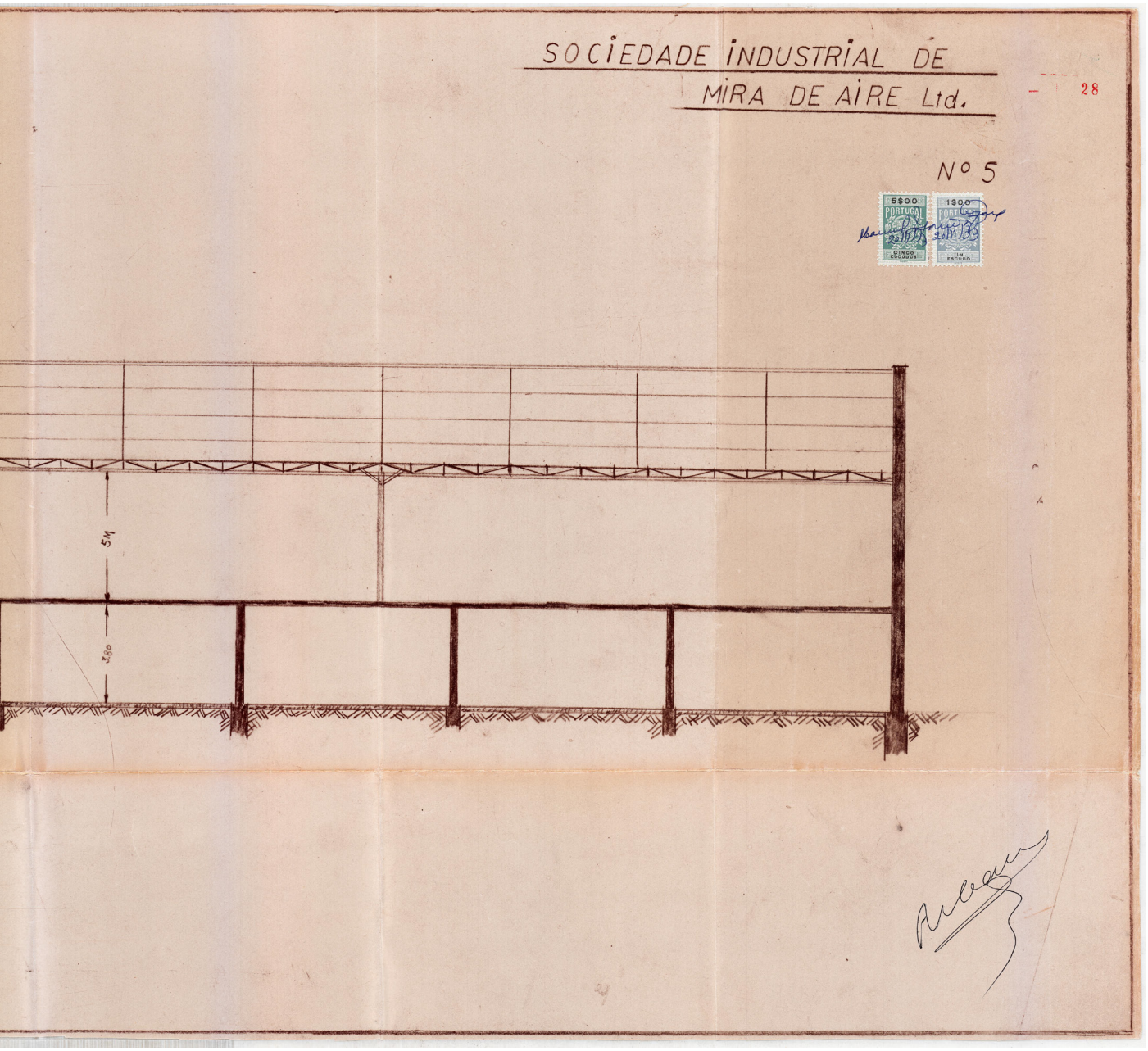


02. Corte AB (ampliação), Sociedade Industrial de Mira de Aire, s/ escala, 1974


TECNICO
5M
3.80



03. Corte CD (ampliação), Sociedade Industrial de Mira de Aire, s/ escala, 1974

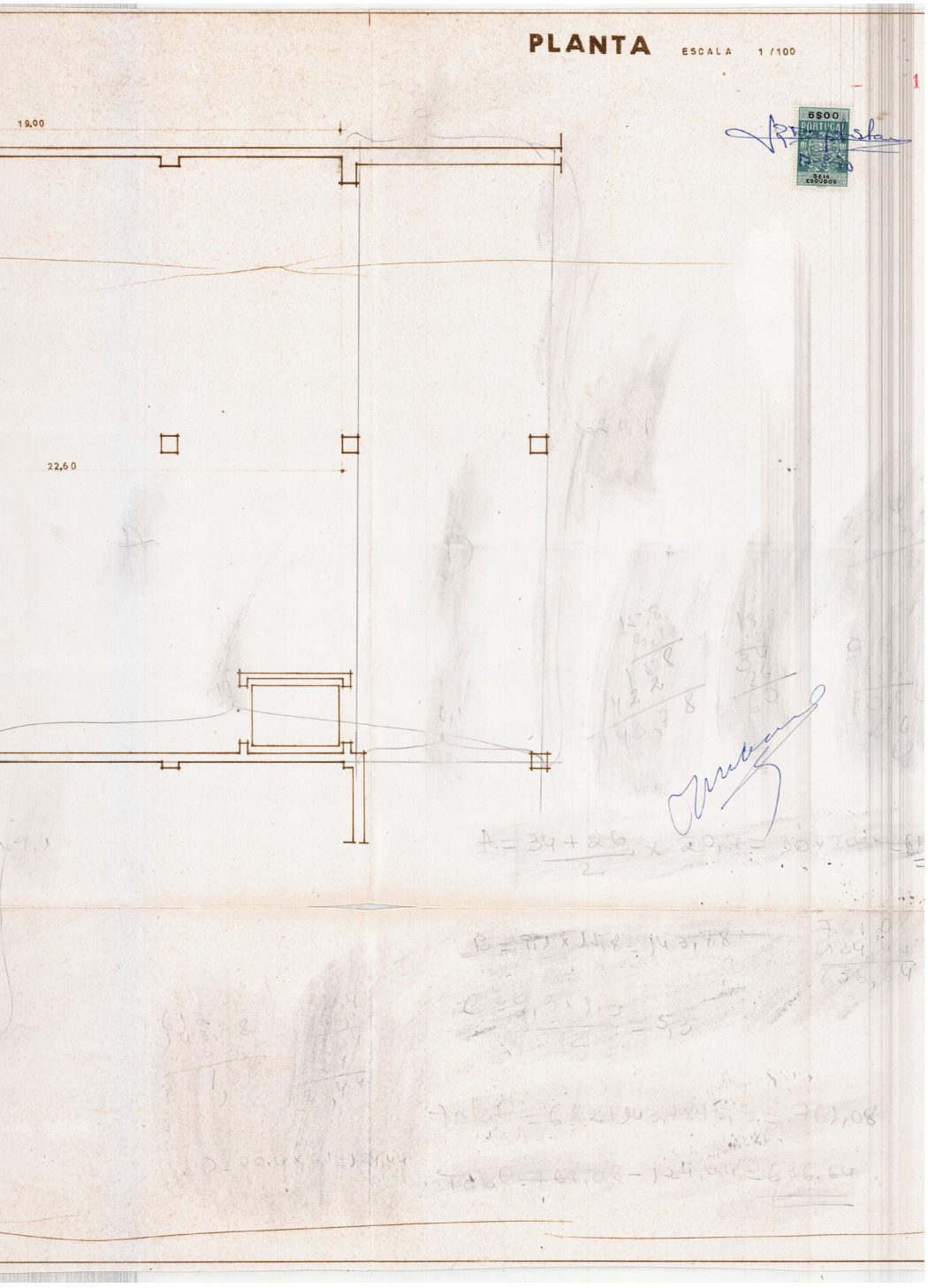

SOCIEDADE INDUSTRIAL DE
MIRA DE AIRE Ltd.
28
Nº 5
5$00
PORTUGAL
CINCO ESCUDOS
1$00
UM ESCUDO
5M
4$80

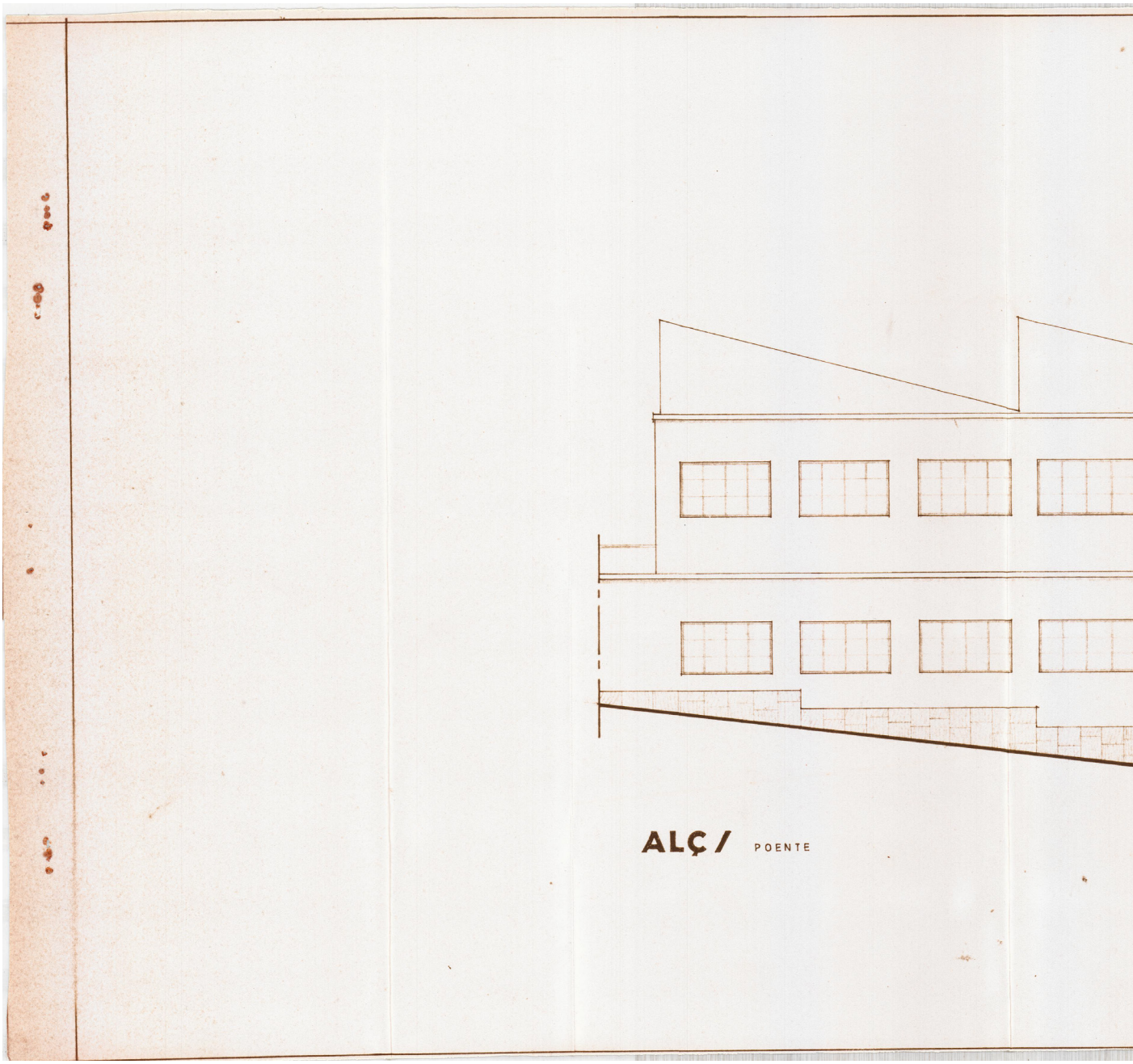


04. Planta de localização (ampliação), Fiandeira Mirense, s/escala, 1970

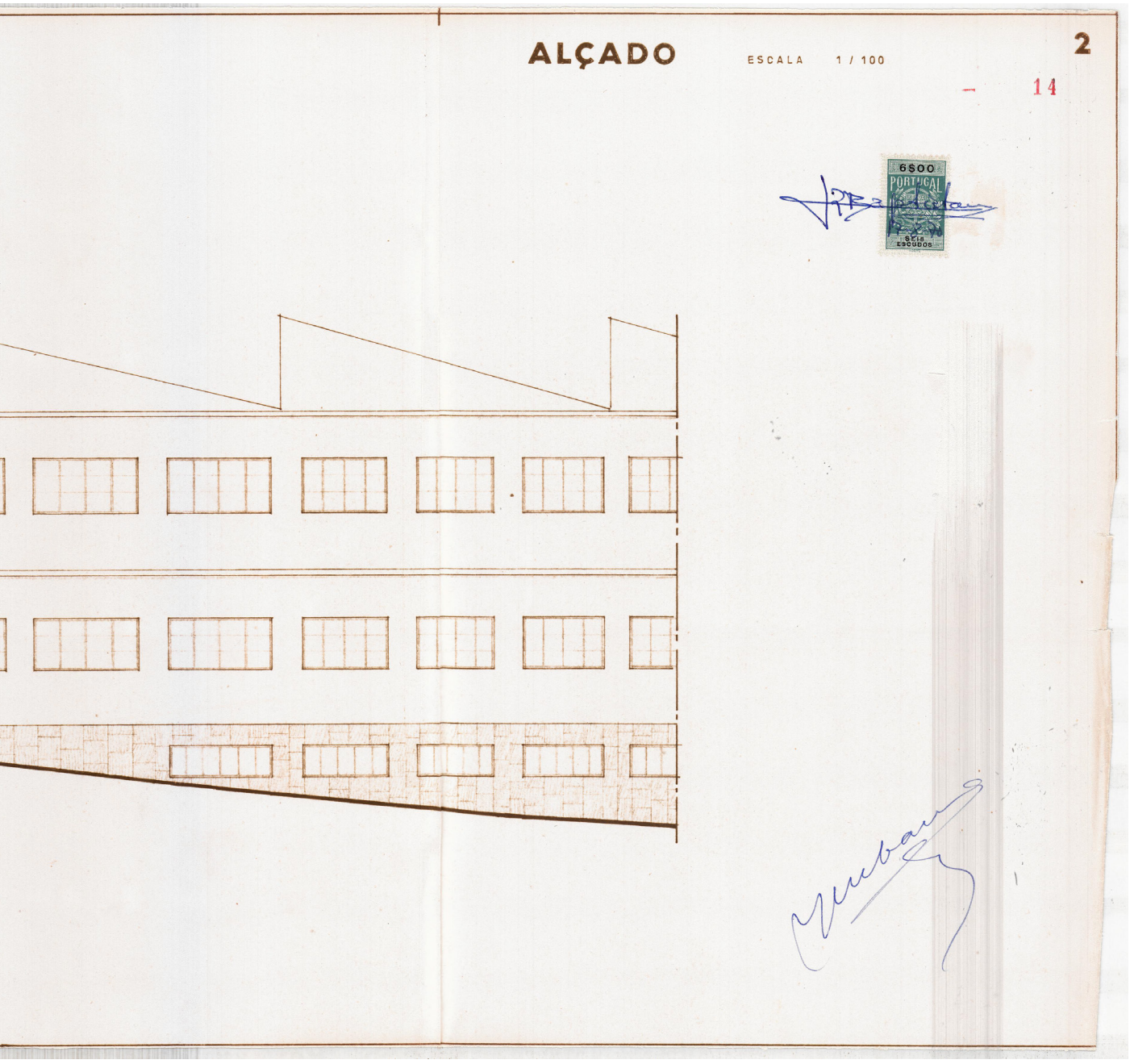


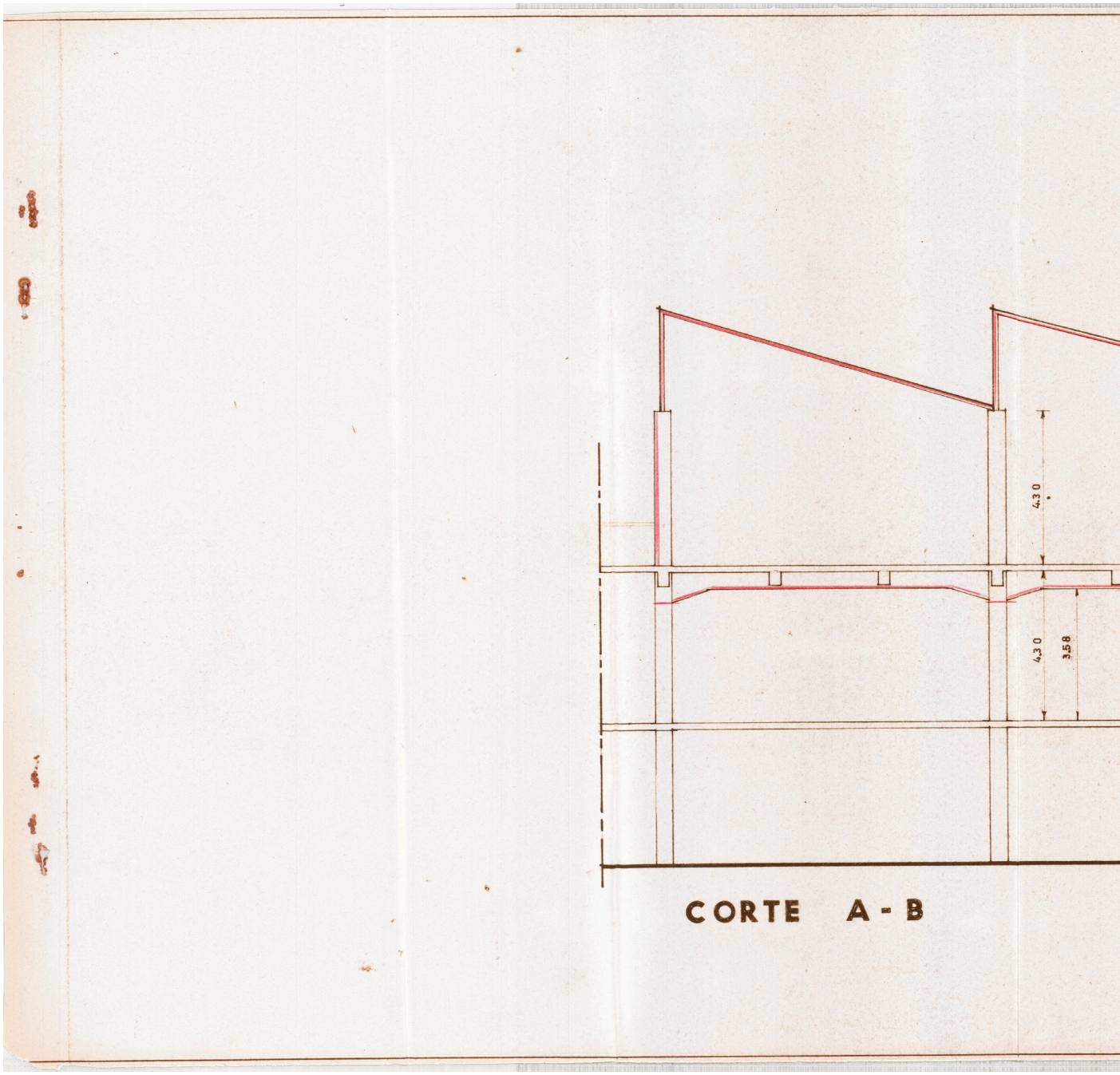
05. Planta piso-tipo (ampliação), Fiandeira Mirense, s/escala, 1970


PLANTA
ESCALA 1/100
19,00
22,60
6$00
PORTUGAL
SEIS ESCUDOS

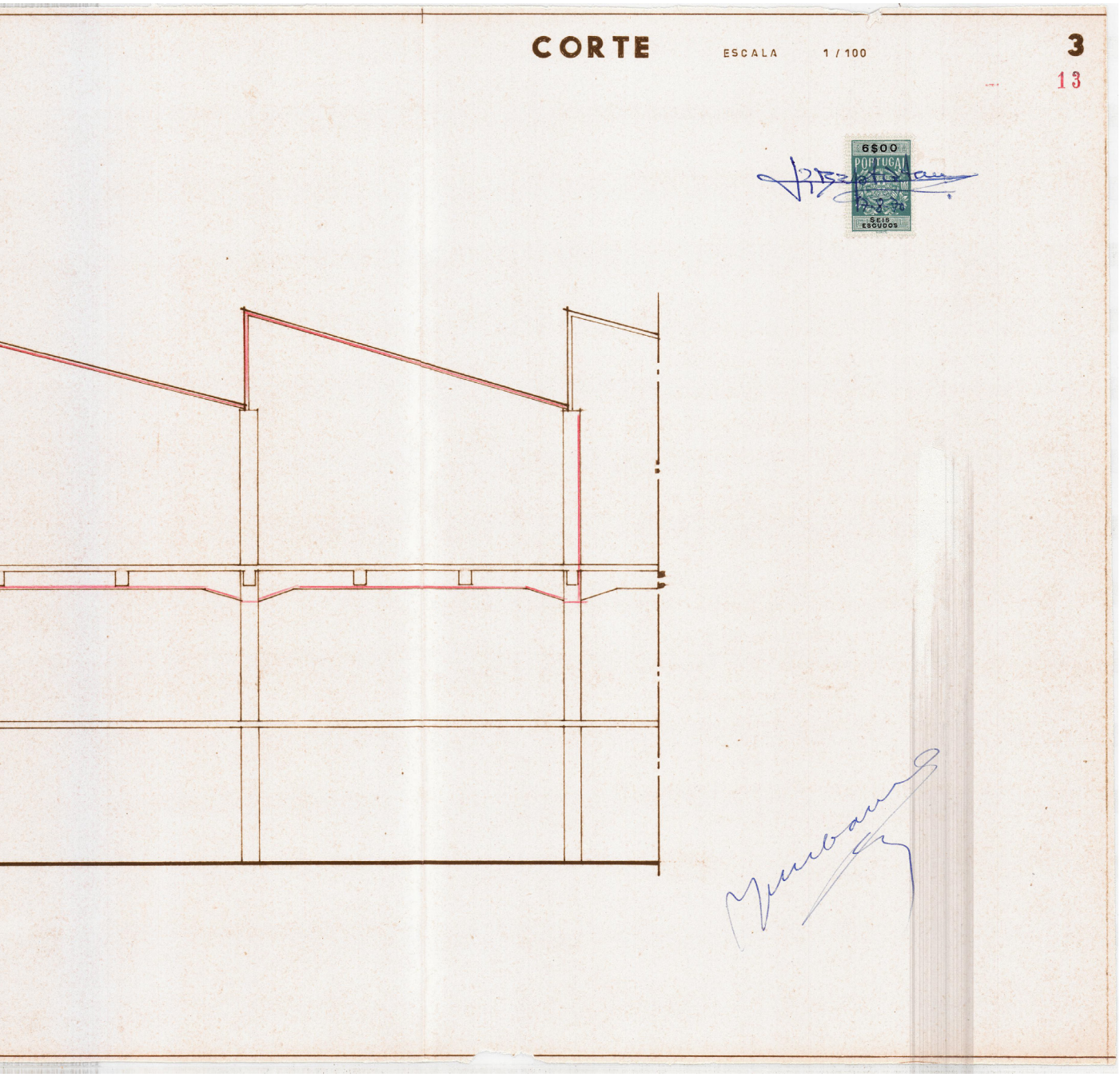


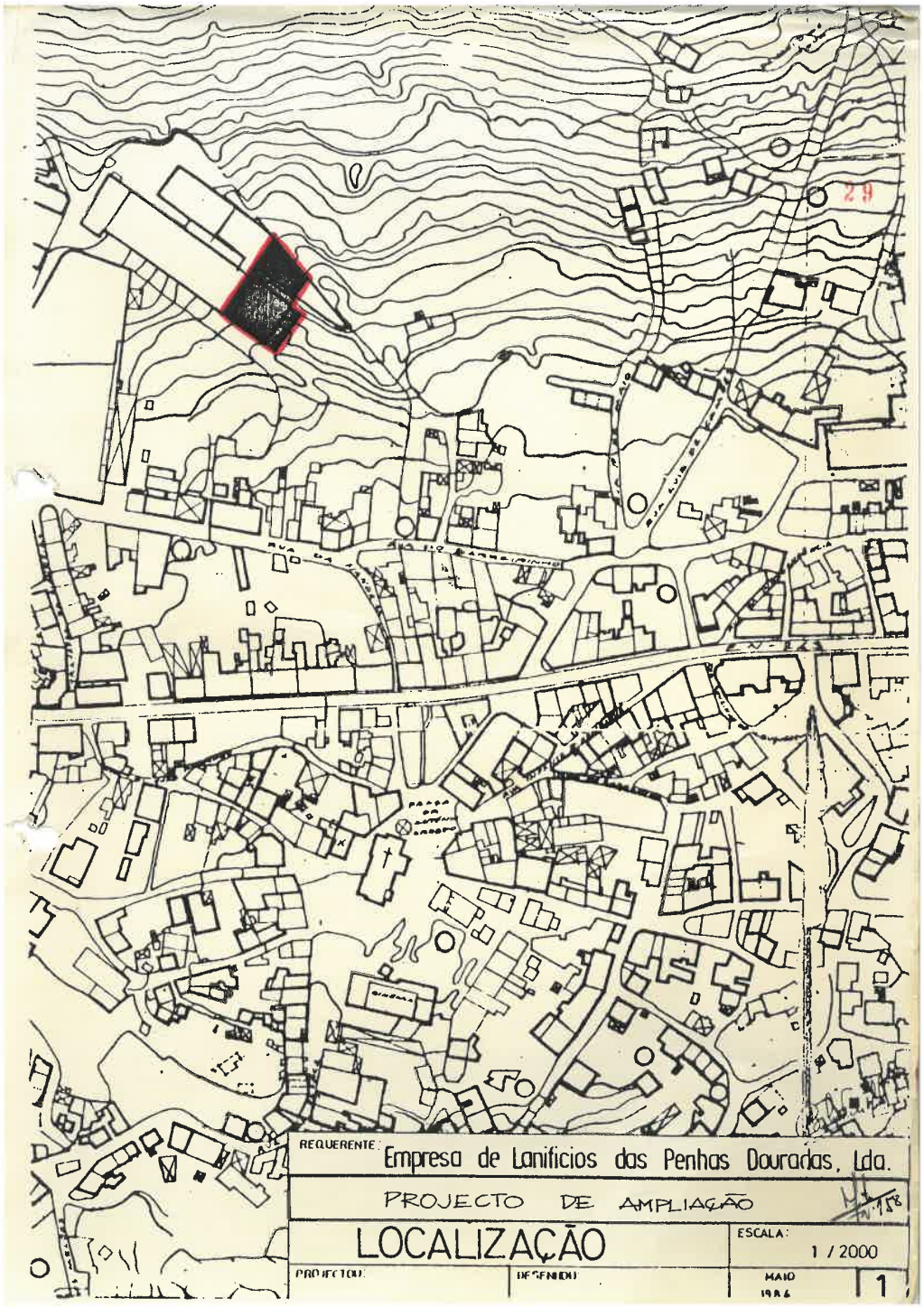
06. Alçado poente (ampliação), Fiandeira Mirense, s/escala, 1970


ALÇADO
ESCALA 1 / 100
2
14
6$00
PORTUGAL
SEIS ESCUDOS

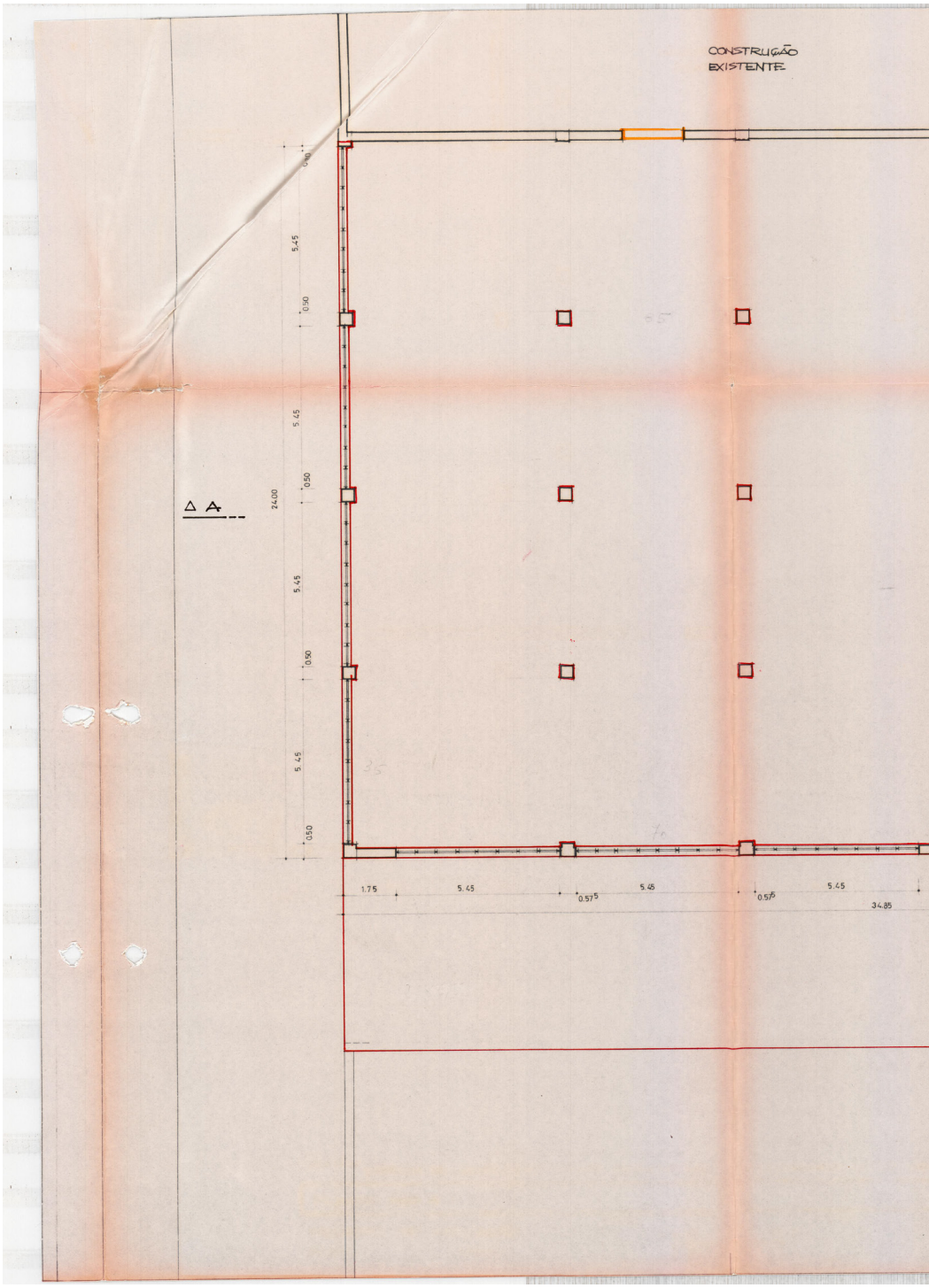


07. Corte AB (ampliação), Fiandeira Mirense, s/escala, 1970

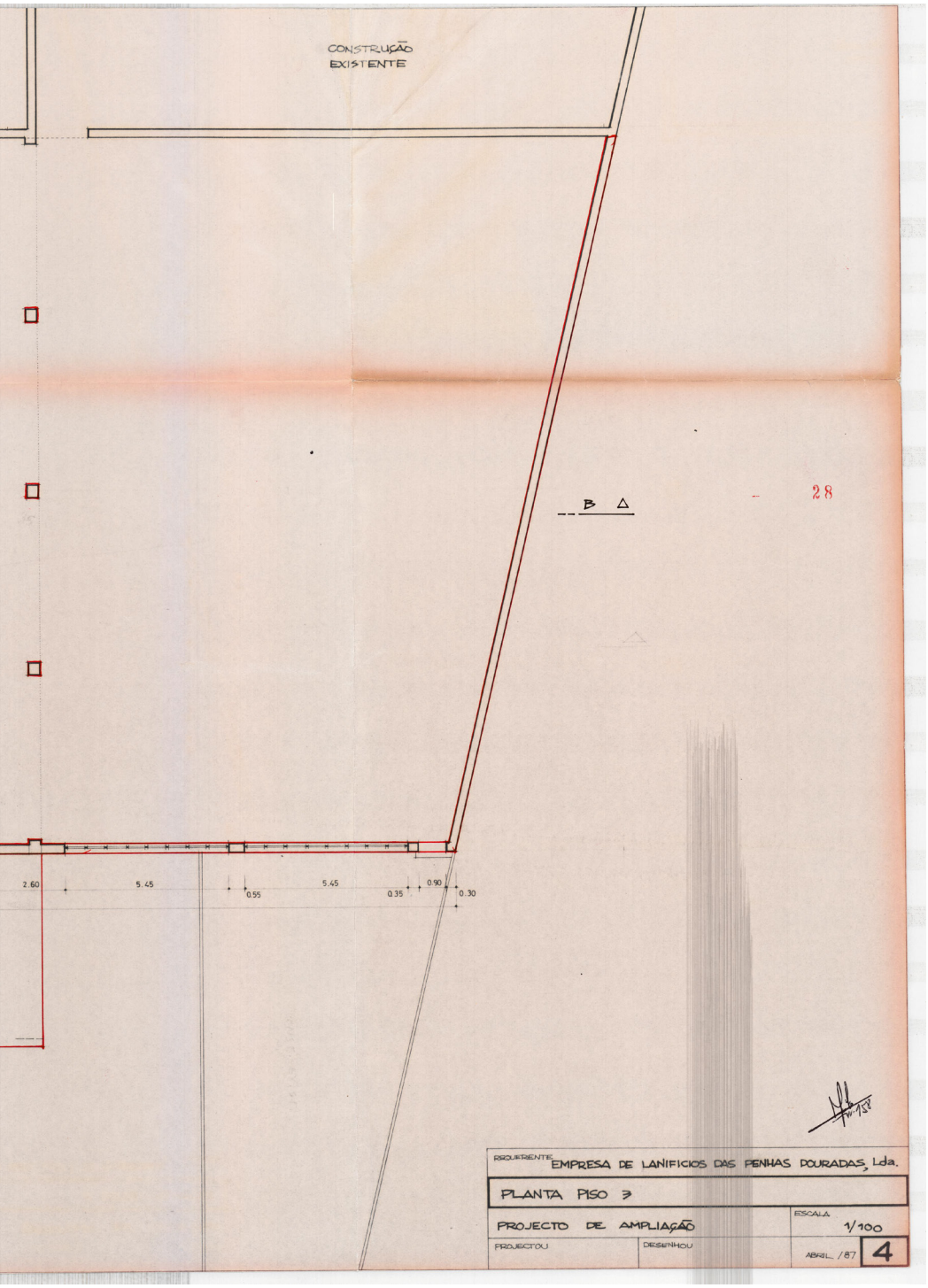

CORTE
ESCALA 1 / 100
3
13
6$00
PORTUGAL
SEIS ESCUDOS

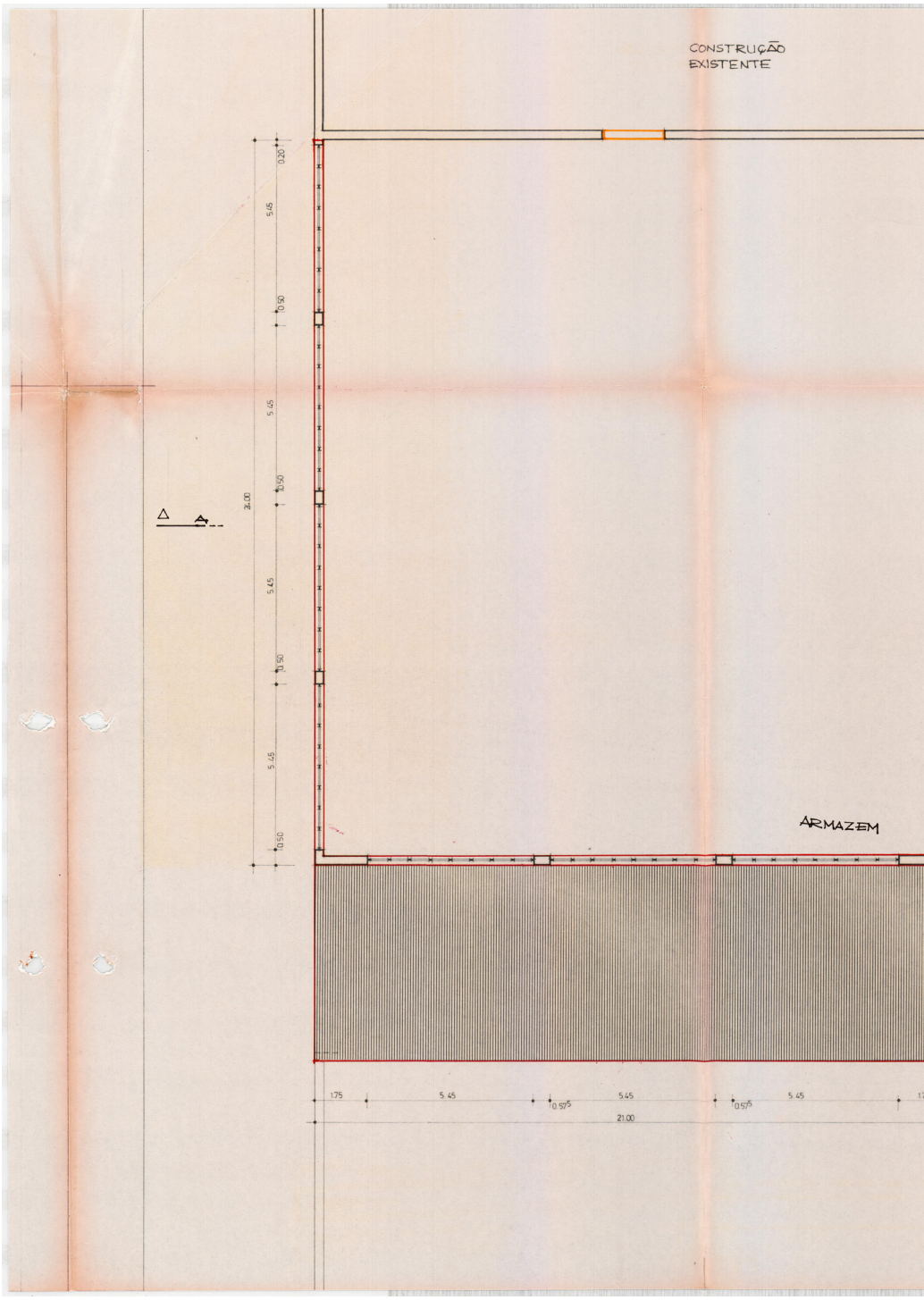


08. Planta de localização (ampliação), Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas, s/escala, 1987

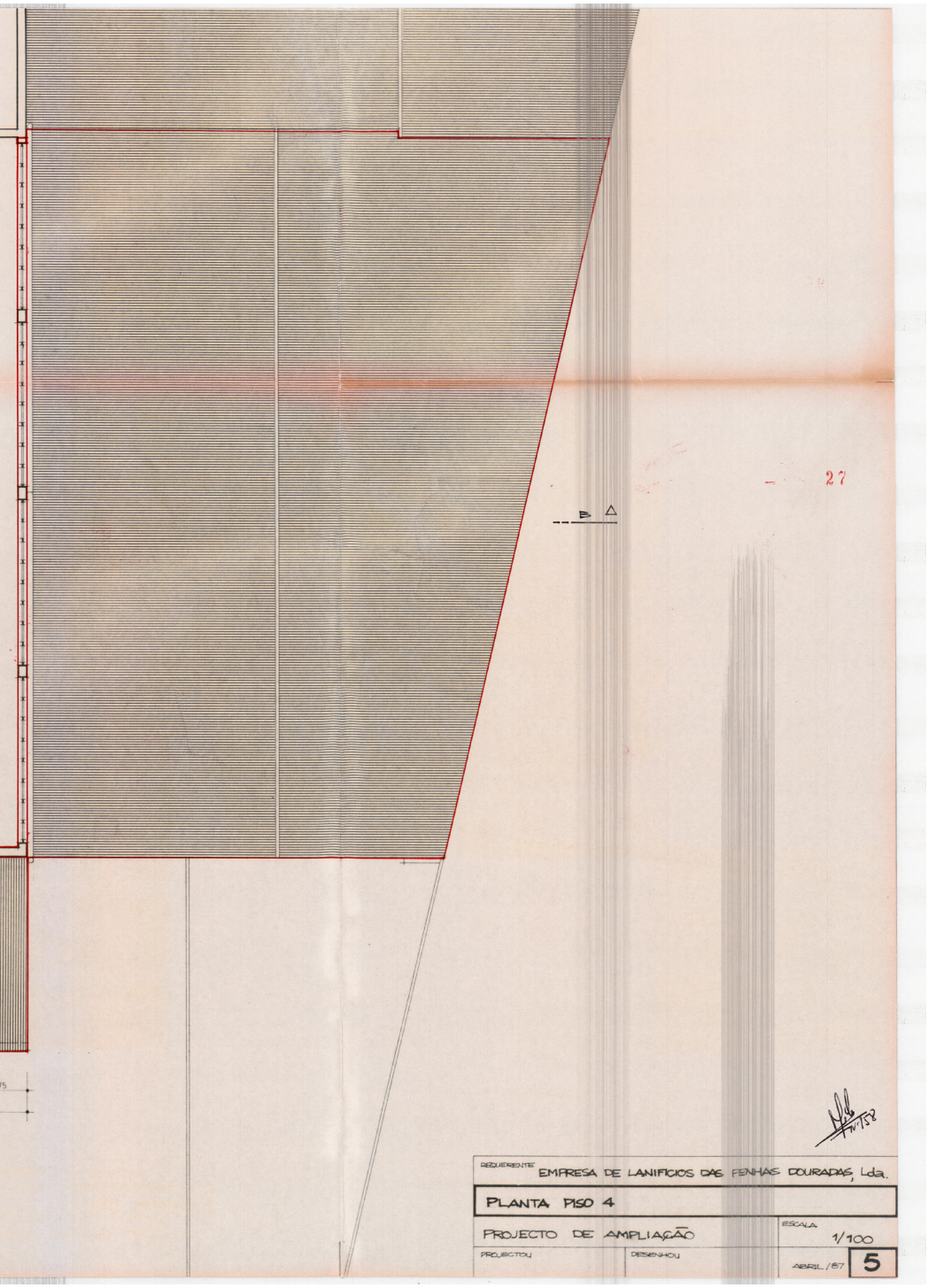


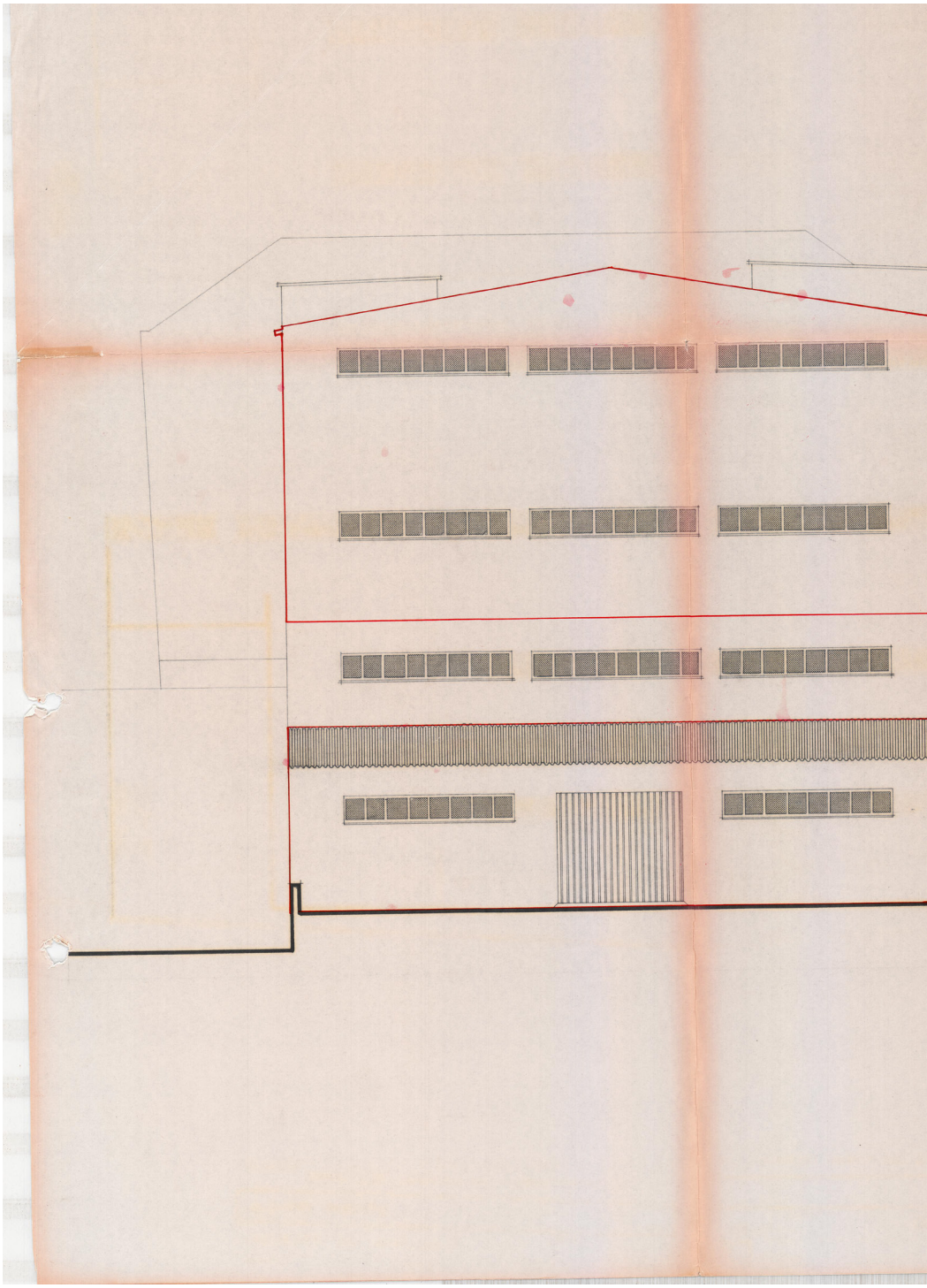
09. Planta piso 3 (ampliação), Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas, s/ escala, 1987


CONSTRUÇÃO
EXISTENTE
B
28
2.60
5.45
0.55
5.45
0.35
0.90
0.30
REQUERENTE
EMPRESA DE LANIFICIOS DAS PENHAS DOURADAS, Lda.
PLANTA PISO 3
PROJECTO DE AMPLIAÇÃO
ESCALA
1/100
PROJECTOU
DESENHOU
ABRIL /87
4

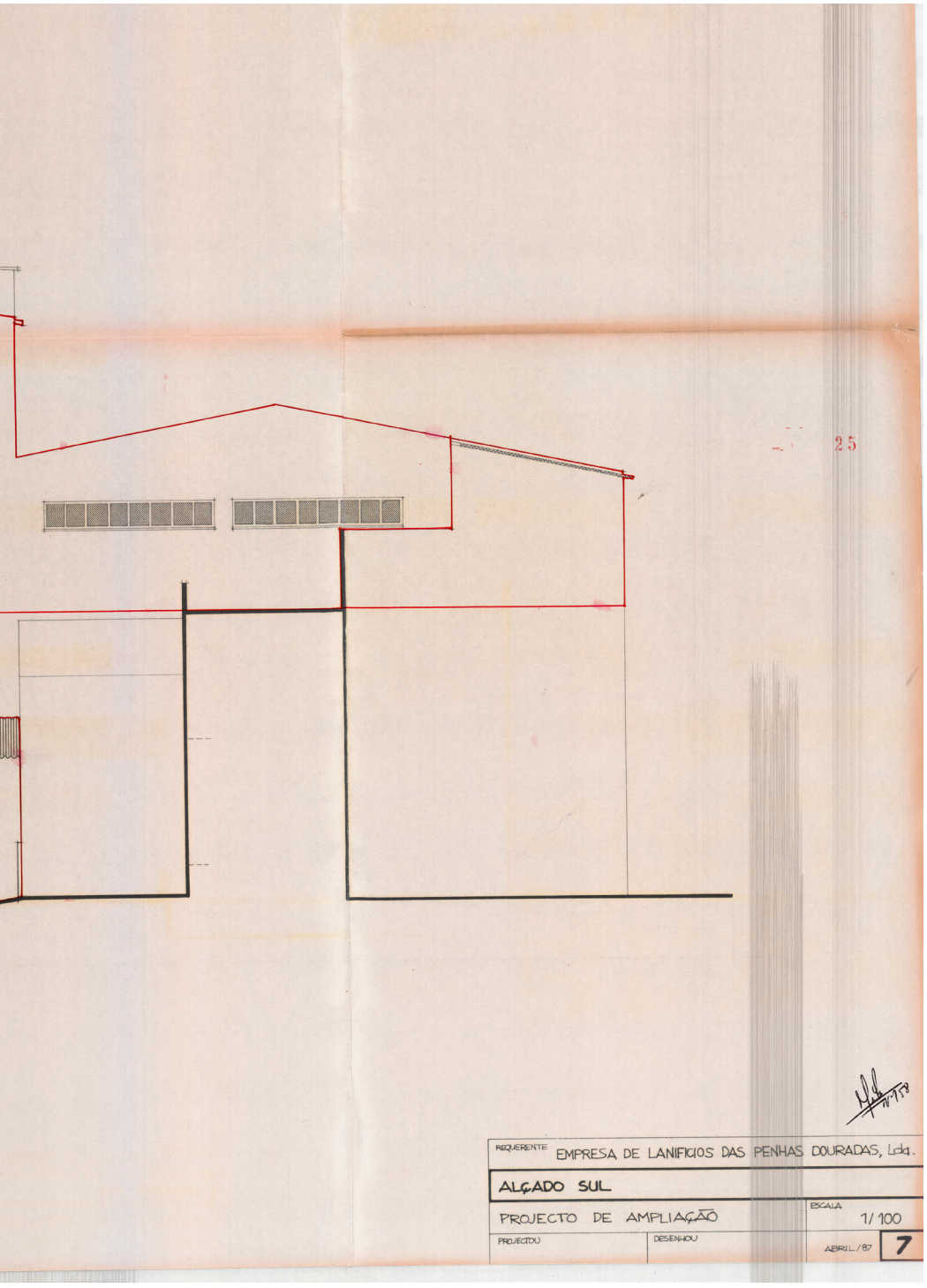


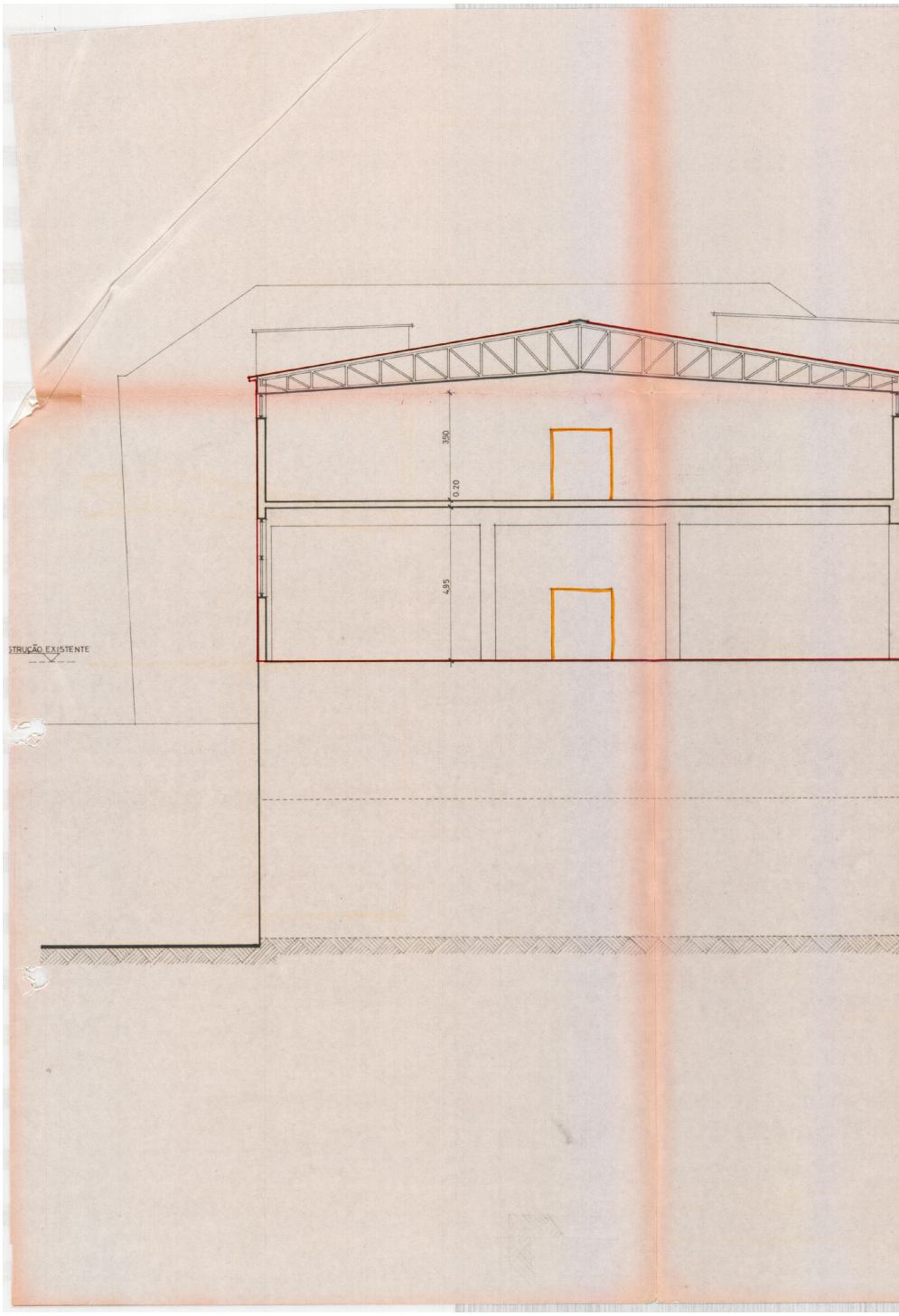
10. Planta piso 4 (ampliação), Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas, s/ escala, 1987


27
REQUERENTE
EMPRESA DE LANIFICIOS DAS PENHAS DOURADAS, Lda.
PLANTA PISO 4
PROJECTO DE AMPLIAÇÃO
ESCALA
1/100
PROJECTOU
DESENHOU
ABRIL/67
5

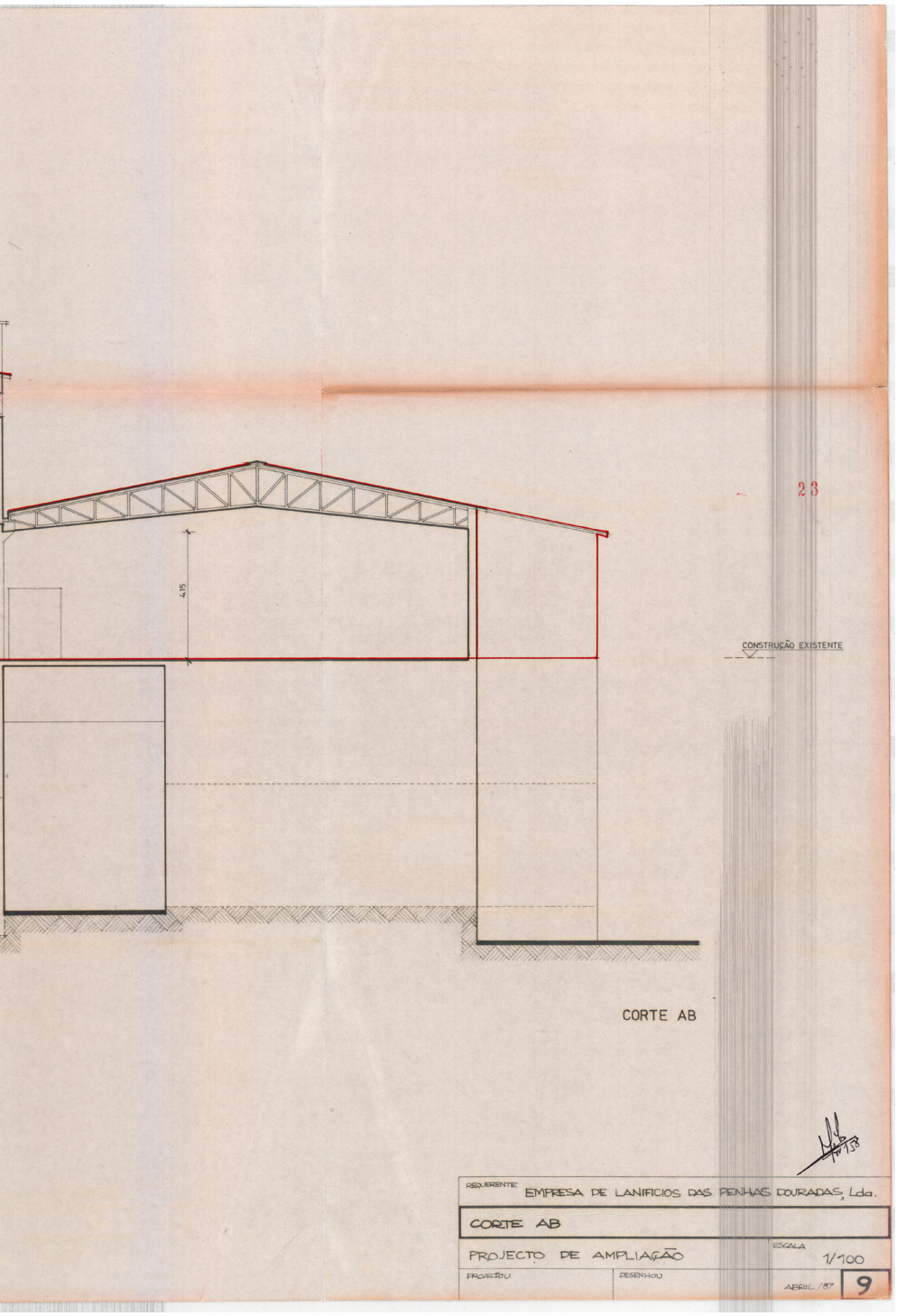


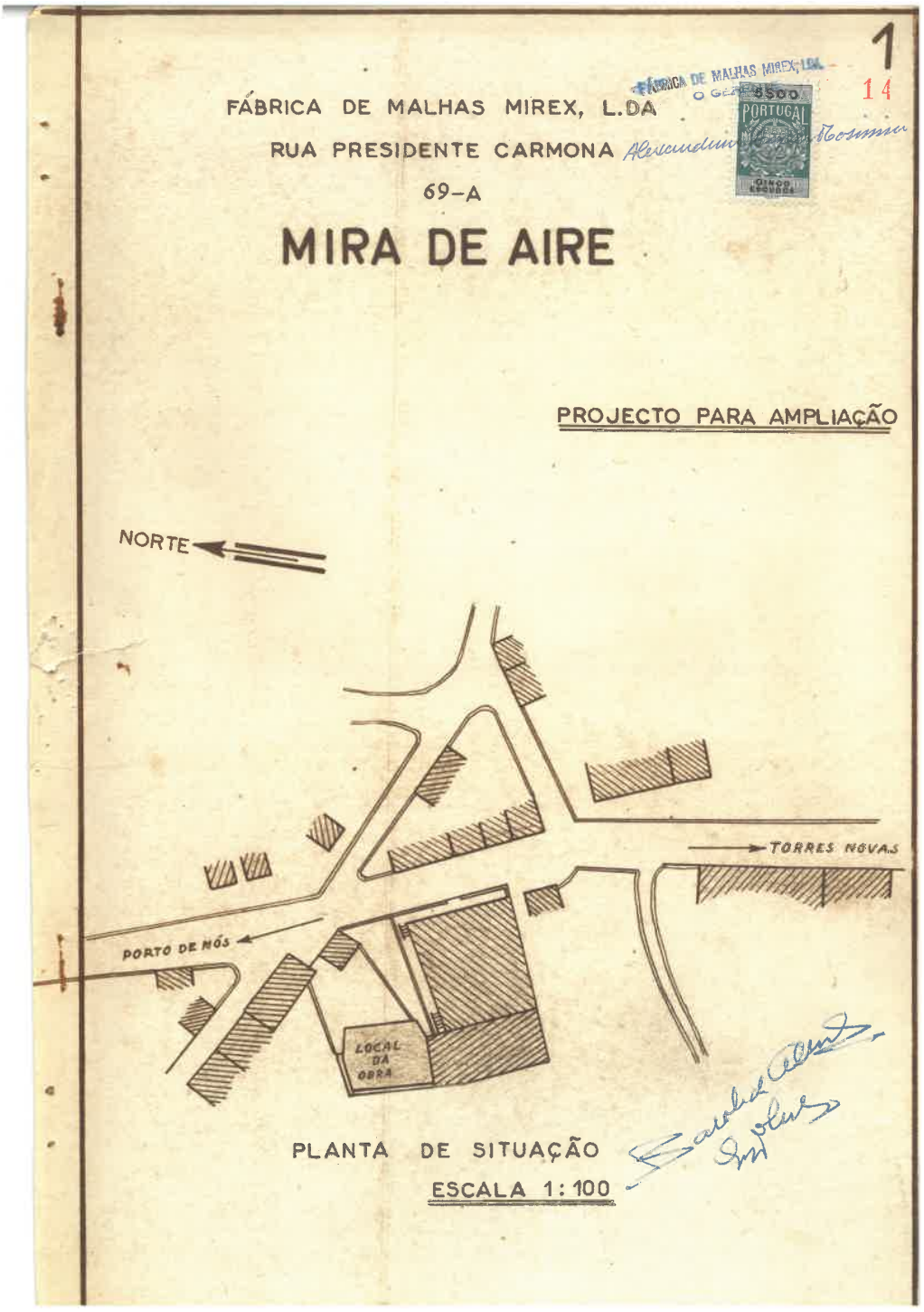
11. Alçado sul (ampliação), Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas, s/ escala, 1987


25
REQUERENTE
EMPRESA DE LANIFICIOS DAS PENHAS DOURADAS, Lda.
ALÇADO SUL
PROJECTO DE AMPLIAÇÃO
ESCALA
1/100
PROJECTOU
DESENHOU
ABRIL/87
7

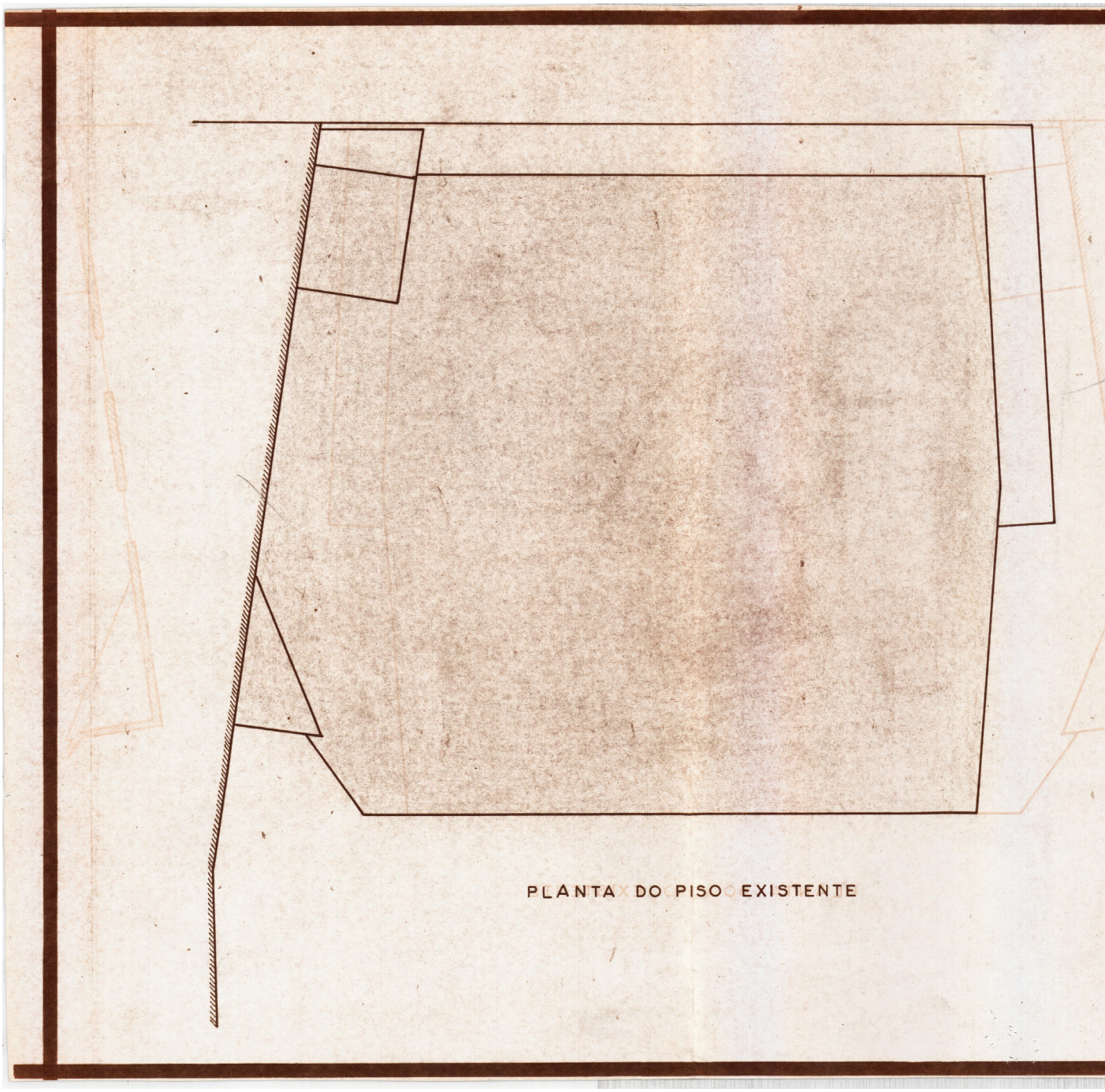


12. Corte AB (ampliação), Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas, s/escala, 1987

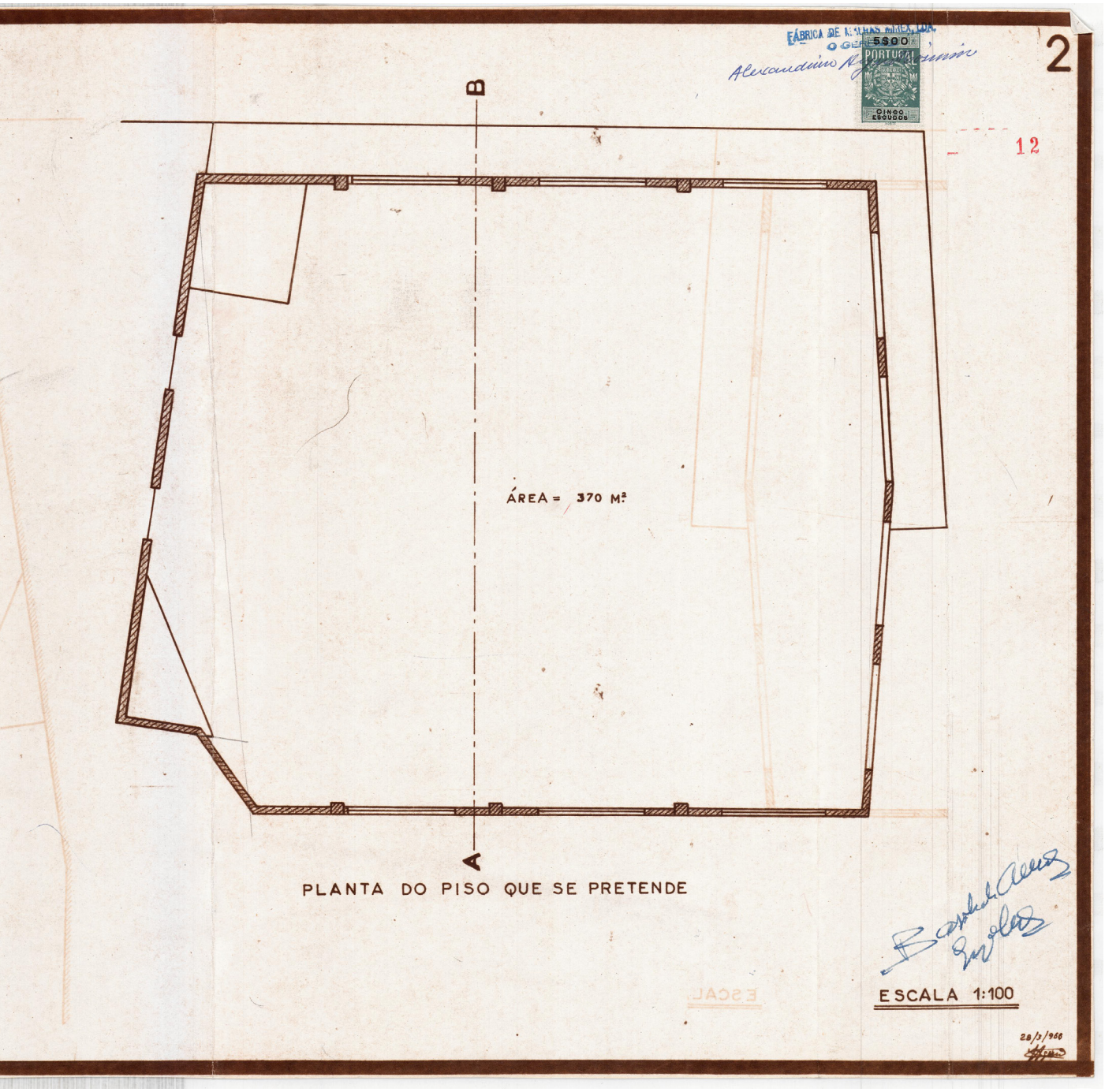

23
4,15
CONSTRUÇÃO EXISTENTE
CORTE AB
REQUERENTE
EMPRESA DE LANIFICIOS DAS PENHAS DOURADAS, Lda.
CORTE AB
PROJECTO DE AMPLIAÇÃO
ESCALA
1/100
PROJECTOU
DESENHOU
ABRIL/87
9

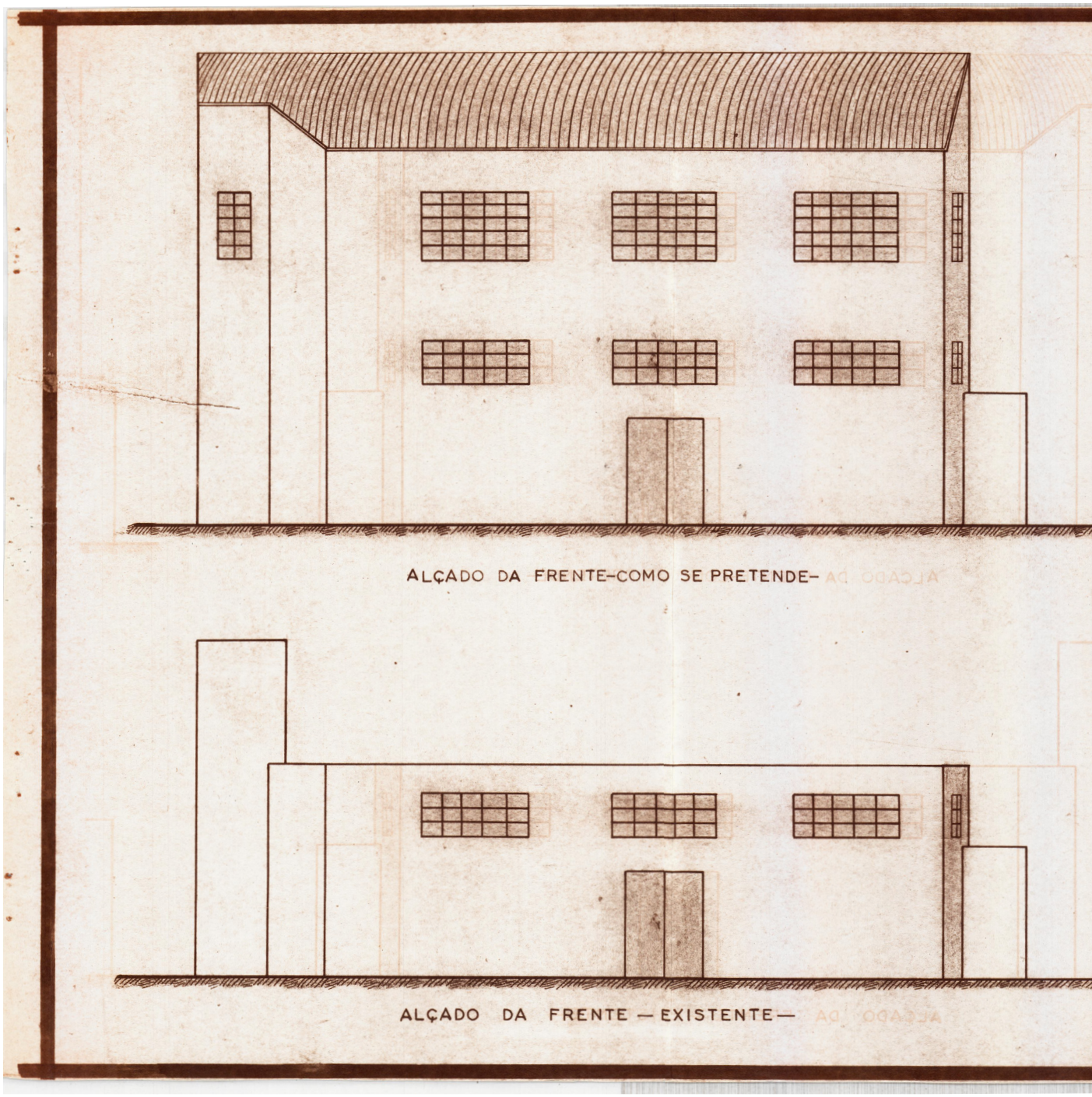


13. Planta localização (ampliação), Fábrica de Malhas Mirex, s/escala, 1966

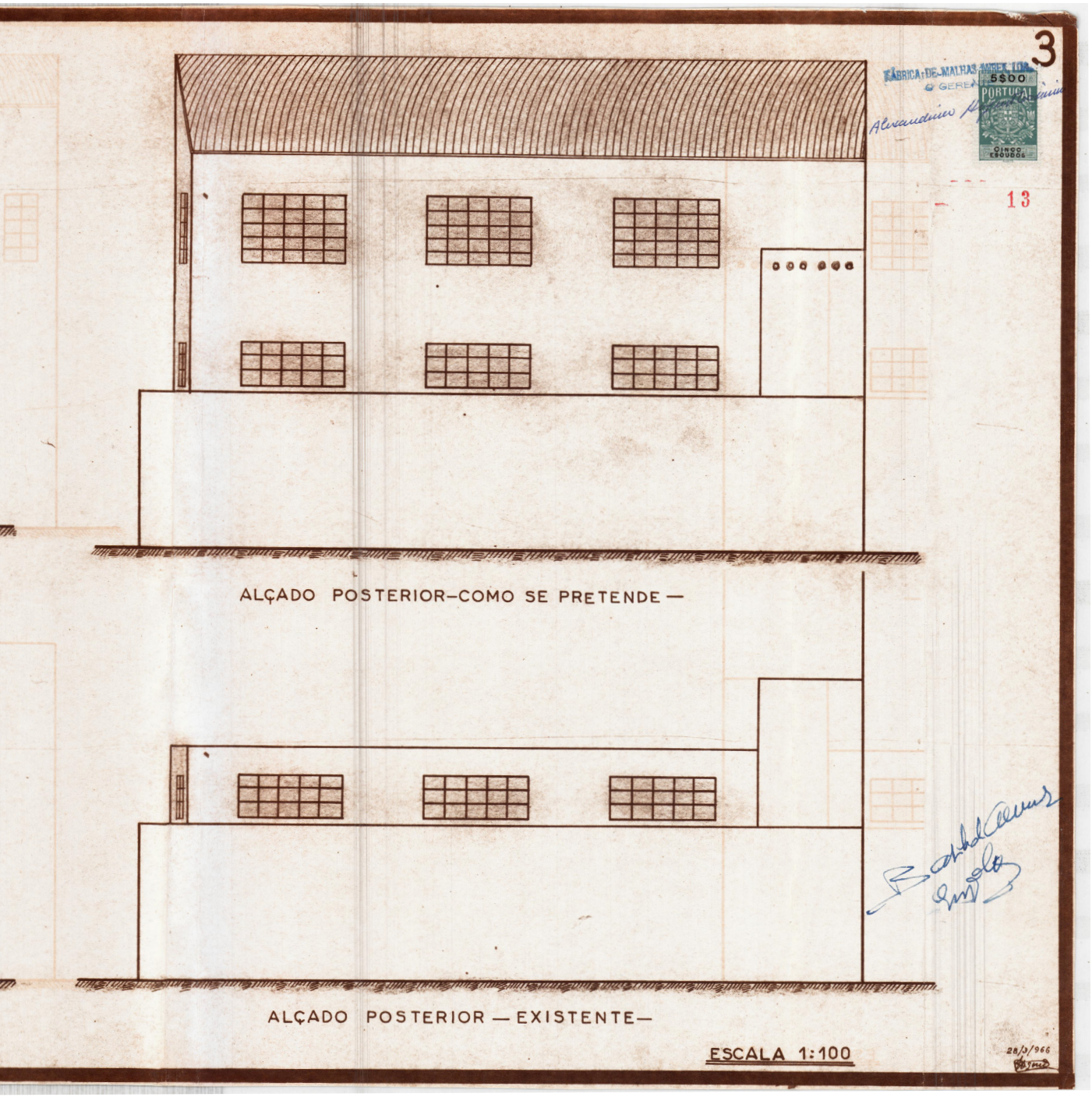


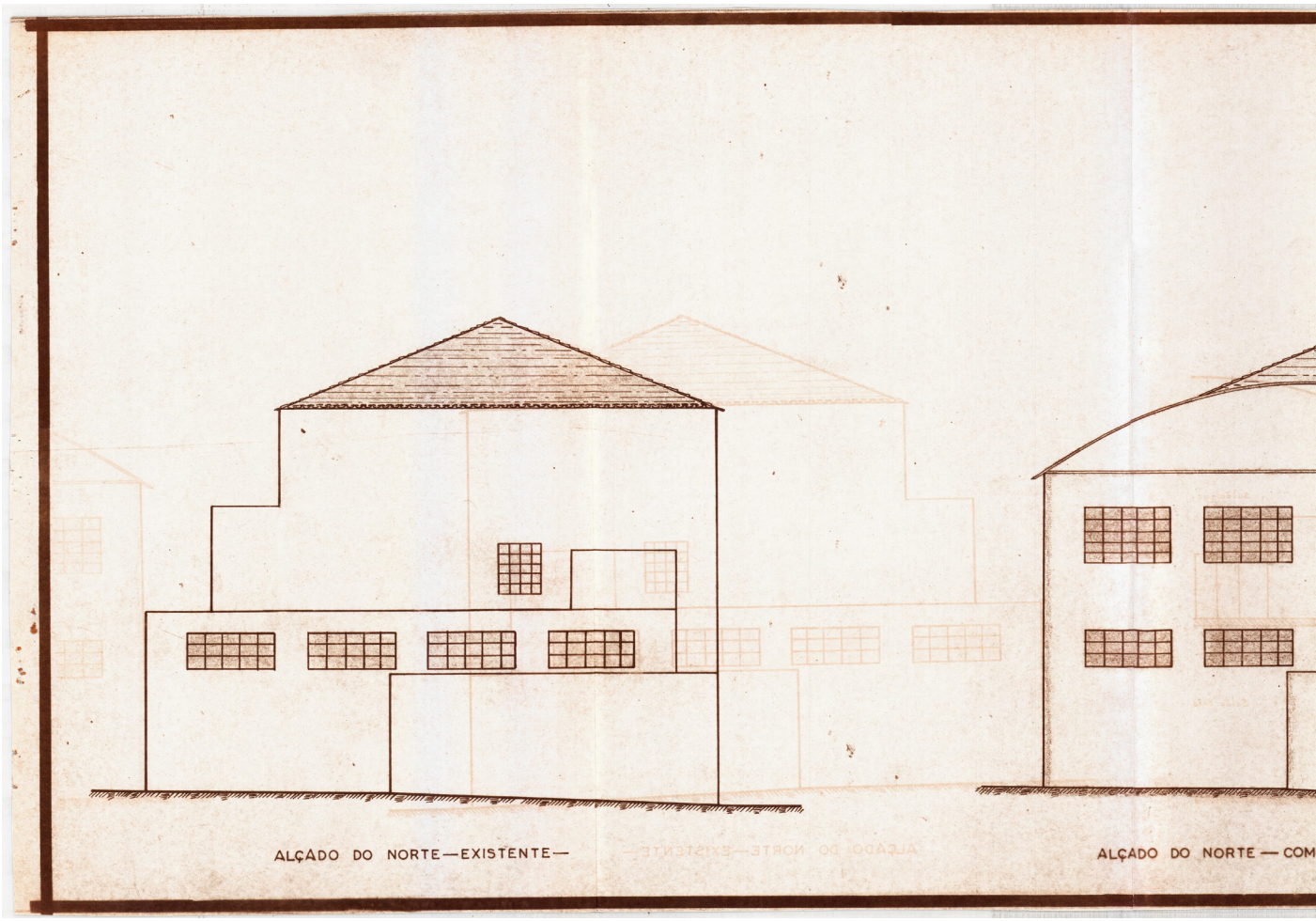
13. Plantas piso existente e projetado (ampliação), Fábrica de Malhas Mirex, s/ escala, 1966


FÁBRICA DE MALHAS MIREX, LDA.
5$00
PORTUGAL
CINCO ESCUDOS
2
12
B
A
ÁREA = 370 M²
PLANTA DO PISO QUE SE PRETENDE
ESCALA 1:100
28/3/966

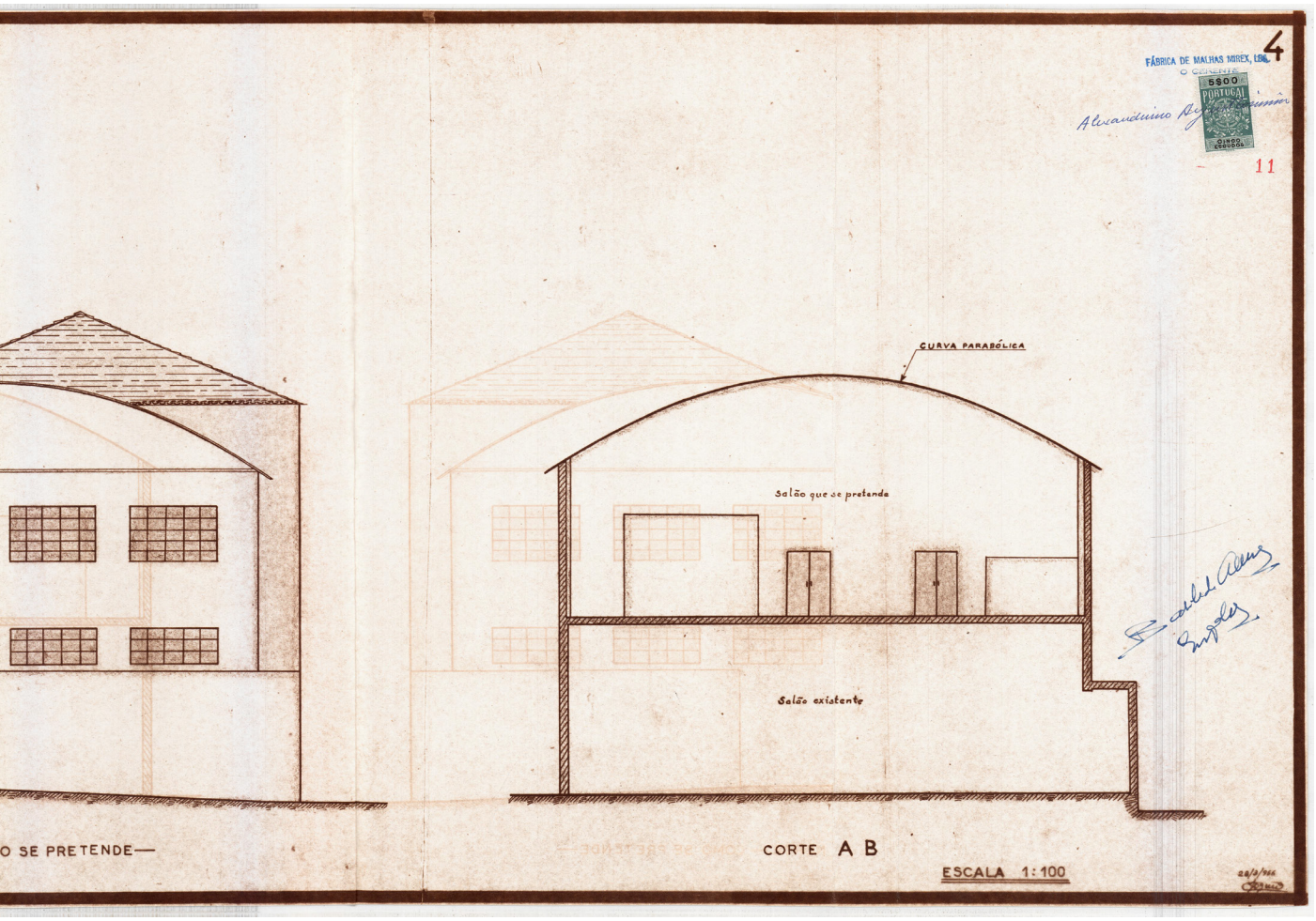


13. Alçados existentes (ampliação), Fábrica de Malhas Mirex, s/escala, 1966


3
FÁBRICA DE MALHAS MIREX, LDA
5$00
PORTUGAL
CINCO ESCUDOS
13
ALÇADO POSTERIOR-COMO SE PRETENDE —
ALÇADO POSTERIOR — EXISTENTE—
ESCALA 1:100
28/3/966



13. Alçados existentes e projetados + corte AB (ampliação), Fábrica de Malhas Mirex, s/escala, 1966


FÁBRICA DE MALHAS MIREX, LDA.
4
11
CURVA PARABÓLICA
Salão que se pretende
Salão existente
O SE PRETENDE—
CORTE A B
ESCALA 1:100

ANEXO 4 - Levantamento fotográfico

por Margarida Alexandre





01. Fábrica de Tapetes Vitória

02. Tear mecânico, exterior da Fábrica de Tapetes Vitória





03. Instalações de apoio da Fábrica de Tapetes Vitória

04. Interior da Fábrica de Tapetes Vitória





05. A Fábrica de Tapetes Vitória e a Costa

06. Exterior da Fábrica de Tapetes Vitória





07. Escritórios da Fábrica de Tapetes Vitória

08. Fachada da Fábrica de Tapetes Vitória





09. Fiandeira Mirense

10. Interior da Fiandeira Mirense





11. Exterior da Fiandeira Mirense

12. Interior da Fiandeira Mirense





13. Escritórios da Empresa de Lanifícios das Penhas Douradas

14. Fachada da Empresa de lanifícios das Penhas Douradas





15. Fachada da Empresa de lanifícios das Penhas Douradas

16. Fachada Anterior da Fiandeira Mirense





17. Lanifícia do Outeiro

18. A Fábrica de Malhas Mirex e a Mata





19. Vista da Rua Presidente Carmona - Fábrica de Malhas Mirex

20. Fachada da Fábrica de Malhas Mirex





21. Sociedade Industrial de Mira de Aire

22. Estrutura devoluta da Sociedade Industrial Mirense





23. Fachada da Sociedade Industrial Mirense

24. Armazéns da Sociedade Industrial Mirense





25. A fábrica da Newplaids e a costa

26. Escritório da fábrica Newplaids





27. Armazéns da fábrica da Newplaids

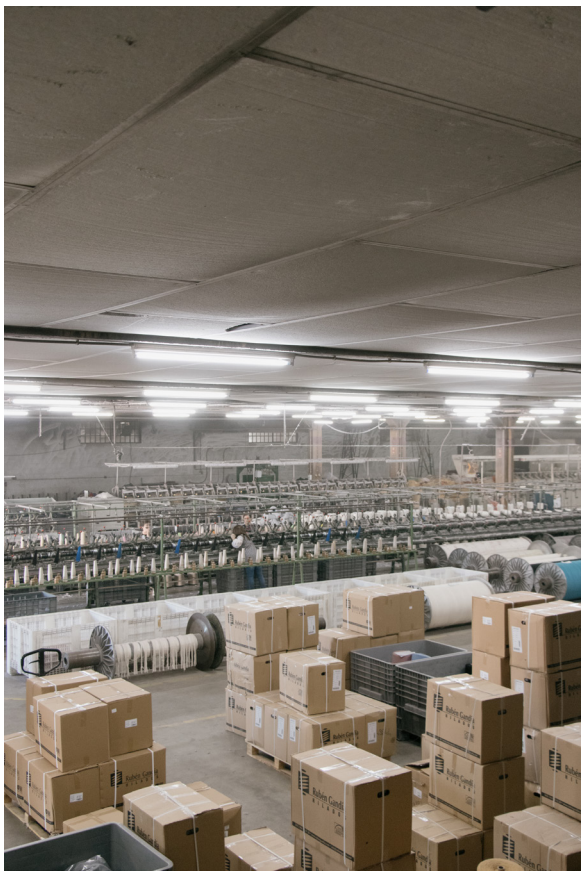
28. Fábrica da Newplaids





29. Refeitório da fábrica da Newplaids

30. Teares mecãnicos - Newplaids





31. Máquinas de fiação - Newplaids

32. Desperdício têxtil, compactado para reciclagem - Newplaids





33. Fio - Newplaids

34. Teares mecãnicos - Newplaids





35. Cardadora industrial - Newplaids

36. Percha - Newplaids





37. Peças têxteis para empacotamento - Newplaids

38. Desenho digital de padrões de malhas - Newplaids





39. *Panóptico* - Newplaids

40. Armazém - Newplaids





41. Antiga garagem do Abílio Noiva

42. igreja matriz de Mira de Aire





43. Edificado anexo à N243

44. Capela de Mira de Aire





45. Transeiras de Capela

46. Interior da Igreja Matriz, motivo da parede executado em tapede nodado na Fábrica de Tapetes Vitória





47. O Zé do Talho

48. Interior da Igreja Matriz





49. Rua das Grutas

50. Vista Greal de Mira de Aire, com Minde no fundo

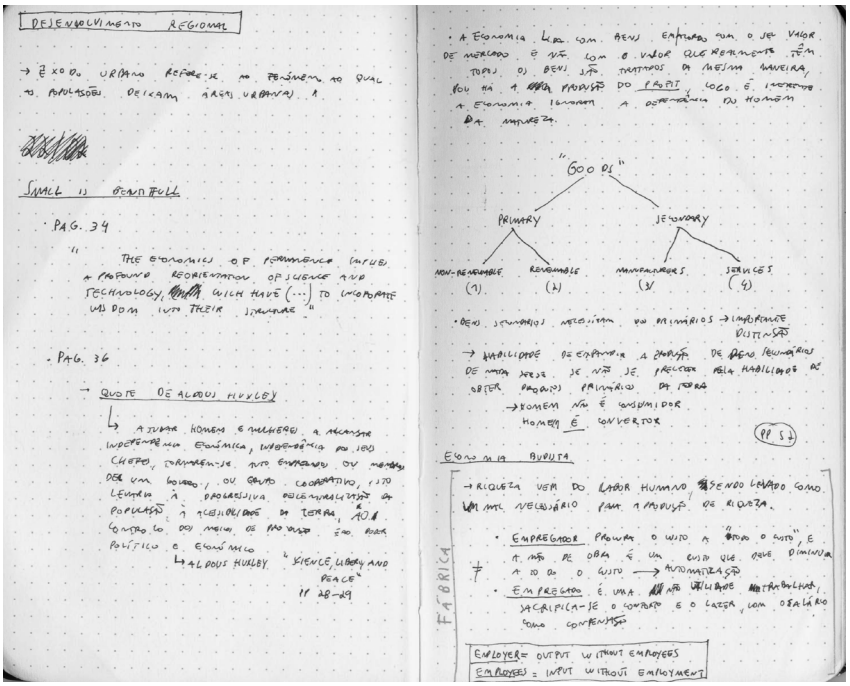




51. Fábrica de Tapetes Vitória

52. Moradia em Mira de Aire

ANEXO 5 - Processo de investigação



DESENVOLVIMENTO REGIONAL

→ É NO DOMÍNIO URBANO REFERE-SE AO PENSAMENTO AO QUAL AS POLUIÇÕES DEIXAM ÁREAS URBANAS À

SMALL IS BEAUTIFULL

· PAG. 34

" THE ECONOMICS OF PERMANENCE CALLS FOR A PROFOUND REORIENTATION OF SCIENCE AND TECHNOLOGY, WHICH HAVE (...) TO INCORPORATE WISDOM INTO THEIR STRUCTURE "

· PAG. 36

→ QUOTE DE ALDOUS HUXLEY

↳ A JUDAR HOMENS E MULHERES A ALCANÇAR INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA, INDEPENDÊNCIA DO SEU CHEFE, FORMAM-SE NOS EMPREGOS OU MESMO DE UM GRUPO, OU GRUPO COOPERATIVO, ISTO LEVARIA À DESCENTRALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO, À FIXAÇÃO DA TERRA, AO CONTRÁRIO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO EM MASSA QUE É POLÍTICO E ECONÓMICO

↳ ALDOUS HUXLEY "SCIENCE, LIBERTY AND PEACE" PP 28-29

· A ECONOMIA LIDA COM BENS ESCASSOS COM O SEU VALOR DE MERCADO. É NESTE COM O VALOR QUE NORMALMENTE TÊM TODOS OS BENS SÃO TRATADOS DA MESMA MANEIRA, OU NA A MAIORIA DO PARTE, LOGO É INCORRETO A ECONOMIA LIDAR COM A DOMINAÇÃO DO HOMEM DA NATUREZA.

"GOODS"

PRIMARY — SECONDARY

NON-RENEWABLE (1) — RENEWABLE (2) — MANUFACTURES (3) — SERVICES (4)

· BENS SECUNDÁRIOS NECESSITAM DE MATERIAIS → IMPORTANTE DISTINÇÃO

→ HABILIDADE DE EXPANDIR A ECONOMIA DE BENS SECUNDÁRIOS DE MODO DESDE QUE NÃO SE PRECISE PELA HABILIDADE DE OBTER PRODUTOS PRIMÁRIOS DA TERRA

→ HOMEM NÃO É CONSUMIDOR

HOMEM É CONVERTOR

PP 51

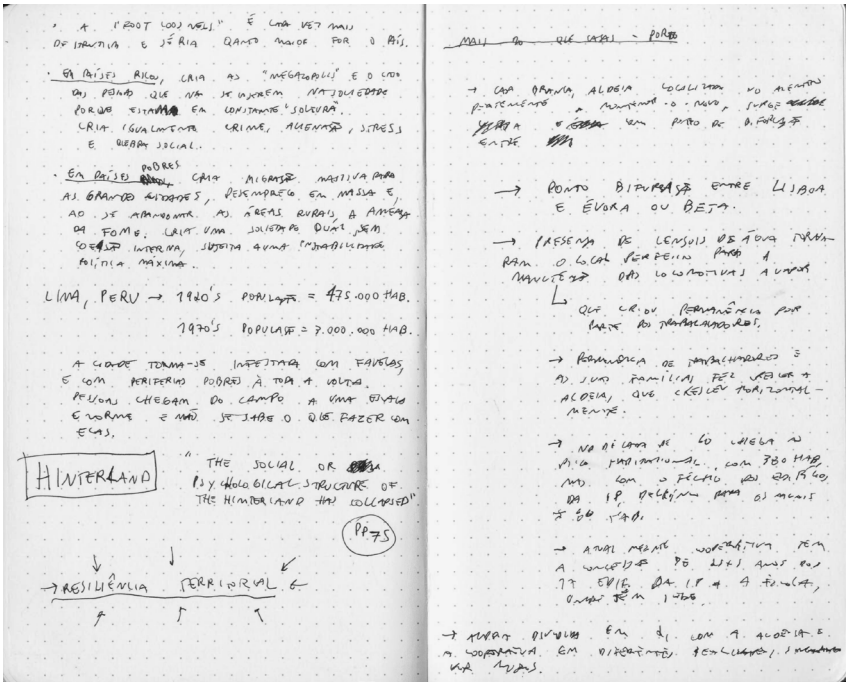
ECONOMIA AUSUTA

→ RIQUEZA VEM DO LABOR HUMANO SENDO LEVADO COMO UM MAL NECESSÁRIO PARA A PRODUÇÃO DE RIQUEZA.

- EMPREGADOR PROCURA O MENOR CUSTO POSSÍVEL, E A MÃO DE OBRA É UM CUSTO QUE DEVE DIMINUIR
  ≠ A TODO O CUSTO → AUTOMATIZAÇÃO
- EMPREGADO É UMA MÃO DE OBRA NÃO UTILIDADE PARA TRABALHAR, CARACTERIZA-SE O CONTRATO E O LAZER, COM O SALÁRIO COMO COMPENSAÇÃO

FÁBRICA

EMPLOYER = OUTPUT WITHOUT EMPLOYEES
EMPLOYEES = INPUT WITHOUT EMPLOYMENT



· A "FOOT LOOSENESS" É UMA VEZ MAIS DE IMPORTÂNCIA E SÉRIA QUANTO MAIOR FOR O PAÍS.

· EM PAÍSES RICOS, CRIA AS "NEGATIVELLS" E O CUSTO DO PENSO QUE NÃO SE INCLUEM NA QUALIDADE PORQUE ESTÃO EM CONSTANTE "SOLTURA". CRIA IGUALMENTE CRIME, ALIENAÇÃO, STRESS E QUEBRA SOCIAL.

· EM PAÍSES POBRES CRIA MIGRAÇÃO MASSIVA PARA AS GRANDES CIDADES, DESEMPREGO EM MASSA E, AO SE AMONTOAR AS ÁREAS RURAIS À ANGÚSTIA DA FOME. CRIA UMA SOLIDEZ QUE SEM COESÃO INTERNA, SUJEITA A UMA INSTABILIDADE POLÍTICA MÁXIMA.

LIMA, PERU → 1940'S POPULAÇÃO = 475.000 HAB.

1970'S POPULAÇÃO = 7.000.000 HAB.

A CIDADE TORNA-SE INFESTADA COM FAVELAS, E COM PERIFERIAS POBRES À TODA A VOLTA. PESSOAS CHEGAM DO CAMPO A UMA ESCALA ENORME E NÃO SE SABE O QUE FAZER COM ELAS.

HINTERLAND — " THE SOCIAL OR PSYCHOLOGICAL STRUCTURE OF THE HINTERLAND HAS COLLAPSED"

PP 75

→ RESILIÊNCIA TERRITORIAL É

MAIS DO QUE VARAL - PORTO

→ CADA PRAIA, ALDEIA LOCALIZADA NO MENTO PRECISAMENTE A MOMENTO - O NOVO, SURGE ENTRE [illegible] EM PONTO DE BIFURCAÇÃO

→ PONTO BIFURCAÇÃO ENTRE LISBOA E ÉVORA OU BEJA.

→ PRESENÇA DE LENÇOIS DE ÁGUA INFLUENCIARAM O LOCAL PERFEITO PARA A MANUTENÇÃO DAS COOPERATIVAS A VINDA

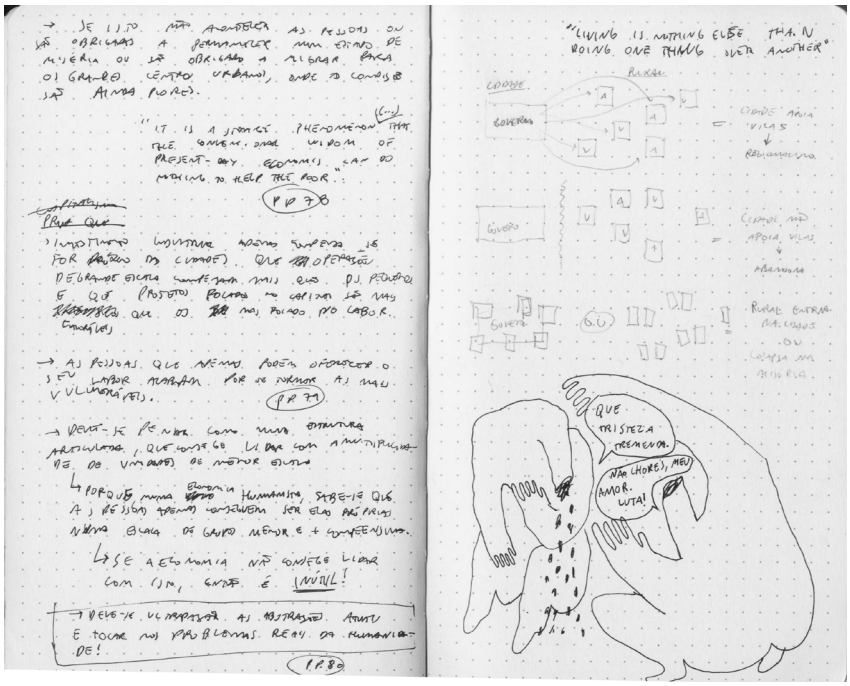
↳ QUE CRIOU PERMANÊNCIA POR PARTE DOS TRABALHADORES.

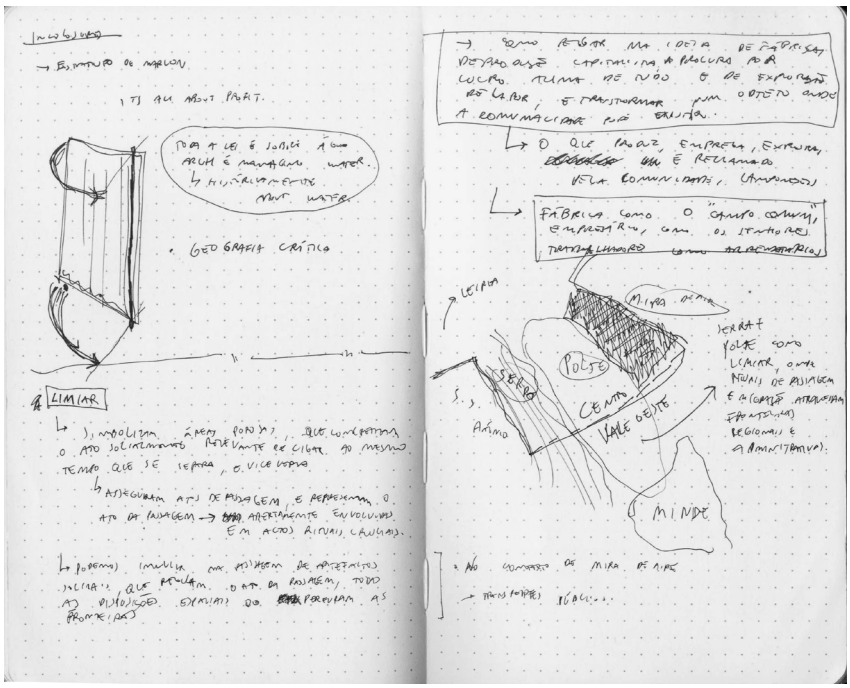
→ ECONOMIA DE TRABALHADORES E AS SUAS FAMÍLIAS FEZ VINGAR A ALDEIA, QUE CRESCEU HORIZONTALMENTE.

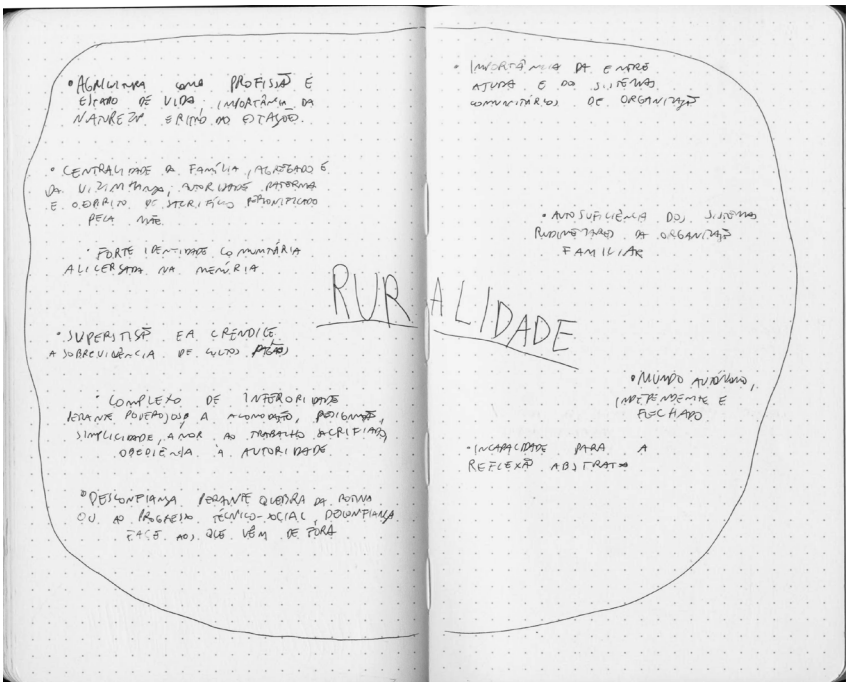
→ NO DIA DE HOJE JÁ CHEGA A PRIMAVERA INTERNACIONAL COM 380 HAB. MAS COM O FÉCHO DOS CAFÉS DA IP DEIXOU PARA OS MESMOS 150.

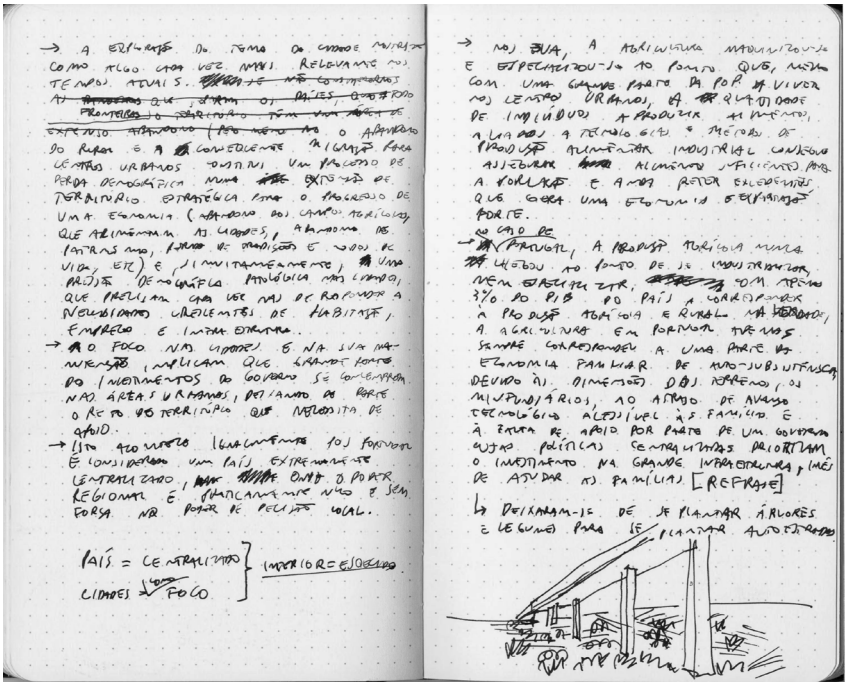
→ ATUALMENTE COOPERATIVA PERDEU A VALIDADE PELOS ANOS DOS 17 EVITE DA IP 4 FAMÍLIAS, QUE TÊM 3 FILHOS

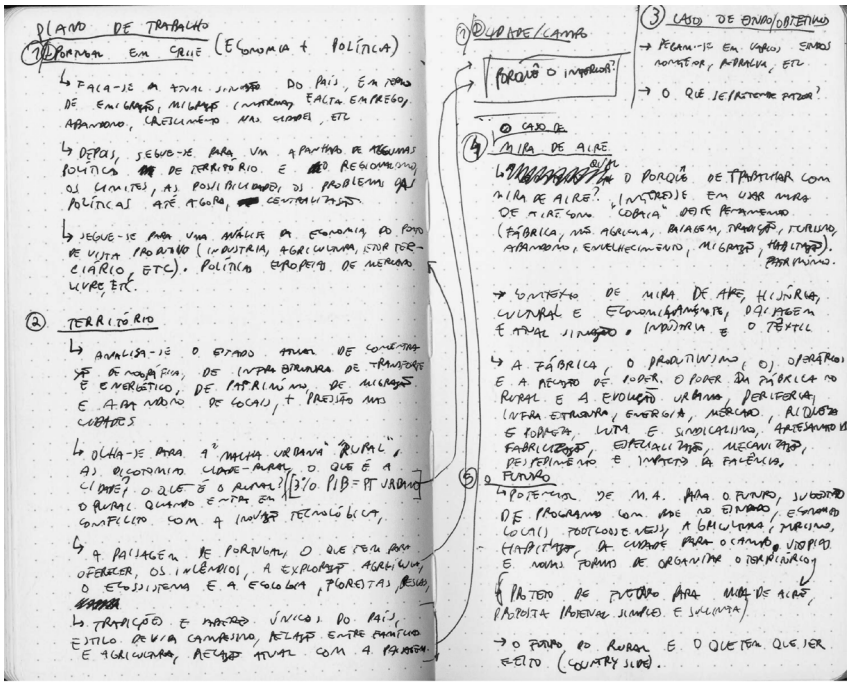
→ AINDA DIVIDIDOS EM 2 COM A ALDEIA E A COOPERATIVA. EM DIFERENTES TERRENOS, INCLUINDO VÁRIAS CASAS.

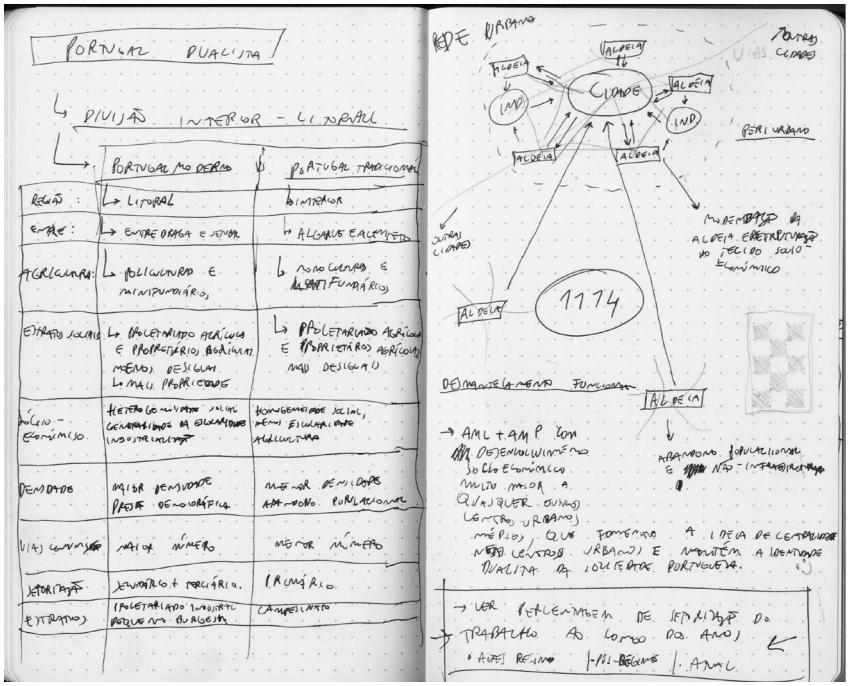

"LIVING IS NOTHING ELSE THAN DOING ONE THING OVER ANOTHER"
CIDADE
RURAL
GOVERNO
CIDADE APOIA VILAS
REGIONALISMO
GOVERNO
CIDADE NÃO APOIA VILAS
ABANDONA
GOVERNO
RURAL ENTRA NA CIDADE OU COLAPSA NA MISÉRIA
QUE TRISTEZA TREMENDA.
NÃO CHORES, MEU AMOR. LUTA!

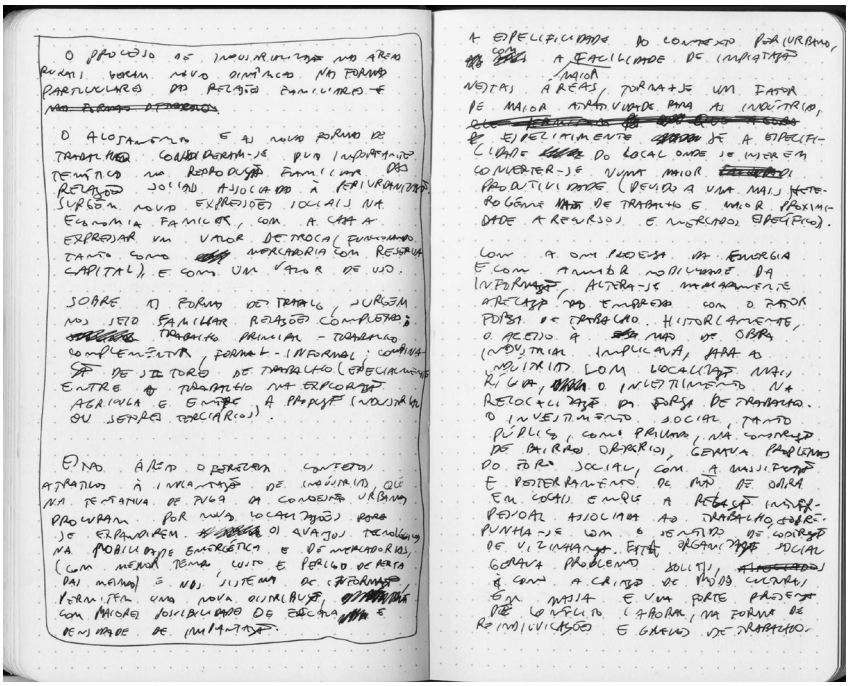

INCOLOSURAS
GEOGRAFIA CRÍTICA
LIMIAR
POLJE
SERRA
CENTRO
VALE OESTE
MINDE


RURALIDADE




PLANO DE TRABALHO
PORTUGAL EM CRISE (ECONOMIA + POLÍTICA)
FALA-SE DA ATUAL SITUAÇÃO DO PAÍS, EM TEMPO DE EMIGRAÇÃO, MIGRAÇÕES (INTERNAS) FALTA EMPREGO, ABANDONO, CRESCIMENTO NAS CIDADES, ETC
DEPOIS, SEGUE-SE PARA UM APANHADO DE REGIMES POLÍTICOS DE TERRITÓRIO E DO REGIONALISMO, OS LIMITES, AS POSSIBILIDADES, OS PROBLEMAS DAS POLÍTICAS ATÉ AGORA, CENTRALIZAÇÃO
SEGUE-SE PARA UMA ANÁLISE DA ECONOMIA DO PONTO DE VISTA PRODUTIVO (INDÚSTRIA, AGRICULTURA, SETOR TERCIÁRIO, ETC). POLÍTICAS EUROPEIAS DE MERCADO LIVRE, ETC.
② TERRITÓRIO
ANALISA-SE O ESTADO ATUAL DE CONECTIVIDADE DE MOBILIDADE, DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E ENERGÉTICO, DE PATRIMÓNIO, DE MIGRAÇÕES E A PARTIR DAÍ DE LOCAIS, + PRESSÃO NAS CIDADES
OLHA-SE PARA A "MANCHA URBANA" "RURAL", AS DICOTOMIAS CIDADE-MATO, O QUE É A CIDADE, O QUE É O RURAL? O RURAL QUANDO ENTRA EM CONFLITO COM A INVASÃO TECNOLÓGICA,
A PAISAGEM DE PORTUGAL, O QUE TEM PARA OFERECER, OS INCÊNDIOS, A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, O ECOSSISTEMA E A ECOLOGIA, FLORESTAS, RESÍDUOS
TRADIÇÃO E MARCOS ÚNICOS DO PAÍS, ESTILO DE VIDA CAMPESINO, RELAÇÃO ENTRE CAMPO E AGRICULTURA, RELAÇÃO ATUAL COM A NATUREZA
① CIDADE/CAMPO
PORQUÊ O INTERIOR?
③ CASO DE ESTUDO/OBJETIVOS
→ PERCEBER-SE EM CAMPO SERES HUMANOS, AGRICULTURA, ETC
→ O QUE SE PRETENDE FAZER?
④ O CASO DE MIRA DE AIRE
O PORQUÊ DE TRABALHAR COM MIRA DE AIRE? "INCÊNDIO" EM UMA MATA DE MIRA DE AIRE "COBRIA" DESDE PENAMACOR (FÁBRICA, MÁS AGRICULTURA, BRAGEM, TRADIÇÃO, TURISMO, ABANDONO, ENVELHECIMENTO, MIGRAÇÃO, FRAGILIDADE). PENAMACOR.
→ CONTEXTO DE MIRA DE AIRE, HISTÓRICA, CULTURAL E ECONOMICAMENTE, DESCRIÇÃO E ATUAL SITUAÇÃO. INDÚSTRIA E O TÊXTIL
A FÁBRICA, O PRODUTIVISMO, OS OPERÁRIOS E A RELAÇÃO DE PODER. O PODER DA FÁBRICA NO RURAL E A EVOLUÇÃO URBANA, PERIFERIA, INTRA ESTRUTURA, ENERGIA, MERCADO, AUTORES E FORMAS, LUTA E SINDICALISMO, ARTESANATO FABRICANTES, ESPECIALIZAÇÃO, MECANIZAÇÃO, DESPERDÍCIO E IMPACTO DA FALÊNCIA.
⑤ O FUTURO
POTENCIAL DE M.A. PARA O FUTURO, SUBSÍDIO DE PROGRAMAS COM BASE NO EMPREGO, ESTUDO LOCAL, TURISMO E NEVE, AGRICULTURA, MARCHAS, HABITAÇÃO, A CIDADE PARA O CAMPO, UTOPIAS E NOVAS FORMAS DE ORGANIZAR O TERRITÓRIO
PROJETO DE FUTURO PARA MIRA DE AIRE, PROPOSTA POTENCIAL SIMPLES E SUCINTA)
→ O FUTURO DO RURAL É O QUE TEM QUE SER FEITO (COUNTRY SIDE).


PORTUGAL DUALISTA
DIVISÃO INTERIOR - LITORAL
PORTUGAL MODERNO
PORTUGAL TRADICIONAL
REGIÃO: LITORAL / INTERIOR
EIXO: ENTRE DOURO E TEJO / ALGARVE E ALENTEJO
AGRICULTURA: POLICULTURA E MINIFUNDIÁRIO / MONOCULTURA E LATIFUNDIÁRIO
ESTRATOS SOCIAIS: PROLETARIADO AGRÍCOLA E PROPRIETÁRIO AGRÍCOLA MÉDIO, DESIGUAL, MAIS PROPRIEDADE / PROLETARIADO AGRÍCOLA E PROPRIETÁRIOS AGRÍCOLAS MAIS DESIGUAL
SÓCIO-ECONÓMICO: HETEROGENEIDADE SOCIAL, GENERALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO / HOMOGENEIDADE SOCIAL, MENOS ESCOLARIZADO, AGRICULTURA
DENSIDADE: MAIOR DENSIDADE, MAIOR DEMOGRÁFICA / MENOR DENSIDADE, ABANDONO POPULACIONAL
U/A) CONCELHOS: MAIOR NÚMERO / MENOR NÚMERO
SETOR PRIMÁRIO: SECUNDÁRIO + TERCIÁRIO. / PRIMÁRIO
ESTRATOS: PROLETARIADO INDUSTRIAL, BURGUESIA / CAMPESINATO
REDE URBANA
OUTRAS CIDADES
VILA
ALDEIA
CIDADE
IND
PERIURBANO
MARGINALIZAÇÃO DA ALDEIA E ESTRUTURAÇÃO DO TECIDO SOCIO-ECONÓMICO
1774
DESMANTELAMENTO FUNCIONAL
→ AML + AMP COM DESENVOLVIMENTO DO CLIV ECONÓMICO MUITO MAIOR A QUALQUER OUTRO CENTRO URBANO) MÉDIO, QUE FOMENTA A IDEIA DE CENTRALIDADE NESTES CENTROS URBANOS E MANTÉM A IDENTIDADE DUALISTA DA SOCIEDADE PORTUGUESA.
ABANDONO POPULACIONAL E NÃO-INTERVENÇÃO
→ VER PERCENTAGEM DE DESEMPREGO DO TRABALHO AO LONGO DOS ANOS
AML



O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS GERAM NOVAS DINÂMICAS NAS FORMAS PARTICULARES DAS RELAÇÕES FAMILIARES E ~~NAS FORMAS DE TRABALHO~~.

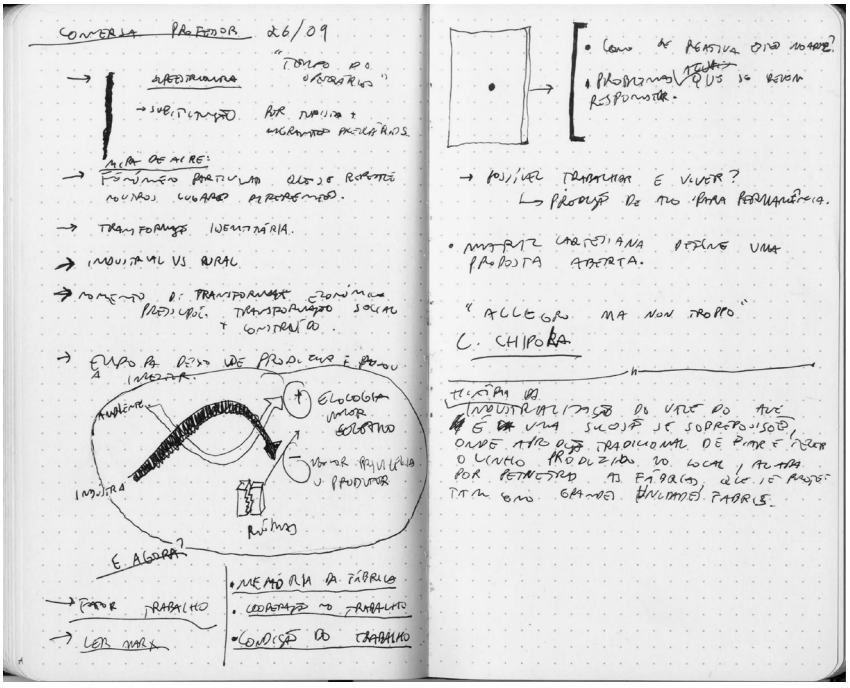
O ALOJAMENTO E AS NOVAS FORMAS DE TRABALHO CONSIDERAM-SE DUAS IMPORTANTES TEMÁTICAS NA REPRODUÇÃO FAMILIAR DAS RELAÇÕES SOCIAIS ASSOCIADAS À PERIURBANIZAÇÃO. SURGEM NOVAS EXPRESSÕES SOCIAIS NA ECONOMIA FAMILIAR, COM A CASA A EXPRESSAR UM VALOR DE TROCA (FUNCIONANDO TANTO COMO MERCADORIA COM RESERVA CAPITAL), E COM UM VALOR DE USO.

SOBRE AS FORMAS DE TRABALHO, SURGEM NOS SEIO FAMILIAR RELAÇÕES COMPLEXAS: TRABALHO PRIMAL - TRABALHO COMPLEMENTAR, FORMAL - INFORMAL; COMBINAÇÃO DE SETORES DE TRABALHO (ESPECIALMENTE ENTRE O TRABALHO NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E ENTRE A PRODUÇÃO INDUSTRIAL OU SETORES TERCIÁRIOS).

ESTAS ÁREAS OFERECEM CONTEXTOS ATRATIVOS À IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIAS, QUE NA TENTATIVA DE FUGA DA CONGESTÃO URBANA PROCURAM POR NOVAS LOCALIZAÇÕES PARA SE EXPANDIREM. OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NA MOBILIDADE ENERGÉTICA E DE MERCADORIAS, (COM MENOR TEMPO, CUSTO E PERIGO DE PERTA DAS MESMAS) E NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, PERMITEM UMA NOVA DISTRIBUIÇÃO, COM MAIORES POSSIBILIDADES DE EFICÁCIA E DENSIDADE DE IMPLANTAÇÃO.

A ESPECIFICIDADE DO CONTEXTO PERIURBANO, COM A FACILIDADE DE IMPLANTAÇÃO NESTAS ÁREAS, MAIOR TORNA-SE UM FATOR DE MAIOR ATRATIVIDADE PARA AS INDÚSTRIAS, ~~QUE PERMITEM ... QUE A OBRA~~ ESPECIALMENTE SE A ESPECIFICIDADE DO LOCAL ONDE SE INSEREM CONVERTER-SE NUMA MAIOR PRODUTIVIDADE (DEVIDO A UMA MAIS HETEROGÉNEA DE TRABALHO E MAIOR PROXIMIDADE A RECURSOS E MERCADOS ESPECÍFICOS).

COM A OMNIPRESENÇA DA ENERGIA E COM A MAIOR MOBILIDADE DA INFORMAÇÃO, ALTERA-SE MAIORAMENTE A RELAÇÃO DA EMPRESA COM O FATOR FORÇA DE TRABALHO. HISTORICAMENTE, O ACESSO À MÃO DE OBRA INDUSTRIAL IMPLICAVA, PARA AS INDÚSTRIAS COM LOCALIZAÇÃO MAIS RÍGIDA, O INVESTIMENTO NA RELOCALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO. O INVESTIMENTO SOCIAL, TANTO PÚBLICO, COMO PRIVADO, NA CONSTRUÇÃO DE BAIRROS OPERÁRIOS, GERAVA PROBLEMAS DO FORÇA SOCIAL, COM A MASSIFICAÇÃO E PESTERRAMENTO DE MÃO DE OBRA EM LOCAIS EM QUE A RELAÇÃO INTERPESSOAL ASSOCIADA AO TRABALHO, SOBREPUNHA-SE COM O SENTIDO DE COOPERAÇÃO DE VIZINHANÇA. ESTA ORGANIZAÇÃO SOCIAL GERAVA PROBLEMAS SOCIAIS, ~~ASSOCIADOS~~ E COMO A CRISE DE PODER CULTURAL EM MASSA E UMA FORTE PRESENÇA DE CONFLITO LABORAL, NA FORMA DE REINDIVIDUAÇÕES E GRAVES DE TRABALHO.



CONVERSA PROFESSOR 26/09

"TEMPO DO OPERÁRIO"

→ SUPERESTRUTURA

→ SUBSTITUIÇÃO POR TURISTAS + MIGRANTES PRECÁRIOS.

MIRA DE AIRE:

→ FENÓMENO PARTICULAR QUE SE REPETE NOUTROS LUGARES DIFERENTES.

→ TRANSFORMAÇÃO IDENTITÁRIA.

→ INDUSTRIAL VS RURAL

→ MOMENTO DE TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA PRESSUPÕE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL + CONSTRUÍDO.

→ EMPO DA DEIXO DE PRODUZIR E PASSOU A INVESTIR.

AMBIENTE

INDÚSTRIA

ELOGIOS MAIOR COLETIVO

MAIOR PRIVILÉGIO U PRODUTOR

RUÍNAS

E AGORA?

→ FATOR TRABALHO

→ LER MARX

• MEMÓRIA DA FÁBRICA

• COOPERAÇÃO NO TRABALHO

• CONDIÇÃO DO TRABALHO

• COMO SE REATIVA ESTES NOADIZ?

• PROBLEMAS QUE SE DEVEM RESPONDER.

→ POSSÍVEL TRABALHAR E VIVER?

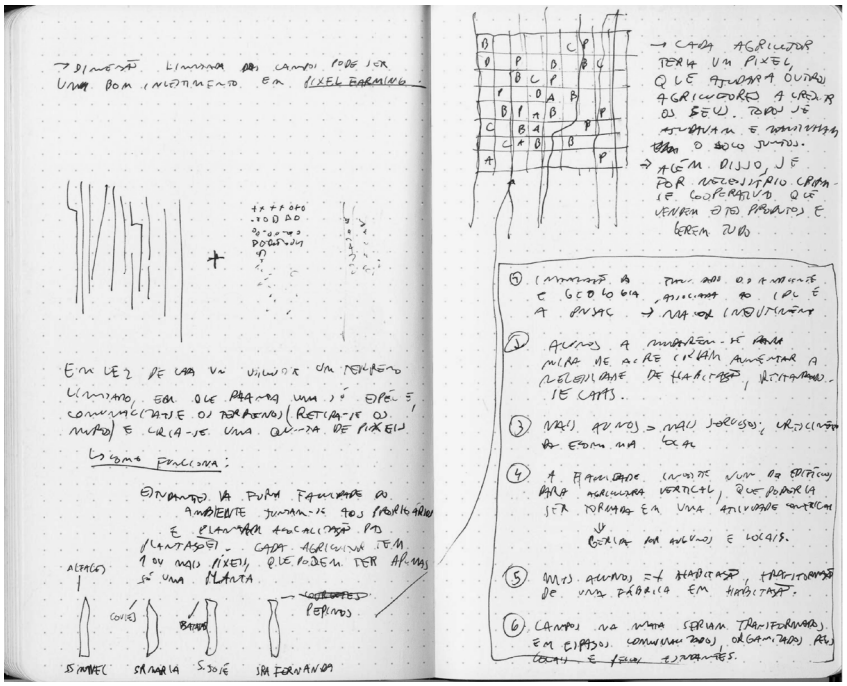
↳ PRODUÇÃO DE ALGO PARA PERMANÊNCIA.

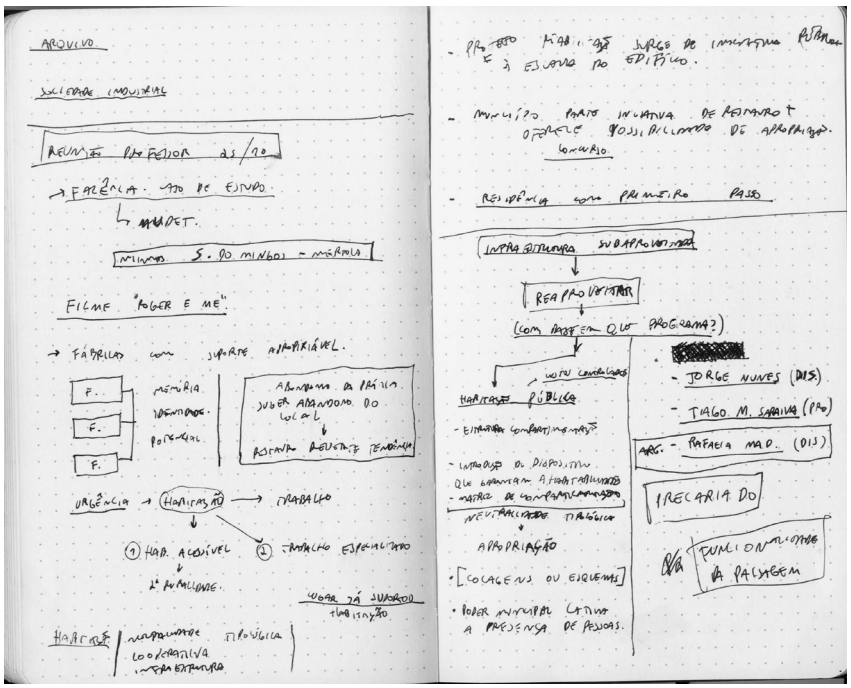
• MATRIZ CARTESIANA DEFINE UMA PROPOSTA ABERTA.

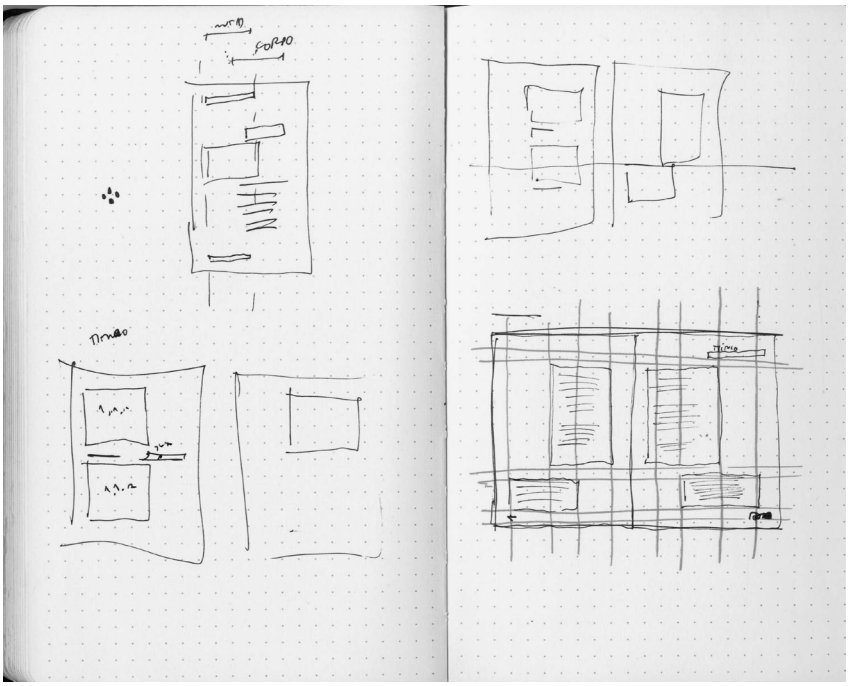
"ALLEGRO MA NON TROPPO"

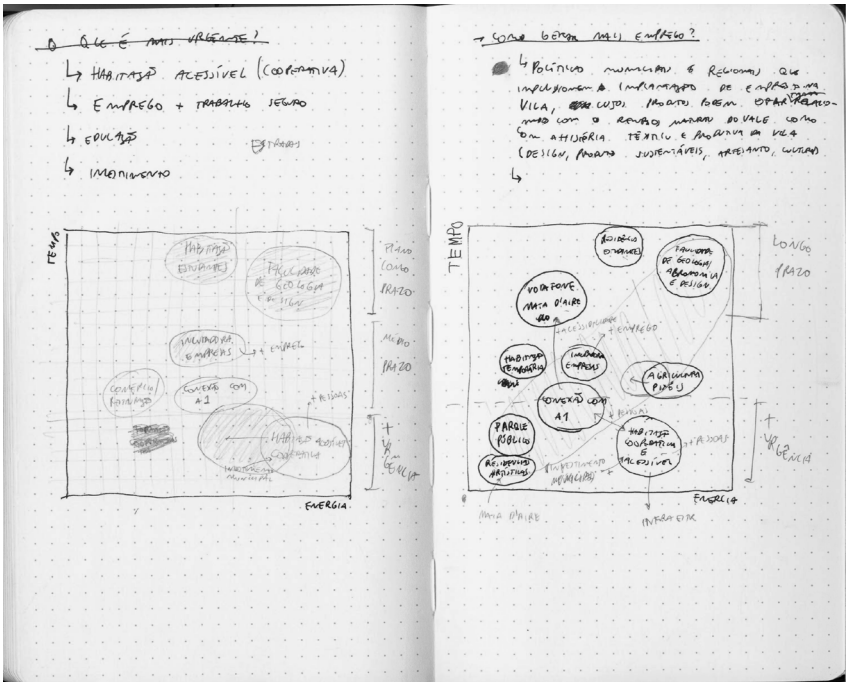
C. CHIPOLA

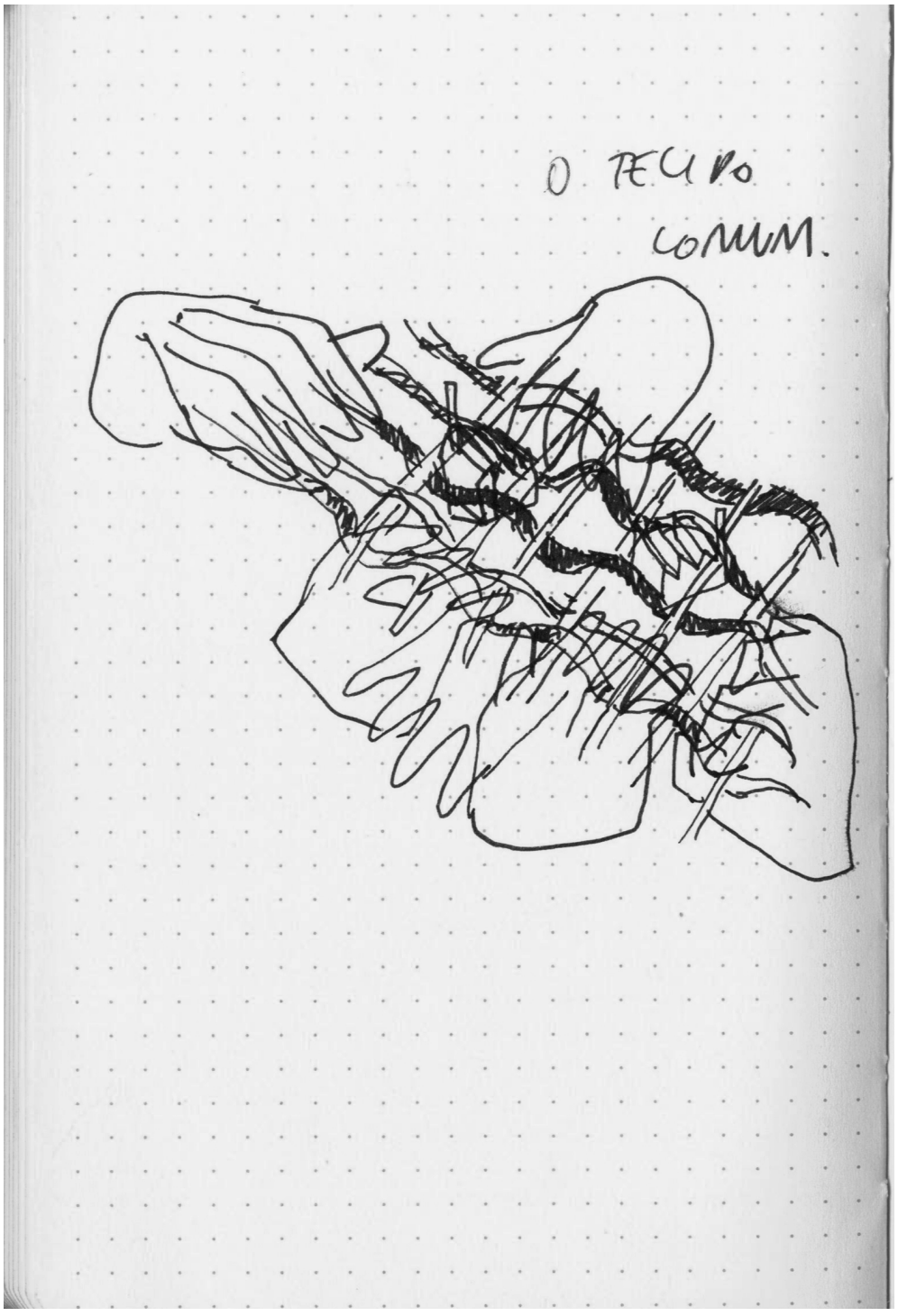
HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO VALE DO AVE É UMA SUCESSÃO DE SOBREPOSIÇÕES, ONDE A PRODUÇÃO TRADICIONAL DE FIAR E TECER O LINHO PRODUZIDO NO LOCAL, ALARGA POR PENETRAR AS FÁBRICAS, QUE SE PROJETAM COMO GRANDES UNIDADES FABRIS.

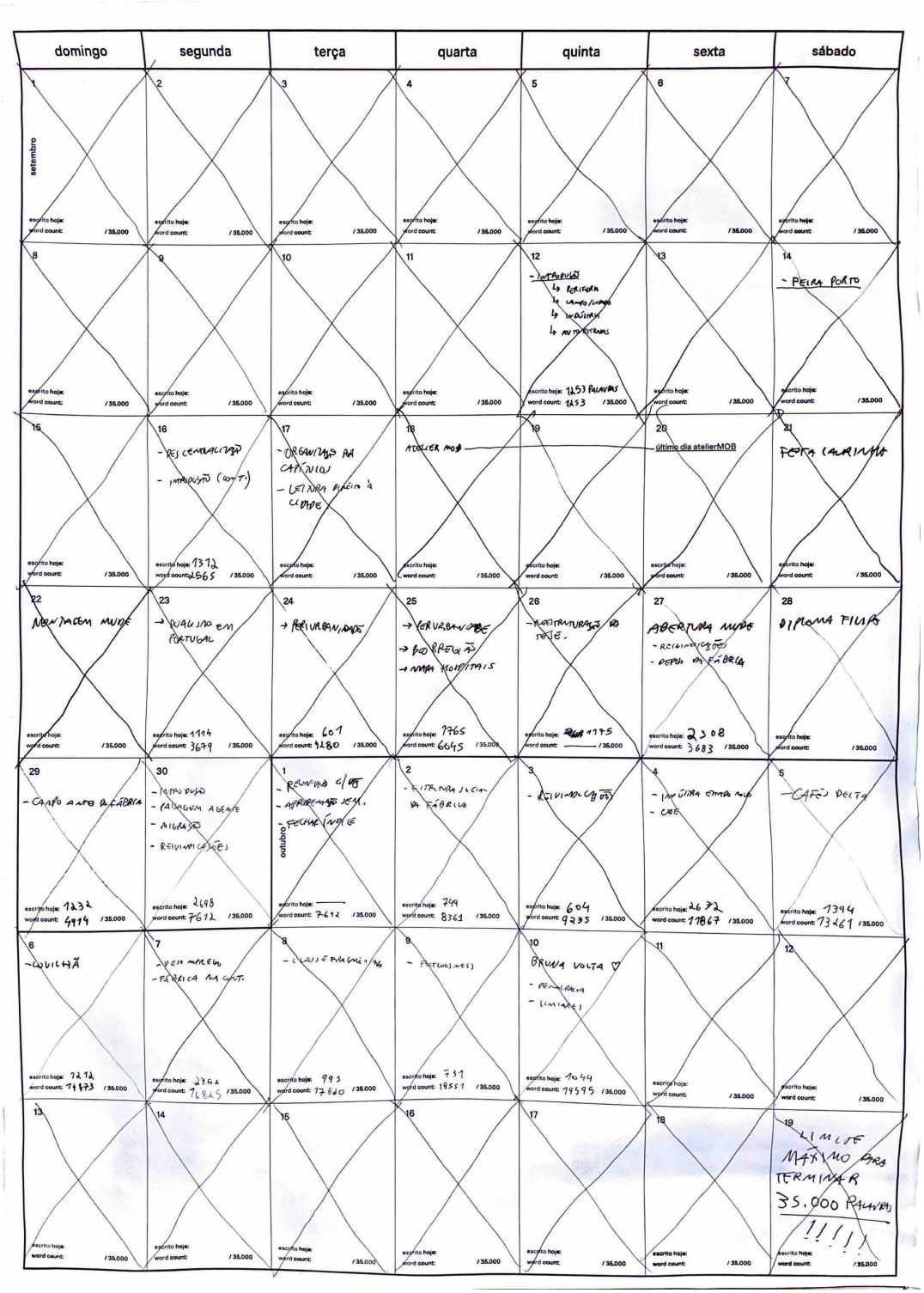


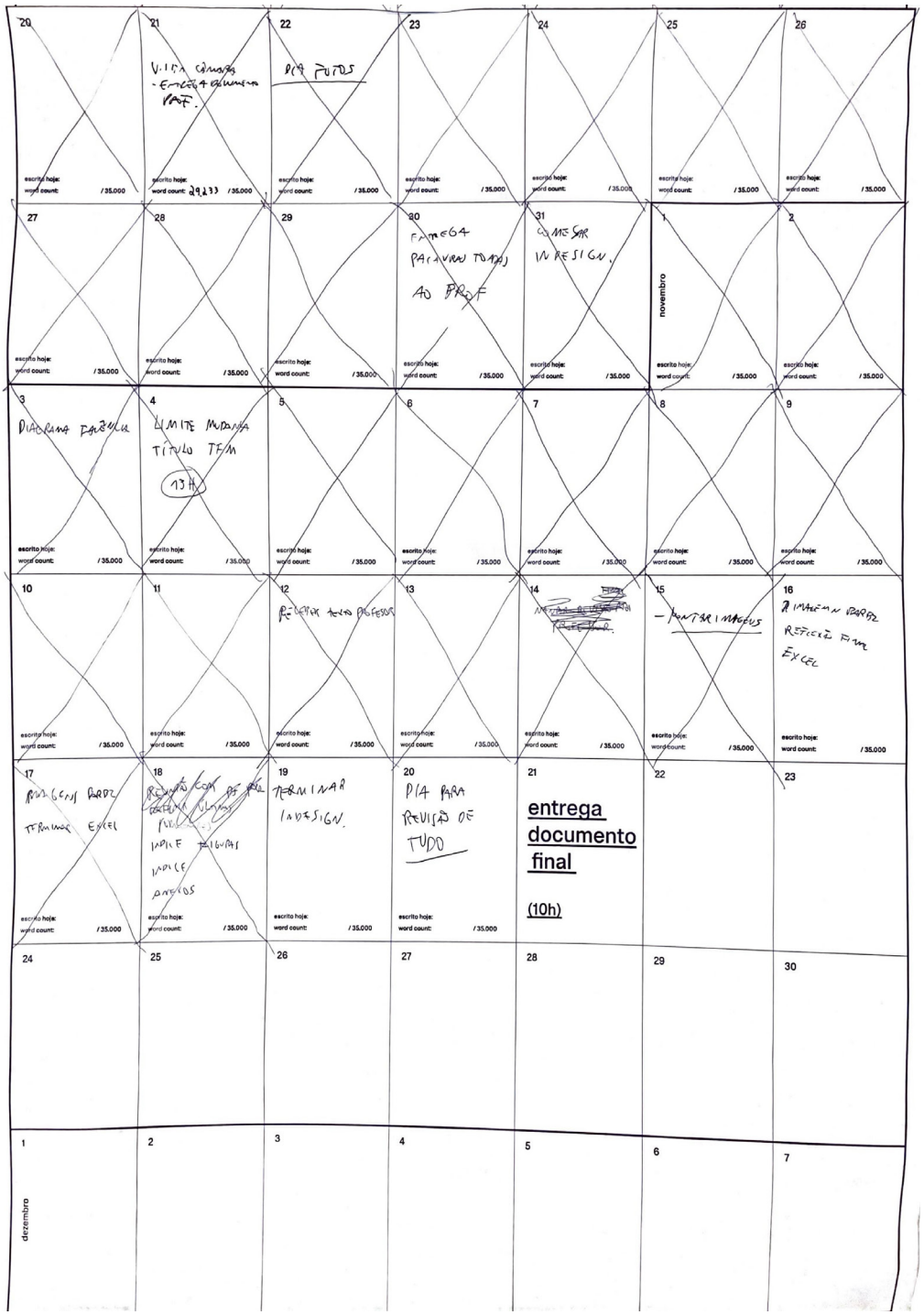





O QUE É MAIS URGENTE?
HABITAÇÃO ACESSÍVEL (COOPERATIVA)
EMPREGO + TRABALHO SEGURO
EDUCAÇÃO
INVESTIMENTO
ESTRADAS
TEMPO
ENERGIA
PLANO COMO PRAZO
MÉDIO PRAZO
+ URGÊNCIA
COMO GERAR MAIS EMPREGO?
POLÍTICAS MUNICIPAIS E REGIONAIS QUE IMPULSIONEM A IMPLANTAÇÃO DE EMPRESAS NA VILA, CUJOS PRODUTOS PODEM OPERAR RELACIONADO COM O RENDIMENTO DO VALE COMO COM A HISTÓRIA TÊXTIL E PRODUTIVA DA VILA (DESIGN, PRODUTOS SUSTENTÁVEIS, ARTESANATO, CULTURA)
TEMPO
LONGO PRAZO
+ URGÊNCIA
ENERGIA
PARQUE PÚBLICO
CONEXÃO COM A1
AGRICULTURA PIDÉIS
+ PESSOAS
+ EMPREGO
INVESTIMENTO MUNICIPAL


O TECIDO
COMUM.


domingo
segunda
terça
quarta
quinta
sexta
sábado
setembro
outubro
último dia atelierMOB
escrito hoje:
word count:
/ 35.000


20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
novembro
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
1
2
3
4
5
6
7
dezembro
entrega documento final
(10h)


TOM WOLFE
ITALO CALVINO
O ESPAÇO FABRIL EM BETÃO
ESPAÇO
COM
COUNTRYSIDE - A REPORT
AMO / REM KOOLHAAS
Towards Terr
de Mira de Aire
de Mira de Aire
Voz de Mira de Aire


usa
o fim
do dia
para
evitar o
vazio

ANEXO 6 - Fotografias da maquete (escala 1:10.000)













ANEXO 7 - Registos da Defesa de Prova Pública




zoom
Workplace
Entrar
MIARQ SC + PFM
Daniel Santos de Jesus
Raffaella Maddaluno
João
Quem pode ver as suas mensagens?
Para: Todos
Digite a mensagem aqui...


O TECIDO COMUM


BAKER


O
TECIDO
COMUM


MIRA DE AIRE
MIRA DE AIRE
MIRA DE AIRE
FABRICADOS HA FABRICA
ESPAÇO COMUM ESTRUTURAS STANDARDES ESPAÇO
MIRA DE AIRE
Small is Beautiful
E. F. Schumacher
25 ABRIL
REVOLUÇÃO
FOTO DE MÓS

FACULDADE DE ARQUITETURA
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA